UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Giselle Cristina Cantalice de Almeida

HABITAÇÃO SOCIAL E CIDADE:

A contribuição de Héctor Vigliecca em São Paulo entre 1991-2012

Recife
2023

Giselle Cristina Cantalice de Almeida

HABITAÇÃO SOCIAL E CIDADE: a contribuição de Héctor Vigliecca em São Paulo entre 1991-2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Diniz Moreira, PhD

Coorientador: Prof. Ênio Laprovitera da Motta

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Almeida, Giselle Cristina Cantalice de.
Habitação Social e cidade: a contribuição de Héctor Vigliecca em São Paulo entre 1991-2012 / Giselle Cristina Cantalice de Almeida. - Recife, 2023.
221p : il.

Orientador(a): Fernando Diniz Moreira
Cooorientador(a): Ênio Laprovitera da Motta
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2023.
Inclui referências, anexos.

1. Habitação social. 2. Cidade. 3. Héctor Vigliecca. 4. Desenho Urbano. 5. São Paulo. I. Moreira, Fernando Diniz. (Orientação). II. Motta, Ênio Laprovitera da. (Coorientação). IV. Título.

720 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2024 - 91)

Giselle Cristina Cantalice de Almeida

HABITAÇÃO SOCIAL E CIDADE: a contribuição de Héctor Vigliecca em São Paulo entre 1991-2012

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção parcial do Título de Mestra em Desenvolvimento Urbano. Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 21/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Fernando Diniz Moreira (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor José de Souza Brandão Neto (Examinador interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Mônica Junqueira de Camargo (Examinadora externa)

Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua imensa graça e misericórdia que me alcançam diariamente, capacitando-me para cumprir a missão que me foi separada.

Ao meu orientador Fernando Diniz Moreira, pela dedicada orientação, bem como por todo o acompanhamento e importante presença ao longo do meu percurso acadêmico.

Ao professor Enio Laprovitera, pelas ricas reflexões a respeito das obras e metodologias do arquiteto Héctor Viglieca.

A minha mãe Martha, pelo amor incondicional e fortalecimento ao longo desta jornada, sobretudo pela companhia nas aventuras de viagens a São Paulo para visitas e entrevistas.

Ao meu pai Gustavo, por toda dedicação, amor e tantas conversas enriquecedoras ao compartilharmos o desafio de desenvolver pesquisas acadêmicas no mesmo período.

Ao meu amado esposo Lucas e família por todo apoio, incentivo, presença e companheirismo constantes.

Aos amigos próximos e distantes, da arquitetura ou da vida, pelas alegrias e pela força, agora e em todos os momentos. Em especial aqueles que acompanharam e contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho mais de perto, Clara Patrício, Esdras Alberto e Lílian Barbosa.

A Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo suporte financeiro disponibilizado para a pesquisa.

Ao arquiteto Héctor Viglieca e equipe, pela gentileza e disponibilidade, e, principalmente, pelas importantes lições de arquitetura e urbanismo que aprendi.

Por fim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho,

Muito obrigada!

Habitação social não é um problema construtivo nem um problema de quantidade, a questão é como construímos a cidade, pois entendemos o âmbito urbano como principal fator que determina a qualidade do habitat. A habitação deve sempre estar diretamente ligada à estrutura da cidade como um todo ilegível e indissociável – seja ele urbano ou suburbano (VIGLIECCA, 2014, p. 41).

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a refletir sobre as formas de projetar conjuntos de habitação social no contexto dos centros urbanos já consolidados. Para isso, considera os desafios de intervir na cidade e a prerrogativa de obter resultados alternativos de maior qualidade, frente as últimas experiências dos programas a nível federal, os quais apesar dos números expressivos, foram alvo de duras críticas. Algumas das principais argumentações se referem à implantação dos conjuntos em áreas periféricas, afastadas dos centros urbanos, o que contribui para a exclusão social e para a falta de acesso a serviços básicos, além da padronização de tipologias, muitas vezes inadequadas às necessidades dos moradores e que não levam em conta as características do entorno. Tais questões trazem à tona o desafio de projetar habitação do ponto de vista de desenhar cidade. Nesse sentido, interessado no fazer arquitetônico contemporâneo e nas interfaces entre as disciplinas da arquitetura e desenho urbano, este trabalho busca elucidar processos de projetação recentes que levam em consideração as características do entorno de modo a apontar alternativas à ideia de edifício enquanto objeto isolado. Para tal, serão analisados alguns dos projetos desenvolvidos pelo arquiteto Héctor Vigliecca em São Paulo, identificados em consonância com esse panorama. O trabalho inicia com uma breve revisão histórica da habitação social, até chegar as formas de tratativa nacionais mais recentes. Posteriormente, introduz discussões acerca do desenho urbano, fomentadas sobretudo a partir dos debates dos anos 1960 e 1970, os quais coincidem com o período de formação do arquiteto, aprofundado em um terceiro momento, juntamente com as suas influências. A análise de cada conjunto foi amparada, inicialmente, a partir de três escalas: 1) Escala cidade; 2) Escala vizinhança e 3) Escala conjunto. O estudo das obras a partir da ótica do desenho urbano possibilitou a identificação e estruturação da última escala (conjunto) em seis categorias: a) implantação e programa; b) acessos, eixos de circulação e integração; c) legibilidade e restruturação urbana; d) vazios consistentes; e) inserção e coligação das novas edificações e f) apropriação social e situação atual. Por fim, de modo a contribuir para reflexão acerca da produção de conjuntos que busquem requalificar e integrar as escalas cidade-conjunto-edifício-unidade, são elencados cinco princípios projetuais: (1) reinterpretar o programa; (2) ler o lugar (topografia, atributos naturais e a pré-existência); (3) Remover para criar condições urbanas representativas; (4) construir vazios de transição e sociabilização; e 5) Realizar suturas urbanas e edilícias com eixos de integração.

Palavras-chave: Habitação social; Cidade; Héctor Vigliecca; Desenho Urbano e São Paulo.

ABSTRACT

This research proposes to reflect on the ways of designing social housing complexes in the context of already consolidated urban centers. For this, it considers the challenges of intervening in the city and the prerogative of obtaining alternative results of higher quality, in view of the latest experiences of programs at the federal level, which, despite the expressive numbers, were the target of harsh criticism. Some of the main arguments refer to the implantation of sets in peripheral areas, far from urban centers, which contributes to social exclusion and lack of access to basic services, in addition to the standardization of typologies, often inadequate to the needs of residents and that do not take into account the characteristics of the surroundings. Such questions bring up the challenge of designing housing from the point of view of designing the city. In this sense, interested in contemporary architectural work and in the interfaces between the disciplines of architecture and urban design, this work seeks to elucidate recent design processes that take into account the characteristics of the surroundings in order to point out alternatives to the idea of a building as an isolated object. To this end, some of the projects developed by the architect Héctor Vigliecca in São Paulo, identified in line with this panorama, will be analyzed. The work begins with a brief historical review of social housing, until reaching the most recent national forms of dealings. Subsequently, it introduces discussions about urban design, fostered mainly from the debates of the 1960s and 1970s, which coincide with the architect's training period, deepened in a third moment, along with his influences. The analysis of each set was supported, initially, from three scales: 1) City scale; 2) Neighborhood scale and 3) Set scale. The study of works from the perspective of urban design enabled the identification and structuring of the last scale (set) into six categories: a) implementation and program; b) accesses, circulation and integration axes; c) legibility and urban restructuring; d) consistent voids; e) insertion and coalition of new buildings and f) social appropriation and current situation. Finally, in order to contribute to reflection on the production of sets that seek to requalify and integrate the city-set-building-unit scales, five design gestures are listed: (1) reinterpret the program; (2) read the place (topography, natural attributes and pre-existence); (3) Remove to create representative urban conditions; (4) build gaps in transition and socialization; and 5) Carry out urban and building sutures with integration axes.

Keywords: Social housing; City; Urban Design; Héctor Vigliecca; São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Visão geral da construção do Karl Marx Hof, Karl Ehn, Viena, 1927-1390. 26
Figura 2 - Siedlungen Britz, Berlim, 1927-1930. 26
Figura 3 - Perspectiva do edifício Narkomfin, Moscou, 1928-1932. 27
Figura 4 - Unidade de habitação de Marselha. 29
Figura 5 - Vila Guiomar, conjunto que se aproxima da concepção da Siedlungen alemã. 32
Figura 6 - Bairro Industriário (IAPI), exemplar com influência da Hof vienense. 32
Figura 7 - Conjunto Deodoro construído no âmbito da Fundação da Casa Popular. 33
Figura 8 - Vista externa do Conjunto residencial Pedregulhos. 33
Figura 9 - Conjunto habitacional Ponta da Praia, Santos, 1967. 35
Figura 10 - Conj. Hab. Felizardo Furtado, 1974. 35
Figura 11 - Conjunto do MCMV em São José dos Campos (SP). 39
Figura 12 - Residenciais Osório C e D. Conjunto MCMV no Itaim Paulista, São Paulo, 2020. 39
Figura 13 - Antes das obras da Comunidade Jardim Primavera, em Vicente de Carvalho. 43
Figura 14 - A Comunidade Jardim Primavera, em Vicente de Carvalho, durante as obras do Favela-Bairro. 43
Figura 15 - Projeto Morro dos Macacos produzido para o Morar Carioca pelo escritório de Héctor Viglieca (2011-em andamento). 44
Figura 16 - Moradas da saúde, Rio de Janeiro, 1996. 46
Figura 17 - Esquema de leitura da estrutura do lugar. Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, 2002. 47
Figura 18 - Cantinho do céu, projeto de Boldarini Arquitetos Associados, São Paulo, 2008. 47
Figura 19 - Conjunto Habitacional do Jardim Edite, MMBB & H+F, São Paulo, 2010. 48
Figura 20 - Sobrados Novo Jardim, Jardim Boa Vista, Pernambuco, 2016. 49
Figura 21 - Quinta Monroy, Chile, Alejandro Aravena - ELEMENTAL, 2003. 49
Figura 22 - Exemplos das praças analisadas por Camilo Sitte (Santa Anastásia; Vicenza; S. Michele; Praça da Catedral, Verona). 53
Figura 23 - Membros do Team X reunidos em Otterlo, Países Baixos, em 1959. 55
Figura 24 - Representação de Lynch dos elementos morfológicos. 58
Figura 25 - Demonstração do processo de Visão Serial. 59
Figura 26 - Scuola Fagnano Olona, Varese -Itália, 1972-1976. Uma das primeiras obras de Aldo Rossi, onde trabalha a permanência de tipologias históricas como monumentos em que a memória histórica e rituais coletivos de uma cultura são mostrados. 62

Figura 27 - Scuola Fagnano Olona, Varese -Itália, 1972-1976. 62
Figura 28 - Bairro Gallaratese, projeto de Aymonino e Aldo Rossi, 1972. 63
Figura 29 - Bairro Gallaratese, projeto de Aymonino e Aldo Rossi, 1972. 63
Figura 30 - Croquis de Léon Krier. Na imagem, "discurso arquitetônico" x "gagueira arquitetônica". 65
Figura 31 - Vista aérea de Caraíba, 1976-1982 70
Figura 32 - Vista aérea de Nova Itá 71
Figura 33 - Ilustração de permeabilidade 74
Figura 34 - Ilustração de variedade 74
Figura 35 - Ilustração de robustez. 74
Figura 36 - Ilustração de personalização. 74
Figura 37 - Exemplo de um lugar bem planejado que permite que as pessoas se reúnam por diferentes razões. 76
Figura 38 - Referência aos "olhos da rua" de Jane Jacobs como forma de promover maior segurança. 78
Figura 39 - A cidade viva, segura, sustentável e saudável onde pessoas atraem pessoas. 79
Figura 40 - Imagem do manual para ilustrar as lições apresentadas. 81
Figura 41 - Índice de temas e indicadores correspondentes do manual. 82
Figura 42 - Viglieca em encontro na década de 1960, em frente do Estúdio Reconquista, em Montevidéu. 85
Figura 43 - Héctor Viglieca, no final da década de 1960, em meio a amigos na Sicília, Itália. 85
Figura 44 - Héctor Viglieca e Gunter Kohlsdorf em Veneza, início dos anos 1970 86
Figura 45 - Perspectiva Complejo Bulevar Artigas. 87
Figura 46 - Complejo Bulevar Artigas – executado. 87
Figura 47 - Perspectiva Complejo Bulevar Artigas. 87
Figura 48 - Complejo Bulevar Artigas – executado. 87
Figura 49 - Viglieca no CNEC, 1981. 89
Figura 50 - Fachada contextualista do Banco Geral do Comércio, 1979. 89
Figura 51 - Perspectiva aérea do SESC Nova Iguaçu. 90
Figura 52 - Área coberta – SESC Nova Iguaçu. 91
Figura 53 - Área de passeio – SESC Nova Iguaçu. 91
Figura 54 - Fachada área coberta – SESC Nova Iguaçu. 91
Figura 55 - Área de lazer – SESC Nova Iguaçu. 91
Figura 56 - Viglieca e equipe em 2013. 92

Figura 57 - Estádio Olímpico de Canoagem. 93
Figura 58 - Arena Castelão, Fortaleza, 2014. 93
Figura 59 - Edifício UIA, 1968. 97
Figura 60 - Casa do Córrego, 1943. 97
Figura 61 - Edifício do arquiteto Díaz em Córdoba. 98
Figura 62 - Banco de Londres e América do Sul, sem data. 98
Figura 63 - Conjunto Rioja, 1971. 98
Figura 64 - Conjunto Rioja, situação atual. 98
Figura 65 - Smithdon High School, Hunstanton, Norfolk (1949-1954), projetado por Alison e Peter Smithson. 101
Figura 66 - Secondary Modern, Hunstanton, Inglaterra, 1954, projetado por Alison e Peter Smithson. 102
Figura 67 - Streets in the sky, Golden Lane, 1952. 102
Figura 68 - Vista aérea Robin Hood Gardens, 2017. 103
Figura 69 - Robin Hood Gardens, 2017. 103
Figura 70 - Circulações horizontais, Robin Hood Gardens, 1972. 104
Figura 71 - Robin Hood Gardens, 1972. 104
Figura 72 - Orfanato de Amsterdã, Aldo Van Eyck, 1960. 106
Figura 73 - Central Beheer, Aldo Van Eyck, 1972. 106
Figura 74 - Proposta para o Conjunto do Sodre, 1986. 107
Figura 75 - The Plug-in city, 1964. 109
Figura 76 - Cidades em movimento, Ron Heron. 109
Figura 77 - Secção Takara Beautilion, 1970. 110
Figura 78 - Torre Takara Beautilion, 1970. 110
Figura 79 - Torre Nagakin, 1971. 110
Figura 80 - Detalhe Torre Nagakin, 1971 - 1972. 110
Figura 81 - Perspectiva projeto para o Morro do S4, 2011. 111
Figura 82 - Jardim Vincentina, 2010. 112
Figura 83 - Heliópolis Gleba A, 2004. 112
Figura 84 - Implantação Morar Carioca, 2011 – em andamento. 112
Figura 85 - Perspectiva Morar Carioca, 2011 – em andamento. 112
Figura 86 - Queen's College Florey, fachada interna. 114
Figura 87 - Perspectiva externa com detalhe da estrutura em A. 114
Figura 88 - Neue Staatsgalerie. 115

Figura 89 - Marcações coloridas nas estruturas, Neue Staatsgalerie. 115
Figura 90 - Maquete Neue Staatsgalerie 115
Figura 91 - Utilização de elementos clássicos, Neue Staatsgalerie. 115
Figura 92 - Síntese das escalas (cidade, vizinhança e conjunto). 119
Figura 93 - Publicação da época da construção do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara, São Paulo. 129
Figura 94 - Situação da área antes da intervenção. 130
Figura 95 - Mapa de localização do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara. 126
Figura 96 - Localização do Conjunto Rio das Pedras/Vila Mara e Estação Jardim Helena. 127
Figura 97 - Localização do Conjunto Rio das Pedras/Vila Mara com indicação das ruas do entorno. 127
Figura 98 - Mapa de conectividade do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara. 127
Figura 99 - Mapa de usos e conectividade do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara. 131
Figura 100 - Croqui do projeto – importante ferramenta projetual de Héctor Vigliecca. 132
Figura 101 - Detalhe caixa d'água. 133
Figura 102 - Portal de acesso com marcação das esquinas e entrada em altura pelas torres. 133
Figura 103 - Plantas baixas com marcação das circulações e acessos. 134
Figura 104 - Blocos conformando pátio interno. 135
Figura 105 - Circulação horizontal. 135
Figura 106 - Croqui do projeto. 137
Figura 107 - Passarela entre blocos 138
Figura 108 - Conformação original do projeto. A esquerda o Vila Mara e a direita o Rio das Pedras. 139
Figura 109 - Esquema da situação após intervenções. A esquerda, Vila Mara e a direita, Rio das Pedras 139
Figura 110 - Conjunto Habitacional Vila Mara, 2018. 140
Figura 111 - Adaptação para vagas de carro, 2018. 140
Figura 112 - Conjunto Habitacional Rio das Pedras, 2018. 140
Figura 113 - Pátio interno com uso preservado, 2018. 140
Figura 114 - Vista aérea situação preexistente. 144
Figura 115 - Ocupação irregular existente no local. 144
Figura 116 - Mapa de localização do conjunto Casarão do Carmo 144
Figura 117 - Mapa de localização com indicação dos nomes das ruas adjacentes. 145
Figura 118 - Mapa de conectividade do conjunto Casarão do Carmo. 145

Figura 119 - Mapa de usos e conectividade do conjunto Casarão do Carmo. 146
Figura 120 - Esquema de pré-existência e sugestão projetual 147
Figura 121 - Esquema de situação existente, ocupação e circulação proposta. 148
Figura 122 - Planta baixa Uffizi Gallery. 149
Figura 123 - Perspectiva da rua interna, Uffizi Gallery. 149
Figura 124 - Planta baixa com marcação dos acessos 150
Figura 125 - Perspectiva da rua interna, Casarão do Carmo. 150
Figura 126 - Estudo preliminar, corte em edifício existente. 151
Figura 127 - Estudo preliminar em planta 151
Figura 128 - Desenvolvimento da solução projetual através de croquis 151
Figura 129 - Desenvolvimento da solução projetual através de croquis 151
Figura 130 - Perspectivas da maquete com situação proposta. 151
Figura 131 - Perspectivas da maquete com situação proposta. 151
Figura 132 - Perspectivas da maquete com situação proposta. 152
Figura 133 - Perspectivas da maquete com situação proposta. 152
Figura 134 - Planta baixa do térreo. 152
Figura 135 - Planta baixa unidade habitacional. 152
Figura 136 - situação atual do conjunto, junho 2023 153
Figura 137 - situação atual do conjunto, junho 2023 153
Figura 138 - Mapa de localização do conjunto Residencial Vila dos Idosos 157
Figura 139 - Localização do conjunto com indicação das ruas adjacentes. 158
Figura 140 - Mapa de conectividade do conjunto Residencial Vila dos Idosos. 158
Figura 141 - Mapa de conectividade e usos do conjunto residencial Vila dos Idosos. 159
Figura 142 - Implantação com indicação dos usos e esquema da abertura para espaço público. 160
Figura 143 - corredores de acesso as unidades habitacionais com vista para pátio interno. 161
Figura 144 - Vazio consiste no Vila dos Idosos como área de convívio. 163
Figura 145 - Vista dos blocos e pátio interno. 163
Figura 146 - Vista da circulação horizontal. 163
Figura 147 - Pátio interno com equipamentos para exercício físico. 164
Figura 148 - Moradores nos corredores dos pavimentos. 164
Figura 149 - Moradores no pátio. 164
Figura 150 - Croqui das unidades habitacionais. 164
Figura 151 - Croquis das unidades habitacionais. 164
Figura 152 - Planta baixa das unidades de habitação. 165

Figura 153 -Vila dos Idosos, 2017. 166
Figura 154 - Moradora no espelho d'água, 2017. 166
Figura 155 - Registros da visita ao conjunto em julho de 2018. 167
Figura 156 - registros da visita ao conjunto em julho de 2018. 167
Figura 157 - Distribuição das favelas em São Paulo. 170
Figura 158 - Mapa do antigo Município de Santo Amaro, data não informada. 173
Figura 159 - Destaque da favela Parque Novo Santo Amaro V. 174
Figura 160 - Situação existente: ocupação irregular e falta de infraestrutura urbana 175
Figura 161 - Mapa de localização do conjunto Parque Novo Santo Amaro V. 176
Figura 162 - Mapa de conectividade do Parque Novo Santo Amaro V. 176
Figura 163 - Localização das ruas adjacentes ao conjunto. 177
Figura 164 - Paradas de ônibus na rua Francisca Queirós. 177
Figura 165 - Paradas de ônibus na rua Francisca Queirós. 177
Figura 166 - Mapa de usos e conectividade do Parque Novo Santo Amaro V. 178
Figura 167 - Comércio e serviço na Rua José Alves da Silva. 178
Figura 168 - Comércio e serviço na Rua Coelho Lousada. 178
Figura 169 - The Plug-in City, 1964, Peter Cook, Archigram. 179
Figura 170 - vista axonométrica do conjunto PNSA. 180
Figura 171 - Croqui do projeto com representação de conceitos-chave de uso, morfologia e conexões. 181
Figura 172 - Indicação dos conjuntos e centro comunitário. 182
Figura 173 - Croqui das unidades habitacionais. 183
Figura 174 - Vista da passarela que comunica as ruas Coelho Lousada e Francisca Queirós. 184
Figura 175 - Canteiros atuando como filtro de privacidade no térreo. 186
Figura 176 - Portas com vidros laterais e horta marcando o espaço de transição no hall. 186
Figura 177 - Corredor do Conjunto Robin Hood Gardens dos Smithsons (1972) em paralelo ao do Parque Novo Santo Amaro V (2012) 186
Figura 178 - Resultado da implantação do conjunto. As diferenças de altura nos blocos fazem o bloco se inserir na paisagem existente de modo mais discreto. 188
Figura 179 - Recuperação da nascente como elemento paisagístico. 188
Figura 180 - Área de intervenção antes das remoções. 190
Figura 181 - Planta de Remoções indicando os domicílios mantidos e removidos para a realização da intervenção 190
Figura 182 - Em construção 2002 e 2011 191

Figura 183 - Em construção 2012 e 2014.....191
Figura 184 - Vista do parque linear com desníveis e pista de skate.....192
Figura 185 - Vista aérea dos blocos e campo de futebol.....194
Figura 186 - Vista a partir do campo de futebol com detalhe para passagem no bloco com escadarias.....194
Figura 187 - Mapa com indicação de algumas das alterações realizadas pelos moradores no conjunto.....196
Figura 188 - Indicação do fechamento dos acessos.....197
Figura 189 - Alterações realizadas pelos moradores para abrigo dos automóveis. 198
Figura 190 - Passarela com grades, 2016. 199
Figura 191 - Vista do parque linear, 2016.....199

Obs: Imagens da capa do volume, das divisórias e dos inícios dos tópicos do capítulo 4 (Rio das Pedras/Vila Mara, Vila dos Idosos e Parque Novo Santo Amaro V): Viglieca e Associados. Imagem do início dos tópicos do Casarão do Carmo: Google Maps e site da Prefeitura de São Paulo (disponível em: https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-entrega-apartamentos-e-moradores-voltam-ao-casarao-do-carmo-apos-13-anos).

Imagens da entrevista no Anexo A: disponíveis em
https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.079/7400?page=7

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEA	Associação Nacional de Educação em Arquitetura e Urbanismo
Anpur	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
APRM	Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais
BNH	Banco Nacional de Habitação
CCU	Centro Cooperativista Uruguaio
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros e Consultores
Codhab DF	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
COHABs	Companhia de Habitação Popular
COHAB-SP	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CRAS	Centro Comunitário e dois Centros de Referência de Assistência Social
DU	Desenho urbano
FCP	Fundação da Casa Popular
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GARMIC	Grupo de Articulação para Moradia de Idosos na Capital
HABI	Superintendência de Habitação
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
Inocoops	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
MCMV	Minha Casa Minha Vida
PAIH	Plano de ação imediata para habitação
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PNSA	Conjunto Parque Novo Santo Amaro V
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEDUR	Seminários de desenho urbano
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SHCU	Seminários sobre a História da Cidade e do Urbanismo
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UDELAR	Universidad de la Republica
UV	Unidade de Vizinhança

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
2 NOTAS SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL 24
2.1 ANTECEDENTES 25
2.1.1 Utopias da habitação coletiva e experiências precursoras 25
2.2 AS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS 30
2.2.1 Reforma da moradia no Brasil antes do BNH 31
2.2.2 A atuação do BNH 34
2.2.3 Período pós-BNH (1986 – 2009) 36
2.2.4 Cenário atual 38
2.3 UM CAMINHO ALTERNATIVO: URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E OCUPAÇÃO DOS "VAZIOS URBANOS" 42
2.4 OUTRAS FORMAS DE INTERVENÇÃO: PRODUÇÕES RECENTES DE HABITAÇÃO SOCIAL NO PAÍS 44
3 REFERENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL E CIDADE 51
3.1 O PERÍODO PÓS-GUERRA: A CRISE DO URBANISMO 52
3.1.1 Anos 60 e 70: ideias pioneiras 56
3.1.2 O Desenho Urbano como disciplina 65
3.2 UMA NOVA CULTURA ARQUITETÔNICA: O DESENHO URBANO NAS CIDADES BRASILEIRAS 67
3.3 MANUAIS DE DESENHO URBANO 73
4 HÉCTOR VIGLIECCA: FORMAÇÃO E INFLUÊNCIAS 84
4.1 FORMAÇÃO DO ARQUITETO 84
4.2 INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS 96
4.2.1 Arquitetura argentina nos anos 60 e 70 96
4.2.2 Team X 99
4.2.3 Megaestruturas: Metabolistas Japoneses e *Archigram* 108
4.2.4 James Stirling 113
5 ESTUDOS DE CASO 118
5.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE 118
5.2 CONJUNTO HABITACIONAL RIO DAS PEDRAS/VILA MARA 125
5.2.1 Contexto do projeto 126
5.2.2 Reconstrução de um lócus urbano 128
5.2.3 Sobre a pré-existência 129
5.2.4 Escala vizinhança 130
5.2.5 Escala conjunto 131
5.2.6 Sobre a implantação e o programa 132
5.2.7 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração 133
5.2.8 Sobre legibilidade e restruturação urbana 135
5.2.9 Sobre os vazios consistentes 136
5.2.10 Sobre a inserção e coligação das novas edificações 137
5.2.11 Sobre apropriação social e situação atual 138

5.3 CASARÃO DO CARMO 142
5.3.1 Sobre a pré-existência e contexto do projeto 143
5.3.2 Escala da vizinhança 146
5.3.3 Escala do conjunto 146
5.3.4 Sobre a implantação e o programa 147
5.3.5 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração 147
5.3.6 Sobre legibilidade e restauração urbana 148
5.3.7 Sobre os vazios consistentes 148
5.3.8 Sobre a inserção e coligação de novas edificações 150
5.3.9 Sobre a apropriação social e situação atual 153
5.4 RESIDENCIAL VILA DOS IDOSOS 155
5.4.1 Sobre a pré-existência e contexto do projeto 156
5.4.3 Escala vizinhança 159
5.4.4 Escala conjunto 159
5.4.5 Sobre a implantação e o programa 160
5.4.6 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração 161
5.4.7 Sobre a legibilidade e restauração urbana 161
5.4.8 Sobre os vazios consistentes 162
5.4.9 Sobre a inserção e coligação das novas edificações 163
5.4.10 Sobre a apropriação social e situação atual 165
5.5 PARQUE NOVO SANTO AMARO V 168
5.5.1 Contexto do projeto 169
5.5.2 Sobre a proteção, recuperação e valorização dos mananciais 169
5.5.3 Sobre a pré-existência 172
5.5.4 Escala vizinhança 177
5.5.5 Escala conjunto 179
5.5.6 Sobre a implantação e o programa 181
5.5.7 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração 184
5.5.8 Sobre legibilidade, restruturação urbana e integração do corpo hidrográfico 187
5.5.9 Sobre as remoções 189
5.5.10 Sobre os vazios consistentes 192
5.5.11 Sobre a inserção e coligação das novas edificações 193
5.5.12 Sobre a apropriação social e situação atual 196
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 203
REFERÊNCIAS 209
ANEXO A - ENTREVISTA REALIZADA PELA AUTORA COM ARQUITETO O HÉCTOR VIGLIECCA E NELI SCHIMUTZI (ASSOCIADA), NO DIA 23 DE JULHO DE 2018 EM SEU ESCRITÓRIO (SÃO PAULO) E COMPLEMENTADA EM PALESTRA DADA NA UFPE (RECIFE) EM 04/10/2018. 214

1 INTRODUÇÃO

A questão da habitação social foi um dos grandes temas da arquitetura e do urbanismo do século XX. Ela surgiu como consequência das mudanças sociais em curso ao longo do século XIX decorrentes de diversos processos históricos como a superpopulação urbana, a insalubridade das residências existentes e a falta de tecnologia e de profissionais para lidar com os novos problemas. A partir do Pós-Primeira Guerra, arquitetos e urbanistas passaram a propor novas abordagens para os problemas habitacionais das massas, o que levou a novos conceitos como conjunto habitacional, unidade de vizinhança e zoneamento.

De acordo com dados do governo federal, o déficit habitacional brasileiro está em 5,8 milhões de moradias e a quantidade de residências que apresentam algum tipo de inadequação chega a mais de 24,8 milhões (FJP, 2019). Apesar do quadro atual alarmante, ainda em décadas anteriores a temática gerou políticas de fomento à moradia a nível federal, estadual e municipal. Uma análise dessas últimas experiências, por sua vez, denuncia fragilidades na inserção urbana de muitos conjuntos.

A atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) durante seus mais de 20 anos de vigência (1964-1986), embora tenha alcançado números expressivos na construção de novas moradias, foi alvo de duras críticas, sobretudo por conta das relações entre as estruturas desenvolvidas e a emergência de problemas sociais, produto de inserções urbanas não bem-sucedidas. Com o fim do BNH, há um interstício entre programas nacionais de mais de duas décadas, oportunizando, nesse mesmo período, o desenvolvimento de políticas de habitação descentralizadas nos estados e municípios.

Mais tarde, em 2009, entra em vigor o programa federal *Minha Casa Minha Vida* (MCMV), lançado pelo Ministério das Cidades, como resposta, entre outros fatores, à crise dos *subprimes* americanos. A despeito dos avanços na produção de unidades habitacionais, muitos dos conjuntos foram implantados de maneira periférica aos centros urbanos e suas ofertas, desatentando para a dimensão mais ampla da moradia.

Os expressivos resultados em termos quantitativos, no entanto, não foram correspondidos em termos qualitativos, ou seja, muitos projetos habitacionais foram produzidos replicando, em grande medida, problemas já identificados em experiências desenvolvidas anteriormente. Tal fato evidencia a necessidade de uma maior atenção à qualidade dos projetos e leva a alguns questionamentos como: é possível fazer conjuntos integrados e relacionados à cidade, alocando-os

em áreas com infraestrutura urbana e as ofertas dos grandes centros? É possível desenvolver edifícios com qualidade arquitetônica, respeitando a leitura do entorno e atendendo a necessidade da população?

Algumas experiências recentes parecem responder esses questionamentos ao tratar como base conceitual a conexão entre habitação e urbanismo. Tomando a própria cidade como fonte de solução, essas intervenções tiveram como objetivo a construção das moradias associadas a espaços públicos de qualidade e infraestrutura urbana. Alguns desses exemplos produzidos por estados ou municípios foram projetadas por arquitetos como Héctor Viglieca, Marcos Boldarini, Demetre Anastassakis, Jorge Mario Jauregui e Gilson Paranhos, atuando por meio de programas específicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

O tema da habitação e sua relação com a cidade tem "múltiplas entradas" e compreende aspectos físicos (infraestruturais, urbanístico, ambientais), sociais (econômicos, culturais, existenciais), ecológicos (ecologia mental, ecologia social, ecologia do comportamento) e sobretudo políticos, em sua interseção entre a segurança cidadã e as questões do sujeito contemporâneo (JAUREGUI, 2020). Frente à complexidade e dimensão dessa realidade e ciente de que o tema faz parte de uma esfera muito abrangente, o desafio proposto nesta pesquisa é deter-se, exclusivamente, ao projeto e a dimensão urbana que envolve a habitação social e a cidade, não sendo interesse da pesquisa debruçar-se a respeito de aspectos legais e políticos dos programas. Para tal, toma-se como base a disciplina de desenho urbano que trata da relação homem e ambiente através da escala da vida cotidiana, trabalhando o espaço como suporte de usos e atividades desenvolvidas de acordo com as práxis de uma determinada comunidade, levando em consideração cultura e identidade.

A partir do momento que se resgata a importância do projeto de habitação como projeto de cidade, a disciplina do desenho urbano torna-se escopo para produção de alguns conjuntos contemporâneos. Boa parte do debate sobre desenho urbano e importantes trabalhos produzidos nas décadas de 1960 e 1970 que remontam a autores consagrados como Jane Jacobs, Kevin Lynch e Gordon Cullen, pensados originalmente para uma cidade formal, parecem, aqui no Brasil, ganhar importância também no projeto do desenho das cidades informais.

Dessa forma, a fim de eleger um dos agentes para estudar as contribuições para os projetos de habitação social, foi escolhido o arquiteto de origem uruguaia, Héctor Viglieca, o qual já desenvolveu mais de 30 propostas de moradias coletivas - maioria delas realizadas no estado de

São Paulo. A trajetória notória do arquiteto envolve exemplares tornados referências de uma época, como o Conjunto habitacional Rio das Pedras/Vila Mara e outros, mais recentes, como o Parque Novo Santo Amaro V, de forte projeção internacional. Além disso, o arquiteto ratifica seu interesse na esfera do social ao publicar o livro O Terceiro Território – Habitação Coletiva e Cidade, em 2014, no qual condensa a experiência prática e teórica dos últimos anos nesse campo de atuação. No ano de 2020, amealhou ainda o prêmio *Arquitecto de las Americas* pela *Federación Panamericana de Associaciones de Arquitectos* (FPAA) devido a sua fundamental importância para a renovação do tema em áreas de precariedade e destaque também em outras esferas projetuais.

A eleição do arquiteto reporta, também, às oportunidades de aproximação ao longo da graduação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a qual tem um currículo, desde 2010, voltado para um novo olhar sobre a arquitetura e o urbanismo. O primeiro contato se deu na disciplina que aborda a história da arquitetura contemporânea brasileira, quando foi estudado trabalho de Héctor Vigliecca como referência na produção de habitação social. O interesse em suas obras desencadeou o tema para o trabalho de conclusão de curso, em 2018. Nesse momento, tive a oportunidade de visitar os conjuntos Rio das Pedras/Vila Mara e Vila dos Idosos e, também, realizar uma entrevista com Héctor Vigliecca em seu escritório localizado em São Paulo. Mais tarde, naquele mesmo ano, um segundo contato com Vigliecca se deu no programa de extensão - que privilegia um olhar sobre projeto de cidade informal, trazendo arquitetos como Jauregui, Gilson Paranhos e Demetre Anastassakis - quando foi convidado para palestrar sobre habitação social e cidade.

As obras do arquiteto também foram objeto, muito recentemente, de outras pesquisas acadêmicas. Renata Coradin, em sua dissertação de mestrado realizada em 2014, oferece um panorama da produção de habitação social na cidade de São Paulo, destrinchando entre seus casos estudados, o projeto do Parque Novo Santo Amaro V. Posteriormente, a dissertação de Marina Puglisi, em 2017, se dedicou a olhar as obras de Vigliecca analisando a construção dos espaços coletivos em três de seus conjuntos: Rincão (1989), Rio das Pedras/ Vila Mara (1989) e Parque Novo Santo Amaro V (2009). Mais recentemente, em 2019, a pesquisa de Victor Martins tratou da dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca, auxiliado pela metodologia da sintaxe urbana, focando nos conjuntos Casarão do Carmo, Gleba H – Residencial Sílvio Baccarelli e Parque Novo Santo Amaro V.

Embora entenda que Viglieca não tenha estudado especificamente a disciplina de Desenho Urbano em sua formação inicial, esses princípios reverberam em seus projetos como fruto de suas influências e estudos. A partir dessa investigação, portanto, foi possível identificar um potencial de se analisar os conjuntos produzidos pelo arquiteto, através da perspectiva do Desenho Urbano, sob a premissa de que o fazer habitação social também envolve os desafios e complexidades de se fazer cidade. Para tal, foram selecionados quatro conjuntos habitacionais desenvolvidos pelo arquiteto em São Paulo: Rio das Pedras/Vila Mara (1991-2003), Casarão do Carmo (2003-2018), Vila dos Idosos (2003-2007) e Parque Novo Santo Amaro V (2009-2012).

A seleção de cada conjunto foi motivada por características próprias específicas e que auxiliam no enriquecimento da análise: Rio das Pedras/Vila Mara foi uma das primeiras experiências do arquiteto em habitação social no Brasil; Casarão do Carmo pela sua inserção em um contexto histórico; Vila dos Idosos pelo programa voltado para idosos e levando em conta a acessibilidade e o Parque Novo Santo Amaro V, pela inserção em áreas urbanas de grandes carências sociais.

Partindo-se da premissa de que o fazer arquitetônico contemporâneo pode contribuir para o desenvolvimento de melhores conjuntos e o aprimoramento da relação entre habitação social e cidade, esta pesquisa tem como **objetivo geral** identificar as estratégias projetuais utilizadas por Héctor Viglieca em São Paulo para produção de conjuntos sociais integrados a malha urbana. Para tal, serão estudados alguns dos conjuntos desenvolvidos entre os anos 1991 e 2012, a partir da síntese de alguns parâmetros desenvolvida sob a ótica do desenho urbano.

Como **objetivos específicos**, a pesquisa visa investigar o papel da habitação social como um componente básico na produção de cidades; traçar um panorama histórico e crítico sobre a produção de habitação coletiva no Brasil; investigar a possibilidade de o desenho urbano colaborar para inserção dos conjuntos no tecido urbano já consolidado e identificar como os princípios dessa disciplina estiveram presentes nos projetos de Héctor Viglieca.

Em termos **metodológicos**, visando um maior entendimento a respeito da produção de habitação social no Brasil e o arcabouço que gerou os desafios e demandas do cenário atual, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica a partir de autores como Nabil Bonduki e Lamas. Em um segundo momento, foi realizada uma revisão bibliográfica para amparar a origem do desenho urbano e as críticas a urbanística moderna, desenvolvendo um panorama das contribuições dos principais

autores e dos preceitos da disciplina. Esse estudo norteou a base teórica para metodologia de análise dos conjuntos.

No terceiro momento, foi realizado um estudado mais aprofundado sobre o arquiteto Héctor Viglieca, identificando a sua formação, suas principais referências e produzida uma linha do tempo da sua produção de habitação coletiva. Para isso, foram levantadas entrevistas, websites, ministrações de aulas, publicações em revistas, periódicos e livros. Buscando identificar a integração dos conjuntos com a cidade e as estratégias projetuais utilizadas, bem como o atendimento das necessidades dos usuários, os estudos dos conjuntos selecionados foram pautados tomando como referência bibliográfica a temática do desenho urbano, levantamento de material gráfico e descritivo de cada conjunto e entrevistas. Por fim, a partir da definição dos parâmetros de desenho urbano desenvolvidos com base na revisão teórica realizada anteriormente, foi realizada uma análise descritiva detalhada de cada conjunto.

Para análise dos objetos foram levantadas, inicialmente, informações a respeito do contexto e pré-existência, de modo a situar os desafios propostos para a intervenção. Em sequência, os trabalhos de Benetti, Pecly e Andreoli (2017) e Raquel Rolnik (2014) orientaram a divisão do estudo dos conjuntos a partir de três escalas: 1) Escala cidade, 2) Escala vizinhança e 3) Escala conjunto. Na Escala Cidade, situando o empreendimento em relação à localização na cidade, as conexões viárias estabelecidas e as característica de infraestrutura urbana e na Escala Vizinhança, apresentando as características do entorno imediato ao conjunto, sobretudo tipos de uso.

A Escala Conjunto, por sua vez, surgiu por meio do cruzamento da revisão bibliográfica de alguns dos autores do anos 1960 e 1970 (período de crítica ao urbanismo moderno e, também, de formação do arquiteto Héctor Viglieca) e de manuais de desenho urbano mais recentes que buscam trazer soluções concatenadas e mais próximas da prática projetual. Partindo-se dessa lente e lançando olhar sobre os conjuntos selecionados, foi possível estruturar seis categorias de análise comuns: (1) implantação e programa; (2) acessos, eixos de circulação e integração; (3) legibilidade e restruturação urbana; (4) vazios consistentes; (5) inserção e coligação das novas edificações e (6) apropriação social e situação atual.

Isto posto, com o intuito de obter uma síntese com as possíveis contribuições encontradas para o desenvolvimento de demais projetos de habitação social no país, os tópicos da pesquisa foram estruturados da seguinte forma:

O **capítulo 1** contextualiza o tema da habitação de interesse social apresentando uma breve revisão histórica. Inicialmente, vê-se como se deu a formação dos conjuntos habitacionais e os movimentos a que estavam atrelados, principalmente na Europa. Em seguida, faz-se uma linha do tempo mostrando a trajetória da habitação social no Brasil, através dos grandes projetos governamentais, culminando no programa *Minha Casa Minha Vida*.

O **capítulo 2** aborda o panorama que envolve a temática da cidade e desenho urbano. Dessa forma, são apresentadas as primeiras críticas a urbanística moderna, a afirmação do Desenho Urbano enquanto disciplina e alguns manuais de Desenho Urbano, os quais serviram como balizadores para o desenvolvimento da metodologia para análise dos conjuntos.

O **capítulo 3** apresenta o processo de formação e influências do arquiteto Héctor Vigliecca, da ambiência dos anos 1960 e 1970 período de seus estudos em arquitetura, sobretudo os fundamentos da UDELAR (universidade uruguaia onde se graduou) e os pensamentos do Team X. No contexto internacional, destacam-se ainda as ideologias de movimentos como o *Archigram* e os Metabolistas Japoneses e as obras de James Stirling. Vê-se, em paralelo, como se deu o interesse do arquiteto pelo desenvolvimento de projetos para habitação de interesse coletivo ao longo de sua carreira profissional e alguns de seus pensamentos sobre o tema.

O **capítulo 4** inicialmente apresenta a metodologia de análise para o entendimento aprofundado dos conjuntos habitacionais a partir da revisão bibliográfica desenvolvida nos capítulos anteriores. Em seguida, são analisados os quatro conjuntos submetendo-os aos parâmetros definidos na metodologia.

2 NOTAS SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL

O tema da habitação social[1] constitui uma das principais questões debatidas ao longo do século XX. Na arquitetura e urbanismo, em decorrência das grandes guerras, da intensa urbanização, das transformações sociais e das intervenções estatais, o debate surgiu como defesa do bem-estar social, das críticas ao urbanismo moderno e a partir de diferentes campos ideológicos-políticos.

De acordo com dados recentes do governo federal, o déficit habitacional do país está em 5,8 milhões de moradias, com tendência de aumentar esse número, e a quantidade de residências que apresentam algum tipo de inadequação chega a mais de 24,8 milhões[2]. Apesar do alarmante quadro atual, a questão da habitação gerou políticas de fomento à moradia a nível federal, estadual e municipal ainda em décadas anteriores. No entanto, uma análise dessas últimas experiências denuncia fragilidades na inserção urbana dos conjuntos (BRANDÃO, 2016, p.23).

A partir de uma perspectiva histórica, este capítulo busca fornecer elementos para o entendimento do cenário atual e os desafios encontrados na produção de habitação social no país. O bloco inicial do capítulo procura mostrar referenciais sobre as novas formas de pensar moradias coletivas como artifício para a absorção do crescente contingente populacional das cidades em decorrência da Revolução Industrial. O recorte espacial seleciona experiências europeias que tiveram suas formas de pensar e projetar disseminadas pelo restante do mundo. Complementando a primeira parte, são pontuadas experiências brasileiras em habitação coletiva produzidas pelo poder público desde as vilas operárias (fim do século XIX-1930) até o *Minha Casa Minha Vida* (2009). No terceiro momento, procurou-se trazer alguns exemplos de projetos mais recentes que trazem à tona o desafio de produzir conjuntos interligados a cidade.

[1] É importante ressaltar que foi possível identificar, durante os estudos iniciais da pesquisa, a adoção de múltiplos termos para se referir a "habitação subsidiada para produção de baixa renda" no Brasil, como *habitação popular*, *habitação econômica*, *habitação de interesse social* e *habitação mínima,* cada uma delas, por sua vez, com variações que podem implicar diferentes enfoques (SANVITTO, 2010, p.46-47). Para esta pesquisa, buscou-se utilizar os termos *habitação social* e *habitação coletiva*, em consonância aos termos empregados pelo arquiteto Héctor Vigliecca no livro Terceiro Território, dedicado aos projetos desenvolvidos dentro dessa mesma temática.

[2] Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas.

2.1 Antecedentes

O debate acerca da moradia coletiva começou a surgir no início do século XX, após grandes transformações das cidades, quando se buscou solucionar os problemas das maiores aglomerações da Europa (França, Alemanha e Inglaterra), como insalubridade e inserção no tecido urbano. Era premente a questão da habitação, nesse caso, buscando atender várias camadas econômicas, no entanto, as respostas se desencadearam de forma diferente de acordo com a realidade de cada contexto.

2.1.1 Utopias da habitação coletiva e experiências precursoras

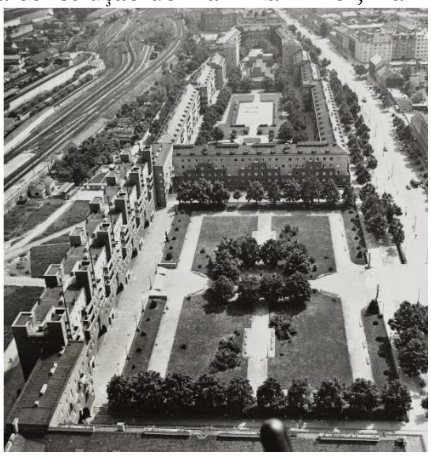
Por volta de 1760, com o início da Revolução Industrial, significativas transformações nas cidades e territórios europeus são desencadeadas, em consequência da atração de milhões de pessoas das áreas rurais para as cidades com o intuito de trabalhar nas grandes indústrias e serviços. No início do século XX, em um contexto de intensa urbanização e pobreza, arquitetos e urbanistas passaram a se preocupar com as necessidades imediatas dessa nova categoria social, voltando-se para as questões de moradia em massa, experienciando ideias inovadoras.

Tratando-se do campo das ações do Estado para o enfrentamento da questão da moradia resultante das migrações da Era Industrial, agravadas pela grande destruição de habitações em decorrência da Primeira Guerra, pode-se destacar as experiências estatais na Áustria, Alemanha e URSS. Esses programas se propunham a solucionar o problema do déficit de moradias para os trabalhadores, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930 (AYMONINO, 1973, p.97).

Sob comando socialista, a Áustria empreendeu um rico conjunto de iniciativas sociais na área de habitação nos anos 1920. Os conjuntos, conhecidos como *Höfe*[3], foram inseridos nas cidades existentes utilizando terrenos próprios da prefeitura e eram compostos por unidades de apartamentos mínimos e espaços comunitários administrados pelos próprios inquilinos.

[3] As *Höfe* já eram construídas por sociedades privadas antes de 1914 (AYMONINO, 1973, pag.16).

Figura 1 - Visão geral da construção do Karl Marx Hof, Karl Ehn, Viena, 1927-1390.



Fonte: http://www.hiddenarchitecture.net/. Acesso em: 20 maio 2018.

O Karl Marx Hof (1927), em Viena, é um dos exemplares do aproveitamento de áreas vazias dentro do tecido urbano. Formado por grupos de edifícios laminares, esses conjuntos eram dispostos em torno de um pátio, para onde estava voltada a maioria das aberturas. Esse cercamento, atuando nas bordas, fortalecia a ideia de comunidade. A fachada principal da edificação era voltada para o pátio comum e a fachada posterior para as vias de circulação (ALMEIDA, 2007, p.35).

Semelhantemente à Viena, Berlim passou por um significativo crescimento populacional durante as duas primeiras décadas do século XX. Os principais resultados do período da República de Weimar foram os *Siedlungen*, estruturas que se caracterizavam pela especial atenção dada aos passeios e vias de circulação, que além de possibilitarem o acesso às moradias, por vezes, se alargavam, conformando locais para reuniões. As Siedlungen se organizavam de maneira a formar uma comunidade com apartamentos ao longo das principais vias e diversas casas geminadas com jardins e planejamento interno minucioso.

Figura 2 - Siedlungen Britz, Berlim, 1927-1930.

Fonte: https://www.baunetz.de/meldungen/. Acesso em: 26 maio 2018.

De acordo com Frampton (1997), as *Siedlungens* conformavam-se, num primeiro momento, por casas enfileiradas, separadas por distâncias que permitissem a penetração de luz solar e ventilação, cujas principais aberturas davam para os espaços verdes e comunitários, e, a partir de meados dos anos de 1920, por blocos de apartamentos com três pavimentos, contendo sala de estar e jantar, cozinha, banheiro e quartos. Contavam ainda com serviços comunitários como lavanderias, bibliotecas, salas de reunião, quadras de esporte, dentre outros. As fachadas se caracterizavam por superfícies planas, com grandes áreas envidraçadas e janelas em aço, alguns exemplares contavam ainda com balaustradas de metal (FRAMPTON, 1997).

Já a experiência soviética considerava que as condições de moradia refletiam a forma de governo da época e de organização da sociedade, dessa forma, nasceram as casas comunitárias. Os projetos eram caracterizados por alojamentos com o mínimo de espaço necessário dentro do apartamento e equipamentos comunitários (sala de jantar, biblioteca, ginásio, creche) dando suporte às famílias, de maneira que as demais atividades fossem desenvolvidas coletivamente (KOPP, 1900, p. 74-95).

Como exemplo, o complexo de apartamentos Narkomfin, projetado por Ginzburg e Milinis, em Moscou em 1928, serviu como um protótipo para o futuro modelo de habitação adequada para a nova sociedade que estava nascendo4. Denominado "condensador social", esse projeto foi pioneiro ao propor apartamentos duplex e usar princípios modernos como os pilotis, o teto jardim e as janelas em fita.

Figura 3 - Perspectiva do edifício Narkomfin, Moscou, 1928-1932.

Fonte: https://laciudadsocialista.wordpress.com/2014/09/29/https://arkinetblog.wordpress.com. Acesso em: 26 maio 2018.

A década de 1920 comportou experiências inovadoras de moradia coletiva, em termos tipológicos e urbanísticos, como mostram os exemplos citados anteriormente. A herança da cidade industrial foi base para as novas experiências que introduziram as propostas modernas. Os princípios do

[4] The Fall of the Narkomfin – end of na architetural vision. Terra Política, [s.l.], out. 2010.

modernismo tinham como principal destinatário o proletariado urbano – um coletivo –, através da preocupação com a questão da moradia, imposta à arquitetura (pela necessidade de reconstrução das cidades no pós-guerra) e abraçada pelos arquitetos (juntamente com a questão da cidade funcional), a partir do princípio do século XX.

O tema da habitação atravessa o período do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e se torna um dos tópicos das críticas realizadas por arquitetos mais jovens. Enquanto Le Corbusier e seu grupo *"considerava como Habitat os espaços destinados à habitação"* (BARONE, 2002, p.64), os mais jovens, por sua vez, tinham uma compreensão ampliada de que a moradia não era apenas a unidade residencial, mas os espaços de convívio e os espaços públicos, domínios que permitiam a existência de uma vida coletiva" (op.cit.).É comum estabelecer uma divisão em três fases da produção teórica dos CIAM, o que pode ser notado na produção de autores como Lamas (1994) e Frampton (1997).

A **primeira fase (1928-1933)** teve como principal tema a habitação social. Os arquitetos alemães contribuíram bastante para as discussões com a apresentação de diversos projetos e pesquisas com enfoque na habitação mínima social. No **primeiro CIAM (1928)**, ocorrido em La Sarraz, foram discutidas dimensões normativas, métodos e técnicas construtivas de produção eficientes visando a racionalização e a indústria da construção, requisitos essenciais para aumentar a produção de moradias, assim como para romper com os princípios formais do passado (FRAMPTON, 1997, p. 328). O **segundo CIAM (1929)**, realizado em Frankfurt[5], deu ênfase ao chamado modelo mínimo de habitação ou *existenzminimum*[6] (FRAMPTON, 1997, p. 328). O **terceiro CIAM (1930)** aconteceu em Bruxelas e teve como questão central os métodos construtivos racionais, conferindo especial atenção aos diferentes gabaritos das edificações e às disposições mais convenientes das construções (FRAMPTON, 1997, p. 328)

A segunda fase (1933-1947), fortemente influenciada pela figura de Le Corbusier, enfatizou o urbanismo moderno aos moldes da Carta de Atenas. No quarto CIAM (1933), realizado em um navio entre as cidades de Patras e Atenas, o tema central foi a Cidade Funcional. Foram discutidos

[5] Na época, almejava-se, entre os arquitetos participantes do evento, a concepção de um modelo de moradia mínima que oferecesse condições satisfatórias de higiene e habitabilidade a custos reduzidos para a camada carente da população. Alguns temas como renda mínima, valor de aluguel, custo da construção, padrões de conforto, assim como, normas construtivas e relacionadas à urbanização, foram quesitos amplamente discutidos nesse evento (ALMEIDA, 2007, p. 41).

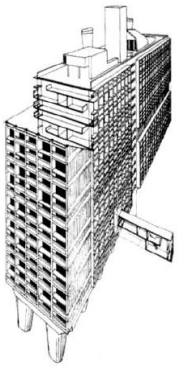
[6] Termo presente no título *Die Wohnung fur das Existenzminimum* (A habitação para o mínimo nível de vida) apresentado na exposição realizada em 1929, em Frankfurt.

o conceito de Unidade de Vizinhança (UV)7, unidade de habitação, os blocos e conjuntos residenciais, bem como a difusão de procedimentos como o zoneamento de funções, a concentração dos equipamentos coletivos, a priorização pela circulação, as preocupações com iluminação e ventilação dos cômodos, o planejamento regional e a valorização da área verde (LAMAS, 2010, p. 306).

O conceito de UV teve impacto significativo no urbanismo moderno e influenciou a organização de áreas habitacionais a partir dos anos 20, sendo um dos principais instrumentos para a reconstrução das cidades no pós-guerra e para a organização e desenho das áreas habitacionais. Com o amadurecimento ideológico e prático, foi verificado que tal conceito – alocado nas primeiras experiências de habitações coletivas europeias - abstraía a complexidade urbana e que as relações sociais iam além da problemática organizacional8 (LAMAS, 2010, p. 320).

Alguns arquitetos reinterpretaram esse conceito, como foi o caso de Le Corbusier cuja Unités d'Habitation, era de fato uma UV vertical. Eram caracterizados por lâminas com mais de dez pavimentos e centenas de células habitacionais, dotados de pilotis, teto-jardim, pontos comerciais e equipamentos de serviço e lazer, implantados com o intuito de transformar o edifício em um módulo autossuficiente.9.

Figura 4 - Unidade de habitação de Marselha.



Fonte: FRAMPTON, 1997.

[7] O conceito de Unidade de Vizinhança foi formulado por Clarence Perry no contexto do Plano de Nova York, de 1929. De acordo com Peter Hall (1998, p.143), a UV objetivava retomar, por meio do planejamento e desenho das cidades, as relações sociais entre vizinhos, verificadas em bairros antigos; representando "(...) uma grande renovação da confiança e na vitalidade da vizinhança como unidade política e moral". Dessa forma, era determinado o número de moradores das unidades habitacionais, e, a partir daí, especificadas às dimensões da área territorial e às disposições mais adequadas dos equipamentos e serviços, de maneira que possibilitassem relações comunitárias espontâneas e seguras entre os moradores (LAMAS, 1992).

[8] Comprovando que a sociologia não podia ser utilizada como único meio de se desenhar a cidade, exigindo maior participação e influência dos arquitetos e urbanistas (LAMAS, 2010, p. 306; CYMBALISTA e MOREIRA, 2006; BONDUKI, 2002; RUBANO, 2008; MARICATO, 2009; BARBOSA, PATERMAN e GOYENA, 2015; ELLIN, 1999; GEHL, 2013; NAVAZINAS, 2017).

[9] A primeira unidade executada foi a da cidade de Marselha, construída entre os anos de 1947 e 1953.

Por último, na **terceira fase** (1947-1959), foram colocadas em pauta questões como o esvaziamento dos centros e a necessidade de um ambiente que satisfizesse a questão emocional e simbólica dos indivíduos[10]. Esta fase será abordada no próximo capítulo.

Todos os casos discorridos anteriormente comprovam a evolução da discussão inicial acerca da habitação social, o percurso evidencia o amadurecimento do pensamento em relação a esse campo. Além de resultados urbanos e arquitetônicos, o debate na primeira metade do século XX colocou em destaque a complexidade que envolve esse tipo de planejamento através da inclusão das necessidades dos usuários no projeto, a preocupação com os espaços de convivência, acesso a serviços básicos e articulação com as vias.

Estas experiências e formulações europeias alcançarão outros países para além Europa, como ocorreu no Brasil, instigando as formulações brasileiras no campo da moradia social, em especial, a atuação do Estado e as diretrizes morfológicas da produção resultante (ALMEIDA, 2007, p. 45).

2.2 As experiências brasileiras

Foi também pela necessidade de se abrigar o grande contingente de trabalhadores presentes nas cidades que surgiram as soluções de habitação coletiva nas cidades brasileiras. Ao contrário de algumas experiências europeias que destinaram moradias pensadas para atender trabalhadores de diferentes classes sociais, no Brasil, o destino preferencial das habitações era para as classes mais baixas.

A partir do final do século XIX, o cenário urbano brasileiro esteve marcado por péssimas condições sanitárias, propiciando a frequente ocorrência de epidemias, em que as condições higiênicas das habitações foram apontadas como a causa dos surtos epidêmicos (BONDUKI, 1998, p. 20). Houve, nessa época, um grande crescimento urbano, difundindo-se as casas coletivas e os cortiços, os quais, embora condenados, proibidos e ameaçados de demolição, tornaram-se uma das formas de habitação mais comuns da classe trabalhadora[11].

[10] Foi o início das críticas ao funcionalismo e racionalismo que enfraqueceram cada vez mais os CIAM até que, em 1956, surgiu o grupo TEAM X, que, na edição de 1959, declara o fim dos congressos.
[11] A outra forma de provisão habitacional eram as vilas operárias construídas tanto pelas fábricas como por instituições do estado para fixação da mão de obra nos locais de trabalhos.

Com o comando de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), a questão da moradia assumiu papel fundamental no discurso e nas realizações do governo (BONDUKI, 1998, p. 77-97). Visto que a política de desenvolvimento nacional varguista possuía como um dos principais vieses a industrialização do país, a moradia destinada aos trabalhadores tornou-se fator primordial para a reprodução da força de trabalho.

Se antes a salubridade da moradia era a questão central, independentemente do seu estatuto de propriedade, a partir de 1930, o objetivo principal passou a ser o acesso à casa própria. Uma medida importante foi a criação e o fortalecimento de órgãos governamentais, com a intenção de produzir e/ou financiar habitações populares. Dessa forma, os programas desenvolvidos pelos países europeus serviram como referências de intervenção no Brasil.

Ainda na mesma década, em 1931, a habitação social se tornou tema de debate entre os profissionais da área através do primeiro Congresso de Habitação[12], quando se discutiu a economia de materiais, o maior aproveitamento do terreno, novas técnicas de construção, residências mínimas e higiene (BRUNA, 2010, p. 123). Nessa época, os arquitetos brasileiros mantinham-se atualizados quanto às novidades do cenário internacional, com os textos oriundos de Adolf Behne[13], Le Corbusier e aqueles provenientes do CIAM[14], além de textos de cunho mais prático que serviam como manual para construção de habitações modernas.

2.2.1 Reforma da moradia no Brasil antes do BNH

Como citado anteriormente, o Estado passou a ter uma atuação direta na construção de conjuntos de habitação social e financiamento para construção de moradias para trabalhadores. O Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP) e Fundação da Casa Popular (FCP) foram os primeiros órgãos federais que atuaram efetivamente no setor da habitação social no país (BONDUKI, 1998, p. 99).

O Instituto empreendeu a construção de um número significativo de habitações entre as décadas de 1930 e 1960, apesar de restrito às cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre (BONDUKI, 1998, p. 103). Do ponto de vista qualitativo, a produção dos IAPs merece destaque,

[12] Reunião sobre os rumos da habitação pós-revolução, com discussões semelhantes àquelas que aconteceram nos CIAM já realizados até então.
[13] Arquiteto e historicista alemão envolvido com os problemas das classes operárias e que escreveu sobre as primeiras experiencias modernas na Alemanha.
[14] Debate sobre a habitação para o mínimo de vida que havia se realizado em 1929, em Frankfurt.

pois os projetos trouxeram inovações importantes nos desenhos arquitetônicos, novas tipologias de ocupação do espaço e tendências urbanas mais modernas. Parte significativa dos arquitetos adotou uma atitude de projeto afiliada ao movimento moderno, buscando compatibilizar "economia, prática, técnica e estética" (BONDUKI, 1998, p. 134). Em relação às tipologias habitacionais concebidas pelos IAPs, podem-se citar basicamente quatro: os blocos de apartamentos, os conjuntos mistos (moradias isoladas, geminadas e blocos de apartamentos), as residências coletivas para solteiros e as vilas suburbanas, nas quais, foram aplicados preceitos inovadores em relação à urbanização associados, sobretudo, aos modelos de cidade-jardim e de UV (ALMEIDA, 2007, p. 88).

Figura 5 - Vila Guiomar, conjunto que se aproxima da concepção da Siedlungen alemã.
Figura 6 - Bairro Industriário (IAPI), exemplar com influência da Hof vienense.

Fonte: BONDUKI, 2002.

Tanto nos casos das tipologias habitacionais coletivas, quanto nas unifamiliares, buscavam-se as novas tecnologias construtivas, a redução das dimensões e do número de cômodos, a eliminação de ornamentos e das áreas de circulação interna (corredores), a estandardização da produção e dos elementos construtivos, além da padronização das construções (ALMEIDA, 2007, p. 90). Já em relação a dimensão urbanística, surgiram grandes blocos de moradia coletiva, verdadeiras unidades de habitação e obras que se enquadravam nos pressupostos de UV, com a preocupação de inserção na malha urbana e a proximidade com o centro (ALMEIDA, 2007, p. 90).

Já a FCP, criada em fevereiro de 1946 no governo Dutra, foi o primeiro órgão no âmbito federal com a atribuição exclusiva de solucionar o problema habitacional. À FCP cabia, entre outras atividades, financiar obras urbanísticas de abastecimento d'água, esgotos, suprimento de energia elétrica, assistência social e outras que visassem o bem-estar das classes trabalhadoras; estudar e classificar os tipos de habitação social, tendo em vista as tendências arquitetônicas, hábitos de vida, condições climáticas e higiênicas, recursos de material e mão-de-obra das principais regiões do país (BONDUKI, 1998, p. 116).

Ao contrário das inovações arquitetônicas e urbanísticas consolidadas pelos Institutos por meio de seus conjuntos habitacionais, a Fundação construiu basicamente moradias unifamiliares isoladas, embora não se deva desprezar totalmente a influência da arquitetura moderna em suas construções. Bonduki cita o Conjunto Residencial em Deodoro, edificado na década de 1950, cujo projeto foi concebido pelo arquiteto Flávio Marinho Rego e o projeto do Pedregulho o qual inovou ao incorporar diferentes usos no terreno do conjunto, destinados aos servidores municipais de baixa renda, ambos no Rio de Janeiro (BONDUKI, 1998, p. 162).

Figura 7 - Conjunto Deodoro construído no âmbito da Fundação da Casa Popular.

Fonte: BONDUKI, 2002.

Figura 8 - Vista externa do Conjunto residencial Pedregulhos.

Fonte: Alberto Jacob, Agência O Globo.

Apesar da quantidade expressiva de unidades[15], diante da enorme demanda, notou-se a fragilidade dessas políticas para satisfazer a carência de moradias, que crescia de forma exponencial naquelas décadas devido ao êxodo rural. O fracasso da FCP atrasou em 20 anos a formulação de uma política habitacional, transferindo essas soluções para os próprios trabalhadores, através do auto empreendimento (BONDUKI, 1998, p. 115). A qualidade arquitetônica das construções dos Institutos e da Fundação da Casa Popular foi perdendo espaço no processo construtivo das moradias com o passar dos anos, pois houve uma maior preocupação com a questão quantitativa. Novas experiência no âmbito da construção de habitação coletiva tornaram-se realidade, após 1964, no cerne do Banco Nacional de Habitação (BNH).

2.2.2 A atuação do BNH

O novo regime inaugurado com o golpe militar de 1964 buscou consolidação - entre outras estratégias - por meio de programas de financiamento para a habitação econômica, o que possibilitou mais recursos para suprir o déficit habitacional. Criado no mesmo ano, com atuação mais efetiva a partir de 1967, o BNH teve na década de 1970 o período de maior atividade.

Segundo Sanvitto, nesse período, o Brasil não deixava de defender alguns dogmas do movimento moderno, como a ideia do homem tipo, que desconsiderava as diferenças culturais. Desta forma, todas as pessoas teriam as mesmas necessidades, ou deveriam se adaptar a esse "maravilhoso mundo" que a nova arquitetura anunciava. Era a promessa de uma vida melhor, num mundo mais organizado, onde cada função teria seu espaço segregado como propagava a ideologia da cidade moderna. O princípio da tábula rasa[16] que sustentava o paradigma da criação a partir do nada também foi levado em conta (SANVITTO, 2010, p. 144).

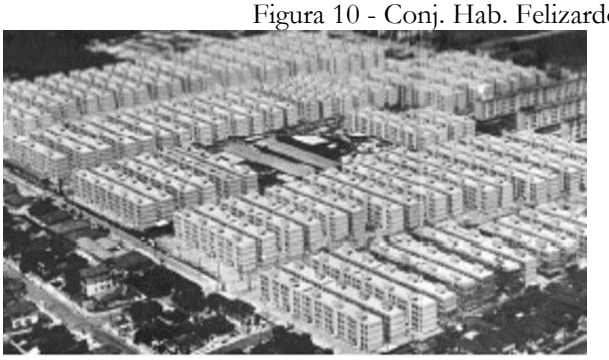
Outra questão importante a considerar é a crença no caráter messiânico da arquitetura que vigorou no período. O movimento moderno atribuiu à arquitetura o papel de agente de transformação social, ordenando a nova cidade e determinando o comportamento das pessoas. A adaptação dos usuários à nova arquitetura seria um processo espontâneo, uma vez que, aos olhos modernistas, oferecia a melhor forma de morar. Tal convicção trazia a certeza de que habitantes de favelas e

[15] Segundo Nabil Bonduki, em um balanço geral, entre 1937 e 1964, os IAP's e a FCP produziram cerca de 143 mil unidades habitacionais, média de 5,3 mil por ano no momento de maior intensidade nas construções no período populista, quando no país havia em média 44,9 milhões de habitantes.

[16] O termo remete a ideia de desconexão com o sítio e reforça o pensamento quantitativo em detrimento ao qualitativo referente aos projetos.

barracos se transformariam em moradores de conjuntos habitacionais em altura de forma natural (SANVITTO, 2010, p. 28)[17].

Figura 9 - Conjunto habitacional Ponta da Praia, Santos, 1967.
Figura 10 - Conj. Hab. Felizardo Furtado, 1974.



Fonte: SANVITTO, 2010.

Durante todo o seu período ativo, o banco foi alvo de duras críticas, as quais se concentraram em dois principais aspectos: o operacional e o formal. No que se refere ao aspecto formal, e a interessar para esta pesquisa, Nabil Bonduki afirma que o BNH difundiu um tipo de intervenção que foi adotado em quase todas as cidades do país, independentemente de suas especificidades urbanas, sociais e culturais. A ausência da participação comunitária acarretou projetos uniformes, monótonos, ausentes de relação com o entorno e localizados na periferia, era a repetição de um modelo de edificação que desconsiderava seu próprio contexto. Dessa forma, apesar do BNH ter estruturado uma política habitacional articulada, centralizada e em grande escala, a qualidade dos projetos dos conjuntos habitacionais executados significou um retrocesso quando comparado a experiências anteriores (BONDUKI, 1998, p. 317).

De acordo com Sanvitto, as críticas oficiais da classe profissional dos arquitetos sempre estiveram vinculadas às questões de planejamento, particularmente no que diz respeito à inserção urbana dos conjuntos, à ausência de equipamentos e à necessidade de tratamento diferenciado aos diversos níveis (local, regional ou de abrangência nacional) (SANVITTO, 2010, p. 114).

A primeira crise mundial do petróleo, a partir de 1973, e o fim do "milagre econômico brasileiro" afetaram a solvência do BNH que foi finalmente solapada pela crise econômica inaugurada em

[17] As tarefas centrais atribuídas ao BNH eram, entre outras: orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro da Habitação; incentivar a formação de poupanças e sua canalização para o Sistema Financeiro da Habitação; e disciplinar o acesso das sociedades de crédito imobiliário ao mercado nacional de capitais (SANVITTO, 2010).

1979, momento em que a dívida externa já estava fora de controle (SANVITTO, 2010, p. 104) 18. Assim, as dificuldades enfrentadas pelo BNH conduziram à sua extinção em 21 de novembro de 1986.

2.2.3 Período pós-BNH (1986 – 2009)

Com a extinção do BNH, iniciou-se um período marcado pela indefinição de uma política nacional de habitação e pela contínua transferência de responsabilidades administrativas com respeito à questão habitacional19. Dessa forma, é possível afirmar que havia, naquela época, uma instabilidade no tratamento em âmbito federal da questão habitacional, passando por instituições diversas e com a fragmentação da atuação de políticas públicas, visto que cada governo atuante nesse período elaborou seu próprio conjunto de políticas e programas habitacionais. Os governos seguintes de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco foram marcados, então, por políticas altamente pontuais nas quais, apesar de o discurso oficial priorizar as classes historicamente excluídas, pouco se produziu efetivamente para solver o problema habitacional[20].

Nesse interregno entre programas, começaram a surgir propostas alternativas como a urbanização de favelas e a construção de moradias por sistemas de mutirão e autogestão. O período também se destacou pelas pesquisas realizadas no campo acadêmico, as quais se voltavam para protótipos e novos sistemas construtivos (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016, p. 75).

---

18 Em sequência, o Banco entrou em sérias dificuldades com a inadimplência generalizada, drástica redução na captação de recursos, somados a inúmeros imóveis sem comercialização, e a contestação organizada de mutuários frente às fórmulas de reajuste das prestações comparadas aos reajustes salariais (SANVITTO, 2010, p. 140).

19 Em 1985, o BNH vinculou-se ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e, em 1987, transformou-se no Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano. Em 1988, foi renomeado Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, que foi extinto em 1989. Nesse momento, a política de habitação ficou novamente sob responsabilidade do Ministério do Interior. Em 1990, foi criado o Ministério da Ação Social, posteriormente renomeado Ministério do Bem-estar Social, onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação. Durante o governo FHC foi instituída a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), vinculada à presidência da República, que se responsabilizou pelas instituições ligadas à política habitacional até 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, no qual se alocou a Secretaria Nacional de Habitação (CYMBALISTA e MOREIRA, 2006, p.35).

20 Entre 1995 e 2002, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve algumas inovações no que se refere à questão habitacional, como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Contudo, apesar de se mostrar positivo do ponto de vista socioespacial, Azevedo e Andrade (2007) argumentam que o PAR acabou por manter a exclusão das classes populares, tendo em vista que era voltado ao atendimento de uma clientela na faixa entre quatro e seis salários-mínimos de renda familiar.

A Constituição Federal de 1988 incentivou a municipalização das políticas habitacionais. No entanto, o cenário de grande instabilidade da economia brasileira, na primeira metade dos anos 1990, caracterizado pela alta inflação, contribuiu para o quadro de pouca realização por intermédio do modelo de regionalização das políticas representadas pela atuação da Companhia de Habitação Popular (COHABs) e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops)[21] (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016, p. 75).

Nesse momento, houve um esforço a nível federal para associar as soluções de habitação ao desenvolvimento das cidades, articulando ações como saneamento básico e transporte urbano com o planejamento habitacional, sendo inclusive criada a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), em 1999. Por sua vez, as crises financeiras internacionais e a necessidade de redução dos gastos públicos, não as fizeram alavancarem, resultando em poucas unidades produzidas (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016).

Com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, novas oportunidades se abriram relativamente à questão urbana e habitacional em âmbito federal. Bonduki (2009) argumenta que as novas políticas previam expressiva diversidade de soluções para resolver o problema habitacional e tinha como pressuposto que a questão não se resolveria sem uma profunda reforma nas bases fundiárias e, por isso, destaca o autor, a aprovação do Estatuto da Cidade[22]. A estruturação do Ministério das Cidades, durante os primeiros anos do governo Lula, foi também essencial na elaboração de uma proposta concisa para uma política habitacional, visto que, pela primeira vez, desde a extinção do BNH, pensou-se em um órgão federal exclusivo para tratar da questão urbana, que contou em sua estrutura com a Secretaria Nacional de Habitação.

A partir de 2003, observou-se a retomada da tentativa de construção de uma nova política habitacional nacional defendendo a manutenção do papel estratégico das administrações municipais. Após alguns desdobramentos, formulou-se também o Plano Nacional de Habitação

[21] O plano de ação imediata para habitação (PAIH), nesse período, contava com a estrutura das COHABs para promover habitação visando a população na faixa de rendimentos entre zero e cinco salários-mínimos (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016)

[22] Criada em 2001, era requisito para que se pudesse dispor de instrumentos urbanísticos e econômicos que fossem capazes de incentivar o cumprimento da função social da propriedade, estabelecida na Constituição Federal de 1988. A aprovação do Estatuto e seus instrumentos urbanísticos voltados à função social da propriedade, tornou obrigatório o desenvolvimento dos Planos Diretores para as cidades com mais de 20.000 habitantes. Nesse período, houve também a criação das ZEIS, a implementação do orçamento participativo em algumas prefeituras e as tentativas de estruturação de novas linhas de financiamento adequados à habitação social.

(PlanHab), que, como afirma Bonduki (2009) tinha por objetivo planejar as ações necessárias ao equacionamento entre instâncias do governo a respeito da questão habitacional. Em 2005, completando o novo aparato político-institucional, foi instituído o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)[23]. No entanto, em março de 2009, "atropelando" a construção do PlanHab e como resposta à crise imobiliária dos Estados Unidos - que passava paulatinamente a afetar negativamente o quadro macroeconômico internacional – foi inaugurado o Programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV). Semelhantemente ao BNH, o Programa era gerenciado por uma instituição financeira, a Caixa Econômica Federal, e visava impulsionar a economia por meio dos efeitos gerados pela indústria da construção civil (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016)

2.2.4 Cenário atual

O Programa *Minha Casa Minha Vida* (MCMV) esteve em vigor[24] durante um período de mais de dez anos, de acordo com dados de 2019[25], após esses anos de atuação, 5,7 milhões de unidades habitacionais foram contratadas, das quais 4,3 milhões foram executadas e, cerca de 222 mil unidades estavam em construção. Em comparação com os programas anteriores, os números também são bastante significativos: no período dos IAPs (1934-1964) foi de 124.025; no período BNH (1964-1986) foi de 4.400.000.

Apesar de alcançar números expressivos, o MCMV foi muito criticado pelo fato de os conjuntos se localizarem em regiões periféricas, em áreas carentes de infraestrutura, emprego e equipamentos (BONDUKI, 2009). Segundo aponta Benetti, Pecly, e Andreoli, a qualidade do espaço de moradia também costuma não ser mensurada nesses novos conjuntos habitacionais, "vários aspectos como diversidade de uso, permeabilidade, acesso a emprego e serviços" não são considerados (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 20).

Rolnik (2015), em concordância, afirma que se trata da concentração de um conjunto expressivo de empreendimentos de grande porte, com tipologia padronizada, destinados a uma mesma faixa

---

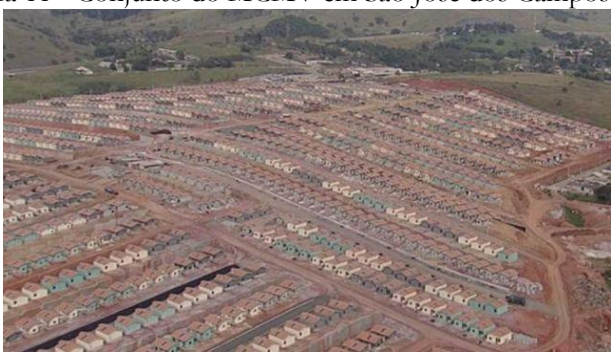
[23] Criado por meio da lei federal 11.124/2005. O SNHIS tinha como pressuposto a participação dos três níveis de governo no equacionamento da questão da moradia, cabendo aos municípios elaborar suas próprias Políticas Municipais de Habitação. Vale salientar, todavia, que nada foi feito em termos práticos.

[24] Retomado em 2023 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

[25] Disponível em: https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#end-card

de renda e inseridos num tecido urbano monótono, com pouca diversidade de uso (ROLNIK, 2015, p. 139). Maricato (2009) explicita que o Programa "deixa a desejar em relação aos temas da habitação social (se considerarmos tudo o que avançamos conceitualmente sobre esse tema no país)" [26].

Figura 11 - Conjunto do MCMV em São José dos Campos (SP).



Fonte: Fotografia de Ermínia Maricato. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520

Figura 12 - Residenciais Osório C e D. Conjunto MCMV no Itaim Paulista, São Paulo, 2020.

Fonte: reprodução MDR. Disponível em: https://www.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/caixa-sorteia-apartamentos-da-estrada-do-couto-na-segunda-feira/48636

Outras das principais críticas ao programa estão relacionadas a reprodução de uma tipologia padrão e uniforme para as diversas regiões do país, tendo como referência um modelo estandardizado proposto pela Caixa Econômica Federal, indo, assim, de encontro ao que está posto no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), como o respeito às diferenças entre as cidades e estados (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 18). Fix e Arantes (2009) também destacam que as unidades habitacionais do PMCM eram construídas com o menor tamanho permitido pelas regras do programa, gerando uma alta densidade de pessoas por cômodo, quando em núcleos familiares maiores (ARANTES, FIX, 2009, p. 9).

[26] MARICATO, E. "O 'Minha Casa' é um avanço, mas segregação urbana fica intocada". In: Carta Maior, 27/05/2009. Disponível em http://www.cartamaior. com.br.

Em suma, pode-se afirmar que apesar de sua criação representar o modo como as políticas públicas habitacionais estavam sendo repensadas a partir dos ideais oferecidos pelo PlanHab, o MCMV se distanciou dos interesses originais do plano de habitação no seu funcionamento, o que se fastou também das necessidades de seus usuários.

O déficit habitacional deixa claro, por sua vez, que as possíveis soluções não têm como estarem dissociadas da industrialização da construção e da adoção de padrões que agilizem a produção maciça de unidades. Nesse sentido, há que se ressaltar a importância do MCMV como política nacional para o enfrentamento de uma condição histórica de carência de habitação social, do ponto de vista da velocidade com que o programa conseguiu produzir respostas frente ao complexo cenário brasileiro burocrático.

Em um contexto de mudança presidencial e restrições orçamentárias, no período do governo Bolsonaro (2018-2022), foi aprovado em 2020 o programa Casa Verde e Amarela, com promessas de novas diretrizes e faixas de renda distintas das promovidas pelo programa antecessor. Na prática, a nova política habitacional do governo foi, primordialmente, uma reformulação das taxas de juros e ajustes financeiros como forma de equilíbrio econômico[27].

Essa nova estratégia parece sugerir a manutenção dos resultados de projetos (e cidades) obtidos nos últimos anos. Uma das principais problemáticas levantadas nessa pesquisa, assim como no MCMV, é a localização dos empreendimentos em regiões periféricas e o favorecimento de soluções que desconsideram o contexto de cada projeto, o que revela um retrocesso quando comparado as experiências iniciais de moradias já vividas no país. Ou seja, uma produção com respostas significativas em termos quantitativos, mas que negligencia a qualidade arquitetônica e urbanística. Na prática, o problema se reflete na periferização dos conjuntos habitacionais como consequência dos interesses de redução de recursos investidos por parte da iniciativa privada. A estratégia utilizada para diminuição do custo ou do tempo de produção tem sido o aumento da escala dos empreendimentos. Nesse sentido, as empresas buscam terrenos de maior dimensão, reforçando o processo de periferização, "pois é mais difícil encontrar áreas de tamanho e valor adequados nas regiões centrais das cidades" (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016, p. 75).

[27] Disponível em: https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#end-card.

Ainda como consequência do modelo de implantação periférico, tem-se a questão evidente do distanciamento dos moradores das ofertas dos grandes centros, dificultando o cotidiano. Esse tipo de produção, portanto, exige um modelo de circulação e mobilidade dependente de veículos automotores, como também impõe o desenvolvimento de uma série de infraestruturas como vias de ligação, transporte coletivo, equipamentos educacionais e de saúde (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 140).

Esse modelo de inserção urbana de habitações coletivas é também insustentável do ponto de vista socioeconômico pois ocorre a espacialização das oportunidades em regiões centrais das cidades, ao passo que periferias continuam desprovidas de urbanidade" (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016, p. 75). Nas localizações desses conjuntos, é comum perceber a falta de espaços verdes e equipamentos coletivos, monotonia das soluções estéticas aplicadas aos conjuntos edificados, e escassez de oportunidades econômicas e culturais; fatores esses que dificultam a apropriação do lugar por parte de seus usuários.

> O modelo da casa isolada no lote, dos conjuntos habitacionais implantados pelo Estado em áreas distantes e sem urbanidade, a repetição de tipologias, as baixas densidades e a não racionalização da obra perduram como hipóteses falidas nas cidades brasileiras de hoje. Diferentes agentes sociais compõem a produção da cidade e estão envolvidos com a discussão das condições de seu presente e suas possibilidades futuras (RUBANO, 2008).

Quando posta a questão da ampliação da demanda habitacional como uma das pautas atuais mais preocupantes, faz-se urgente repensar a produção massificada e periférica de habitação no país. Com essa finalidade, incentiva-se a produção habitacional sob a ótica da qualidade dos projetos em detrimento de critérios exclusivamente quantitativos, seja em termos espaciais e das tipologias ofertadas, seja de sua inserção urbana. Uma alternativa ao modelo periférico, consiste em incentivar a produção de conjuntos habitacionais em zonas consolidadas, aproveitando-se da infraestrutura já disponível.

Seguindo esse modelo alternativo, nos últimos anos foi possível identificar experiências pontuais em alguns trechos do território das cidades, promovidos através promovidos através do trabalho de movimentos organizados, administrações progressistas e programas federais novos, os quais concretizaram projetos diferenciados, demonstrando que é possível conceber moradia social de qualidade. Esse modelo de projeto, fundamentada em novos conceitos, traz à tona temas que

contribuem para a retomada da discussão da habitação coletiva, construindo mesmo que pontualmente, novas formas de implantação na escala da cidade (VILLA, OLIVEIRA, *et al.*, 2016).

2.3 Um caminho alternativo: urbanização de favelas e ocupação dos "vazios urbanos"

Em paralelo às políticas públicas de habitação social - ineficientes para atender a crise histórica e recorrente do déficit habitacional – a população buscou vias informais como forma de moradia. Conforme explica Leitão e Delecave, a lógica da localização das favelas é entendida na busca pela busca estratégica de áreas desocupadas próximas aos mercados de trabalho e serviços. Muitas dessas áreas, no entanto, podem ser consideradas impróprias para habitação, uma vez que comumente são implantadas em encostas de morros ou margens de rios e lagoas. Tal condição coloca em evidência as carências de infraestrutura e serviços, "criando péssimas condições de habitabilidade e fragilizando socialmente a população desses assentamentos" (LEITÃO e DELECAVE, 2011, p. 75).

A partir dos nos 1970 foram implementados pelo estado programas habitacionais alternativos, os quais tiveram em comum o reconhecimento e considerações projetuais das práticas de produção do ambiente construído das favelas. Nesse momento, a maior parte dos programas desenvolviam as construções por meio dos regimes de mutirão e e/ou de ajuda mútua (LEITÃO e DELECAVE, 2011, p. 75,76).

A partir da Constituição de 1988, toda a questão referente às invasões de terra passou a alçada do município. Nesse momento, surgem algumas políticas públicas locais com visões que buscavam reafirmar a ideia da integração das favelas, como parte efetiva do tecido urbano formal, buscando promover a melhoria das condições de vida da população favelada e integrá-la ao resto da cidade (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 15).

Uma dessas políticas, criada a partir das diretrizes contidas no Plano Diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro, foi o **Programa Favela-Bairro**, iniciado em 1994 com a realização de um concurso público de metodologias para intervenção em comunidades faveladas. As principais ações destinadas a promover a integração das favelas ao tecido urbano da cidade formal deveriam: complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos;

consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística (LEITÃO e DELECAVE, 2011, p. 76).

Em 2010, a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro lançou outro programa como uma extensão do Favela Bairro[28], o **Morar Carioca**, tendo como objetivo urbanizar todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Para viabilizar o programa, semelhantemente ao Favela-Bairro, a prefeitura promoveu um concurso de metodologias de urbanização de favelas, com a parceria do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ). O Programa trouxe um novo estágio de abordagem das intervenções urbanísticas em assentamentos precários informais, propondo a incorporação dos conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia saudável, bem como a ampliação das condições de acessibilidade.

Figura 13 - Antes das obras da Comunidade Jardim Primavera, em Vicente de Carvalho.
Figura 14 - A Comunidade Jardim Primavera, em Vicente de Carvalho, durante as obras do Favela-Bairro.

Fonte: Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/j_prim_antes.htm / http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/j_prim_depois.htm

[28] Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=12410#:~:text=Formalmente%20uma%20extens%C3%A3o%20do%20programa,conhecimentos%20t%C3%A9cnicos%20e%20arquitet%C3%B4nicos%20acumulados.

Figura 15 - Projeto Morro dos Macacos produzido para o Morar Carioca pelo escritório de Héctor Viglieca (2011-em andamento).

Fonte: Disponível em: http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/morar-carioca

As ideologias que motivaram esse tipo de intervenção, evidenciam uma transformação nas abordagens conceituais dos projetos de urbanização de favelas. Havia, anteriormente, entre os arquitetos e urbanistas, quase que um consenso sobre o respeito a permanência do habitat construído pelos moradores, ao longo de anos e com recursos e esforços próprios. "Soma-se a isso a perspectiva, fundamentada em teóricos (como Turner, 1977), de que a favela era a resposta possível" para a crise da habitação social, diante da ausência de políticas habitacionais adequadas, "muito mais uma solução do que um problema" (LEITÃO e DELECAVE, 2011, p. 78).

A irregularidade da morfologia das favelas traduziria, portanto, "as limitações e possibilidades de produção do habitat pela população mais pobre, na luta pelo direito à cidade". As soluções em áreas periféricas, sem transporte público e equipamentos comunitários adequados, além de projetados sem participação popular, impunham novas resoluções morfológicas. Nesse sentido, as remoções passaram a ser previstas para viabilizar condições mais adequadas de acessibilidade, além da retirada de famílias que ocupavam áreas de risco (LEITÃO e DELECAVE, 2011, p. 78).

Desse modo, é possível perceber uma nova forma de compreender o espaço construído da favela, levando em conta os desafios da habitabilidade, ao mesmo tempo que é legitimada sua inserção na cidade. As novas intervenções surgem, portanto, como costuras inseridas no tecido da favela.

2.4 Outras formas de intervenção: produções recentes de habitação social no país

Apesar da precariedade arquitetônica e urbanística da maioria dos conjuntos construídos ao longo das últimas políticas públicas federais e de seu distanciamento em relação as centralidades urbanas, existem, entretanto, projetos recentes com ideais arquitetônicos e urbanísticos representantes de uma nova forma de pensar habitação social. Projetos construídos a partir de premissas de acesso à infraestrutura urbana, conectividade com o entorno imediato, eficiência construtiva, conforto ambiental e salubridade nos interiores das unidades habitacionais.

Como visto previamente, a partir dos anos 80, com a crise do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação, as políticas habitacionais desenvolvidas pelos municípios ganharam maior repercussão. As despesas com a promoção de políticas habitacionais foram gradativamente transferidas às entidades estaduais ou municipais (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 19). Alguns dos projetos implantados nessa lógica mostram a possibilidade de conferir identidade arquitetônica aos novos conjuntos sem, necessariamente, segregá-los da malha urbana.

Em geral, as novas construções foram executadas em "vazios urbanos" - glebas e terrenos localizados em áreas urbanizadas - com o objetivo de evitar a extensão horizontal da cidade, aproximando a moradia do local de trabalho e aproveitando melhor as redes de serviços, equipamentos urbanos e linhas de transportes coletivos já instalados. O desenvolvimento dos projetos baseou-se na sua adequação ao entorno, com espaços públicos livres resolvidos não como sobras do espaço construído, mas como elementos articuladores dos edifícios.

Entre os arquitetos de maior destaque trabalhando nesta área e com esta perspectiva nas duas últimas estavam Demetre Anastassakis, Jorge Mario Jauregui, no Rio de Janeiro, e Marcos Boldarini em São Paulo, mas outros grupos de arquitetos têm se destacado também em outras partes do país mais recentemente.

Com a experiência de mais de 15.000 unidades habitacionais produzidas principalmente no Rio de Janeiro, o arquiteto grego naturalizado brasileiro, Demetre Anastassakis "lutava contra o modelo de cidade que cria máquinas de exclusão, tirando a população mais pobre das áreas urbanizadas e criando periferias sem a infraestrutura necessária" (ECHEVERRIA, 2019, p. 6).

Um de seus projetos mais conhecidos e, também, local de sua própria moradia, o Moradas da Saúde no Rio de Janeiro é um ótimo exemplo da sua preocupação de integração entre moradia e demais

interesses dos usuários. O projeto fez parte de uma política de revitalização da região do Porto do Rio, seguindo o conceito urbanístico de ocupar os centros das cidades com moradias, para que as pessoas residam perto do trabalho.

Figura 16 - Moradas da saúde, Rio de Janeiro, 1996.

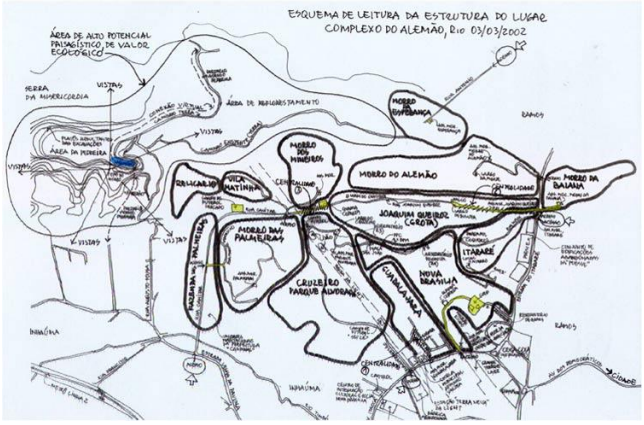
Fonte: https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.143/7440

Outro arquiteto de forte produção no contexto de urbanização de favelas, sobretudo em programas como o Favela Bairro, é o argentino Jorge Mario Jáuregui. Sua atuação remonta a projetos em comunidades onde todos os aspectos da informalidade coexistem como Fubá Campinho, Macacos, Rocinha e Complexo do Alemão (projetos realizados entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000). Sobre sua experiência de mais de vinte anos em áreas informais da cidade, ele afirma:

> [...] para mim, organizar a favela implica - partindo da leitura da estrutura do lugar e da "escuta", em sentido psicanalítico, da demanda - enfrentar o caos até convertê-lo em forma; e caos aqui significa uma ordem complexa, não uma desordem (JÁUREGUI, 2015)[29].

[29] BARBOSA, Antônio Agenor; PATERMAN, Rachel; GOYENA, Alberto. O mestre da habitação social. Entrevista com o arquiteto e urbanista Jorge Mario Jáuregui. Entrevista, São Paulo, ano 16, n. 064.01, Vitruvius, out. 2015.

Figura 17 - Esquema de leitura da estrutura do lugar. Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, 2002.



Fonte: http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html

A partir da década de 90, São Paulo passou a apresentar algumas iniciativas para a habitação social, uma alternativa foi a solução de verticalização, como experienciada pela USINA – CTAH no COPROMO (1991-1998) por meio de mutirão em Osasco, com influência direta das cooperativas uruguaias. Já projetos como a urbanização do complexo Cantinho do Céu, encabeçado pelo arquiteto Marcos Boldarini, são exemplos mais recentes (2008) de intervenções em áreas informais como alternativa para suprir o conjunto de déficits de infraestrutura, qualificar e integrar o assentamento à cidade. O projeto traz à tona também a importância do espaço público e coletivo para a população local, transformando-o no instrumento principal para a qualificação do bairro, através de artifícios como parque, equipamentos para esporte e lazer. Além disso, tratou também a tarefa de estudar as residências com necessidade de serem relocadas, seja por questões de análises de risco ou de localização em áreas não estratégicas para as melhorias mobilidade e infraestrutura urbana desejadas.

Figura 18 - Cantinho do céu, projeto de Boldarini Arquitetos Associados, São Paulo, 2008.

Fonte: Fotografia de Daniel Ducci. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-157760/urbanizacao-do-complexo-cantinho-do-ceu-slash-boldarini-arquitetura-e-urbanismo

Mais recentemente, outro exemplo dessa solução foi o conjunto Jardim Edite, desenvolvido pelo MMBB Arquitetos em parceria com o H+F, em 2010, a pedido da Secretaria de Habitação da prefeitura de São Paulo, ocupando o lugar da favela de mesmo nome. Destaca-se o a integração três equipamentos públicos - Restaurante Escola, Unidade Básica de Saúde e Creche – para servir tanto aos moradores quanto à vizinhança.

Figura 19 - Conjunto Habitacional do Jardim Edite, MMBB & H+F, São Paulo, 2010.

Fonte: Fotografia de Nelson Kon. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-134091/conjunto-habitacional-do-jardim-edite-slash-mmbb-arquitetos-plus-h-plus-f-arquitetos

Em Brasília, o arquiteto e urbanista Gilson Paranhos tem contribuído para a reflexão sobre a temática habitacional por meio da prática. Entre 2015 e 2018, enquanto presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab DF), Gilson desenvolveu um trabalho pioneiro através da assistência técnica pública e gratuita e concursos, os quais são importantes ferramentas para produção de novos conjuntos.

Em Pernambuco, o projeto Sobrados Novo Jardim (2016), do escritório Jirau, é um exemplar produzido a partir do MCMV mas que soube trazer outra preocupação importante para o projeto de habitação coletiva: a sustentabilidade da edificação com as possibilidades de incremento e crescimento de ambientes ao longo do tempo, conforme necessidades dos usuários. É possível fazer um paralelo claro com a obra de Alejandro Aravena no Chile, o qual também projetava vazios estratégicos na habitação para ampliação e intervenção dos próprios moradores.

Figura 20 - Sobrados Novo Jardim, Jardim Boa Vista, Pernambuco, 2016.

Fonte: Fotografia de Antonio Preggo. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/918663/sobrados-novo-jardim-jirau-arquitetura.

Figura 21 - Quinta Monroy, Chile, Alejandro Aravena - ELEMENTAL, 2003.

Fonte: Fotografia de Cristobal Palma / Estudio Palma. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental.

Projetos como esses expostos anteriormente mostram soluções positivas para a questão da habitação coletiva, são exemplos que vão de encontro a muitos dos conjuntos construídos através das políticas públicas das últimas décadas. Dessa forma, nota-se que é possível implementar uma arquitetura popular sem que se renuncie à integração com a cidade e ao respeito com seus usuários.

****

Por fim, tendo em vista todos os pontos analisados, foi possível situar o panorama da habitação social no Brasil, pontuando, inicialmente, a trajetória europeia no contexto do entre guerras e os grandes debates acerca da cidade, os quais influenciaram vários arquitetos e urbanista na época. Em seguida, viu-se que o déficit de moradias tem sido uma problemática nacional recorrente ao longo dos anos e, por isso, houve grandes iniciativas e investimentos por parte do governo para solucioná-lo, com programas como o BNH e o atual *Minha Casa Minha Vida*. Foi possível identificar também uma preocupação maior em solucionar o déficit em termos quantitativos com

pouca qualidade arquitetônica, salvo alguns projetos em cada época. O programa em vigência[30], em consonância, tem repetido os mesmos equívocos anteriormente observados e indo de encontro às formulações desenvolvidas acerca da habitação e desenho da cidade das críticas pós-modernas.

Sendo assim, é válida a busca por demais projetos de arquitetura voltados para demandas sociais – analisando produções como a do escritório de Héctor Vigliecca, as quais atuaram/atuam no desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social -, com o intuito de encontrar desvios (metodológicos, teóricos e práticos) e possíveis contribuições para atual produção.

É importante ressaltar que, apesar de alguns bons exemplos que respondem às necessidades da habitação social, os programas por parte de governo apresentam diversas falhas por terem como principal objetivo impulsionar o mercado imobiliário, e não responder ao déficit habitacional. O BNH E MCMV apresentam as mesmas fragilidades, como não considerar as necessidades dos usuários e descentralizar os projetos, afastando-os dos centros urbanos.

A questão da habitação é um tema fundamental para o Brasil, e que, como mostrado, vem sendo debatida há algumas décadas. É válido destacar que esse debate foi bastante enriquecido com as críticas ao urbanismo moderno, quando se iniciou um período de estudo da cidade que se concentrou mais nas necessidades dos cidadãos, em busca de uma melhor qualidade de vida urbana, o que será abordado no próximo capítulo.

[30] Em 2023, o programa em vigência voltou a ser o Minha Casa Minha Vida, após o período do programa Casa Verde Amarela (2021-2022), no governo de Jair Bolsonaro.

3 REFERENCIAIS PARA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL E CIDADE

Como esta dissertação busca analisar os projetos de habitação social de Héctor Viglieca frente a cidade, considera-se não somente as relações intrínsecas ao objeto arquitetônico, mas também as relações externas e contextuais. Para tanto, é imprescindível o aprofundamento teórico em alguns temas particularmente aqueles relacionados a revisão do urbanismo moderno[31], sobretudo nas décadas de sessenta e setenta. Tal período coincide também com a época de formação de Viglieca, como será visto no terceiro capítulo.

Desse modo, neste segundo capítulo pretende-se fazer uma revisão bibliográfica a partir do período pós Segunda Guerra Mundial, momento que possibilitou novos posicionamentos críticos e teóricos, assim como, novas formas de atuação e abordagens por parte dos urbanistas, que terminaram por levar a diferentes práticas projetuais em relação ao espaço urbano e na relação com a arquitetura. Não se trata de um conjunto único de regras pré-estabelecidas, mas princípios que passaram a fazer parte da forma de trabalho desses profissionais diante dos desafios contemporâneos - aqui explorados sob a ótica da habitação coletiva –, associados a uma visão que busca enfatizar as formas e relações com a cidade.

Na segunda metade do século XX, a urbanística moderna passou a sofrer uma série de críticas às formas de intervenções e aos programas de renovação urbana nas grandes cidades até então vigentes. Como fonte para construção desses primeiros entendimentos e raciocínio histórico, foram estudados diversos autores, tais quais: Camillo Sitte, Raymond Unwin, Kevin Lynch, Gordon Cullen, Jane Jacobs, Aldo Rossi e os irmãos Krier[32]. Colocada a crise do urbanismo modernista através das críticas tecidas por tais autores e o surgimento de novas formas de olhar a cidade, serão abordadas também a chegada tardia desses pensamentos e aplicação no Brasil e continuidade da influência desses novos princípios através de manuais e bibliografias mais recentes.

---

[31] Serão evitadas descrições ou mergulhos explicativos do que seja a tal modernidade, ou do movimento moderno. Para este trabalho, trataremos com mais atenção o momento de revisão, dando como certa, a compreensão sobre as tratativas modernas na arquitetura e no urbanismo de uma forma geral.

[32] Os autores Camillo Sitte e Raymond Unwin são anteriores a este período, Sitte teve seus trabalhos publicados no século XIX e Unwin, no início do século XX.

3.1 O período pós-guerra: a crise do urbanismo

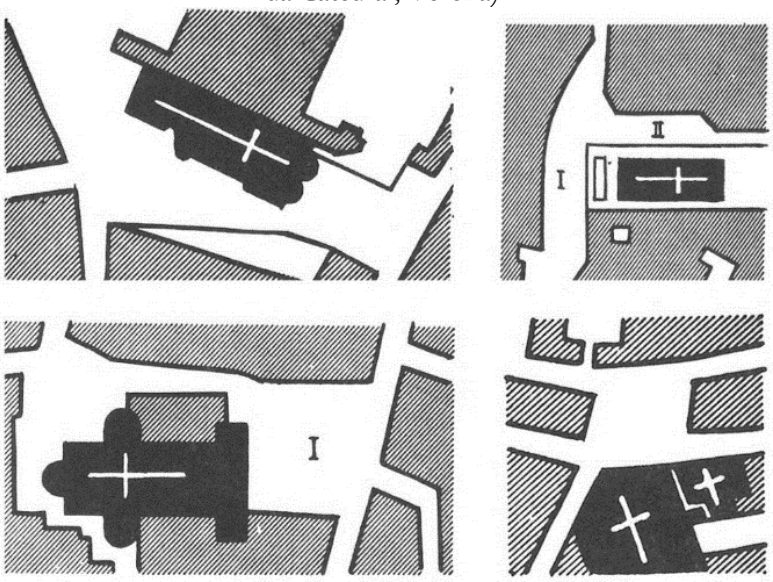
Um dos primeiros e mais influentes marcos na crítica aos espaços urbanos produzidos na era moderna, foi o livro *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*[33] do arquiteto vienense **Camilo Sitte**. Um dos focos de sua tese era a necessidade de se inserir a dimensão estética nas propostas dos conjuntos urbanos e expansões das cidades, questionando o fato de que as praças das cidades medievais e renascentistas eram muito mais atraentes do que as modernas, Sitte procurou investigar como as gerações precedentes conseguiram atingir tal beleza no tecido da cidade.

O autor parte de uma visão da cidade, tal como é apreendida pelo cidadão comum, para analisar praças antigas e a suas relações com os edifícios do entorno, em uma escala mais próxima do desenho urbano atual (LIMA, 2008, p. 33). Assumindo uma postura entusiasta do belo (SITTE, 1992, p. 15), Sitte investigou os planos de cidades medievais e renascentistas, focando nos elementos da composição do espaço urbano, os quais, a partir de sua forma, produziam efeitos harmoniosos e prazerosos, induzindo o homem a se utilizar dos espaços públicos (SITTE, 1992, p. 14). Utilizando plantas de fragmentos urbanos, buscou realizar uma análise sob um aspecto técnico-artístico de cidades antigas e modernas, com o intuito de "pôr a descoberto os motivos de sua composição – das primeiras, com base na harmonia e no efeito sedutor sobre os sentidos; das segundas, na confusão e na monotonia" (SITTE, 1992, p. 15).

Grande parte do seu livro se destina a descrição das qualidades artísticas das cidades medievais e renascentistas através da análise de 57 praças de várias cidades italianas e alemãs, ressaltando a harmonia de seus espaços, as relações entre os edifícios e entre as dimensões das praças, cheios e vazios, os efeitos de sombra e luz, a sensação de proteção, enfim, a experimentação do espaço de uma praça, poderiam ser utilizados como elementos essenciais do desenho urbano. O autor buscou mostrar que essa relação harmoniosa deveria servir de lição aos urbanistas de então que privilegiavam as questões de tráfego em detrimento de outros fatores envolvidos no desenho de cidades (LIMA, 2008, p. 34).

[33] O livro pode ser considerado como uma das fontes fundamentais que contribuíram para o desenvolvimento do desenho urbano enquanto disciplina.

Figura 22 - Exemplos das praças analisadas por Camilo Sitte (Santa Anastásia; Vicenza; S. Michele; Praça da Catedral, Verona).



Fonte: Sitte, 1992.

Sitte concluiu seu livro apresentando um novo método de desenhar cidades. O autor afirma que o primeiro passo deve ser formular um programa; em seguida deveriam ser realizados estudos preliminares da área que incluíssem itens como: probabilidade de aumento da população, necessidades do tráfego, tipologia habitacional, entre outros. Com base nas informações anteriores, "deveriam ser definidas a quantidade, as dimensões e a forma aproximada dos edifícios públicos programados" (SITTE, 1992, p. 134). Após a definição dos edifícios públicos, seria necessário pensar nos agrupamentos e disposições. Além disso, deveria se planejar também as localizações dos espaços públicos, de forma que integrasse as áreas circunvizinhas e não as isolassem como no sistema de blocos. O grande mérito do autor foi o de recuperar a dimensão arquitetônica da cidade, observando a mesma sob a ótica do cidadão pedestre. A partir de suas análises, um considerável número de escritores do século XX desenvolveu suas críticas à urbanística moderna e suas teorias a respeito do desenho das cidades, a exemplo de Raymond Unwin (LIMA, 2008, p. 36). No entanto, se por um lado sua obra Influenciou vários autores na construção do embasamento teórico do desenho urbano atual, por outro lado, ele é duramente criticado por Le Corbusier, que questiona a teoria de Sitte ao afirmar que se trataria de uma volta ao passado arraigada a uma visão romântica das cidades[34].

[34] É importante salientar que essa afirmação envolve uma questão mais complexa que foi a tradução do livro para o francês em 1902 por Camile Martin, o qual enfatizou os aspectos pitorescos e medievalistas de Sitte. A maioria dos urbanistas teve acesso a Sitte por meio desta tradução e é a através dela que surgem as críticas. Em 1945, a partir desta versão em francês, foi feita a primeira para o inglês. Só depois, em 1968, foi feita uma nova versão em inglês, tomando como fonte o original em alemão, sendo esta responsável por tornar Sitte famoso entre os urbanistas. Finalmente, nessa segunda versão, ficou claro que Sitte não estava

Raymond Unwin foi um urbanista britânico, bastante conhecido pelo seu envolvimento, juntamente com Barry Parker, no movimento das Cidades Jardins[35], aplicando suas ideias na prática ao desenhar planos urbanos como o de Letchworth (1903), a primeira cidade jardim, e Hampstead Garden Suburb (1907). Muito mais que defender um desenho urbano com abundância de áreas verdes, em seu livro *Town Planning in Practice*, publicado em 1909, Unwin desenvolveu um estudo detalhado sobre aspectos de desenho e de urbanismo, partindo do ponto de vista, naquele tempo, que:

> Existem hoje duas escolas de designers de cidades, o trabalho de uma sendo baseado na convicção que o tratamento deveria ter um caráter formal e regular, enquanto o outro nasceria de uma igualmente forte crença que a informalidade é desejável (UNWIN, 1909, p. 115).

O autor partiu de estudos de caso de exemplos históricos ingleses, associando sua experiência pessoal, em busca de métodos para projetar cidades e bairros. Sua análise dos componentes das velhas cidades proporcionou uma convincente tradução de elementos urbanos para a contemporaneidade (LIMA, 2008, p. 37).

De acordo com Lima, Raymond Unwin afirmava que a forma urbana deveria ter sua individualidade e ser criada a partir das especificidades do lugar. Dessa forma, defendia a beleza e utilização de ambos os tipos de traçado, regular ou irregular, sugerindo seu uso conjuntamente, desde que fossem usados de acordo com as características do sítio, e com as necessidades do lugar (LIMA, 2008, p. 37).

Destaca-se, portanto, a relevância dos dois autores mencionados, Sitte e Unwin, na medida em que são pioneiros na crítica ao urbanismo moderno e nas abordagens metodológicas do desenho urbano. Sitte fomenta métodos perceptuais de apreensão do espaço quando busca olhar a cidade como um cidadão comum. Já Unwin, logo no início do século XX, inclui na discussão a preocupação com as especificidades e necessidades do lugar onde se irá intervir, adicionando a importância da multiplicidade das formas de traçado para o desenho das cidades (LIMA, 2008, p. 38).

---

celebrando a era medieval, nem a promoção meramente "estética" - no sentido de tornar as cidades mais agradável aos olhos. Dessa forma, autores como Jane Jacobs, Kevin Lynch e Gordon Cullen usaram a versão de 1945 no desenvolvimento de suas teorias sobre a cidade.

[35] Ver o livro Cidades-Jardins de Amanhã (1902) de Ebenezer Howard.

Com as mudanças sociais e tecnológicas que vinham ocorrendo a partir dos anos sessenta e setenta, teóricos e acadêmicos questionaram a produção da arquitetura e do urbanismo daquela época, configurando um quadro de insatisfação. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, no período do X CIAM, surgiu uma geração mais jovem (mais tarde conhecida como Team X), engajada em questionar os dogmas impostos pelo movimento moderno, tais quais o modelo universalista, a despolitização e a abstração das propostas (LIMA, 2008, p. 39).

Figura 23 - Membros do Team X reunidos em Otterlo, Países Baixos, em 1959.

Fonte: https://es.wikipedia.org/wiki/Team_10

Os argumentos dos arquitetos do Team X[36], contrários ao funcionalismo, foram fortalecidos ao ouvirem as críticas de Giedion - membro dos CIAM e parceiro de Le Corbusier - ao sistema de blocos de habitação que não considerava a existência do elemento humano. Esses arquitetos questionavam a validade dos princípios de universalidade, partindo da noção de que o homem se organiza em comunidades, portanto possui a necessidade de se diferenciar, de criar vínculos com o local de moradia, não somente se identificando com ele, mas solidificando relações sociais e apreendendo o espaço a partir de seus próprios valores culturais. Os usuários eram, assim, colocados em primeiro plano, atuando como agentes essenciais no processo de estruturação da cidade e dos valores humanos, constituídos em função de características locais e culturais. Essa nova geração almejava a constituição de lugares com identidade, construídos através do respeito à relação entre o homem e o espaço (BARONE, 2002).

[36] Entre seus membros mais assíduos e difundidos estiveram: Jaap Bakema, Georges Candilis, Aldo van Eyck, Giancarlo De Carlo, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods. O grupo formava uma "geração mais jovem" que pretendia manter o espírito do CIAM através de uma revisão crítica. Alguns críticos incluem entre o grupo os nomes: José Coderch, Ralph Erskine, Amancio Guedes, Rolf Gutmann, Geir Grung, Oskar Hansen, Charles Polonyi, Brian Richards, Jerzy Soltan, Oswald Mathias Ungers, John Voelcker e Stefan Wewerka, entre outros.

Já na segunda metade do século XX, ocorreu uma onda de protestos contra planos e projetos desenvolvidos de acordo com os paradigmas da Carta de Atenas, particularmente nas grandes operações urbanas ocorridas nos Estados Unidos da América e nas áreas centrais dos países europeus, em face de reconstrução pós Segunda Guerra Mundial. Tais protestos eram promovidos por movimentos sociais e profissionais por meio da formulação de críticas e de um novo embasamento teórico-metodológico para tratar do espaço urbano (LIMA, 2008, p.40).

Como forma de resistência a essa situação, vários movimentos sociais urbanos[37] surgiram a partir dos impactos causados sobre o meio ambiente, a desconsideração dos aspectos socioculturais, qualidade físico-espacial dos espaços públicos e da arquitetura produzidos naquela época. Esses movimentos criticavam a falta de consciência dos planejadores modernistas com relação à preservação do ambiente natural (BRANDÃO, 2004, p. 18).

Demais avanços na política urbana daquela época ocorreram devido a outros dois movimentos: o primeiro pela conscientização do valor do patrimônio histórico e o segundo pela participação comunitária no planejamento urbano (DEL RIO, 1990, p. 21). Conforme explica Nan Ellin, "a perda de legibilidade das paisagens do pós Segunda Guerra incitou um desejo pelo familiar e as questões chamadas de planejamento contextual com respeito a contextos históricos e locais" (ELLIN, 1999, p.16). Essa nova postura buscava um desenho urbano que interpretasse o passado para elaborar propostas inspiradas no local, no contexto social e na cultura da população.

Impulsionados por esse espírito crítico, vários autores começam a questionar os resultados da produção do espaço urbano modernista e as respostas às suas indagações contribuíram para conformação da base teórica do desenho urbano como disciplina. Desse modo, no período dos anos 1960 e 70, são lançadas várias publicações com críticas aos espaços urbanos construídos aos moldes dos paradigmas modernistas, com teorias de compreensão do espaço preocupadas com propostas que atendessem as necessidades dos usuários (LIMA, 2008, p. 43).

3.1.1 Anos 60 e 70: ideias pioneiras

[37] Eram movimentos próprios de sociedades industriais avançadas, tais como, o movimento alternativo urbano, o movimento ecológico e o movimento pacifista. As novas gerações buscavam novas ideologias alternativas e formas comunitárias de vida, em 1967, uma reportagem de capa da revista Time, anuncia ao mundo a existência de uma nova cultura criada através de movimentos como os *Flower Power* e *Hippie*, e da existência de comunidades *Drop out*.

Dentre os principais autores na busca de melhoria no processo de desenho das cidades destaca-se Kevin Lynch, autor da obra *The Image of the city*[38], publicada em 1960. Seus estudos exploram um campo pouco investigado naquele momento, o da paisagem urbana, por ele é entendido como "um conjunto de elementos do qual esperamos que nos dê prazer". Dessa maneira, Lynch se propõe a estudar a qualidade visual das cidades por meio da investigação empírica sobre como os indivíduos percebem e transitam no espaço urbano, adotando como estudo de caso três cidades norte-americanas (Boston, Jersey City e Los Angeles).

A partir de critérios psicológicos e geométricos influenciados pelas teorias perceptivas da Gestalt, o autor busca compreender os espaços da cidade a partir da percepção que os habitantes tinham de determinada área e qual o significado da cidade para eles (MONTANER, 2001, p. 142,143).

Concentrando-se especificamente numa qualidade visual, o conceito de **legibilidade** (entendida como a facilidade com que as partes da paisagem das cidades podem ser percebidas e organizadas num todo coerente), norteou as interpretações de seu trabalho para construção das imagens da cidade (LIMA, 2008, p. 46). "[...] Uma cidade legível seria aquela cujos bairros, marcos ou vias fossem facilmente reconhecíveis e agrupados num modelo geral" (LYNCH, 1960, p. 03). Para entender melhor como se estrutura uma imagem, o autor a decompõe em três componentes: identidade, estrutura e significado.

> Uma imagem viável requer, primeiro a identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas, seu reconhecimento enquanto entidade separável. A isso se dá o nome de identidade, não no sentido de igualdade com alguma outra coisa, mas com o significado de individualidade ou unicidade. Em segundo lugar, a imagem deve incluir a relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos. Por último, esse objeto deve ter algum significado para o observador, seja ele prático ou emocional (LYNCH, 1960, p. 09).

Lynch apresenta ainda outro conceito fundamental para o entendimento da sua tese, o de **imageabilidade**, o qual explica como:

> A característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. É aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas,

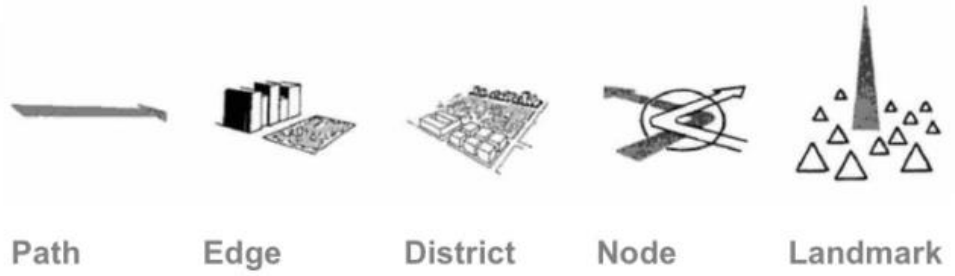
[38] Publicado em português com o título: "A imagem da cidade", pela editora Martins Fontes. O livro foi resultado de anos de pesquisa desenvolvida juntamente com Gyorgy Kepes, no Centro de Estudos Urbanos e Regionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos EUA.

> poderosamente estruturadas e extremamente úteis ao ambiente (LYNCH, 1960, p. 08).

Seguindo esse pensamento, o urbanista procura desvendar em que grau estas percepções visuais poderiam ajudar no processo de design, buscando dar uma nova forma para as cidades. Em outras palavras, o objetivo do autor era desenvolver estratégias e metodologias para intervenções urbanas que levassem em conta a diversidade das experiências pessoais e construísse "cidades que também fossem adaptáveis a objetivos futuros" (LYNCH, 1960, p. 10).

No capítulo intitulado *A forma da cidade*, o autor indica o que seriam os cinco principais elementos que as pessoas utilizam para estruturar sua imagem da cidade (os caminhos, limites, bairros, pontos nodais e os marcos) e ressalta as principais categorias que devem ser trabalhadas em propostas de desenho urbano (LYNCH, 1960, p. 118-121).

Figura 24 - Representação de Lynch dos elementos morfológicos.



Fonte: LYNCH, 1960.

Além de entrevistas, as informações necessárias para pesquisa de Lynch foram obtidas através "mapas mentais" que seriam as materializações das imagens dos usuários e moradores das cidades através de seus próprios desenhos. A síntese e análise desses mapas mentais poderiam gerar substratos e se tornar uma ferramenta para o desenvolvimento dos projetos.

Sua forma de olhar a cidade, investigando a imagem da forma urbana através da visão dos usuários contribuiu para construir um corpo de conhecimento sobre a percepção e comportamento humanos na cidade, buscando iluminar os estratos mais profundos para ver como a consciência coletiva e individual cria imagens da forma da cidade para torná-la 'legível' (MONTANER, 2001, p. 142,143).

Outro autor que tratou dos ambientes urbanos tradicionais no início dos anos 1960, foi o inglês **Gordon Cullen**, cujo livro *Townscape* (1961) explora a preocupação tanto com a questão estética

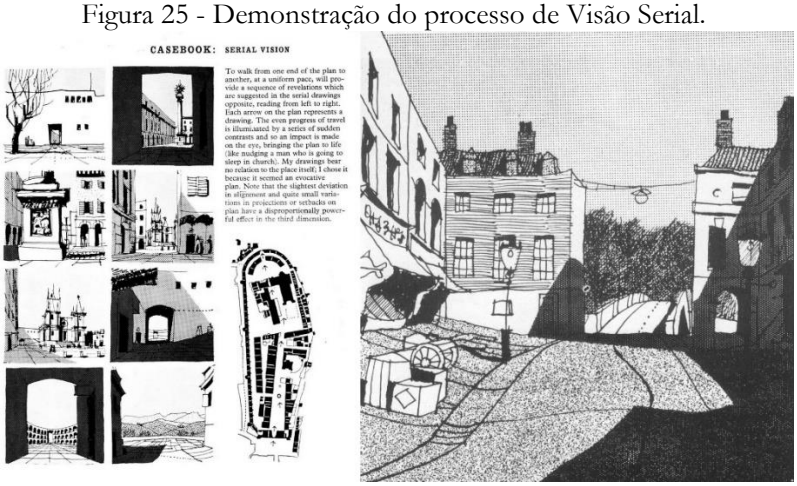
quanto com a da humanização dos espaços urbanos. Por meio da análise de vários exemplos de fragmentos de cidades pré-industriais, Cullen enfatiza a importância da "arte do relacionamento" entre os componentes de um conjunto edificado (LIMA, 2008, p.48), a qual seria:

> A reunião dos elementos que concorrem para a criação de um ambiente, desde os edifícios aos anúncios e ao tráfego, passando pelas árvores, pela água, por toda a natureza, enfim, e entretecendo esses elementos de maneira a despertarem emoção ou interesse (CULLEN, 1961, p. 10).

Criticando a tendência modernista de pensar o edifício isolado no lote, buscando explorar novos valores e critérios, Cullen toma como fundamento o sentido da visão para mostrar que o ambiente seria capaz de provocar reações emocionais. Para o entendimento de como essas reações se processam, Cullen insere três categorias de análise: a ótica, o local e o conteúdo (LIMA, 2008, p.48).

Na primeira categoria, a ótica, o autor apresenta o conceito de visão serial, caracterizado por impressões e sensações que um pedestre tem ao percorrer determinado percurso. A análise seria realizada por meio de fragmentos do espaço "congelados" através de frames obtidos em locais estratégicos do percurso. De acordo com as palavras do próprio autor, a segunda categoria de análise (o local) "diz respeito às nossas reações perante a nossa posição no espaço" (CULLEN, 1961, p. 11). Dessa maneira, afirma que o sentido de localização não poderia ser ignorado no planejamento do ambiente urbano (LIMA, 2008, p.48), pois o homem "sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante" (CULLEN, 1961, p. 14). Cullen demonstrou como ligeiros desvios de alinhamento, ou pequenas variações de visada proporcionariam efeitos emocionais no pedestre (LIMA, 2008, p.48).

Figura 25 - Demonstração do processo de Visão Serial.



Fonte: CULLEN, 1961

Ademais, Gordon Cullen apontou como fundamental para o desenho urbano o conceito de *townscape*[39] o qual insere a importância da descrição e valorização do contexto e enuncia critérios para a ação de projetar. Tal conceito tem como base os princípios relacionais das diferenças significativas e uma visão do contexto urbano que pesquisa o caráter e a identidade do sítio, levando em conta a complexidade de cada local, em contraposição ao pensamento modernista da universalidade (LIMA, 2008, p.50).

Nesse mesmo período, destaca-se também a jornalista, socióloga e economista norte americana **Jane Jacobs** (1916-2006), a qual foi uma das primeiras críticas às práticas projetuais recentes àquele tempo, partindo da observação do dia a dia de algumas grandes cidades americanas e de sua vivência como moradora do Greenwich Village, em Nova York. Seu livro intitulado *The Death and Life of Great American Cities* (1961), critica duramente as práticas de renovação do espaço público da década de 1950 nos Estados Unidos, expondo uma série de críticas ao urbanismo da Carta de Atenas e ao desenvolvimento capitalista da cidade (MONTANER, 2007, p. 93).

Jacobs buscou analisar tanto os lugares que apresentavam problemas como violência, sujeira e abandono, como os bem resolvidos com relação à segurança e qualidade de vida. A partir dessas observações, constatou que, diferentemente das áreas da cidade construídas com base nas propostas modernistas, os bairros tradicionais tinham uma vida intensa e cheia de significado. Partindo de seus registros empíricos, construiu uma crítica à ideia do zoneamento e separação das funções e do uso monofuncional dos espaços, como deixa claro logo início de seu livro:

> Este livro é um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes. É também, e principalmente uma tentativa de introduzir novos princípios no planejamento urbano e na reurbanização, diferentes daqueles que hoje são ensinados em todos os lugares, [...] é uma ofensiva contra os princípios e os objetivos que moldaram o planejamento urbano e a reurbanização modernos e ortodoxos. [...] Resumindo, escreverei sobre funcionamento das cidades na prática, porque essa é a única maneira de saber que princípios de planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguem promover a vitalidade socioeconômica nas cidades e quais práticas e princípios a inviabilizam (JACOBS, 1961, p. 1,2)

[39] Mesmo antes da publicação do livro acima citado, foi através da revista inglesa Architectural Review, ainda na década de 50, que o termo townscape foi divulgado pela primeira vez. A revista citada não só chamava atenção para necessidade de retorno aos valores perceptivos da forma urbana, como expressava através de seus artigos a busca por urbanidade (Entende-se aqui urbanidade como a relação dinâmica que se estabelece entre as atividades urbanas cotidianas e o espaço público adequado à sua realização). Dessa forma, se tornou um dos principais canais de divulgação dos temas que embasariam a formação do corpus disciplinar daquilo que hoje se define como desenho urbano (LIMA, 2008, p.50).

Jacobs combate os ditames modernos de grandes áreas verdes e edifícios isolados, assim como o zoneamento de funções e a segregação entre a circulação de pedestres e veículos. Propõe retomar a observação das cidades reais que os planejadores modernos ignoravam e defende a diversidade dos usos de forma mais complexa e densa. Assim, afirmou que um dos grandes erros do urbanismo modernista foi o abandono da rua e da praça como espaços de convivência e entidades espaciais com conteúdos próprios. Considerados como lugares primordiais para os contatos sociais cotidianos, para a autora, esses espaços eram de extrema importância para a segurança na cidade, pois ruas intensamente utilizadas seriam ruas seguras: "as ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos, e as calçadas [...] servem a muitos fins além de abrigar pedestres. [...] As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais. (JACOBS, 1961, p. 29).

As ruas e as calçadas, segundo Jacobs, teriam como funções fundamentais manter a segurança urbana, proporcionar a comunicação e o contato público e integrar as pessoas. Sugere também que a paz nas calçadas e nas ruas seria mantida fundamentalmente pela "rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneo presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados" (JACOBS, 1961, p. 32). Para lograr a presença de pessoas nas ruas, seriam necessárias três características principais: 1) deve ser clara a separação entre o espaço público e o espaço privado; 2) os edifícios devem estar voltados para a rua, para que existam os "olhos das ruas"; e 3) deve-se estimular o movimento de pessoas nas ruas, proporcionando a multiplicidade de usos durante todo o dia (JACOBS, 1961).

Sobre o contato com as ruas, Jacobs defende que o planejamento e o desenho de uma cidade têm chances de auxiliar na diminuição da segregação e da discriminação social, ao propor nas ruas uma infraestrutura que possibilita convivência entre estranhos e um design de quadras que aproximem as pessoas.

A respeito da funcionalidade das ruas e calçadas como espaços de integração, criticou o design dos conjuntos habitacionais modernistas norte-americanos que desprezavam as ruas como espaço público e buscavam resolver a questão do lazer através da criação de parques incrustados em superquadras (LIMA, 2008). Esses espaços apresentavam alto índice de criminalidade, pois, "o desenho desse tipo de quadras exige que os prédios estejam voltados para a parte de dentro do pátio. Dessa forma, os fundos dos prédios, quase sem uso, e, pior ainda, as paredes cegas voltam-se para as ruas" (JACOBS, 1961, p. 45).

Em suma, é possível afirmar que uma dais principais contribuições da jornalista para uma nova proposta de desenho urbano foi o seu pioneirismo em relacionar as atividades e os seus espaços, e ao sugerir que a qualidade da vida urbana e a vitalidade econômica dependem da superposição de distintas funções urbanas e da disposição de uma intensa rede de interconexões típicas das antigas e densas vizinhanças (MONTANER, 2007, p. 93).

Ainda no período dos anos 60, surgiu na Itália um movimento intelectual chamado por alguns autores de neorracionalismo, o qual pode-se associar alguns teóricos europeus. Segundo Nan Ellin (1999, p.27, 28) "este movimento, [...] foi ambos, sintoma e símbolo de uma insatisfação muito difundida com o desenvolvimento urbano do pós-guerra e com a consequente crise de legitimidade dos profissionais de desenho urbano". Tais autores procuravam entender a cidade europeia pré-moderna, utilizando as noções de morfologia e de tipologia, conceitos de permanência e continuidade, relações e memória coletiva. Parte-se de uma crítica ao urbanismo modernista e propõe o estudo da cidade entendida como fenômeno arquitetônico, dependente acima de tudo de sua própria história (DEL RIO, 1990).

Uma das primeiras críticas ao movimento moderno na Europa, o livro *Arquitetura da Cidade* (1966) de **Aldo Rossi** retoma a dimensão arquitetônica da cidade:

> Podemos estudar a cidade de muitos pontos de vista, mas ela emerge de modo autônomo quando a consideramos [...] como construção, como arquitetura; em outras palavras, quando analisamos os fatos urbanos pelo que são – como construção última de uma elaboração complexa (ROSSI, 2001, p. 4)

Figura 26 - Scuola Fagnano Olona, Varese -Itália, 1972-1976. Uma das primeiras obras de Aldo Rossi, onde trabalha a permanência de tipologias históricas como monumentos em que a memória histórica e rituais coletivos de uma cultura são mostrados.

Figura 27 - Scuola Fagnano Olona, Varese -Itália, 1972-1976.

Fonte: Disponível em: https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/escola-educacao-elemental-fagnano-olona/

A recuperação da dimensão arquitetônica deveria ser pautada em estudos morfológicos e na valorização da continuidade histórica. Para Rossi, o significado de um lugar não é obtido a partir de sua função ou sua forma, mas das memórias associadas a ele. Sendo assim, descreve a cidade como um lócus da memória coletiva e enfatiza a consequente importância dos monumentos e do *genius locci*. "A cidade e a região [...] são obras das nossas mãos; mas enquanto pátria artificial e coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanência e memória" (ROSSI, 2001, p. 22).

Ressalta-se, portanto, que além do autor levantar mais uma vez a discussão das questões tipológicas e morfológicas, introduziu conceitos como "memória coletiva" e "permanência" do sociólogo Maurice Halbwachs e do urbanista Marcel Poète, respectivamente, os quais ajudaram a formular um novo entendimento do espaço urbano que levasse em consideração o valor do patrimônio histórico para a memória de um povo (LIMA, 2008, p.56).

Figura 28 - Bairro Gallaratese, projeto de Aymonino e Aldo Rossi, 1972.
Figura 29 - Bairro Gallaratese, projeto de Aymonino e Aldo Rossi, 1972.

Fonte: Fotografia de Gili Merin. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/868383/classicos-da-arquitetura-bairro-gallaratese-aldo-rossi-e-carlo-aymonino

Outro importante da *Nuova Tendenza* , **Carlo Aymonino** que trabalhou, juntamente com Aldo Rossi, no estudo para a cidade de Padova, elaborado na década de 1970 (DEL RIO, 1990, p. 71).Ao demonstrar a possibilidade de se estabelecer uma relação entre as características morfológicas da cidade e as tipologias de alguns edifícios, este estudo tornou-se um exemplo para futuras intervenções em sítios históricos (LIMA, 2008). No seu livro *O Significado das Cidades* (1984), o autor estudou a relação entre elementos do desenho urbano e da arquitetura, por meio da observação da relação entre ruas, edifícios e espaços públicos de Roma, Veneza e Londres, observando "os problemas da arquitetura em conexão com a análise das estruturas urbanas entendidas como relação, mutáveis, mas constantes no tempo, entre a tipologia dos edifícios e a morfologia urbana" (AYMONINO, 1984, p. 7).

Ao buscar compreender as relações entre tipo construtivo e forma urbana, chegou à conclusão de que o significado das cidades não é puramente estético, nem unicamente funcional, mas testemunhas físicas das transformações da forma urbana. Dessa forma, autores como Rossi e Aymonino contribuíram para o desenvolvimento da teoria contemporânea do DU tanto com o estudo dos conceitos de "tipo" e "tipologia" e suas influências nas configurações espaciais urbanas, quanto com a proposta metodológica baseada na hierarquia dos elementos urbanos e suas relações morfológicas (LIMA, 2008, p.57).

Derivando desse pensamento italiano, em meados dos anos 1970, os irmãos **Léon e Robert Krier** elaboraram análises morfológicas de áreas urbanas históricas, que confrontavam os ideais aos ideais do Movimento Moderno. Contrários as propostas modernistas que iam de encontro ao patrimônio cultural das cidades e preocupados em valorizar a memória, defendiam a necessidade de voltar os olhares às cidades pré-industriais e estudar as proporções, dimensões e morfologia dos melhores exemplos daquelas cidades, em uma revisão dos fundamentos racionalistas da arquitetura (LIMA, 2008, p.57).

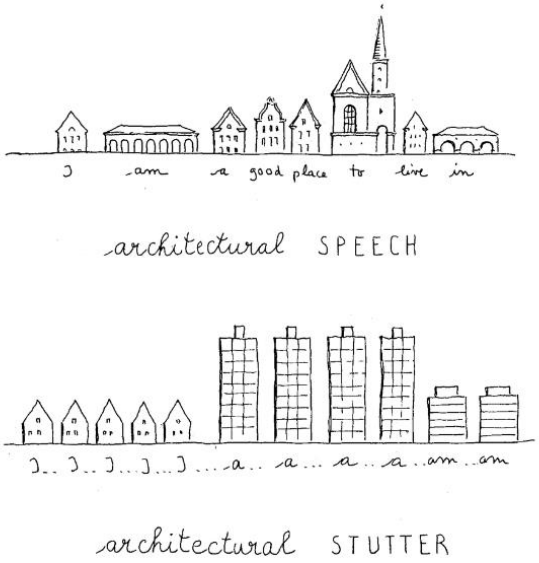
Em *Urban Space* (1975), Robert Krier desenvolve uma análise morfológica dos tipos de espaços urbanos tradicionais, para constatar que nas cidades modernas, a noção tradicional de espaço urbano desapareceu e avalia as consequências do desaparecimento das funções desempenhadas pela rua e pela praça, afirmando que as cidades modernas perderam conteúdo estético, formal e social. Para ele, a riqueza do espaço urbano não se resume à qualidade de cada um dos espaços isoladamente, mas sim na forma como eles se conectam e se organizam, e ainda nos desenhos que cada tipo de espaço admite (LIMA, 2008, p.57).

Leon Krier teve como referências as ideias de Heinrich Tessenow e Ferdinand Toennies, que lhes chamou a atenção para o problema da ruptura das comunidades e o ideal de manter as cidades em pequena escala, além de seus anos de trabalho para o arquiteto James Stirling (1968-1974), do qual herdou a releituras de arquitetura tradicional. (LIMA, 2008, p.58).

Pode-se afirmar, portanto, que a principal contribuição dos autores europeus para o desenvolvimento do corpus teórico do desenho urbano foram os seus estudos morfológicos e tipológicos. Os escritos de Aldo Rossi contribuíram para discussão de como construir em áreas históricas respeitando a pré-existência e inserindo a teoria das permanências e o conceito de memória coletiva. Aymonino contribuiu com a construção da metodologia da morfologia urbana

ao sugerir o estudo da hierarquia dos elementos urbanos e suas relações morfológicas na cidade. E finalmente os irmãos Krier ressaltaram a importância da herança histórica, considerando o contexto social onde a área estudada está inserida (LIMA, 2008, p.60).

Figura 30 - Croquis de Léon Krier. Na imagem, "discurso arquitetônico" x "gagueira arquitetônica".



Fonte: MIT Press. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/868383/classicos-da-arquitetura-bairro-gallaratese-aldo-rossi-e-carlo-aymonino

Em suma, os trabalhos citados contribuíram de forma significativa para a construção de uma base teórico-metodológica, ressaltando a importância da valorização do contexto, buscando compreender a complexidade dos ambientes urbanos e as relações pessoais neles desenvolvidas, e por fim, levando em consideração esses dados para a construção do desenho das cidades" (LIMA, 2008, p.53,54).

3.1.2 O Desenho Urbano como disciplina

Embora somente na segunda metade do século XX o desenho urbano (DU) tenha surgido como disciplina específica, pensar como se relacionam os elementos formadores do espaço urbano é uma prática que existe desde o momento em que os homens começaram a planejar e construir cidades. Desde a antiguidade, a exemplo dos desenhos do Fórum Romano e Ágora Grega, a preocupação com o tratamento do espaço público em uma escala próxima ao cidadão estava presente (LIMA, 2008, p. 33).

Pode-se afirmar que as críticas ao urbanismo moderno e as teorias que trouxeram um novo olhar sobre a cidade contribuíram para o surgimento, no final dos anos 60, do desenho urbano como um

campo disciplinar do conhecimento que tinha o objetivo de complementar um espaço existente entre a escala da arquitetura, que se concentra no edifício; e o planejamento urbano, que trata da cidade e/ou região de forma mais ampla. Embora intimamente relacionado à arquitetura e ao planejamento, o desenho urbano se difere de ambas as disciplinas, constituindo uma matéria com suas próprias questões e conteúdo teórico (LIMA, 2008, p.67), tratando o espaço urbano "em sua dimensão mais evidente para a população: o espaço vivencial público do seu cotidiano" (DEL RIO, 1990, p. 47)[40].

No Brasil, como será visto em maiores detalhes mais a frente, os debates surgem tardiamente com os seminários de desenho urbano (SEDUR) que ocorreram em Brasília entre 1985 e 1986 e difundido com o livro de Vicente Del Rio, *Introdução ao Desenho Urbano* no processo de planejamento urbano, de 1990.

De acordo com Brandão, o "desenho urbano considera os arranjos de certo número de edifícios, conectados por ambos os espaços abertos públicos e privados, em busca de uma maneira na qual formem uma composição singular" (BRANDÃO, 2004, p. 9). Assim sendo, a relação entre o espaço interno e o espaço externo é um aspecto importante a ser considerado no projeto. O campo disciplinar do DU, além disso, não se limita à dimensão física, é um processo que trata da relação homem/meio ambiente a partir das dimensões espacial, temporal e social; e, assim como na arquitetura, envolve questões estéticas, funcionais e perceptuais (LIMA, 2008, p.68). Gosling & Maitland (1979) exemplificam ao afirmarem que a matéria se trata de "design tridimensional, mas também deve tratar com os aspectos não visuais do ambiente como barulho, cheiro ou sensações de perigo e segurança, que contribuem significativamente para o caráter de uma área" (GOSLING e MAITLAND, 1984, p. 7).

É possível ressaltar a importância das seguintes características no processo de elaboração do Desenho Urbano: 1) a preocupação com o *genius loci*, ou seja, o sentido de lugar; 2) a valorização da comunidade como peça-chave no processo de desenho; 3) o respeito às preexistências; 4) o incentivo a vitalidade dos espaços públicos através do uso misto; e 5) a preocupação com o pedestre possibilitando espaços acessíveis ao caminhar (LIMA, 2008, p.90).

[40] Segundo o mesmo autor o espaço público, a escala de vida dos cidadãos, as dimensões percebidas no dia a dia, o ambiente como suporte dos usos, todas estas preocupações intermediárias à prática do planejamento e da arquitetura fugiam de maiores considerações (Del Rio, 1990).

Em síntese, toma-se de empréstimo as palavras de Vicente Del Rio, quando define que o Desenho Urbano é um campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas (DEL RIO, 1990, p. 54). Ademais percebe-se que os princípios citados são respostas às diversas críticas feitas a urbanística modernista e argumenta-se que são fundamentais na busca de um desenho de cidades mais humanizado e mais próximo da cultura de cada lugar (LIMA, 2008, p.90).

Deve-se ressaltar, ainda, que o desenho urbano aqui é visto como um processo e não como um fim, e sendo assim, deve estar inserido no bojo do planejamento das cidades e não desconectado do todo. Por fim, observa-se que o desenho urbano é uma disciplina, com escala de atuação mais próxima do dia a dia das comunidades, capaz de possibilitar um contato maior com a população em geral, facilitando a utilização de propostas metodológicas que permitam conhecer melhor as áreas de intervenção e os atores sociais nelas residentes, deflagrando, dessa forma, um processo mais democrático e humano de construção das cidades.

Arquitetos como Héctor Vigliecca estavam de alguma forma conscientes dessas novas propostas e utilizaram-se desse conhecimento como uma forma de pensar a questão do popular e a integração do território marginal ou informal com a cidade. Dessa forma, os conceitos citados ao longo do capítulo como respeito ao pré-existente, participação popular, permeabilidade e legibilidade que vêm do Desenho Urbano se encontram nesses outros territórios, que diferem da cidade formal, mas de alguma forma se encaixam e aparecem na literatura com maior evidência do que propriamente quando se discute a cidade formal.

3.2 Uma nova cultura arquitetônica: o desenho urbano nas cidades brasileiras

De uma maneira geral, este subcapítulo busca trazer à tona um panorama da trajetória do desenho urbano no Brasil enquanto prática projetual e campo disciplinar. Sugere-se, portanto, que apesar da chegada tardia nos debates e ambientes acadêmicos, o Desenho Urbano demonstrou um grande potencial como ferramenta de fazer arquitetura no país.

Apesar da construção de Brasília e das conquistas da política desenvolvimentista do governo Kubitschek, no final da década de 1950, terem auxiliado na legitimação do Brasil no cenário internacional, o início dos anos 1960 protagonizou o declínio do modernismo na arena intelectual

internacional. Após a instalação do regime militar em 1964, a urbanização modernista de traçado "monumental, o zoneamento restritivo e os grandes espaços vazios tornaram-se a representação perfeita do poder de um governo militar de exceção e centralizador" (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015).

No período militar, o urbanismo brasileiro adotou o "modernismo funcional", não muito diferente do que vinha sendo praticado em outras partes do mundo, e investiu na reestruturação das capitais e, eventualmente, nas cidades de porte médio. Os problemas urbanos passaram a ser considerados quase que exclusivamente problemas econômicos e a solução da explosiva carência habitacional nas grandes cidades passou a ser entendida como simples questão de ampliar o suprimento de unidades residenciais de baixo custo, com a instalação do Banco Nacional de Habitação. A forma de encarar a dimensão social do desenvolvimento com "planejamento tecnocrático e racionalista" sofreu ainda com o processo de migração da população para os grandes centros, expansão dos loteamentos irregulares e das favelas, conforme visto no capítulo anterior.

Com a economia altamente volátil e historicamente inflacionária dos anos 1970, os investimentos de capital na terra e em imóveis se tornaram extremamente rentáveis, passando a ser fator fundamental ao incentivo da economia e do crescimento urbano, gerando cidades cada vez mais densas e verticalizadas e territorialidades urbanas ainda mais injustas socialmente. Até o início dos anos 1980, os empreendimentos de obras públicas refletiriam o "Brasil potência": projetos de renovação urbana; construção de vias expressas e viadutos; remoção de populações faveladas; e construção de enormes projetos habitacionais de baixa renda, novos centros administrativos municipais e estaduais, *campi* universitários, aeroportos, estações de trens e rodoviárias, hidrelétricas e novas cidades corporativas independentes. Nesse recorte temporal, podem ser citados dois exemplos de desenho urbano brasileiro: o Plano Piloto para a Barra da Tijuca e a Baixada de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro; e o plano para o novo centro administrativo estadual em Salvador, Bahia ((DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015)

Paralelamente ao período militar no Brasil, o Desenho Urbano surgia como disciplina nos Estados Unidos. A ditadura influenciou diretamente o ensino em planejamento e arquitetura e urbanismo, não apenas através da repressão ao livre debate de ideias, mas também de reformas educacionais com novas instituições federais, estaduais e particulares, e novos currículos. Em torno do final dos anos 1960 e início dos 1970, refletindo a montagem de um sistema de planejamento nacional, os programas de graduação em arquitetura começaram a incluir disciplinas de planejamento urbano e

regional, e os diplomas passaram a ser emitidos com o título "arquiteto e urbanista (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015)[41].

Até então, no campo intelectual, o Brasil acompanhou a tendência internacional, conduzida pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, e o "planejamento urbano e regional" se tornou a disciplina em voga; curiosamente, os cursos que formavam arquitetos-urbanistas deixaram de oferecer disciplinas sob a denominação "urbanismo". O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) foi uma grande influência nesse sentido, não apenas porque todo seu trabalho estava baseado no planejamento integrado e interdisciplinar, mas também porque apoiava a pesquisa e a pós-graduação[42].

Em concordância com alguns autores (Segawa, 1998; Fraser, 2000; M. Bastos, 2003 apud Del Rio), Del Rio afirma que o regime militar no Brasil "serviu para isolar a arquitetura e o desenho urbano brasileiro do cenário internacional" (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015, p. 22). De um lado, a repressão cultural se aliou ao pensamento da elite arquitetônica de desenvolver uma arquitetura e um desenho urbano brasileiro independentes; e de outro lado, o "modelo tecnocrático desenvolvimentista" e o "milagre econômico" do final dos anos 1960 e início dos 1970, posicionaram o setor público como o principal contratante de arquitetos e urbanistas para desenvolver projetos de renovação urbana, edifícios governamentais e habitação de interesse social. Não foi surpresa, portanto, que até o fim do regime militar e o retorno da democracia nos anos 1980, o desenho urbano e a construção da cidade brasileira, seja pela iniciativa pública quanto a privada, tenham sido dominados pelo modernismo racionalista e funcionalista que permeou todas as esferas culturais, inclusive a graduação e pós-graduação (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015)

---

[41] O Desenho Urbano enquanto disciplina parece ter sido iniciado nos Estados Unidos, quando foi implementado em diversos cursos, com pioneirismo de Harvard, por volta de 1960 (BARNETT, 1982). A matéria foi objeto de importante Conferência da Costa Oeste nos Estados Unidos, em 1979, na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Naquele momento, já se desenhava uma nova forma de leitura da cidade, passando o Desenho Urbano a ultrapassar a questão de implantação de edificações específicas ou de detalhes de projeto, dirigindo-se à questão de qual vai ser o "caráter" e a imagem da cidade (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015).

[42] Enquanto isso, continuavam a funcionar alguns programas de pós-graduação em urbanismo com duração de dois anos voltados para arquitetos e engenheiros, e que seguiam a tradição do urbanismo francês desde 1945. O primeiro programa de mestrado em planejamento urbano e regional surgiu em 1971 na UFRJ, seguindo o famoso modelo da escola de planejamento urbano da Universidade de Edimburgo. Nos anos 1970 e 1980, diversos programas de mestrado em planejamento foram criados no Brasil, e, logo, economistas, sociólogos, engenheiros de transportes e outros profissionais se juntariam aos arquitetos como especialistas em planejamento urbano e urbanismo (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015).

Dois outros projetos urbanos emblemáticos desse período foram os planejamentos da cidade de Caraíba e de Nova Itá, desenvolvidos dentro da lógica do Desenho Urbano e das novas tendências. O projeto de Caraíba foi desenvolvido entre 1976 e 1982 por Joaquim Guedes para empregados da companhia mineradora Caraíba Metais e projetado para uma população estimada de 15 mil habitantes. Apesar de seguir o risco modernista racionalista, houve o cuidado de estudar assentamentos nas vizinhanças, buscar um zoneamento mais flexível e o uso de um tecido urbano aberto contendo seis praças centrais com os edifícios significativos localizados em torno delas. O desenho urbano e soluções arquitetônicas utilizados foram pensados de modo a evitar o ambiente de "vila operária" e buscavam as tradições dos assentamentos sertanejos (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015).

Figura 31 - Vista aérea de Caraíba, 1976-1982.

Fonte: Acervo Joaquim Guedes. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/868383/classicos-da-arquitetura-bairro-gallaratese-aldo-rossi-e-carlo-aymonino

Já a construção da cidade de Nova ltá, que ocorreu entre 1977 e 1988, partiu da relocação do assentamento original por causa do represamento do Rio Uruguai para a construção de usina hidroelétrica em Santa Catarina. A equipe da Eletrosul, responsável pelo trabalho, conduziu diversos estudos tipológicos do antigo assentamento e oficinas participativas com as duzentas famílias residentes, resultando em projeto urbanístico e soluções arquitetônicas que refletiram a cultura e o contexto social local. Os edifícios públicos foram localizados como referenciais urbano e as residências seguiam a leitura da arquitetura vernacular da região, o que também ocorreu em outras cidades como Salvador, São Luiz e Recife, apresentando diferentes graus de sucesso (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015).

Figura 32 - Vista aérea de Nova Itá

Fonte: Disponível em: http://www.Itá.sc.gov.br

A década de 1980 representa um importante ponto de transição no Brasil, pois as mudanças no cenário político e econômico abriram caminho para o aparecimento de um novo tipo de desenho urbano. Durante essa década, houve um significativo aumento do debate acadêmico e profissional quanto aos novos papéis da arquitetura, do planejamento e do urbanismo na sociedade. O urbanismo brasileiro vinha enfrentando muitas questões, tais quais: "como deveria responder aos novos programas políticos e sociais da nação? Como deveria ajudar na luta contra as desigualdades sociais? como deveriam as tendências internacionais ser incorporadas no projeto sem sacrifício das identidades nacionais e regionais?" (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015, p. 23)

O restabelecimento da democracia fortaleceu os fóruns públicos e a participação comunitária, possibilitando ao pensamento sobre a cidade e ao desenho urbano superar o paradigma modernista e o modelo hegemônico de Brasília. Diferentes formas de entendimento e de enfrentamento dos problemas urbanos e das demandas sociais emergiram para competir com o modernismo. Foi o início do pensamento "pós-moderno" em relação à ação sobre a cidade, quando o respeito aos contextos preexistentes - históricos, culturais, sociais, ambientais etc. - ultrapassa os ditames rígidos e universais do paradigma modernista. Um dos projetos que caracterizou o início do urbanismo pós-moderno brasileiro foi o Projeto Corredor Cultural no Rio de Janeiro, primeira cidade a seguir as novas regras constitucionais em seu Plano Diretor, que se tornou uma espécie de modelo nacional (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015). Esses processos de revitalização sob gestão municipal se estenderam a outros centros históricos, notadamente Salvador, São Luís e Recife, com diferentes graus de sucesso.

Concomitantemente, a abertura política e as mudanças sociais refletiram no modo em que o planejamento, o urbanismo, o desenho urbano e a arquitetura se reinventavam, assim como na forma em que eram ensinados e praticados. Com foco na questão urbana, intensos debates

acadêmicos foram acompanhados por avanços significativos na teoria e na pesquisa urbana. A importância da cidade no desenvolvimento nacional refletiu diretamente no fortalecimento de disciplinas que lidavam com a cidade e o social no currículo dos cursos de arquitetura e urbanismo. Também a partir dos anos 1980, cresceram os programas de pós-graduação em planejamento, urbanismo e desenho urbano, refletindo a crescente necessidade de se repensar e atuar sobre a cidade (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015). Além disso, nas propostas de arquitetos como Demetre Anastassakis e Jorge Mario Jáuregui, citados no capítulo anterior, era possível elementos do desenho urbano.

Na década de 1990, grandes esforços na área de desenho urbano foram iniciados no sentido de uma transformação na forma de imaginar a cidade, melhoria da qualidade de vida e atração de investimentos por meio de programas urbanísticos, como de revitalização urbana (Rio Cidade) e urbanização de favelas (Favela Bairro). No ano de 1994, houve um maior alcance para os estudantes, quando a Associação Nacional de Educação em Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e o Ministério da Educação aprovaram o currículo mínimo que incluía disciplinas em planejamento urbano e regional, projeto urbano e paisagismo e estudos ambientais (DEL RIO e SIEMBIEDA, 2015). As propostas de Anastassakis e de Jauregui, vistas há pouco, também continham elementos de desenho urbano.

Foi a partir desse momento que a academia e as organizações profissionais retomaram o debate sobre a construção da cidade, particularmente por meio de eventos regionais, nacionais e internacionais. No contexto nacional, vale ressaltar os trabalhos e debates promovidos pelos congressos desenvolvidos pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur); os Seminários sobre a História da Cidade e do Urbanismo (SHCU) realizados desde 1990, entre diversos outros encontros, na esteira dos SEDURs de Brasília.

Apesar de não ser utilizado em muitas das experiências vistas em nossas cidades, o desenho urbano se revela como um importante instrumento de projeto. Exemplo disso é a sua utilização na difícil tarefa de responder a carência de habitação social, ainda vigente, em contextos de cidades com malhas urbanas complexas e características socioculturais diversas. Curiosamente, mesmo os pensamentos pós-modernos que moldaram o desenho urbano tal qual conhecemos hoje tenham sido forjados para a cidade formal, no Brasil, esses princípios parecem também se refletir no modo de pensar a cidade informal, como forma de inserção de habitação coletiva em áreas urbanas críticas

ou de implementação de "urbanidade" em áreas carentes de infraestrutura, o que se nota em trabalhos de arquitetos como Héctor Vigliecca.

Apesar da chegada tardia enquanto disciplina, o desenho urbano contemporâneo brasileiro revela grandes afinidades com os ideais pós-moderno, no sentido em que aceita e incorpora uma variedade de valores sociais e diferentes visões sobre como o urbano pode ser, confrontando diretamente a forma de atuação moderna que se apoiava em um modelo rígido sobre o que a cidade deveria ser. Esse novo exercício se dispõe de modo mais participativo e responsivo às demandas da comunidade e se empenha na produção de ambientes mais justos socialmente, considerando a coexistência de lógicas territoriais múltiplas e problemas urbanos complexos.

3.3 Manuais de Desenho Urbano

No esforço de desenvolver uma metodologia de análise e de projetos através das ideias do desenho urbano, foram desenvolvidos alguns manuais onde são apresentados uma série de parâmetros e que foram elaborados por diferentes entidades no mundo, que podem auxiliar no desenvolvimento da habitação coletiva por serem mais próximos do ato de projetar. Nesta pesquisa serão apresentados os seguintes trabalhos, em ordem de publicação:

1) *Responsive Environments: a manual for designers* (1985);
2) *By Design – Urban design in the planning system: towards better practice* (2000);
3) *Livability 101: What makes a Community Livable?* do AIA Communities by Design (2005);
4) Cidade para pessoas (2010);
5) *Urban Design Lessons* (2014);
6) Ferramenta de avaliação de inserção urbana para os empreendimentos de faixa 1 do programa *Minha Casa Minha Vida* (2014);
7) Qualidade da habitação de interesse social em três escalas – Análise do Programa *Minha Casa Minha Vida* no Rio de Janeiro (2017).

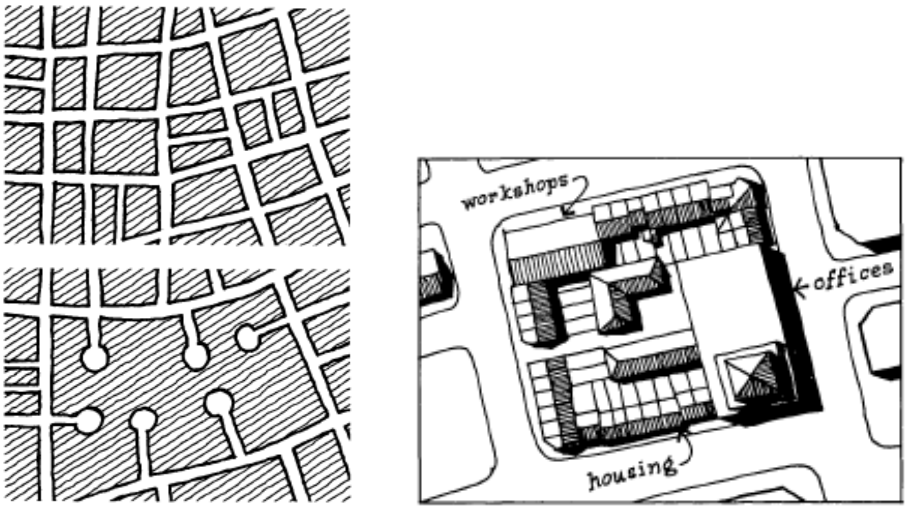
É válido salientar, no entanto, que esses trabalhos foram estudados não porque Vigliecca teve acesso a eles diretamente, mas porque sintetizam uma série de princípios - de forma mais clara e objetiva -, de maneira a auxiliar no repertório para análise dos conjuntos. Os manuais procuram aplicar as ideias e conceitos derivados da literatura exposta anteriormente, condensando muitos elementos discutidos nesse capítulo, de forma a capacitar um arquiteto para o projeto de uma área,

espaço público ou conjunto. São utilizados na prática, nos projetos de urbanismo de diferentes cidades e contextos urbanos (Inglaterra, Estados Unidos e Brasil).

***Responsive Environments*: *a manual for designers* (1985)**

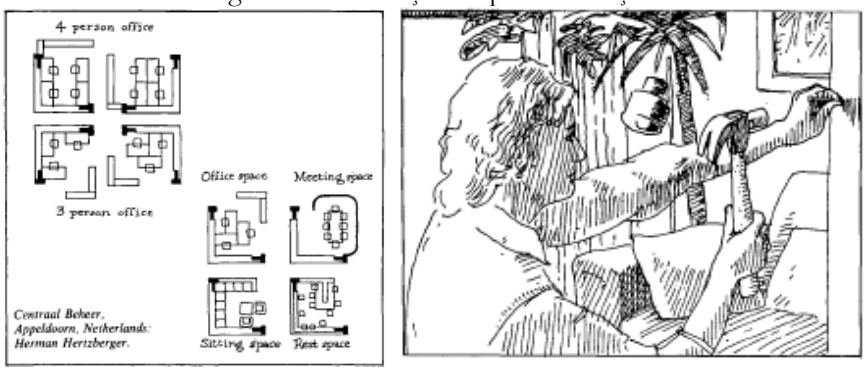
O primeiro exemplar trazido aqui foi produzido na década de 1980 por um grupo de pesquisadores ingleses da relação ambiente-comportamento, formado por Ian Bentley, Alan Alcock, Sue McGlynn, Paul Murrain e Graham Smith, o qual escreveu o manual *Responsive Environments: a manual for designers*. O livro trata de uma série de diretrizes práticas de desenho que contribuiriam para a construção de ambientes responsivos, ou seja, lugares que fornecessem aos seus usuários uma gama ampla de oportunidades para maximizar o grau de escolha disponível (BENTLEY, ALCOCK, *et al.*, 1985, p. 9).

Figura 33 - Ilustração de permeabilidade
Figura 34 - Ilustração de variedade.



Fonte: BENTLEY, ALCOCK, *et al.*, 1985, p. 10

Figura 35 - Ilustração de robustez.
Figura 36 - Ilustração de personalização.



Fonte: BENTLEY, ALCOCK, et al., 1985, p. 10, 11.

De acordo com os autores, um ambiente físico poderia afetar este grau de escolha em termos de sete qualidades: **1) permeabilidade,** somente lugares acessíveis às pessoas podem oferecer escolha, o número de formas alternativas através de um ambiente é, portanto, central para criar lugares responsivos; **2) variedade,** maximizar a variedade de usos no projeto; **3) legibilidade**, na prática, o grau de escolha oferecido por um local depende em parte de quão legível é: quão facilmente as pessoas podem entender seu layout; **4) robustez,** lugares que podem ser usados para muitos propósitos diferentes oferecem a seus usuários mais escolha do que lugares cujo design os limita a um único uso fixo; **5) apropriação visual**, as pessoas interpretam os lugares como tendo significados e estes ajudam a tornar as pessoas cientes das escolhas oferecidas pelas demais qualidades; **6) riqueza**, aumentam a escolha de experiências sensoriais que os usuários podem desfrutar e **7) personalização**, possibilita aos usuários personalizar lugares, imprimindo sua própria marca em seus ambientes (BENTLEY, ALCOCK, *et al.*, 1985, p. 9).

Tais qualidades foram elencadas sugerindo uma sequência de etapas projetuais, das quais as três primeira (permeabilidade, variedade e legibilidade) se referem à grande escala dos elementos físicos que contribuem para a ordem espacial total e ao sentido do lugar do espaço urbano. Já na escala dos edifícios e de grupos de edifícios individuais, apenas as quatro últimas qualidades.

Diante do exposto, é possível afirmar que os autores do *Responsive Environments* acreditam que um projeto urbano será bem-sucedido se a proposta tiver como cerne o ser humano, que promova o bem-estar e uma adequada relação entre as pessoas e o lugar.

By Design – Urban design in the planning system: towards better practice **(2000)**

Desenvolvido pelo *Department of the Environment, Transport and the Regions* de Londres, o objetivo deste guia foi promover padrões de desenho urbano que deveriam ser aplicados nas cidades inglesas, tendo como alvo autoridades locais, construtoras, agentes de planejamento e público em geral. Escrito para estimular o pensamento sobre desenho urbano, o guia traz aspectos da construção do meio ambiente, incluindo o projeto de edifícios, paisagens e sistemas de transporte para diferentes escalas da cidade (ENVIRONMENT, 2000).

Figura 37 - Exemplo de um lugar bem planejado que permite que as pessoas se reúnam por diferentes razões.

Fonte: ENVIRONMENT, 2000, p.4.

De início, o manual apresenta alguns dos objetivos do desenho urbano, dividindo-os em sete tópicos: 1) **Personagem** *(Character)*; 2) **Continuidade e fechamento** *(continuity and enclosure)*; 3) **Qualidade da esfera pública** *(Quality of the public realm)*; 4) **Facilidade de movimento** *(ease of movement)*; 5) **Legibilidade** *(Legibility)*; 6) **Adaptabilidade** *(Adaptability)* e 7) **Diversidade** *(Diversity)*. Tais objetivos são apresentados associados a uma série de considerações que podem atuar como instruções para o desenvolvimento dos projetos (ENVIRONMENT, 2000, p. 15).

Partindo da ideia de que a forma de edifícios, estruturas e espaços é a expressão física do desenho urbano e o que influencia o padrão de uso e atividades de um lugar, o guia apresenta também características de desenvolvimento articulando oito aspectos: **1) Layout: estrutura urbana** *(Layout: urban structure)*; 2) **Layout: grão urbano** *(Layout: urban grain)*; 3) **Panorama** *(Landscape)*; 4) **Densidade e mistura** *(density and mix)*; 5) **Escala: altura** *(scale – height)*; 6) **Escala: massa** *(Scale: massing)*; 7) **Aparência: detalhes** *(Appearannce: details)* e 8) **Aparência: materiais** *(Appearance: materials)*. Juntos, eles definem o layout geral do lugar (em termos de rotas e blocos de construção); sua escala (em termos de construção, altura e massa); sua aparência (detalhes e uso de materiais); e sua paisagem (incluindo todo o espaço público, edificado e espaços verdes) (ENVIRONMENT, 2000, p. 16).

As listas de objetivos e aspectos foram produzidas a fim de incentivar uma série de questionamentos. Essas perguntas devem reunir tanto os objetivos do desenho urbano quanto os aspectos da forma de desenvolvimento. Por exemplo, que forma de layout ajudaria a alcançar um

objetivo específico neste contexto? Qual escala? E assim por diante, dependendo do que for considerado relevante para cada caso (ENVIRONMENT, 2000, p. 17).

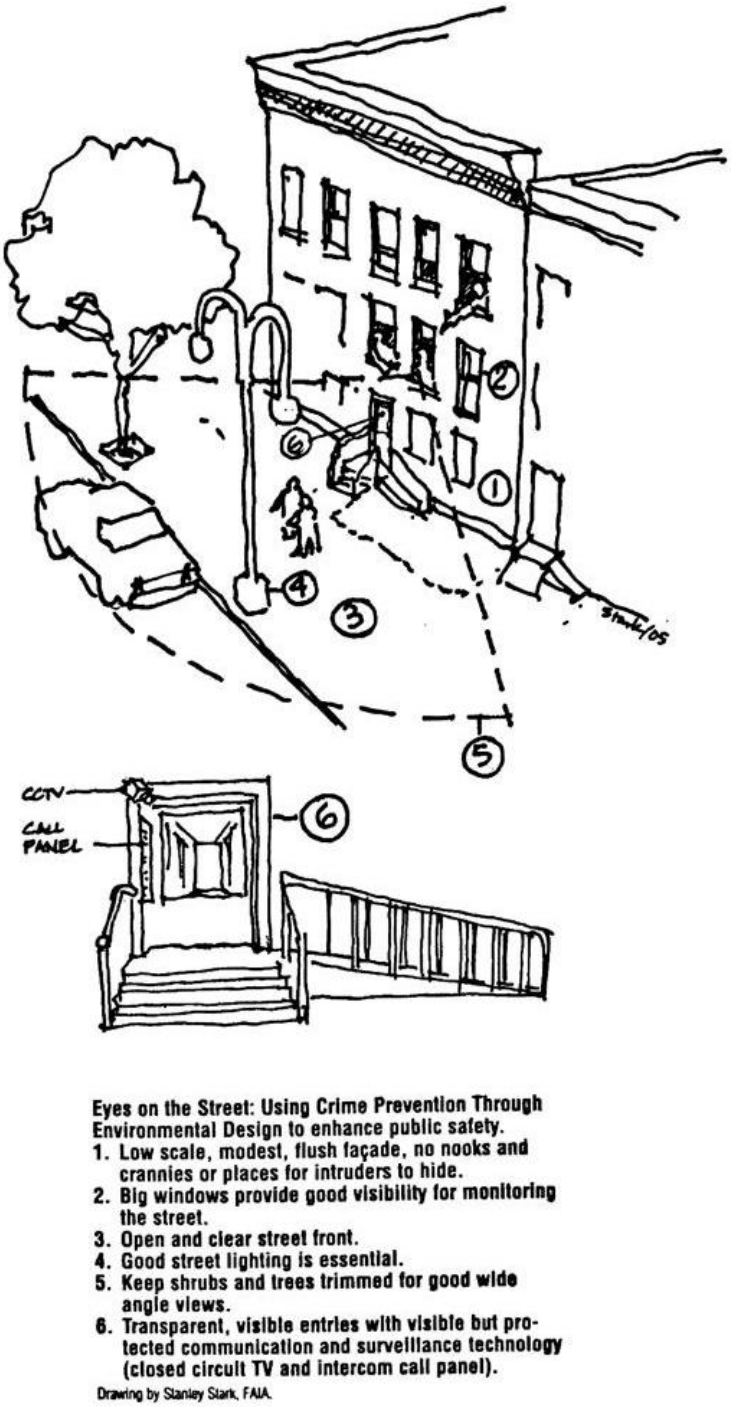
Livability 101: What makes a Community Livable? (2005)

O manual *Livability 101: What makes a Community Livable*? desenvolvido pelo *American Institute of Architects* (AIA)[43] nos Estados Unidos em 2005, oferece oito princípios fundamentais de planejamento e design que devem ser considerados conforme as comunidades evoluem ao longo do tempo: 1) **Um senso de lugar** *(a sense of place)*; 2) **Desenvolvimento de uso misto** *(mixed-use development)*: 3) **Densidade** *(Density)*: 4) **Planejamento eficaz para o transporte regional** *(effective planning for regional transportation)*; 5) **Projeto com experiência nas ruas** *(Street-savvy Design)***;** 6) **Saúde física e projeto comunitário** *(Physical Health and Community Design);* 7) **Segurança pública, segurança pessoal** *(Public Safety, Personal Security);* 8) **Uma abordagem sustentável para o desenvolvimento de bairro e regional** *(a Sustainable Approach to Neighborhood and Regional Development)* (THE AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, 2005, p. 5).

Para além dos princípios apresentados anteriormente, o fim do manual também traz o que chama de dez princípios para comunidades habitáveis: 1) **Design em escala humana** *(Design on a human scale)*; 2) **Permitir escolhas** *(Provide choices);* 3) **Incentivar o desenvolvimento de uso misto** *(Encourage mixed-use development);* 4) **Preservar centros urbanos** *(Preserve urban centers);* 5) **Oferecer diferentes opções de transporte** (Vary transportation options); 6) **Construir espaços públicos vibrantes** *(Build vibrant public spaces);* 7) **Criar uma identidade de vizinhança** *(Create a neighborhood identity);* 8) **Proteger os recursos ambientais** *(Protect environmental resources);* 9) **Conservar as paisagens** *(Conserve landscapes);* 10) **Design é importante** *(Design matters)* (THE AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS, 2005, p. 54,55).

[43] Desde 1987, o AIA representa os interesses profissionais dos arquitetos da América. Como membros do AIA, mais de 75.000 arquitetos licenciados, profissionais emergentes e parceiros aliados expressam seu compromisso com a excelência em design e habitabilidade em edifícios e comunidades de nossa nação. Os membros aderem a um código de ética e conduta profissional que garante ao cliente, ao público e aos colegas de um arquiteto membro da AIA a dedicação aos mais altos padrões de prática profissional.

Figura 38 - Referência aos "olhos da rua" de Jane Jacobs como forma de promover maior segurança.



Fonte da imagem: ARCHITECTS, 2005, p. 47.

Cidade para pessoas (2010)

Fruto de anos de estudo e práticas do arquiteto dinamarquês Jan Gehl, o livro Cidade para pessoas é uma obra que se dedica a uma reflexão acerca do planejamento a partir da defesa do resgate a dimensão humana nas cidades. O autor parte da avaliação de que a tradicional função do espaço

da cidade como local de encontro e fórum social foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada, ao mesmo tempo que o tráfego crescente de automóveis disputa os espaços urbanos.

Como alternativa, o autor traz uma série de princípios que devem estar associados ao planejar mais humano das cidades, citando cidades como Copenhague, Veneza, Melbourne e Curitiba. Fala de uma cidade "viva, segura, sustentável e saudável" a qual possibilita as pessoas estarem em contato, espaço público vívidos, ou seja, utilizado por muitos e diferentes grupos de pessoas, além da segurança (retomando mais uma vez aqui os "olhos da rua" de Jane Jacobs).

Figura 39 - A cidade viva, segura, sustentável e saudável onde pessoas atraem pessoas.

Fonte: Gehl, 2010, p.64

Sugere uma ordem ideal para o exercício de projetar: vida, espaços, edifícios. Gehl defende que para ir a um caminho contrário a soluções de cidades que forma pensadas em maiores escalas, como Brasília, deve-se levar em conta as três escalas em níveis de prioridade, seguindo o princípio: primeiro a vida, depois o espaço e só então os edifícios.

Destaca-se também o que o autor chama de "caixa de ferramentas" e que sintetiza em cinco pontos: 1) Distribuir, cuidadosamente, as funções da cidade para garantir menores distâncias entre elas, além de uma massa crítica de pessoas e eventos; 2) Integrar várias funções nas cidades para garantir versatilidade, riqueza de experiências, sustentabilidade social e uma sensação de segurança nos diversos bairros; 3) Projetar o espaço urbano de forma a torná-lo convidativo tanto para o pedestre quanto para o ciclista; 4) Abrir os espaços de transição entre a cidade e os edifícios, para que a vida no interior das edificações e a vida nos espaços urbanos funcionem conjuntamente e 5) Reforçar os convites para permanências mais longas no espaço público, porque algumas pessoas por muito tempo em um local proporcionam a mesma sensação de vitalidade do que muitas pessoas por pouco tempo (GEHL, 2010, p.232).

Partindo-se da premissa de que produzir habitação é essencialmente produzir cidade, esses e outros princípios elencados por Gehl são excelentes fontes para o raciocínio projetual de habitação coletivas.

Urban Design Lessons - housing layout and neighbourhood quality (2014)

A publicação da *Homes and Communities Agency (HCA),* agência governamental inglesa*,* tinha como objetivo divulgar exemplos de boas práticas em desenho urbano. O ambiente externo e o bom design urbano aparecem nas pesquisas com os residentes e no feedback obtido por meio de programas de visitas de auditoria e de qualidade (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 3).

O relatório é baseado em muitos exemplos apresentados por candidatos, fruto de um processo de licitação, e busca usar essas evidências para delinear boas práticas e potenciais lições aprendidas em uma série de apresentações. As propostas mostram uma gama de abordagens para o desenho urbano e demonstram que uma boa prática da disciplina pode ser alcançada sem aumentar os custos, se considerado desde um estágio inicial e durante todo o processo (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 3).

O documento descreve seis temas e para cada um deles, descreve boas práticas e lições, como abordado abaixo: **1) Legibilidade e permeabilidade:** valoriza a ideia de projetar ruas que confrontem fachadas ativas das casas e que fornecem rotas para pedestres e carros (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 5); **2) Frente ativa**: a fachada composta de portas e janelas frontais cria ruas animadas e bem supervisionadas (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 8) ;**3) Desenho da rua:** criar ruas para todos e equilibrar a maneira como os usuários compartilham o espaço pode melhorar significativamente a qualidade das ruas em comparação com projetos que separam os usuários e priorizam os carros (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 11); **4) Estacionamento:** fornecer ampla variedade de opções de estacionamento (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 14); **5) Paisagem:** Elementos naturais como plantas, árvores e água superficial em ruas residenciais têm se mostrado importantes para a qualidade de vida de várias maneiras, incluindo benefícios sociais, ambientais e de saúde (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 17); **6) Formas de construção:** Edifícios com fachadas bem definidas com vistas para ruas, espaços atraentes e varandas podem fornecer edifícios com qualidade nas relações urbana, bem como nos ambientes internos para seus

moradores. Oferecer aos apartamentos no térreo sua própria porta de entrada e jardins privados pode maximizar as vantagens para os residentes, bem como proporcionar uma paisagem urbana ativa e atraente (AGENCY, HOMES & COMMUNITIES, 2014, p. 20).

Figura 40 - Imagem do manual para ilustrar as lições apresentadas.

Fonte: AGENCY, 2014

Ferramenta de avaliação de inserção urbana para os empreendimentos de faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida (2014)

A Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana foi um material coordenado por Raquel Rolnik e desenvolvido[44] para avaliar empreendimentos habitacionais do Programa *Minha Casa Minha Vida* (Faixa 1) do ponto de vista urbanístico, antes de serem aprovados e construídos. O objetivo é oferecer parâmetros para a avaliação a fim de serem utilizados tanto pelas equipes técnicas de aprovação de projetos nas Prefeituras como por técnicos encarregados pela aprovação dos empreendimentos na Caixa Econômica e Ministério das Cidades (ROLNIK, 2014, p. 3).

Desse modo, a ferramenta define critérios para oferecer subsídios que garantam espaços públicos que promovam sociabilidade, circulação confortável de pedestres e pleno acesso ao transporte público e a equipamentos, comércio, serviços e a outras atividades essenciais à vida urbana. Para

[44] Produzido através da parceria entre o LabCidade (Laboratório Espaço Público e Cidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) e ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento) e produto da pesquisa "Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV", realizada com recursos do CNPQ e da Ford Foundation.

isso, a estrutura da ferramenta é dividida em três temas, compostos por indicadores que estabelecem parâmetros mínimos de qualidade. Cada um desses indicadores é avaliado por um conjunto de parâmetros utilizados, recebendo uma das seguintes qualificações: bom, aceitável ou insuficiente (ROLNIK, 2014, p. 3).

O primeiro tema, **transporte**, visa avaliar como o empreendimento se relaciona com a rede de transporte público da cidade. A qualidade do transporte público é avaliada pela quantidade de opções que levem a diferentes destinos da cidade e pela disponibilidade do serviço que elas oferecem ao passageiro. Já o segundo tema, **oferta de equipamentos, comércio e serviços** tem como objetivo avaliar se as ofertas aos moradores estão dentro de padrões aceitáveis, assim como as distâncias em relação ao empreendimento e os meios disponíveis para acessá-los. Por último, o terceiro tema, **desenho e integração urbana**, aborda as características de desenho urbano do empreendimento e da área onde ele se insere, avaliando o nível de integração do novo projeto a sua vizinhança. Procura identificar espaços públicos, aspectos da configuração urbana (como forma e dimensão das quadras) e das características das ruas e praças; os indicadores deste tema buscam avaliar a qualidade dos espaços urbanos e dos percursos dos pedestres até os pontos e estações de transporte assim com até os usos obrigatórios e complementares à habitação (ROLNIK, 2014).

Figura 41 - Índice de temas e indicadores correspondentes do manual.

Fonte: ROLNIK, 2014, p. 5

Os autores deixam claro que esses parâmetros utilizados nos indicadores "foram construídos com base em referências largamente difundidas no campo do planejamento urbano e do urbanismo" (pág. 3), dentre eles, Jane Jacobs, Jan Gehl e Vicente Del Rio.

Qualidade da habitação de interesse social em três escalas – Análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro (2017)

O livro organizado por Pablo Cesar Benetti, Maria Lucia Pecly e Marcelo Caetano Andreli[45], visa avaliar os projetos do programa MCMV sob a ótica da contribuição na construção de cidades, tendo como objeto quatro conjuntos no Rio de Janeiro: Itararé, Bairro Carioca, Senador Camará e Agaí. Para tanto, apresenta três diferentes escalas para análise dos conjuntos: **1) localização na cidade; 2) inserção na vizinhança** e **3) escala do conjunto.**

O raciocínio utilizado por Benetti para explicar as escalas, sugere que a vitalidade da habitação social "se efetiva por um contínuo de boas qualidades, desde a cidade até a casa, tratando estas diferentes escalas com certa autonomia". Dessa forma, explica que para a definição da qualidade da habitação de interesse social é necessário: boa localização na cidade; qualidade de vida na vizinhança onde o conjunto se insere; e riqueza espacial dos conjuntos habitacionais ((BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 27).

***

Os manuais apresentados trazem uma relação mais direta com o projeto e mostram que é possível conceber a arquitetura social com qualidade e inserida no contexto da cidade. Os parâmetros apresentados por eles também foram fundamentais para o desenvolvimento de uma metodologia de análise deste trabalho, que será exposta no capítulo 4 após a apresentação de Viglieca e de sua obra.

[45] Juntamente com grupo de Habitação e Forma Urbana do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da FAU-UFRJ, fruto da pesquisa intitulada "Inserção na cidade e a importância do desenho urbano como instrumento de vitalidade e promoção de espaços urbanos de qualidade nos assentamentos HIS (Habitação de Interesse Social) do PMCMV.

4 HÉCTOR VIGLIECCA: FORMAÇÃO E INFLUÊNCIAS

Tendo em vista que esta dissertação busca analisar os trabalhos de Hector Viglieca, é imprescindível percorrer sua trajetória de formação, elencando e destacando as características relevantes que comparecem em suas obras. Através de uma narrativa cronológica, este capítulo buscará aclarar questões referentes, especificamente, à formação do arquiteto nos anos sessenta, o qual nos interessa trazer à superfície novamente. Serão apresentados o processo de formação de Viglieca, quando de seus estudos em arquitetura, na *Universidad de la Republica* (UDELAR), e as influências que sofreu, como os conceitos desenvolvidos pelos arquitetos do Team X e de movimentos como o *Archigram* e os metabolistas japoneses e as obras do arquiteto James Stirling. Vê-se, em paralelo, como foi surgindo o interesse do arquiteto pelo desenvolvimento de projetos para habitação de interesse coletivo ao longo de sua carreira profissional.

Para melhor entender o pensamento e a obra de Héctor Viglieca, faz-se necessário identificar pontos relevantes em sua formação. Sendo assim, este capítulo busca elucidar o contexto no qual desenvolveu seus estudos em arquitetura e nos anos iniciais de sua prática profissional. As fontes para formação dessa trajetória foram obtidas a partir dos livros Hipóteses do Real (2012) e Terceiro Território (2014); da revista Monolito 16 (2013) e das entrevistas feitas em seu escritório e em palestra na UFPE[46]. A partir desse material, foi possível identificar as ideias e autores que fizeram parte do seu universo de formação e que contribuíram para o resultado dos seus projetos.

4.1 Formação do arquiteto

Héctor Viglieca nasceu em Montevidéu, em 1940, filho de pai dentista de origem italiana e mãe de origem judaica sefardita húngara. Em 1964, ingressou no curso de arquitetura da UDELAR formando-se em 1968, momento em que o movimento moderno era revisado e contestado pelo Congresso Internacional da Arquitetura Moderna - CIAM. Sua formação se alinhou a algumas dessas críticas como os princípios do Team-X, que se tornaram parte de sua retórica e prática projetual. Ao longo de sua carreira, as preocupações com a malha urbana e com o entorno, com a recuperação da rua e a continuidade do desenho urbano são recorrentes, dentro de uma postura crítica em relação à cidade funcional.

[46] A entrevista foi realizada no escritório Viglieca & Associados localizado em São Paulo, em julho de 2018, com participação de Héctor Viglieca e da arquiteta gestora dos projetos de habitação social, Neli Shimizu. A entrevista completa encontra-se em "apêndices".

Viglieccа formou-se, então, sob a mudança de orientação no tratamento dos problemas urbanos, da guinada do plano ideal para a ação real, fomentada por críticos de todas as áreas, como Jane Jacobs, Kevin Lynch e Gordon Cullen, conforme visto no capítulo anterior (CAMARGO, 2012).

No terceiro ano da faculdade, fez uma viagem de estudos, visitando o Brasil pela primeira vez. Esteve em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, com poucos anos de inaugurada (SERAPIÃO, 2013). Naquele tempo, já havia diferenças entre Brasil e Uruguai na introdução das novas abordagens acerca da arquitetura e do urbanismo vindas da Europa:

> Se o modernismo arquitetônico brasileiro foi uma questão de Estado, no Uruguai ele não teve a mesma força. Isso facilitou a renovação de linguagens e vertentes, e, na época em que Viglieccа estudou, o debate pós-moderno era forte (SERAPIÃO, 2013, p. 14).

Ainda no período da universidade, Viglieccа integrou um grupo de estudos chamado Núcleo Sol, cujos integrantes sonhavam com projetos relacionados com o entorno e socialmente comprometidos. Na época, a revista Summa trazia para o grupo a produção e os debates em curso na Europa, nos Estados Unidos no Japão por meio da tradução de artigos selecionados por Marina Waisman, particularmente da *L'Architecture d'Aujourd'hui* (SERAPIÃO, 2013).

Figura 42 - Viglieccа em encontro na década de 1960, em frente do Estúdio Reconquista, em Montevidéu.
Figura 43 - Héctor Viglieccа, no final da década de 1960, em meio a amigos na Sicília, Itália.

Fonte: Revista Monolito, nº16, 2013.

Segundo Camargo (2012), o início de sua atividade profissional no Centro Cooperativista Uruguaio (CCU) foi uma oportunidade ímpar para colocar na prática os pressupostos teóricos debatidos durante sua formação. Criada em 1961, essa organização visava fomentar o desenvolvimento de organizações cooperativas para atender a variadas demandas de produção, entre as quais a da habitação, que reunia arquitetos, engenheiros e assistentes sociais com o objetivo de conciliar dois modos de atuação: o cooperativismo e a construção por ajuda mútua. Essa foi uma situação privilegiada para se refletir sobre a mudança de paradigmas que fomentou o debate estudantil (CAMARGO, 2012).

Antes de passar uma temporada de estudos na Europa, Viglieca integrou uma espécie de escritório-modelo, conhecido inicialmente como Estúdio 18, juntamente com Arturo Villaamil, Ramiro Bascans e Thomas Sprechmann. Apesar de serem todos da mesma geração, coexistiam duas tendências antagônicas: de um lado, havia o grupo mais influenciado pela arquitetura nórdica, de Alvar Aalto, orgânica que valorizava o tijolo; do outro, do qual Viglieca fazia parte, estava o grupo conectado às renovações do pensamento, do Team X (Georges Candilis, Giancarlo de Carlo, Alison e Peter Smithson), James Stirling, *Archigram* e os metabolistas japoneses (SERAPIÃO, 2013).

Após se formar, Viglieca passou três anos na Europa, onde realizou sua pós-graduação em urbanismo na *Universitá degli Studi di Roma La Sapienza*. Na Itália, seu plano de estudo, traçado junto com professores uruguaios, era estudar com Ludovico Quaroni, editor da Casabella e consagrado no pós-guerra pelos programas de habitação social. O arquiteto, todavia, optou por fazer outros cursos, obtendo experiências diversas entre a Itália, Alemanha, Inglaterra e Espanha ao longo de três anos (SERAPIÃO, 2013).

Figura 44 - Héctor Viglieca e Gunter Kohlsdorf em Veneza, início dos anos 1970.

Figura: Fonte: Revista Monolito, nº16, 2013.

Logo após seu retorno a Montevidéu no início da década de 1970, o arquiteto retorna ao Estúdio 18, agora denominado Estudio Reconquista, com o intuito de projetar o *Complejo Bulevar Artigas* (1971-1973) para o Centro Cooperativista Uruguaio, o qual se torna o marco inicial em sua produção de habitação social.

O *Complejo Bulevar Artigas* está localizado em uma das avenidas mais importantes da capital uruguaia de mesmo nome. Este conjunto de moradia social foi construído por meio da Lei Nacional da Habitação, a qual previa assistência técnica às sociedades cooperativistas e tinha como objetivo

disseminar unidades habitacionais multifamiliares de baixo custo em todo o país. O conjunto possui 332 unidades e abriga atualmente cerca de 1,2 mil moradores, com uma densidade de 638 habitantes por hectare. Com o intuito de possibilitar a maior área livre possível no térreo, a estratégia do projeto foi implantar prédios de 8 e 12 andares nos perímetros (junto das faces de lado maior), dentro de um terreno de geometria retangular, e liberar a porção central do lote para áreas de uso coletivo, como campo de futebol, parquinhos, praças e passarelas (SERAPIÃO, 2013).

Em relação aos elementos de infraestrutura e funcionalidade, foram pensadas circulações (horizontais e verticais), acessos a meio piso a partir do elevador, dupla orientação e prumadas sanitárias. No tocante às unidades habitacionais, optou-se pela flexibilidade, assim, foram estabelecidas 41 opções variadas para as organizações de fluxos e distribuições internas de cada bloco, e foram previstas cerca de 80 possibilidades para os apartamentos, que ao final foram reduzidos para praticamente a metade. (SERAPIÃO, 2013).

Figura 45 - Perspectiva Complejo Bulevar Artigas.
Figura 46 - Complejo Bulevar Artigas – executado.

Fonte: Viglieca e Associados.

Figura 47 - Perspectiva Complejo Bulevar Artigas.
Figura 48 - Complejo Bulevar Artigas – executado.

Fonte: Viglieca e Associados.

No centro do complexo, foi disposto um bloco de dois pisos que foi destinado a convivência dos moradores, com creche, administração e pequeno comércio. Formalmente, o conjunto se caracteriza por alvenarias de tijolos cerâmicos e pela estrutura de concreto aparente, a qual foi pintada posteriormente de cinza (SERAPIÃO, 2013).

Após a conclusão do projeto, ocorre o golpe militar no Uruguai de 1973 cujo regime prendeu e torturou opositores para desarticular movimentos de guerrilha, principalmente os tupamaros[47]. Muitos profissionais foram afastados de seus cargos nessa época, e Viglieca, que estava bastante envolvido com a militância, foi alvo de perseguição política, tendo sido levado para o local conhecido como centro de tortura, onde foi interrogado durante dias (SERAPIÃO, 2013).

Motivado por tais condições políticas de seu país, Héctor transferiu-se para o Brasil, em 1974, embora, naqueles anos, a situação nacional, como de todos os governos ditatoriais em vigor na América Latina, não fosse diferente. O Brasil, apesar da forte repressão política que cassou os arquitetos de suas funções públicas, não impediu que alguns profissionais continuassem a desenvolver projetos, pois o país atravessava um período de intenso desenvolvimento econômico. Dessa forma, a administração pública, as construtoras e os escritórios de projeto contrataram muitos profissionais, para atender não só a demanda local, mas também as parcerias criadas com outros países, principalmente os da África (CAMARGO, 2012, p. 11).

Em janeiro de 1975, o arquiteto chegou em São Paulo e conseguiu uma oportunidade de emprego no escritório de Joaquim Guedes, onde começou a trabalhar imediatamente no projeto do Novotel, um hotel de 14 andares no Morumbi (SERAPIÃO, 2013). Lá, trabalhou por três anos, quando o maior volume de trabalho do escritório era de planejamento urbano, permitindo que Héctor se aproximasse das ideias de Guedes, com as quais tinha afinidade, e projetos de grande escala, como o plano diretor de Piracicaba que ajudou a desenvolver.

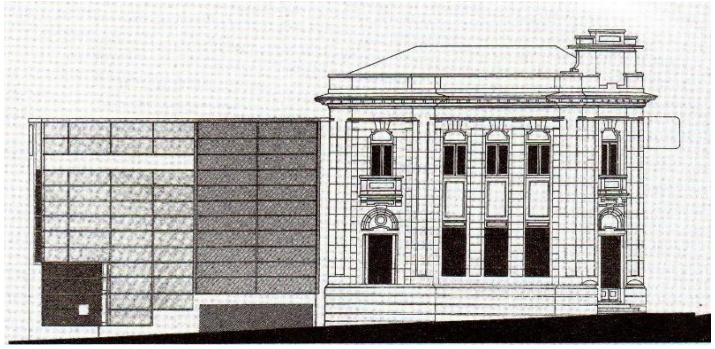
Aos 36 anos de idade, saiu do escritório de Guedes para um emprego no Consórcio Nacional de Engenheiros e Consultores (CNEC), empresa que reuniu engenheiros de barragens e a Camargo Corrêa, na época uma das maiores construtoras do país. Foi empregado do CNEC por quase uma década, chegando a ser chefe de departamento de arquitetura (SERAPIÃO, 2013). Foi empregado

[47] Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros (MLN-T), foi um grupo guerrilheiro marxista-leninista uruguaio, que operou nas décadas de 1960 e 1970, antes e durante a ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1985). Fazia parte desse movimento o antigo presidente uruguaio, Pepe Mujica.

do CNEC por quase uma década, chegando a ser chefe de departamento de arquitetura e participando de projetos de grande porte, como o desenho de cidades novas que substituíram as vilas inundadas.

Deste período, destaca-se o projeto que desenvolveu para o Banco Central do Comércio na cidade de Jaú, interior de São Paulo. O trabalho incluía a adaptação de um casarão eclético do início do século 20 para a sede regional do Banco Geral do Comércio, dirigido pela Camargo Corrêa. O desenho previa um anexo que mantinha diálogo com o existente. A proposta configurava-se como "uma obra singela, enquanto escala, entretanto revolucionária como ideia, haja vista a forte reação que provocou no poder local" (CAMARGO, 2012, p. 11). A inovação consistiu no respeito e na valorização do existente, uma residência eclética que foi incorporada com destaque à nova intervenção, e a partir da qual se desenvolveu o projeto, antecedendo, voluntariamente, ações que anos mais tarde se tornariam obrigatórias pelos órgãos de preservação.

Figura 49 - Viglieca no CNEC, 1981.
Figura 50 - Fachada contextualista do Banco Geral do Comércio, 1979.



Fonte: Revista Monolito, nº16, 2013.

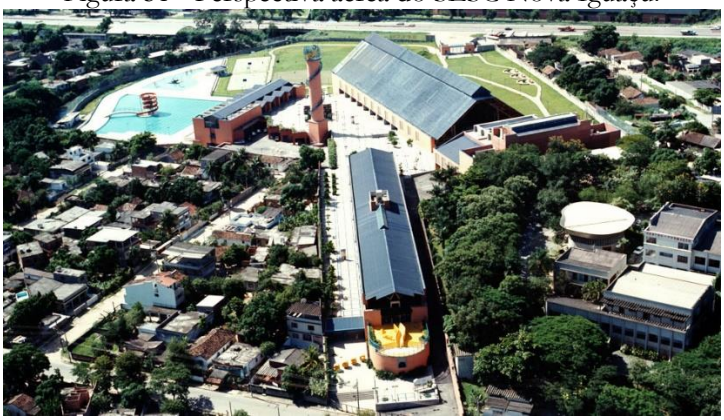
Em paralelo às suas atividades na empresa, Viglieca sempre manteve um interesse por concursos e, fora de seu horário de expediente, partia para seu escritório para elaborar os projetos. Durante esta época, ele teve contato com Bruno Padovano, arquiteto recém-chegado dos Estados Unidos, com passagem pela Universidade de Harvard. O entusiasmo de Padovano, o debate arquitetônico e o desejo mútuo de disputar concursos os aproximaram e os fizeram participar do concurso para o projeto do Sesc Nova Iguaçu[48], no qual obtiveram o primeiro lugar. Construído entre anos 1985 e 1998, o projeto para o SESC Nova Iguaçu, instituição que atende aos comerciários e público em

[48] O projeto foi escolhido através de um concurso organizado em conjunto pela instituição e pelo IAB/RJ, do qual participaram 80 equipes.

geral, principalmente em esporte, lazer e saúde, fica às margens da Dutra, rodovia que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

O terreno de 45,3 mil metros quadrados com conformação irregular, tem um entorno formado por casas simples e galpões industriais atraídos pelo eixo rodoviário mais importante do país. A proposta envolvia uma área total de 16,3 mil metros quadrados construídos, com quatro edifícios principais posicionados a partir do traçado acidentado natural e dos limites irregulares do lote.

Figura 51 - Perspectiva aérea do SESC Nova Iguaçu.



Fonte: Viglieca e Associados.

Desse modo, definiu-se um partido que diferencia duas situações díspares. Os blocos edificados ficaram concentrados na gleba mais alta, e, assim como as pequenas arquibancadas (das quadras esportivas cobertas), foram dispostos em sequência entre as curvas de nível, concebendo espaços que variam entre o público, o semipúblico e o privado. Na porção plana, por sua vez, ficaram as áreas para atividades esportivas ao ar livre. Essa solução garantiu a menor interferência na trama existente e conformou uma esplanada que, intermediando as duas configurações, funciona como um grande local para convívio (SERAPIÃO e RUBANO, 2013).

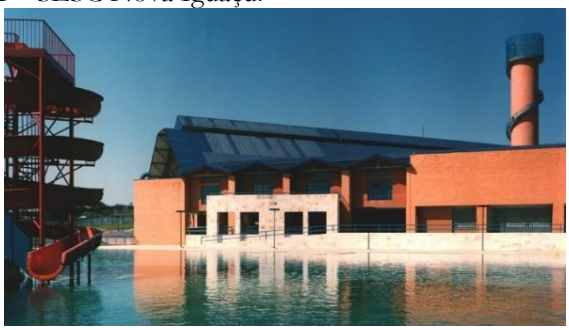
De forma a respeitar a tradição tipológica do local, os arquitetos optaram por utilizar grandes coberturas, remontando a edificações fabris. Esta foi uma solução encontrada com o intuito também de permitir a apropriação dos usuários de forma mais fluida. O prédio destinado às quadras sugere um grande galpão industrial, já as dependências administrativas e de serviço (creche e atendimento médico) estão em um volume laminar. Outro pavilhão abriga restaurante, lanchonete, setor aquático e instalações de apoio, como vestiários. A última construção resguarda as atividades culturais, com auditório capaz de receber 400 pessoas. Toda construção foi feita em estrutura mista de concreto e madeira e alvenaria de tijolo cerâmico.

Figura 52 - Área coberta – SESC Nova Iguaçu.
Figura 53 - Área de passeio – SESC Nova Iguaçu.

Fonte: Viglieca e Associados.

A associação entre Viglieca e Padovano vigorou por quase uma década, mas não conseguiu repetir o sucesso que tiveram em relação aos concursos. Após várias tentativas infrutíferas e poucas encomendas privadas, a parceria de desfez em meados dos anos 90. De significativo, além do SESC Nova Iguaçu, realizaram juntos o projeto de moradia social batizado de Rio das Pedras/Vila Mara (que será abordado no próximo capítulo), onde contribuíram para mudança no paradigma da ação pública na cidade e introduziram os conceitos das cooperativas uruguaias no debate sobre habitação social no país (SERAPIÃO, 2013).

Figura 54 - Fachada área coberta – SESC Nova Iguaçu.
Figura 55 - Área de lazer – SESC Nova Iguaçu.



Fonte: Viglieca e Associados.

Aos 54 anos, optou por iniciar seu próprio escritório em sociedade com a arquiteta Luciene Quel, a qual terminava a faculdade aos 25 anos, atuante até os dias de hoje, o escritório, sob a denominação de Viglieca & Associados, já desenvolveu projetos de grande relevância em diversas temáticas tais quais áreas urbanas críticas, complexos esportivos, conjuntos habitacionais, educacionais, institucionais, culturais, planos e projetos urbanos. Sua contribuição projetual tem sido fundamental para a reflexão, a crítica e o desenvolvimento dos trabalhos (SERAPIÃO, 2013).

Em 40 anos de carreira, Viglieca participou de quase todos os concursos de que teve notícia, em um total de 84 e em uma progressão sempre crescente: na década de 1970, 9; nos anos 1980, 18;

nos 1990, 22; nos anos 2000, 26. Entre 2010 e 2012 somou-se 9 projetos[49]. Camargo faz uma breve sistematização das propostas pelo tipo de solicitação, na qual verificou o predomínio da demanda pública sobre a privada, ressaltando a área da cultura, incluindo-se aí centros culturais, bibliotecas, museus e monumentos como recordista das solicitações (CAMARGO, 2012).

Se a participação em concursos pode ter significado uma possibilidade de inserção na classe profissional e no mercado de trabalho, com o passar do tempo, tornou-se uma opção e a própria maneira de se pensar a arquitetura. Em Viglieca e Associados se privilegia a troca, o debate de ideias e, sobretudo, a crítica, que é decisiva para a construção da melhor síntese – meta principal para a participação em concursos. O crescimento de trabalho desses últimos anos tem possibilitado intensificar a sua participação nos concursos, tanto em quantidade como em qualidade, constituindo-se na força motriz para o amadurecimento e avanço do seu trabalho (CAMARGO, 2012). Sobre isso, em entrevista, Viglieca afirma:

> Não é paixão, é necessidade. É necessidade de ter trabalhos. Eu não sou brasileiro. Então quando cheguei ao Brasil, a única possiblidade de acessar a um trabalho grande era o concurso e perceba que o concurso para o escritório, nós aprendemos a trabalhar juntos, a fazer coisas em equipe, isso foi muito positivo e continua sendo um espaço de reflexão. Agora isso continua sendo um espaço de reflexão[50].

Figura 56 - Viglieca e equipe em 2013.

Fonte: Viglieca e Associados.

Nos últimos anos, o escritório também ganhou notoriedade no desenvolvimento de grandes complexos esportivos como a Arena Castelão (Fortaleza, 2008 – 2012), Parque Olímpico de Deodoro (Rio de Janeiro, 2013 – 2016), Centro Olímpico de Hóquei sobre grama (Rio de Janeiro, 2013 – 2016) e o Estádio de Canoagem Deodoro (Rio de Janeiro, 2013 – 2015). Viglieca &

[49] Levantamento realizado em 2012.
[50] Entrevista com Héctor Viglieca. Entrevistadora: Giselle Cantalice. São Paulo, 23/07/2018.

Associados foi o maior vencedor do IAKS/IOC 201751, principal premiação de arquitetura esportiva do mundo. Lá, o projeto do estádio Olímpico de Canoagem Slalom ganhou o Prêmio Gold e o da Arena da Juventude, o Prêmio Silver e uma distinção especial do IPC (International Paralympic Committee) como projeto complementar para acessibilidade.

Figura 57 - Estádio Olímpico de Canoagem.
Figura 58 - Arena Castelão, Fortaleza, 2014.

Fonte: Viglieca e Associados.

A trajetória profissional de Héctor Viglieca revela o seu interesse por habitações de interesse social, e esse tema sempre esteve atrelado aos seus trabalhos, projetando diversos outros conjuntos habitacionais, e em sua maioria localizados na cidade de São Paulo. No total, foram 33 projetos, 17 deles construídos ou parcialmente construídos e um demolido. Trata-se, por conseguinte, de um *corpus* de obras caracterizado por grande qualidade espacial e formal e pela investigação atenta, em fase de projeto, das características e das especificidades da população beneficiada. Seu *modus operandi* sugere uma adoção incondicional do preceito moderno segundo o qual o arquiteto teria uma vocação social e a arquitetura representaria uma *causa* e não um estilo ou um simples exercício estético, sem conexão com a cidade.

[51] Premiação realizada a cada dois anos na Alemanha.

Linha do tempo – Projetos de habitação coletiva

Fonte: Terceiro Território, 2014

CONJUNTO HABITACIONAL BULEVAR ARTIGAS

1971 - 1974, Montevidéu, Uruguai

CONJUNTO HABITACIONAL SANTO ANTÔNIO

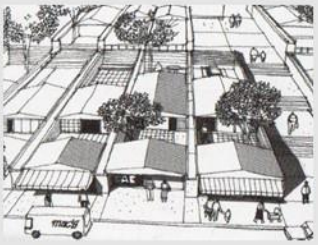
1972, Montevidéu, Uruguai

CONJUNTO HABITACIONAL EDIFÍCIO ELLAURI

1973 -1974, Montevidéu, Uruguai

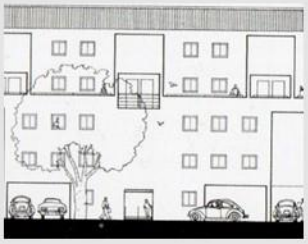
CONJUNTO HABITACIONAL HURASÚ

1974 -1975, Montevidéu, Uruguai



PRÊMIO BRASILIT DE ARQUITETURA

1981, Terreno hipotético



HABITAÇÃO POPULAR NO BRÁS

1989, São Paulo—SP

NOVO NÚCLEO URBANO DE CAMPINAS

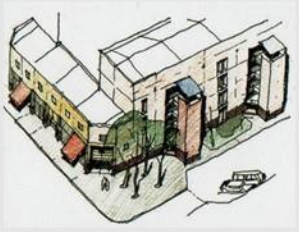
1990, Campinas—SP

CONJUNTO HABITACIONAL DO RINCÃO

1991-2003, São Paulo – SP

CONJUNTO HABITACIONAL RIO DAS PEDRAS

1991—2003, São Paulo -SP

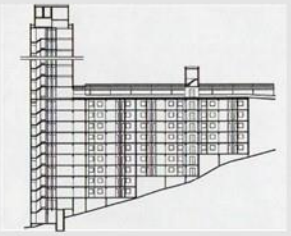


HABITAR COM O AMBIENTE

1994, Itatiba—SP

RESIDENCIAL COLINAS DAS MANTIQUEIRAS

1996-1997, Bragança —SP



RESIDENCIAL PARQUE PEDRA BONITA

1996-1997, Jandira – SP

CASARÃO DO CARMO

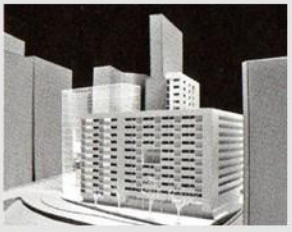
2003—2018, São Paulo—SP

CONJUNTO HABITACIONAL ITAQUERA

2003 –2004, São Paulo—SP

VILA DOS IDOSOS

2003—2007, São Paulo —SP



CONJUNTO ASSEMBLEIA

2004, São Paulo – SP

CONJUNTO HABITACIONAL BULEVAR ARTIGAS

1971 - 1974, Montevidéu, Uruguai

CONJUNTO HABITACIONAL SANTO ANTÔNIO

1972, Montevidéu, Uruguai

CONJUNTO HABITACIONAL EDIFÍCIO ELLAURI

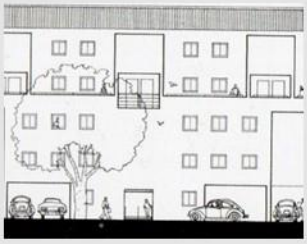
1973 -1974, Montevidéu, Uruguai

CONJUNTO HABITACIONAL HURASÚ

1974 -1975, Montevidéu, Uruguai

PRÊMIO BRASILIT DE ARQUITETURA

1981, Terreno hipotético



HABITAÇÃO POPULAR NO BRÁS

1989, São Paulo—SP

NOVO NÚCLEO URBANO DE CAMPINAS

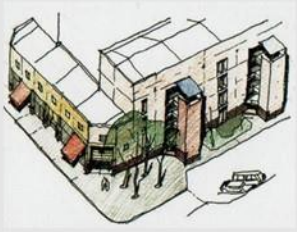
1990, Campinas—SP

CONJUNTO HABITACIONAL DO RINCÃO

1991-2003, São Paulo – SP

CONJUNTO HABITACIONAL RIO DAS PEDRAS

1991—2003, São Paulo -SP

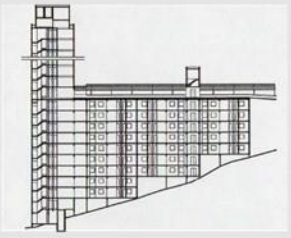


HABITAR COM O AMBIENTE

1994, Itatiba—SP

RESIDENCIAL COLINAS DAS MANTIQUEIRAS

1996-1997, Bragança —SP



RESIDENCIAL PARQUE PEDRA BONITA

1996-1997, Jandira – SP

CASARÃO DO CARMO

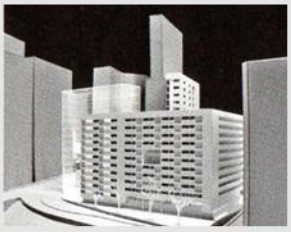
2003—2018, São Paulo—SP

CONJUNTO HABITACIONAL ITAQUERA

2003 –2004, São Paulo—SP

VILA DOS IDOSOS

2003—2007, São Paulo —SP



CONJUNTO ASSEMBLEIA

2004, São Paulo – SP

4.2 Influências internacionais

Tendo em vista a trajetória na formação profissional do arquiteto, faz-se relevante também estudar alguns dos movimentos e arquitetos que influenciaram a sua bagagem teórica e projetual. Através da entrevista concedida e de artigos levantados, foi possível fazer um mapeamento de algumas das linhas de pensamento que influenciaram Viglieca. Sabe-se, inicialmente, que no período em que ainda estudava no Uruguai, havia uma forte produção arquitetônica na Argentina, a qual estava alinhada com os principais debates europeus e que repercutiam diretamente nos projetos dos grupos em que estava envolvido. No entanto, além da produção sul-americana, sabe-se[52] que Viglieca estava atraído pelo debate internacional, particularmente pela produção do Team X, o *Archigram*, os Metabolistas japoneses e James Stirling – considerando-os como "sabedorias", as quais não deveriam ser copiadas, mas interpretadas e aplicadas ao novo contexto que se propõe.

4.2.1 Arquitetura argentina nos anos 60 e 70

Na época em que Viglieca ainda era estudante na UDELAR, meados dos anos 60, os arquitetos argentinos estavam muito sintonizados com as discussões internacionais, particularmente europeias. Esta forte influência vinha, de fato, desde a época do movimento moderno, quando obras prestigiadas dos grandes mestres tiveram repercussões concretas na Argentina. O conjunto de Marsella de Le Corbusier, por exemplo, alimentou formalmente a proposta de Larran em Salta e, em termos conceituais, a obra de Luis y Alberto Morea em Talcahuano e Charcas em Buenos Aires, 1953.

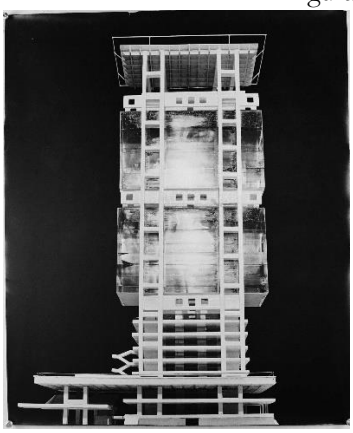
> Em Buenos Aires aconteceu um processo interessantíssimo realmente na produção entre os anos das décadas de 60 e 70. A produção era absolutamente extraordinária. Porque na verdade era uma leitura do que acontecia na Europa. Coisa que por exemplo hoje a Argentina esqueceu esse período. Nós líamos a Europa através da arquitetura produzida na Argentina. Tanto que nessa época tinham escritórios que eu particularmente consideraria extraordinário e esses escritórios influenciaram a minha vida profissional de maneira muito importante como Solsona e Díaz [...]eram escritórios naquela época, jovens, e de um potencial de trabalho. A Argentina tinha uma capacidade econômica de construir essas coisas[53].

Nota-se que a vertente neobrutalista corbusiana encontrou sua concretude em obras de qualidade como a Prefeitura de Córdoba (1954) de Sánchez Elía, Peralta Ramos e Agostini. Destaca-se

[52] SERAPIÃO, 2013, p. 13 in Monolito nº 16.
[53] Entrevista com Héctor Viglieca. Entrevistadora: Giselle Cantalice. São Paulo, 2018.

também a produção de Amancio Williams, o qual foi um grande difusor das ideias do movimento moderno da arquitetura portenha, com projetos como Casa do Córrego (Mar del Plata, 1943) e o Edifício UIA (Catalinas Norte, 1968), onde utilizou o conceito de *edifício suspenso* (GUTIERREZ, 1992, p. 655).

Figura 59 - Edifício UIA, 1968.
Figura 60 - Casa do Córrego, 1943.



Fonte: Disponível em: https://www.archdaily.com.br. Acesso em: 03/11/2018.

Na Argentina, no começo dos anos 1960, os arquitetos também acompanharam de perto as críticas ao movimento moderno e suas premissas conceituais, o que possibilitou o surgimento de uma dinâmica projetual e teórica de forte repercussão internacional. Também nesta década, o país foi marcado pelos concursos, que permitiram uma maior experimentação de ideias e um espaço para uma nova geração de arquitetos que tinham um protagonismo na tarefa do novo design.

Além disso, a produção de Mario Roberto Álvarez havia encontrado na arquitetura de Mies Van der Rohe o ideal de uma volumetria simples e facilmente apreendida através de sua configuração geométrica. Álvarez buscava uma racionalidade funcional no tratamento da cidade, fator distintivo de sua produção, o que pode ser notado em suas obras relevantes como o complexo cultural General San Martín de Buenos Aires (1951-1971), o Banco Popular Argentino (1960) e o *Bank of American* (1965) (GUTIERREZ, 1992, p. 655).

> Aqui é onde podemos ver a capacidade da arquitetura argentina de aproximar-se a estandartes da produção da arquitetura moderna universal. Mas ao passo em que essas obras com qualidade intrínseca, são capazes de estar alocadas em qualquer parte pela sua própria concepção de obra de arte, são elementos também de ruptura e deformação da paisagem urbana (GUTIERREZ, 1992, p. 655).

Nesse contexto, houve também a contribuição das obras produzidas em Córdoba pelo arquiteto José Ignacio Díaz – citado por Viglieca -, o qual, segundo Gutierrez, provavelmente foi um dos arquitetos de maior talento que atuou na Argentina nessa época (GUTIERREZ, 1992, p. 566). Cabe aqui lembrar a obra do Colégio Argentino na cidade universitária de Madri (1967) e o edifício multifamiliar Figueroa Alcorta (1968-1972).

Como continuidade da linha estruturalista-brutalista, é oportuno assinalar a obra de Clorindo Testa para o banco de Londres e América do Sul em Buenos Aires em 1965 e a Biblioteca Nacional de 1961. O Banco tornou-se um marco na arquitetura argentina com projeções continentais, pois, em sua proposta de integração urbana, respeitava o entorno físico preexistente sem deixar de impor a sua personalidade. A estrutura como uma caixa com valores plásticos notórios encerra um espaço autônomo carregado de valores de surpresa, variações de escala e visuais e uma tensão dinâmica que é, sem dúvidas, uma feliz expressão arquitetônica.

Figura 61 - Edifício do arquiteto Díaz em Córdoba.
Figura 62 - Banco de Londres e América do Sul, sem data.

Fonte: Disponível em: https://www.archdaily.com.br/. Acesso em: 03/11/2018.

Figura 63 - Conjunto Rioja, 1971.
Figura 64 - Conjunto Rioja, situação atual.

Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Conjunto_Rioja. Acesso em: 03/11/2018.

Já na década dos anos 1970, houve uma extensa produção teórica no país, quando os arquitetos argentinos buscaram um maior conhecimento de sua própria herança histórica, o que se rebateu diretamente nas suas produções. Sendo assim, dezenas de livros e monografias foram publicadas na revista SUMMA e nos Documentos de arquitetura Nacional e Americana, marcando uma fase de maior pesquisa de história da arquitetura.

Desse tempo, cabe ressaltar as obras produzidas por Solsona e seus associados, o qual esteve muito envolvido com o desenvolvimento de conjuntos habitacionais em altura, principalmente nas cidades de Córdoba e Buenos Aires. Pode-se listar aqui o Conjunto Rioja, desenvolvido em parceria com outros arquitetos e construído entre 1969-1971, o qual muito se assemelha às primeiras produções de Viglieca no Uruguai à época dos centros cooperativistas.

As referências dos trabalhos e divulgações argentinas foram importantes para aproximar os ricos debates desencadeados na Europa para as primeiras experiências do trabalho do arquiteto, no período de formação no Uruguai. Mais tarde, no período de sua pós-graduação na Itália e outros países próximos, Héctor encontra-se no bojo das discussões a respeito da habitação e cidade.

4.2.2 Team X

Conforme mencionado no capítulo anterior, o último congresso dos CIAM aconteceu em 1956 e foi organizado pelo comitê que, futuramente, organizaria o TEAM X. Para o encontro foi proposto novamente o tema Habitat, mas sem o rigor imposto pelas categorias funcionais muito prezadas pelos CIAM. Os arquitetos considerados como fundadores do Team X (Alisson e Peter Smithson, George Candilis, Jaap Bakema, Shadrach Woods e Aldo Van Eyck) entendiam que as ideias defendidas nas edições anteriores não cabiam mais na realidade do mundo, que uma melhor compreensão das condições da população e das cidades era necessária. A partir daí, considerou-se cada vez mais a validade dos CIAM e, em 1959, foi declarado o seu fim. Neste período, a experiência do usuário passa a ser um elemento fundamental para projetar, como foi explanado no capítulo anterior.

Com isso, uma nova abordagem da arquitetura e do urbanismo seria experimentada, discutindo mais a humanização dos espaços e a inter-relação social. Esses jovens arquitetos compreendiam que o momento era de questionar as soluções da cidade funcional e estudar o homem na comunidade onde ele estava inserido, atentando para suas particularidades e para as características

culturais. As necessidades genéricas do homem e as soluções também genéricas defendidas pelo *estilo internacional,* na verdade, deveriam ser substituídas por uma arquitetura moderna que introduzisse "... as particularidades de cada usuário, sem negligenciar as conquistas sociais do movimento moderno" (BARONE, 2002, p. 62).

Segundo Barone, estes jovens arquitetos entendiam o Habitat não como apenas o espaço de moradia, mas acreditavam que a este deveriam estar agregados os espaços de convívio e os espaços públicos, locais onde aconteceriam as relações sociais por eles defendidas. Além disso, consideravam que não se podia mais projetar cidades seguindo a segregação funcional presente na carta de 1933, pois ela pouco condizia com as necessidades humanas essenciais, não atentava para as inter-relações que surgiam com a apropriação do espaço.

Com relação ao habitat, os jovens arquitetos produziram, ainda em 1954, uma carta-compromisso, baseada no estudo do biólogo e urbanista escocês Patrick Geddes, tal carta, conhecida também como *Manifesto de Doorn,* propunha que "para compreender o padrão das associações humanas, nós devemos considerar cada comunidade no seu lugar específico"[54] (BARONE, 2002, p. 68).

Ainda dentro do tema Habitat, os arquitetos ingleses Bill Howell, John Voelcker e o casal Smithson, sugeriram substituir a visão da cidade baseada na segregação funcional por uma outra que adotava diferentes escalas de intervenção da arquitetura e do urbanismo – a casa, a rua, o bairro e a cidade[55]. Eles também propuseram a incorporação das diferenças, sobretudo aquelas relacionadas à variedade cultural, na repetição dos padrões arquitetônicos. Estavam interessados em diferentes escalas ao mesmo tempo, reconhecendo as relações dentro da comunidade e as formas que estas se identificariam com seu habitat. Nas unidades de associação da organização da cidade em escalas (casa, rua, bairro, cidade), a rua é usada como referência e o lugar onde aconteceriam as primeiras inter-relações sociais, tornando o usuário o agente fundamental no processo de estruturação do bairro (SMITHSON e SMITHSON, 2005, p. 24). Essas duas instancias intermediárias, a rua e o bairro, faziam a conexão entre a arquitetura e o urbanismo que foi deixada de lado nos CIAM. Eles traziam novamente para discussão as cidades existentes que tinham essa relação entre moradores e espaço, a noção de lugar e os elementos formadores de um conjunto.

[54] Manifesto de Doorn apud SMITHSON, 2005, p. 24
[55] Annie Pedret. Aix-en-Provence (France) 19-26 jul 1953. CIAM IX: discussing the charter of habitat.

A partir de suas experiências, o casal desenvolveu noções, que se fariam presentes nas reuniões do Team X e influenciariam muitos projetos. Dentre essas, tem-se primeiramente a ***noção de identidade***, que visava definir a relação de cada ser humano com o espaço e o ambiente construído, defendendo que a comunidade devia ser construída através de uma hierarquia com os elementos associativos. Na casa, a relação era entre a família e ambiente interno; fora dela, a primeira relação era entre as famílias e a rua, "espaço arena" de interação do grupo de indivíduos. O próximo nível de hierarquia urbana era o bairro, onde a identidade se daria entre indivíduos para, assim, formar uma comunidade e, por último, essa inter-relação entre comunidades a nível de cidade. Vale salientar também que o casal defendia a criação de formas de associação equivalentes a essas escalas, pois entendia que elas estavam relacionadas a um modo de vida não mais condizente com a sociedade pós-guerra (SMITHSON e SMITHSON, 2005, p. 26)

A noção de *mobilidade* teorizada por eles foi se moldando a partir dos estudos realizados nessa área – principalmente aqueles relacionados às ruas aéreas – e "permitia a relação entre os diferentes complexos de associação que resultavam na cidade" (BARONE, 2002, p. 129). Também é importante ressaltar a noção de *cluster* defendia o agrupamento de unidades como forma de clarear a ideia de comunidade e a inter-relação dos indivíduos a ela pertencentes[56].

Figura 65 - Smithdon High School, Hunstanton, Norfolk (1949-1954), projetado por Alison e Peter Smithson.

Fonte: Disponível em: https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2011/01/08/alison-e-peter-smithson/. Acesso em: 01/07/2023.

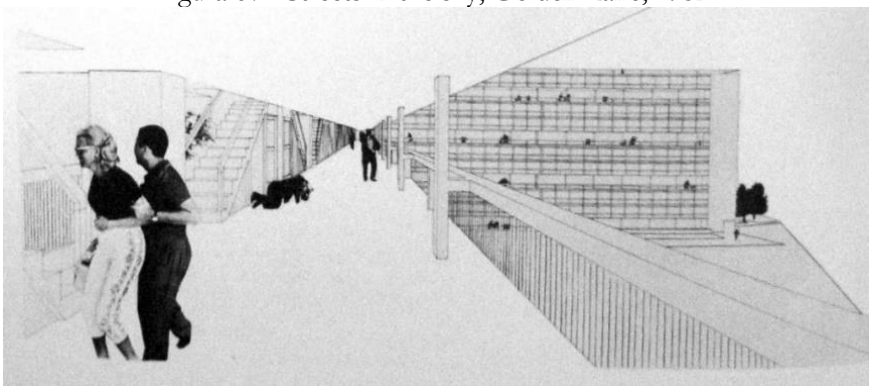
[56] De acordo com o casal "a palavra cluster, significando um padrão específico de associação, foi introduzida para substituir conceitos como os da rua, vila, cidade (entidades do grupo), que eram muito carregados de conotações históricas" (SMITHSON e SMITHSON, 2005, p. 26).

Figura 66 - Secondary Modern, Hunstanton, Inglaterra, 1954, projetado por Alison e Peter Smithson.

Fonte: Disponível em: https://blog.prototypr.io/what-on-earth-is-a-brutalist-website-5-things-todays-designers-can-learn-from-brutalism-7fb52b163f80. Acesso em: 01/07/2023.

Para Alison e Peter Smithson o termo *threshold*[57], era uma resposta aos limites impostos pelo funcionalismo ortodoxo, introduzindo aspectos sociológicos de avaliação dos espaços, hierarquizando a experiência humana nos centros urbanos através do uso de escalas: a casa, a rua, o bairro e a cidade, em oposição às quatro funções da Carta de Atenas (moradia, trabalho, lazer e transporte).

Figura 67 - Streets in the sky, Golden Lane, 1952.



Fonte: Disponível em: http://calebmcginn.ca/. Acesso em 23/10/2018.

A proposta para o concurso Golden Lane desenvolvida pelo casal Smithson, em 1952, incluía estruturas interligadas por passagens aéreas que ficaram conhecidas como *street in the sky*. Uma das características do projeto é a capacidade de crescimento da estrutura, nesse caso os blocos habitacionais poderiam deslizar sobre a paisagem, envolvendo o espaço público ao redor, que passavam a se relacionar com o projeto. A ideia de *cluster*, em forma de agregação por nós articulados com a possibilidade de desenvolvimento infinito, foi uma das marcas do conceito. As *streets in the sky* tinham o papel de interligar e promover espaços de encontro e eram superdimensionadas para atender ao uso proposto. Eram considerados territórios de identidade

[57] Do inglês, limite.

para as comunidades, além de espaços com a função de ligação entre as unidades e a circulação vertical, a rua e a cidade. Estes locais teriam o potencial de promover o pertencimento dos moradores através da troca da vida cotidiana e do encontro. Nessa proposta, os arquitetos assumem o ambiente urbano como território extensivo ao lote e a própria edificação.

Somente em 1972 o casal Smithson[58] teve a oportunidade de colocar em prática alguns dos ideais propostos inicialmente para o Golden Lane. No projeto Robin Hood Gardens, construído entre 1966 e 1972 e demolido em 2017, estavam presentes as circulações como espaços de convivência comunitária. O conjunto foi consequência direta da pesquisa de anos realizada pelo casal Smithson, depois do contato com a cultura e o ideário popular (BARONE, 2002, p. 130). A sua conformação é composta por dois blocos de apartamentos, com o total de 213 unidades habitacionais entre simples e duplex, dispostos de modo que geram e protegem um pátio central – definido pelos autores como *stress-free zone*. Tal pátio se tornou o *core* do projeto: a praça pública sobre o domínio da comunidade ali residente[59]. Esses blocos têm acessos intercalados de três em três andares, fazendo com que se tornassem não apenas espaços de circulação, mas também de encontro entre os moradores – é a concretização das *ruas-aéreas* que trazem para o edifício a característica de bairros populares. Por outro lado, essas ruas aéreas estão voltadas para o exterior do conjunto, ou seja, não tem a integração visual com o *core* do projeto, limitando assim a apropriação desse espaço pelos moradores.

Figura 68 - Vista aérea Robin Hood Gardens, 2017.
Figura 69 - Robin Hood Gardens, 2017.

Fonte: Disponível em: Dezeen footage reveals demolition of Robin Hood Gardens. Acesso em: 03/11/2018.

[58] Pode-se citar também o projeto do edifício The Economist em Londres (1959-1964).
[59] Aplicação da ideia de associação da comunidade.

Figura 70 - Circulações horizontais, Robin Hood Gardens, 1972.

Fonte: Disponível em: http://kvadratinterwoven.com/a-brutal-end-for-robin-hood-gardens. Acesso em: 23/10/2018.

Figura 71 - Robin Hood Gardens, 1972.

Fonte: Disponível em: https://londonist.com/2012/03/robin-hood-gardens-set-for-demolition. Acesso em: 23/10/2018.

O projeto retoma os conceitos brutalistas, influenciado pelo *béton brut* de Le Corbusier, com a estrutura em concreto aparente e a marcação dos pilares na fachada. As circulações e as unidades habitacionais criam um jogo de cheios e vazios que compõem a fachada (BARONE, 2002, p. 144). Mais um exemplo da noção de *cluster* no *Robin Hood Gardens* é o sistema de livre circulação que agrupava as unidades habitacionais em conjuntos, proporcionando o sentimento de territorialidade que era também enfatizado pelo núcleo central do projeto.

O encontro do Team X, em Royaumont (1962), o primeiro sem a ligação do grupo ao CIAM, foi de grande importância para a consolidação das ideias desse grupo. Foi definido como tema o conceito recíproco entre as infraestruturas urbanas e os grupos de edifícios, que estavam diretamente relacionados ao problema da habitação em grande escala e às questões de identidade, mudança e crescimento recorrente da população. Projetos como da Universidade Livre de Berlim, e o Robin Hood Gardens foram discutidos no evento (FURSE, SMITHSON e WOODS, 1975, p. 664). Na universidade Livre de Berlim, 1963, os arquitetos projetaram uma grelha articulada conectada por uma laje de circulação dos pedestres, continuando com seus conceitos apresentados

em Royaumont. O formato resultante permitiu um jogo de espaços vazios (para iluminação do térreo), outros ocupados pelos blocos e outros ainda como acessos entre os andares. Esse projeto estimulou a discussão das megaestruturas, recorrente entre esses arquitetos, que eram consideradas uma solução generalizada para a questão social.

Giancarlo de Carlo, arquiteto italiano que participou do encontro de 1959 e se juntou ao grupo do Team 10, questionou se um único arquiteto seria capaz de estruturar uma cidade e, ao mesmo tempo, elaborar padrões arquitetônicos que satisfizessem a liberdade de expressão dos habitantes na organização de seus espaços, defendida por ele como essencial. Ele entendia que era necessário produzir um método de estruturar a cidade que não dependesse do arquiteto, permitindo aos habitantes expressar suas vontades (FURSE, SMITHSON e WOODS, 1975, p. 681).

Shadrach Woods, por outro lado, buscava uma solução genérica para o problema da organização espacial, sem levar em consideração a flexibilidade defendida por De Carlo. Ele defendia a organização linear, sendo o pedestre definido como a linha organizadora onde se conectariam as construções. Todas elas seriam ligadas a esse caminho e o automóvel iria de ponto a ponto, sem cruzar essa linha, como aplicada no projeto de Tolousse-li-Mirail.

Barone identifica três vertentes dos projetos discutidos e apresentados na reunião Do Team X: aquela que continuou com a *tradição corbusiana*, a que tinha critérios próprios para a *estruturação da forma* (estruturalista holandesa) e a última que valorizava o *contexto do local*.

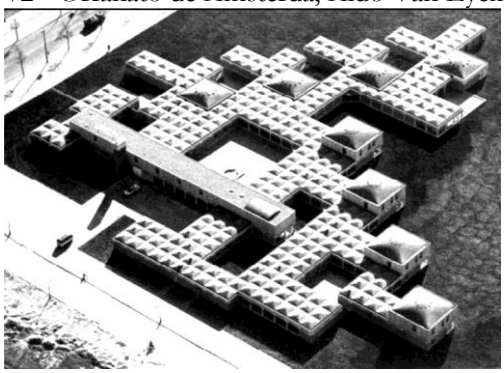
Na primeira vertente, os projetos de conjuntos habitacionais seguiam ainda as diretrizes modernas que direcionavam a organização dos blocos para o interior do conjunto deixando espaços centrais para a colocação dos equipamentos coletivos, como o Kenemmerland de Jaap Bakema e os projetos dos arquitetos Alison e Peter Smithson (Robin Hood Gardens).

A segunda vertente, a estruturalista holandesa, encabeçada pelo arquiteto Aldo Van Eyck que buscava "enfatizar a busca de espaços que rompessem com a oposição entre o interior e o exterior, a possibilidade dos espaços multifuncionais e ao forte compromisso social dos projetos" (BARONE, 2002, p. 96). Van Eyck usou o termo *in-between*[60] para espaços de fluxo, encontro e comunicação. cuja característica se estrutura na solução do conflito e das polaridades. Essas características podem ser encontradas nos corredores, circulações, pátios, passagens, halls,

[60] Do inglês, entre.

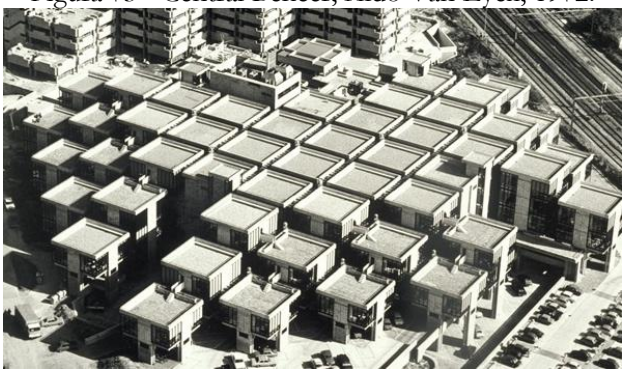
passarelas etc. Os projetos estruturalistas geralmente partiam de uma estrutura criada a partir de grelhas articuladas, como o orfanato de Amsterdã de A. Van Eyck e o Centraal Beheer de H. Hertzberger.

Figura 72 - Orfanato de Amsterdã, Aldo Van Eyck, 1960.



Fonte: Disponível em: https://www.archdaily.com.br/. Acesso em: 23/10/2018.

Figura 73 - Central Beheer, Aldo Van Eyck, 1972.



Fonte: Disponível em: https://www.themodernhouse.com/. Acesso em: 23/10/2018.

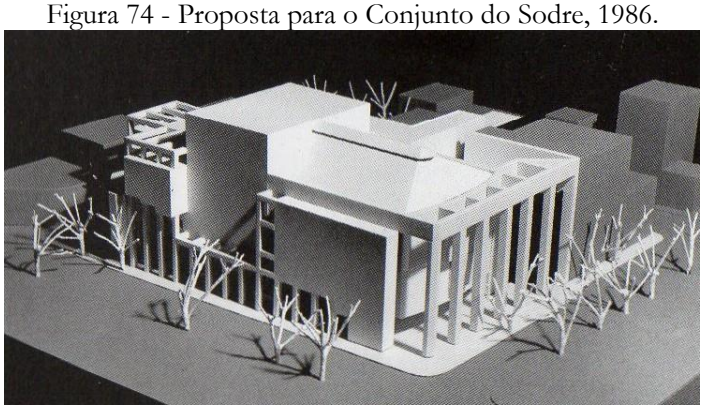
Por último, uma terceira vertente levou em consideração a questão cultural do ambiente onde eles seriam inseridos, como os arquitetos Giancarlo De Carlo e Josep Coderch, que se inspiraram nas discussões sobre a história urbana, contexto, tipologia, por meio de arquitetos como Ernesto Rogers e ideias também defendidas por Aldo Rossi neste mesmo período.

Na busca de se criar outras formas para entender o problema da cidade, os arquitetos do Team X analisaram as relações entre o espaço privado e o público, colocando em destaque o habitat como elemento da vida urbana e da constituição do território. A produção em massa de habitações segundo um modelo racionalizado, sem vínculos com os processos sociais envolvidos, foi um dos principais argumentos dos integrantes do Team X para a crítica dos princípios da Carta de Atenas. Passou-se assim, para a valorização do espaço de pedestres em detrimento do sistema viário; recuperação da rua como lugar da diversidade e da troca, princípios esses que foram adotados e aprimorados pela produção de Héctor Vigliecca (CAMARGO, 2012, p. 10). Sendo assim, o período

de formação de Viglieca na UDELAR (1964-1968), apesar das publicações raras, caras e entregues às bibliotecas com atraso, foi marcado pelo debate travado nos anos 1950, promovido pelos integrantes do Team X, especialmente Van Eyck e o casal Alison e Peter Smithson, que se tornaram referências para ele (CAMARGO, 2012, p. 9);

O conjunto habitacional Complejo Bulevar (1971) foi estruturado a partir de uma rua-plataforma, funcionando como um condensador social, como proposto pelos construtivistas russos, que concentraria os serviços comuns e o sistema de circulação, buscando atrair para o interior do conjunto a dinâmica urbana, a exemplo dos projetos para os edifícios habitacionais Golden Lane (1952) e Robin Hood Gardens (1964). A proposta para o edifício Golden Lane, corrobora a importância dos projetos como documentos e sua contribuição à cultura arquitetônica. As suas ruas aéreas que visavam criar possibilidades de encontros e de vida comunitária, embora não executadas, tornaram-se uma das referências arquitetônica mais recorrentes dos anos 1950, comentadas pela maioria dos historiadores, que, mesmo carregadas de certo idealismo, foram um ponto de inflexão na maneira de se pensar as cidades (CAMARGO, 2012, p. 9,10).

Figura 74 - Proposta para o Conjunto do Sodre, 1986.



Fonte: Viglieca e Associados

No concurso para o projeto do conjunto do Sodré, em que conquistou o primeiro lugar, o arquiteto direcionou sua proposta para realçar a situação urbana do local e reconhecer o significado simbólico que esse conjunto teria para a comunidade. Ele trabalhou simultaneamente com a escala monumental metropolitana e a escala do cotidiano, abrangendo tanto o passado quanto o futuro. Os limites do quarteirão foram bem demarcados e as esquinas destacadas com os acessos às salas (CAMARGO, 2012, p.12). Sobre o projeto e as relações com as influências abordadas, sintetiza Mônica Junqueira:

> Uma proposta que recupera as questões mais importantes do debate arquitetônico das décadas de 1950 e 1960: a vitalidade urbana do Team X, os

> espaços intermediários de Van Eyck; o sentido das pré-existências na prática contemporânea de Nathan Rogers; a cidade como a realidade e como a base das necessidades para arquitetura de Aldo Rossi, e a disponibilidade de reconhecer e usar os fenômenos sociais tais como existem, sem aspirações fantasiosas, de Robert Venturi (CAMARGO, 2012, p.12).

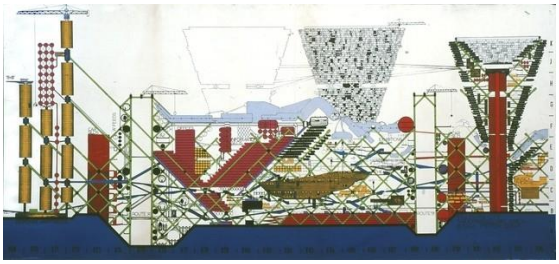
4.2.3 Megaestruturas: Metabolistas Japoneses e *Archigram*

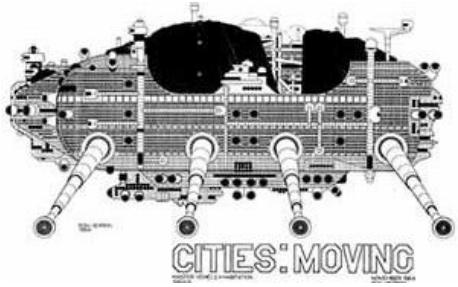
As megaestruturas, definidas primeiramente pelo crítico Reyner Banham, reuniam todas as funções urbanas em um único edifício, de caráter monumental, que recriava a cidade em seu interior, foram temas importantes na discussão urbanística também no período dos anos 60. Os movimentos do *Archigram* inglês e os metabolistas japoneses foram fruto de um período de prosperidade e desenvolvimento, em ambos os países. Inseridos em um contexto cultural de otimismo tecnológico, evidenciado com a chegada do homem à lua, os ingleses trouxeram propostas com concepções fantasiosas, já os japoneses exaltaram a estrutura.

As contestações ao movimento moderno convergiram para a publicação da revista ARCHIGRAM em 1961, reunindo o trabalho informal dos arquitetos Peter Cook, David Greene e Mike Webb. As propostas arquitetônicas do movimento se fundamentavam em ideias e princípios que estavam intrinsecamente relacionados às transformações provocadas pelos novos sistemas de transporte, comunicação e informação, além das novas tecnologias eletrônicas. Concomitantemente, se mantinham atentos ao crescente desenvolvimento tecnológico e seus impactos na sociedade e nos diversos campos do saber, principalmente na arquitetura, a qual se transformou substancialmente. A arquitetura, entendida tradicionalmente como a arte/ciência de planejar e construir o habitat artificial do homem, sempre foi pensada pelos arquitetos a partir de princípios fundamentais como a rigidez, a estaticidade, a estabilidade e a durabilidade. As vertiginosas mudanças econômicas, sociais e culturais da época solicitavam novas alternativas de planejamento espacial fundamentadas em princípios como a mobilidade, a flexibilidade, a instabilidade, a mutabilidade, a instantaneidade, a efemeridade, a obsolescência e a reciclagem e nisso se pautava o Archigram (SILVA, 2004).

Na segunda publicação da revista, já com a adesão dos arquitetos Ron Herron, Dennis Crompton e Warren Chalk, o grupo passou a incorporar suas ideias em projetos como *Living City*, de 1963. A cidade do futuro, então, seria a cidade da sociedade de consumo, informatizada e nômade que se expande indefinidamente; é descartável, móvel, mutável e aberta.

Figura 75 - The Plug-in city, 1964.
Figura 76 - Cidades em movimento, Ron Heron.





Fonte: Disponível em: www.archigram.net. Acesso em 24/10/2018.

O *Archigram* também se utilizou de megaestruturas na conformação das cidades futuristas, pois agregavam alta tecnologia com a mecanização das construções (BARONE, 2002, p. 95). O edifício seria composto por blocos de diferentes atividades interligados por lajes suspensas para circulação dos pedestres e com a circulação de automóveis pelo térreo, separando o caminho (pedestre) da estrada (carro). Durante a década de 1960, elas foram pensadas como solução urbanística para o conflito entre automóveis, espaço público e espaço construído e transmitiam a ideia de que cada unidade construída fazia parte de um sistema geral de organização urbanística, o chamado "espaço total". Por conseguinte, os projetos do *Archigram* influenciaram vários arquitetos, desencadeando toda uma onda de projetos experimentais. Suas criações procuravam antever e moldar o ambiente futuro, com propostas muito criativas nas quais o campo da realidade se encontrava com o domínio da ficção, mais especificamente, com o imaginário da ficção científica (SILVA, 2004)[61].

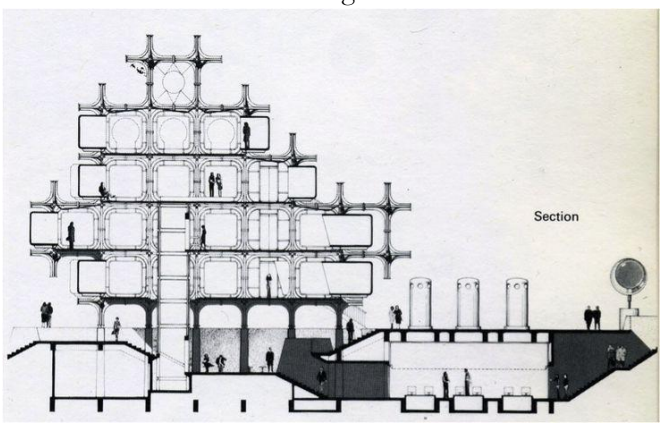
O movimento Metabolista Japonês surgiu na década de 1960 e teve como um de seus principais idealizadores o arquiteto Kenzo Tange, o qual, a partir de um olhar atento à falta de territórios para a expansão das megalópoles japonesas, buscava através da arquitetura, das grandes infraestruturas, dos grandes recursos de engenharia e de um ideal de intervenção em mega escala (ROCHA, 2005).

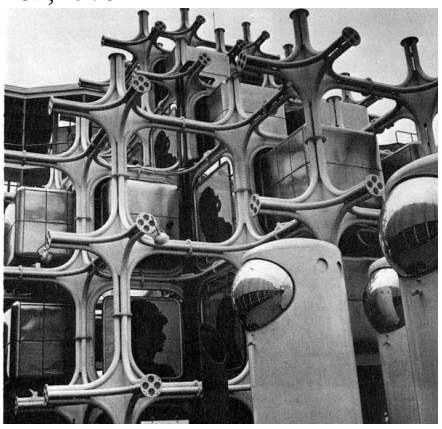
A solução para o problema das grandes escalas encontrada na época era a pré-fabricação e a elaboração de sistemas de ampliação do edifício, utilizando adições sucessivas de componentes celulares (tal qual formas modulares). O conceito "metabolista" considerava, dessa forma, que edifícios e espaços urbanos estariam sujeitos às mesmas lógicas do crescimento natural e biológico que agenciavam os organismos vivos (ROCHA, 2005).

[61] Segundo Dominique Rouillard, eles foram talvez o primeiro grupo de arquitetos a se lançar no mercado como um produto da mídia e projetos experimentais. Plugar e desplugar eram atitudes que representavam a interatividade e a capacidade de propor soluções em uma era de incertezas e transformações (ROUILLARD, 1994, p. 428).

No entanto, percebe-se que os projetos metabolistas possuem um expressionismo formal mais acentuado, desdobrando em um tipo de arquitetura que exalta o protagonismo da estrutura enquanto linguagem construtiva, como o pavilhão japonês para a exposição Universal de Osaka e o edifício Takara Beautilion de Kisho Kurokawa para a Expo'70 e a Torre Nagakin em Tóquio entre 1971 e 1972, também de Kurokawa, em que é aplicada a lógica de agregação celular através de estruturas pré-fabricadas (ROCHA, 2005).

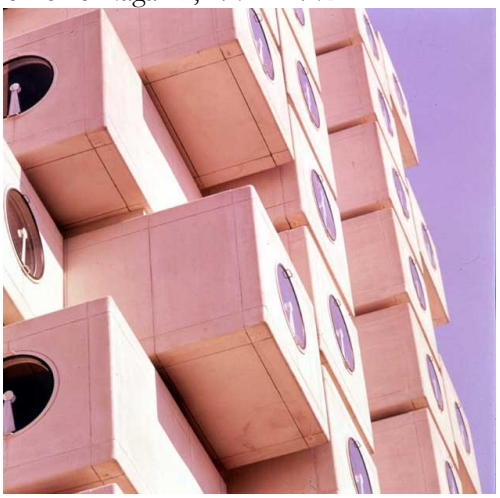
Figura 77 - Secção Takara Beautilion, 1970.
Figura 78 - Torre Takara Beautilion, 1970.





Disponível em: http://www.territorios.org/. Acesso em: 24/10/2018.

Figura 79 - Torre Nagakin, 1971.
Figura 80 - Detalhe Torre Nagakin, 1971 - 1972.



Fonte: Disponível em: http://www.territorios.org/. Acesso em: 24/10/2018.

Nos trabalhos de Viglieca é possível verificar, como uma de suas formas de intervenção, a construção de megaestruturas como elementos estruturadores do lugar, principalmente em áreas periféricas que necessitam de urbanidade. Um dos exemplos de aplicação dessa solução é a proposta realizada para o Morro do S4, para o concurso Renova-SP.

Figura 81 - Perspectiva projeto para o Morro do S4, 2011.

Fonte: Vigliecca e Associados.

A situação existente era uma área extensa de enorme complexidade - com risco, ausência de equipamentos e de ofertas de trabalho, problemas ambientais – composta por um alto número de favelas. O partido levava em consideração que as ocupações, ainda que de maneira precária, já estavam atreladas a malha urbana e dever-se-ia, então, proteger essas estruturas ambientais existentes e, ao mesmo tempo, "fazê-las urbanas" (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 257). Sobre as estruturas pensadas, tem-se que:

> Os edifícios habitacionais propostos estariam dispostos conformando os lugares, buscando uma relação clara entre o construído e o espaço livre, de maneira a não caracterizar esquemas abstratos de implantação, mas que reforçassem as estruturas urbanas que os amparam e com elas estabelecessem relações precisas de "forma-conteúdo" (SANTOS, 1994 apud VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 259)

Vigliecca explica[62] que a equipe desenvolveu protótipos como elementos compatíveis, os quais poderiam se adaptar a diferentes formas de lotes e topografias, racionalizando as etapas executivas de instalações e estruturas construtivas.

Traçando-se uma comparação com exemplos abordados anteriormente e o trabalho de Héctor Vigliecca, nota-se também que o arquiteto defende a vinculação entre o edifício e a cidade opondo-se a arquitetura como objeto autoral e desvinculado do meio que a cerca. Dessa forma, aproxima-se das linhas de pensamento acerca da cidade, defendidos pelos arquitetos do *Archigram*. Sobre essa influência o arquiteto afirma:

> Comecei a trabalhar com base na filosofia dos projetos do *Archigram*, ou seja, pensando que o arquiteto não define a arquitetura, e sim uma estrutura que a realidade transforma depois na obra final (Vigliecca em entrevista para Revista Projeto, 2009).

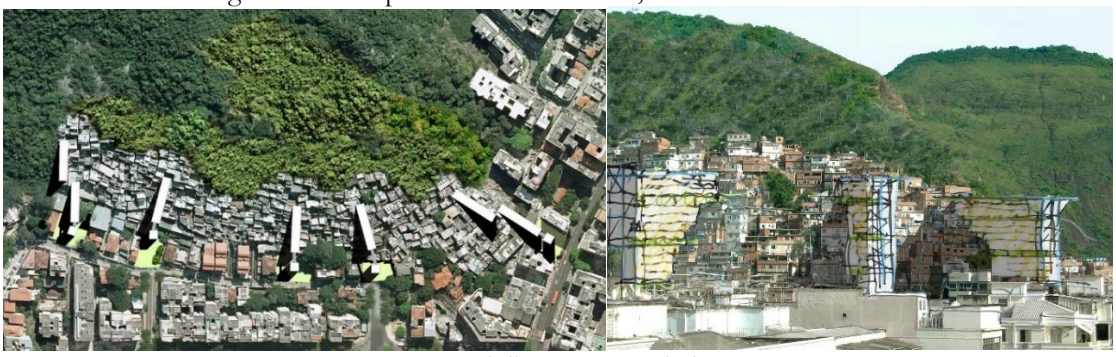
[62] Sobre isso, ver entrevista em anexo.

Figura 82 - Jardim Vincentina, 2010.
Figura 83 - Heliópolis Gleba A, 2004.

Fonte: Viglieca e Associados.

Entende-se, por conseguinte, que o uruguaio vê o projeto não como algo fechado, absoluto e de certa forma concluído e intocável, antes o percebe como um objeto inicial a ser transformado mediante as necessidades e as mudanças que o tempo requer. Nos projetos de Viglieca se vê muito presente as referências de sua formação através de sua investigação sobre as associações e relações humanas, sobre o cotidiano como geradores de cidade, e as decorrentes questões de mobilidade, densidade e conectividade. Exemplos disso são visíveis em várias de suas obras, principalmente nas intervenções em áreas urbanas críticas como o projeto para o Jardim Vicentina e a urbanização de Heliópolis Gleba, ao se associarem à cidade de forma "solidária", considerando-se seus múltiplos sistemas.

Figura 84 - Implantação Morar Carioca, 2011 – em andamento.
Figura 85 - Perspectiva Morar Carioca, 2011 – em andamento.



Fonte: Viglieca e Associados.

No concurso Morar Carioca, como uma das equipes selecionadas, Viglieca, para romper o isolamento do território informal e estabelecer conexões com a cidade oficial, trabalhou com o conceito de suturas, responsáveis pela articulação dos acessos internos e a malha viária circundante. A nova estrutura proposta deveria, além de agregar ao pré-existente e garantir a continuidade entre

os territórios, acolher edifícios de programas diversos, característicos de centralidades urbanas, estrategicamente inseridos de modo a estabelecer relações com o entorno.

Para o projeto, a geografia constituiu o ponto fundamental de valorização da urbanidade e da cidadania, valendo-se de vistas, declives, planos e continuidade de percursos como elementos estratégicos do projeto, que transformou o córrego, até então tido como uma barreira, em um elemento primordial de estruturação do ambiente urbano (CAMARGO, 2012, p. 20,21).

4.2.4 James Stirling

Outro autor importante para a formação de Héctor Vigliecca foi o arquiteto Britânico Sir James Stirling, cujos trabalhos iam ao encontro das teorias e o formalismo do movimento moderno. Com efeito, sua arquitetura, frequentemente, foi descrita como "não-conformalista", pois contrariava os círculos convencionais, citando uma ampla gama de influências como Le Corbusier.

Hernández-Gil identifica três "permanências" no trabalho do arquiteto, investigando nelas as ferramentas, ideias, intenções e processos que persistiram ao longo de cinco décadas de atuação profissional (HERNÁNDEZ-GIL, 2015, p. 7).

A primeira dessas permanências é a *expressão da ordem*, na qual os mecanismos que geram a ordem formal, também constituem a expressão primordial da arquitetura de Stirling. Esta qualidade é descrita na evolução do seu trabalho desde a ordem estabelecida pela função, até o tipo, para então depender do lugar, do contexto. Dessa forma, o autor sugere que existe ao longo de seu trabalho um conflito em sua relação com a tradição, com o passado, na ordem entre o fragmento e o todo histórico (HERNÁNDEZ-GIL, 2015, p. 8).

A segunda permanência é a definição da *presença*, a qual aponta uma vontade de Stirling em recuperar a condição representativa da arquitetura na cidade. Assim, Stirling valoriza a questão da monumentalidade, por meio do processo de manipulação da fachada, ao intercalar operações de desintegração e fragmentação, com reentrâncias e saliências e de recomposição do plano. (HERNÁNDEZ-GIL, 2015, p. 8).

Finalmente, na terceira permanência, movimento e território, o espaço circulatório é identificado como o elemento essencial que determina a ligação entre a construção, o território e a experiência

do indivíduo. O espaço circulatório incorpora a estrutura em torno da qual a forma é desenvolvida, que inicialmente, através de sua geometria ou condição expressiva, impõe seu layout no contexto: ordem esta que é extraída da paisagem e, sintetizada em uma infraestrutura, ou em uma rota única que visa estabelecer uma continuidade entre arquitetura e território (HERNÁNDEZ-GIL, 2015).

Estas três permanências podem ser vistas em algumas de suas obras, como o edifício Queen's College Florey - terceira e última obra da "Trilogia Vermelha", juntamente com o prédio da Faculdade de Engenharia de Leicester e o prédio da Faculdade de História de Cambridge- e o museu Neue Staatsgalerie, em Stuttgart, Alemanha (HERNÁNDEZ-GIL, 2015, p. 8).

O Queen's College Florey localizado em Oxford, de 1971, tem como partido uma planta em U que configura uma área central com vistas para o rio Cherwell. O edifício tem quatro pavimentos mais pilotis, abrigando um total de 74 dormitórios, salas de galerias de altura dupla no andar superior e no térreo, salão de jantar e áreas se serviço. Cada um desses níveis avança ou retrocede em relação ao outro, configurando fachadas escalonadas e inclinadas. (FRACALOSSI, 2011). A fachada perimetral é opaca e marcada pelo uso do tijolo aparente com estreitas fitas contínuas de esquadrias que definem cada pavimento.

Figura 86 - Queen's College Florey, fachada interna.
Figura 87 - Perspectiva externa com detalhe da estrutura em A.

Disponível em: https://www.archdaily.com.br/. Acesso em: 24/10/2018.

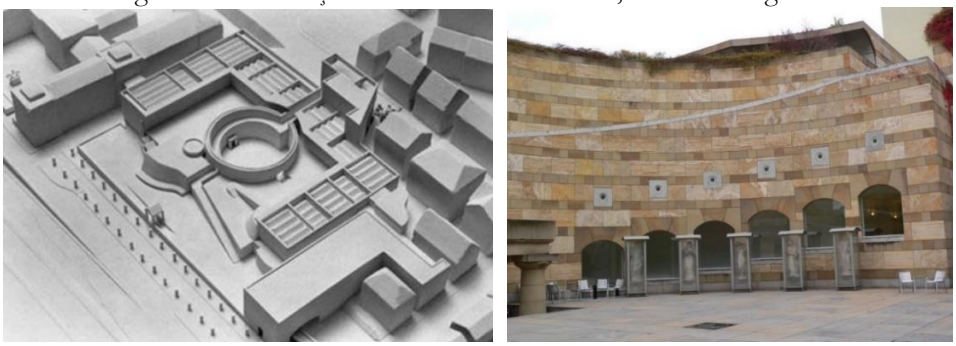
A estrutura principal do edifício fica evidente nos pilotis: pórticos de concreto armado formados por dois pilares inclinados para o lado interno, unidos por uma viga horizontal, em "A" e são mais largos que o edifício. Na fachada do pátio interno, a trama aparece completamente à mostra, dando a impressão de que o edifício simplesmente descansa sobre ela. Na fachada perimetral, um dos pilares avança ao nível superior, penetrando o edifício (FRACALOSSI, 2011).

Já o edifício Neue Staatsgalerie, uma de suas obras mais emblemáticas, foi fruto de um concurso em Stuttgart com o intuito de criar uma galeria de arte fazendo conexão com a antiga Staatsgalerie neoclássica de 1843. Concluído em 1984, o projeto de Stirling incorporou o declive do terreno como parte de um passeio arquitetural que direciona a passagem pública através do edifício, fazendo assim uma transição adequada entre o edifício clássico e o novo. O museu foi formatado através de uma série de integrações com o local e da arte e do design do século XIX. O arquiteto propôs a integração de materiais do passado, como as rochas travertino e arenito, atrelados ao uso do aço industrial colorido por todo o museu, desenvolvendo uma relação com materiais modernos que resulta num museu singular.

Figura 88 - Neue Staatsgalerie.
Figura 89 - Marcações coloridas nas estruturas, Neue Staatsgalerie.

Fonte: Disponível em: https://www.archdaily.com.br/. Acesso em: 24/10/2018.

Figura 90 - Maquete Neue Staatsgalerie.
Figura 91 - Utilização de elementos clássicos, Neue Staatsgalerie.



Fonte: Disponível em: https://www.archdaily.com.br/. Acesso em: 24/10/2018.

A área mais proeminente do museu é o átrio central que une o jardim de esculturas com o passeio público que o atravessa. É o único espaço do edifício que faz referências diretas aos tradicionais projetos de museus do século XIX ao utilizar-se de elementos clássicos que interagem com o passeio público e que envolve o átrio circular.

> A arquitetura de James Stirling materializou a ponte entre a modernidade e a pós-modernidade; dos paradigmas cuja transição apesar de representar ideais essencialmente opostos, se caracterizou inicialmente por suas difusas fronteiras.

> Encontrando-se nesta posição intermediária, híbrida e sempre difícil (HERNÁNDEZ-GIL, 2015, p. 7).

As ideias de Stirling a respeito da expressão da ordem formal, a condição de representatividade da arquitetura na cidade e a de movimento e território expressa na preocupação com as circulações em seus projetos, são elementos que repercutem nas obras de Héctor Vigliecca, sobretudo nas suas produções de habitação social. Pode-se fazer um paralelo das obras do arquiteto inglês com os projetos iniciais de Vigliecca em Montevidéu, quando desenvolve quatro propostas de conjuntos habitacionais para o Centro Cooperativista, sendo estes o já falado Bulevar Artigas, o Santo Antônio, o Ellauri e por último o conjunto Hurasú. Em todas essas obras, foram utilizados a estrutura em concreto e tijolo em cor natural de maneira aparente bem como os trabalhos do inglês.

Outra obra em que Héctor utiliza uma linguagem construtiva semelhante é para o complexo do SESC Novo Iguaçu, todo em tijolo aparente e trabalhando os desníveis topográficos existentes no local. O projeto ainda muito se aproxima com o museu alemão, em sua espacialidade e na utilização de pedras naturais na fachada voltada para o pátio de lazer.

***

Os movimentos e arquitetos citados ao longo deste capítulo somado aos pensamentos pós-modernos revisados no capítulo anterior, nos servem como base para a auxiliar na análise dos conjuntos de habitação social selecionados. Entende-se que todas essas referências impactam a forma de entendimento e metodologia em suas obras. Com uma ideia madura após anos de investigação e prática, fica nítido que os princípios explorados por Vigliecca podem ser encontrados nos autores discutidos ao longo do trabalho e que influenciaram diretamente a proposição teórica de "Terceiro Território" do autor, a qual surge como resultado de sua reflexão sobre intervenções em áreas urbanas precárias.

Diferente das políticas compensatórias que se concentram em projetos de urbanização baseados na instalação de infraestrutura e saneamento, deixando a densidade populacional para o tempo e seus habitantes, o "Terceiro Território" representa uma nova estrutura que se interliga com a existente, buscando valorizar, estimular e dar sentido a essa outra morfologia, sem destruir ou excluir o que já existe. A ideia desse contexto se originou do texto "Opacidade e Situação" da arquiteta Anne Marie Summer e equipe:

> Não há oposição à paisagem seja ela construída ou natural. Tampouco uma vontade de integração a ela. Nem tão simplesmente um evidenciar da paisagem.

> Trata-se de um campo comum onde um supõe o outro. Deserto, muro, telas e lâminas detêm o olho que não para de passar OCULUM 4 (1993, p.38).

Seguindo esse raciocínio, o ambiente urbano é o fator determinante da qualidade de habitação e, por isso, deve estar diretamente conectada à estrutura da cidade como um todo, seja ela urbana ou suburbana, de forma legível e indissolúvel. Infere-se o primeiro território como a situação que é apresentada com todas as suas características próprias; em seguida é realizada a hipótese projetual, fruto de um salto interpretativo; o resultado é soma da pré-existência ao novo sugerido. Há aqui uma estratégia bem diferente da lógica aplicada em muitos dos conjuntos produzidos pelo MCMV.

Aliado a esse conceito de interpretação e intervenção na cidade, Viglieca sintetiza os critérios básicos para o raciocínio projetual no que chama de "5 mantras do desenho urbano": 1) **Reestruturação da malha urbana:** "redefina, evidencie e hierarquize uma rede viária que integre o assentamento e a cidade formal existente fazendo com que a favela deixe de ser uma barreira urbana e um espaço de exclusão". 2) **Remoções por necessidade urbana:** "as remoções não se baseiam apenas nas remoções em áreas de risco, mas também são propostas quando necessárias para a determinação de uma condição urbana representativa". 3) **Legibilidade como condição de cidadania**: "o desenho da malha urbana (como espaço público de integração), apropriação e entendimento da geografia e o continuum das conectividades geram o sentido de identidade do lugar e o seu consequente reconhecimento como lugar de moradia". 4) **Integração do corpo hidrográfico à estrutura urbana**: "redescubra o corpo hidrográfico. A leitura da hidrografia é o principal determinante no desenho da microdrenagem e, simultaneamente, fornece a estrutura dos espaços públicos de mobilidade". 5) **Coligação das novas edificações:** "novos edifícios serão solidários com o entorno, constituindo assim agrupamentos (ao contrário de isolamentos), que sempre contribuam a definir a interface de qualidade entre os espaços públicos e privados"[63].

Esses e outros critérios serão mais explorados no capítulo seguinte, visando trazer à debate alguns dos conjuntos produzidos pelo arquiteto, os quais carregam em seu DNA projetual muitas das influências que foram maturadas ao longo de anos de prática e que também são respaldadas pela hipótese teórica do Terceiro Território, como síntese de seu pensamento sobre a construção da cidade e a habitaçã

[63] "Cinco mantras do desenho urbano por Héctor Viglieca" 09 Mai 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 7 Mar 2022. <https://www.archdaily.com.br/br/870625/cinco-mantras-do-desenho-urbano-por-hector-viglieca> ISSN 0719-8906

5 ESTUDOS DE CASO

Tendo em vista algumas das produções recentes de habitação coletiva no Brasil as quais parecem levar em conta as ideias do desenho urbano como estratégia de implantação na cidade, este capítulo dedica-se a análise de quatro conjuntos produzidos por Héctor Vigliecca em São Paulo: Rio das Pedras/Vila Mara; Casarão do Carmo; Vila dos Idosos e Conjunto Parque Novo Santo Amaro V (PNSA). A seleção de cada conjunto foi motivada por características próprias específicas e que auxiliam no enriquecimento da análise: Rio das Pedras/Vila Mara, foi uma das primeiras experiências do arquiteto no Brasil; Casarão do Carmo, pela sua inserção em um contexto histórico com equipamentos tombados; Vila dos Idosos pelo programa de necessidades voltados para o público idoso e com demanda de acessibilidade e o Parque Novo Santo Amaro V, pela escala de intervenção em uma área urbana crítica.

Desse modo, este capítulo apresenta, inicialmente, a construção da metodologia para análise dos conjuntos, como fruto da revisão bibliográfica dos capítulos anteriores. Em seguida, para cada conjunto, serão apresentadas a contextualização do projeto e caracterização da pré-existência, como forma de um entendimento mais amplo dos desafios propostos. A maior aproximação com as soluções utilizadas no projeto se dará sob a ótica de diferentes escalas de análise e confrontadas com uma descrição breve da apropriação social e situação atual.

Ao final, após percorrer a estrutura analítica proposta, são elencados cinco princípios projetuais percebidos no processo de projeto de Héctor Vigliecca para habitação social e cidade, como uma releitura dos mantras de desenho urbano propostos pelo arquiteto.

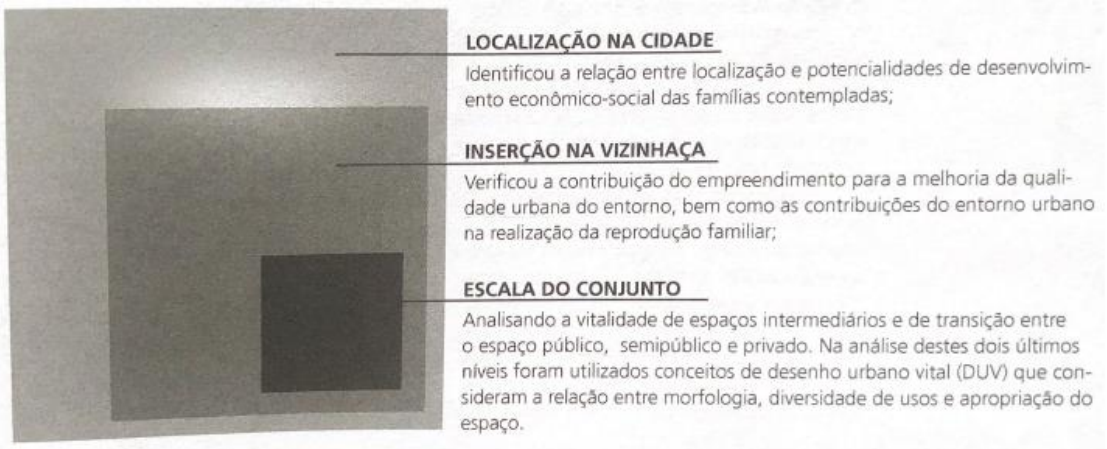
5.1 Metodologia de análise

O presente estudo tem o intuito de contribuir para o grande tema da habitação social e cidade, entendendo que os pensamentos que fizeram parte da formação do arquiteto Héctor Vigliecca, com fortes traços do desenho urbano, repercutem diretamente na metodologia e resultado formal de suas obras, aqui restritas a temática da habitação coletiva. Os conjuntos selecionados são exemplos de obras implantadas em contextos urbanos já existentes e a forma de inserção desses conjuntos e demais fatores intrínsecos ao ato de projetar, podem servir como lições importantes para demais experiências.

É válido salientar, por sua vez, as limitações inerentes a pesquisa, a qual não se propõe a tratativa de outras temáticas complexas que envolvem a habitação social como questões, entre outras, legais, políticas, de assistência e de gestão. Além disso, não é objetivo também apresentar uma cartilha conclusiva de estratégias a serem replicadas em outros projetos, sobretudo se consideradas as vastas diferenças existentes entre os municípios brasileiros e as especificidades únicas de cada lugar.

Desse modo, o trabalho buscou referências na literatura que consideram, na sua abordagem, a importância do aspecto da inserção urbana, em contraponto a adoção do modelo isolado. Nesse sentido, foram utilizados os manuais de Rolnik (2014) - Ferramentas para avaliação da inserção urbana para os empreendimentos faixa 1 programa do MCMV e Benetti, Pecly e Andreoli (2017) - Qualidade da habitação de interesse social em três escalas: análise do programa *Minha Casa Minha Vida* no Rio de Janeiro. O primeiro manual está estruturada em três temas compostos por indicares que estabelecem parâmetros mínimos de qualidade (transporte; oferta de equipamentos, comércio e serviços; e desenho e integração urbana). Já o segundo manual apresenta três diferentes escalas para análise: localização na cidade, inserção na vizinhança e escala do conjunto. O ponto de vista para cada escala poder ser melhor entendido, a partir da imagem abaixo:

Figura 92 - Síntese das escalas (cidade, vizinhança e conjunto).



Fonte: BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p.27

O raciocínio utilizado por Benetti para explicar as escalas, sugere que a vitalidade da habitação social "se efetiva por um contínuo de boas qualidades, desde a cidade até a casa, tratando estas diferentes escalas com certa autonomia". Dessa forma, explica que para a definição da qualidade da habitação social é necessário: boa localização na cidade; qualidade de vida na vizinhança onde o conjunto se insere; e riqueza espacial dos conjuntos habitacionais (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 27).

Para enriquecer as associações dos conjuntos com as estratégias de desenho urbano, foram utilizados também referências bibliográficas relacionadas ao pensamento pós-moderno, revisados no capítulo 2, tais como: Aldo Rossi, Kevin Lynch, Jan Gehl e Jane Jacobs.

Além dessas referências, no esforço da construção da metodologia, houve o desafio de buscar o material gráfico e descritivo do conjunto. Para isso, foram levantados artigos, vídeos, apresentações cedidas pelo escritório e detalhados desenhos disponíveis no livro *O Terceiro Território – Habitação coletiva e cidade* (2014). Ademais, somam-se as informações obtidas a partir da entrevista realizada com o arquiteto em seu escritório, juntamente com Neli Shimizu (gestora responsável pelos projetos de habitação social) e os registros fotográficos obtidos nas visitas aos conjuntos Rio das Pedras/Vila Mara e Vila dos Idosos em julho de 2018 e ao Casarão do Carmo, em junho de 2023[64].

À luz dessas referências e aparato material disponível, a proposta desta pesquisa foi analisar com maior ou menor detalhe os quatro projetos selecionados, sob o ponto de vista da inserção no tecido urbano e a relação que ele estabelece com a cidade. Para isso, foi utilizada a divisão sugerida por Benetti, Pecly e Andreoli (2017), considerando para análise a **Escala vizinhança** e a **Escala conjunto.**

A escala de análise, *Escala Cidade*, busca relacionar a relação entre o local de moradia e as potencialidades urbanas. Essa relação pode ser medida, em linhas gerais, pelo tempo e conforto de acesso, que depende das condições de mobilidade. Fatores como facilidade de acesso aos pontos de transporte público, potencial de acesso a diferentes destinos oferecidos pelas opções de transporte disponíveis e acesso à sistemas básicos de infraestrutura são componentes urbanos importantes, os quais foram explicados nas pesquisas de Rolnik (2014) e Benetti, Pecly e Andreoli (2017). No manual organizado por Rolnik são estabelecidos também critérios com parâmetros de avaliação bem definidos para qualificação dos conjuntos. No entanto, para esta pesquisa, a escala de análise se iniciou com a *escalava vizinhança* por considerar a dimensão mais próxima que um projeto do porte de conjuntos habitacionais consegue efetivamente gerar.

Buscando uma maior aproximação com o empreendimento, a escala de análise *Escala Vizinhança*, se volta para o território imediato ao empreendimento, levando em conta a importância de alocar habitação com o concurso de outras atividades complementares que configuram o conceito de

[64] A visita ao conjunto PNSA foi desaconselhada pela própria equipe de Viglieca, uma vez que o escritório não possui mais contato com os líderes da comunidade, os quais seriam facilitadores fundamentais.

cidade. Essas atividades estão relacionadas a comércio, prestação de diferentes serviços, promoção de atividades culturais e de lazer, viabilidade de assistência médica, entre outras voltadas para o atendimento das necessidades humanas, que quando combinadas com boas condições de infraestrutura urbana, compõem uma paisagem urbana viva (JACOBS, 1961).

Essas demandas referem-se as atividades urbanas diárias e necessárias que precisam existir próximos ao local de moradia, para permitir que pessoas diferentes morem, trabalhem, se exercitem, se divirtam, façam compras e satisfaçam suas necessidades. Nesse sentido, a possibilidade da realização de percursos peatonais de curtas distâncias e a facilidade de mobilidade para distâncias um pouco maiores são instrumentos importantes para promover a autossuficiência comunitária.

Benetti cita Douglas Farr (2013) e o Plano Diretor de Goiânia de 2007[65] como referências para construção de uma ferramenta que busque analisar o espaço de moradia enquanto espaço de troca e fortalecimento da unidade de vizinhança. Farr volta o olhar para soluções urbanas sugeridas no começo do século XX quando a cidade moderna estava em evidência e baseado em conceitos desenvolvidos por Clarence Perry, como o diagrama da Unidade de Vizinhança[66], adaptando-os à contemporaneidade. Os parâmetros estruturadores do conceito de Perry que perpetuaram outros planos, incluem os raios máximos para deslocamento de pedestres, a importância da existência de limites claramente definidos, a necessidade de existência de comércio nas periferias, de uma rede de vias estreitas, de pequenos parques acessíveis a pé e de uma população suficiente para sustentar uma escola de ensino fundamental.

Em outra referência importante, o livro *Cidade para Pessoas*, Jan Gehl aponta a distância de 500m como aceitável para uma caminhada com um objetivo aproximado. Quanto maior o número de diferentes usos identificados próximos ao local de moradia, menores serão os deslocamentos e gastos com transporte, portanto, maior qualidade de vida para os moradores (GEHL, 2010). Nesta

65 Lei Complementar 171, de 2007.

66 Publicado originalmente como parte do Plano Regional de Nova York em 1929 e que influenciou gerações de planos. Há, posteriormente, uma atualização do diagrama da UV e surge o diagrama do Bairro Urbano da Duany Plater-Zyberk (DPZ). Farr (2013) baseou-se nestes dois diagramas para estudar as dinâmicas urbanas de cidades norte-americanas e desenvolver uma metodologia que avalia se a vizinhança de um local atende as necessidades básicas diárias de seus moradores, resultando, posteriormente, na atualização do diagrama denominado Bairro Sustentável. Entre outros aspectos, este diagrama ressalta a importância da existência de modais de transportes e infraestrutura de alto desempenho.

análise, os usos preponderantes do entorno do conjunto foram identificados a partir do uso do *Google Maps*, gerando um mapa com a distribuição, para uma percepção preliminar.

A *Escala Conjunto* busca uma leitura ainda mais aproximada do conjunto em relação ao meio e é o momento em que se aprofunda mais a respeito do projeto. Por meio da associação das estratégias projetuais observadas nos estudos da obra de Héctor Vigliecca com os pensamentos/teorias da disciplina de desenho urbano[67], foi possível estruturar sete categorias para serem analisadas em cada conjunto: 1) implantação e programa; 2) acessos, eixos de circulação e integração; 3) legibilidade e restruturação urbana; 4) Remoções; 5) vazios consistentes; 6) inserção e coligação das novas edificações; e 7) apropriação social e situação atual.

A categoria **Implantação e programa** aborda considerações sobre a orientação, a topografia, as relações com as vias públicas, as conexões com o entorno e a interação com o contexto natural. A eficácia da implantação pode impactar significativamente a acessibilidade, a visibilidade e a integração do projeto com a vizinhança, influenciando, por exemplo, a permeabilidade do espaço, a criação de espaços públicos e a conectividade com infraestruturas existentes. A capacidade de integrar harmoniosamente o projeto no contexto urbano e de organizar eficientemente os espaços para atender às necessidades específicas dos residentes são aspectos fundamentais que contribuem para o sucesso e a sustentabilidade de empreendimentos habitacionais.

Acessos, eixo de circulação e integração concentra-se na avaliação da maneira como o projeto facilita a movimentação e a conectividade tanto dentro de seu próprio espaço quanto em relação ao contexto urbano circundante. Isso abrange a análise dos acessos, sejam eles pedestres, veiculares ou de transporte público, visando a eficácia na interligação entre diferentes partes do projeto e sua integração com as vias e espaços urbanos adjacentes. A a integração considera como o projeto se relaciona e se conecta com a infraestrutura e a dinâmica urbanas, promovendo uma interação positiva com a comunidade local. Essa análise contribui para compreender como o projeto impacta a mobilidade e a coesão urbana, elementos cruciais na promoção de espaços habitacionais bem integrados ao tecido urbano.

[67] É importante explicar que ao se tratar de desenho urbano e partindo do pressuposto defendido de que pensar habitação social, é também, pensar cidade, toda a escala do conjunto assume uma relação com a cidade. A subdivisão em três níveis teve o interesse de facilitar as análises do ponto de vista das relações mais próximas de cada esfera (cidade como território mais amplo a contar com infraestrutura viária, bairro como lugar das ofertas a menor distância e conjunto pelas características sintetizadas de cidade em um universo de conjunto construído).

A categoria de análise **Legibilidade e Reestruturação Urbana** focaliza a compreensão da clareza e organização do espaço urbano, bem como a influência do projeto na reorganização e requalificação da área circundante. A legibilidade refere-se à facilidade com que os habitantes e visitantes podem entender a disposição e a função dos diferentes elementos urbanos, incluindo vias, espaços públicos e edificações. A análise também busca compreender como o projeto contribui para a reestruturação urbana, buscando identificar melhorias na organização do espaço, na criação de áreas de convívio, na revitalização de espaços degradados e no estímulo à vitalidade urbana. Essa categoria procura, assim, examinar como a intervenção arquitetônica impacta a legibilidade da cidade e como sua inserção pode desencadear processos de reestruturação urbana que promovem uma configuração mais clara, funcional e atrativa do ambiente urbano.

A categoria Remoções compreende a avaliação e necessidade de deslocamento de comunidades ou indivíduos para a implementação de projetos arquitetônicos ou urbanísticos. A dimensão proposta por Viglieca para esta categoria considera não apenas as remoções em áreas de risco, mas também são propostas quando necessárias para a "determinação de uma condição urbana representativa"[68].

Faz-se importante observar que a categoria de remoções foi utilizada, nesta pesquisa, exclusivamente no caso do conjunto do Parque Novo Santo Amaro V, por se tratar de um projeto em área urbana crítica, onde o estudo e definição de critérios para seleção dos imóveis a serem retirados fez parte do exercício projetual, portanto de muita relevância para a análise.

A categoria de análise **Vazios consistentes** refere-se à avaliação da presença e da gestão de espaços vazios dentro de um projeto arquitetônico ou urbano. Esses vazios podem assumir diversas formas, como praças, áreas verdes, pátios internos ou espaços destinados à interação social. Além disso, a categoria explora como esses espaços vazios podem influenciar a experiência dos habitantes, promovendo a vitalidade urbana, a conectividade e a interação social. A presença de vazios consistentes é crucial para compreender como a distribuição e a gestão desses espaços contribuem para a eficácia do projeto como um todo, influenciando diretamente a qualidade de vida e a dinâmica urbana.

---

[68] "Cinco mantras do desenho urbano por Héctor Viglieca" 09 Mai 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 7 Mar 2022. <https://www.archdaily.com.br/br/870625/cinco-mantras-do-desenho-urbano-por-hector-viglieca> ISSN 0719-8906

Inserção e Coligação das Novas Edificações visa examinar a harmonia e coesão entre as novas edificações propostas e o contexto urbano existente. A análise da inserção concentra-se na forma como as novas estruturas se integram ao ambiente circundante em termos de escala, estética, e características arquitetônicas. Isso inclui a consideração da morfologia urbana, o respeito ao patrimônio local e a continuidade visual. A coligação refere-se à conexão e relação entre as novas construções, garantindo que formem um conjunto coeso e funcional. Tais apontamentos sugerem o cuidado em atender não apenas as necessidades específicas do projeto, mas também a contribuição para a melhoria do ambiente urbano, promovendo uma transição suave entre o novo e o existente e preservando a identidade da área em questão.

A categoria **Apropriação e Situação Atual** busca compreender como os espaços arquitetônicos e urbanos propostos foram apropriados e utilizados pelos usuários. Essa análise considera a forma como as pessoas interagem e se envolvem com o ambiente construído, examinando as práticas cotidianas, as atividades sociais e a dinâmica espacial. Além disso, a categoria busca avaliar a situação atual dos espaços em termos de conservação, manutenção e eventuais modificações realizadas ao longo do tempo. A compreensão da apropriação e situação atual é essencial para informar o sucesso do projeto, destacando a importância de projetos arquitetônicos e urbanos que não apenas atendam às necessidades teóricas de planejamento, mas também sejam adaptáveis e significativos para aqueles que vivem e utilizam o espaço diariamente.

Outro ponto importante a se destacar a respeito do nível de abordagem em relação a categoria de apropriação social e situação atual, é que esta categoria é apresentada de modo mais geral e introdutório, tendo como base as impressões obtidas a partir das visitas realizadas em 2018 e 2023 pela autora e, também, pelos registros das visitas realizadas por Mariane Puglisi, em 2017, ao conjunto PNSAV. Entende-se que esse tema pode ser aprofundado tendo como base literatura e metodologias de estudo específicos, os quais poderão ser de interesse para futuras pesquisas.

5.2 Conjunto habitacional Rio das Pedras/Vila Mara

Ficha Técnica
Nome: Conjunto habitacional Rio das Pedras
Localização: Rua São Gonçalo do Rio das Pedras, Jardim Helena, São Paulo -SP.
Situação: construído
Contratante: SEHAB-HABI-SP
Programa: HABI-Provisão
Projeto arquitetônico: Héctor Vigliecca e Bruno Padovano (autores); Francisco Scagliusi, Hélio Rorato, Leny Omura e Luciene Quel (colaboradores).
Data do projeto: 1991
Período de execução: 1991-2003
Área de intervenção: 19.160m²
Área construída: 39.048m²
Número de unidades habitacionais: 592 unidades, 3 tipologias
Densidade do entorno: 122,8 hab/ha
Densidade do projeto: 1.152,4 hab/ha

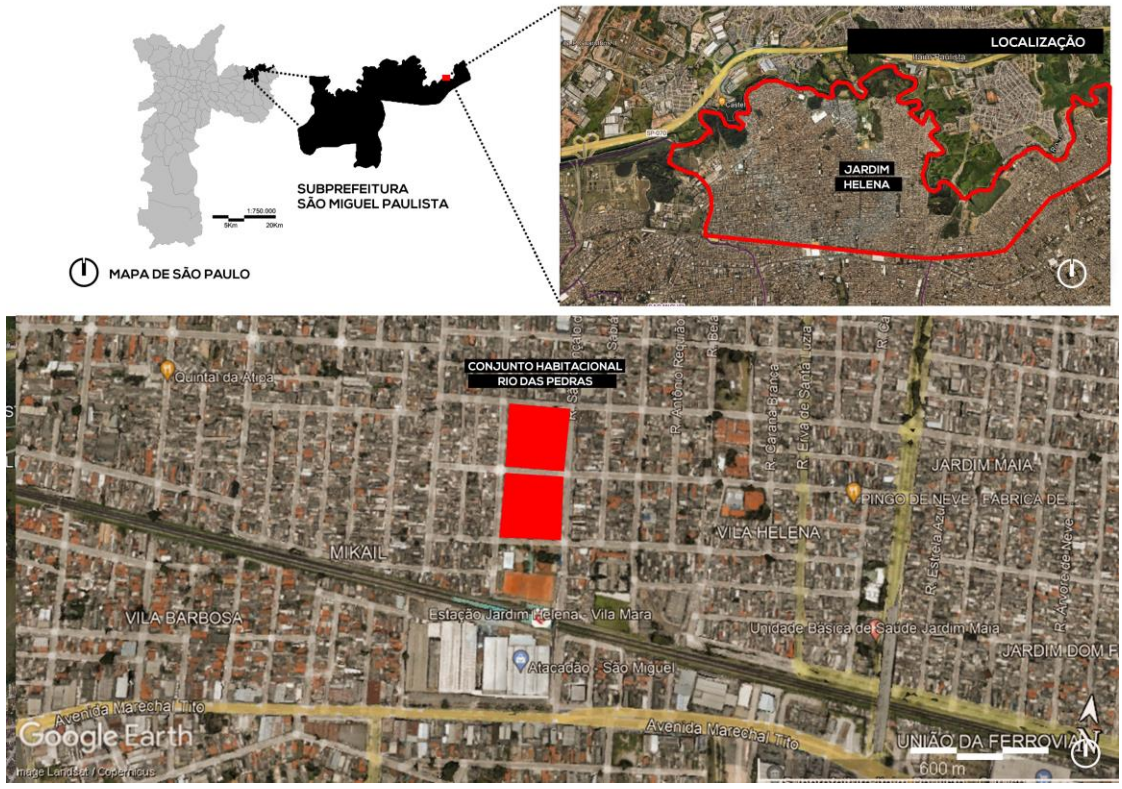
Conforme linha do tempo vista no capítulo anterior, o conjunto Rio das Pedras/Vila Mara foi uma das primeiras experiências de Vigliecca realizadas dentro da temática de habitação social no Brasil. Em coautoria com Bruno Padovano (mesma parceria do SESC Nova Iguaçu), o projeto foi desenvolvido entre 1991 e 2003. O interesse em analisar esse conjunto advém do pioneirismo da obra de Vigliecca, como também por situar-se no período de interregno entre programas federais, com incentivos municipais e experiência da construção por regime de mutirão.

5.2.1 Contexto do projeto

O projeto Rio das Pedras/Vila Mara é um marco das mudanças na política habitacional da cidade de São Paulo, ocorrido no período da gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Erguendo-se a partir do regime de mutirão e autogestão, o conjunto assumiu as áreas de ocupação irregular como uma realidade a ser enfrentada.

O Conjunto está localizado no distrito do Jardim Helena, situado entre a linha férrea e o Rio Tietê. Essa posição geográfica cria uma situação de isolamento para a região, que é reforçada pela Rodovia dos Trabalhadores (Ayrton Senna), cuja conexão com o tecido urbano local ocorre apenas em um ponto para aqueles que vêm do centro da cidade.

Figura 93 - Mapa de localização do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara.



Fonte: produção da autora

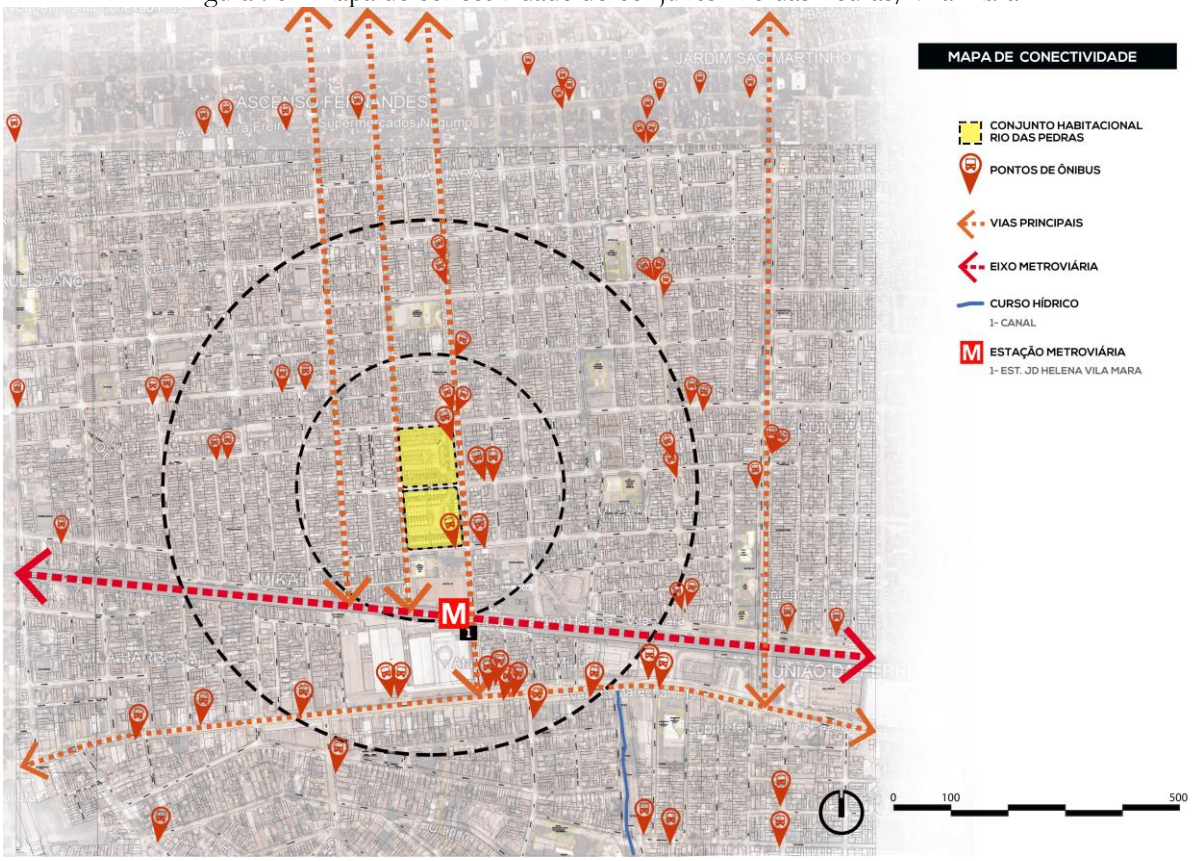
Figura 94 - Localização do Conjunto Rio das Pedras/Vila Mara e Estação Jardim Helena.

Fonte: PUGLISI, 2017.

Figura 95 - Localização do Conjunto Rio das Pedras/Vila Mara com indicação das ruas do entorno.

Fonte: Viglieca e Associados [com adaptações da autora].

Figura 96 - Mapa de conectividade do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara.



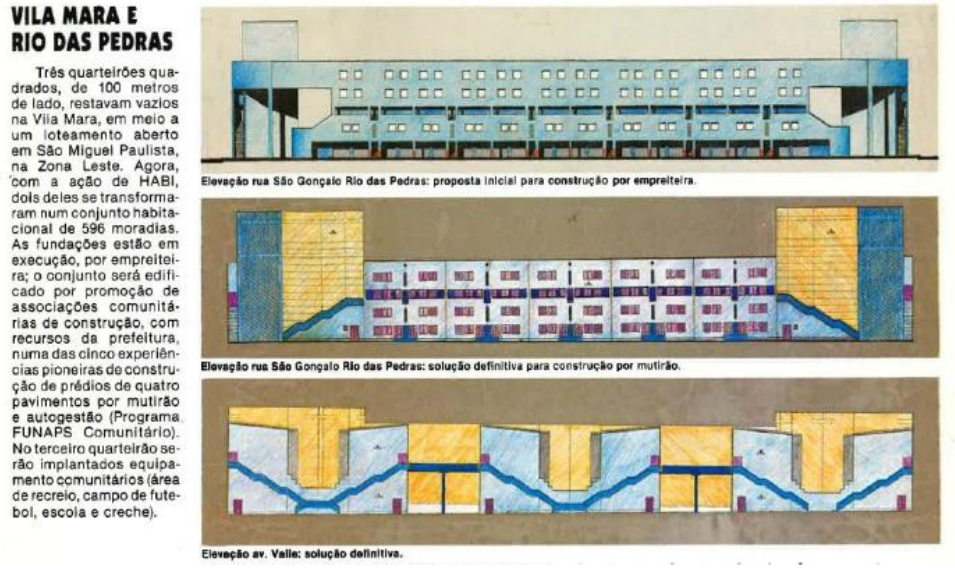
Fonte: produção da autora.

Conforme indicado no mapa de conectividade, na rua São Gonçalo do Rio das Pedras é onde estão localizados os terminais de algumas linhas de ônibus municipais, principal via de ligação entre os arredores do empreendimento. Essa rua também serve como uma conexão entre o Jardim Helena e o centro de São Miguel.

5.2.2 Reconstrução de um lócus urbano

O conjunto habitacional Rio das Pedras – Vila Mara fica localizado no bairro Jardim Helena na região metropolitana de São Paulo, junto a estação da CPTM Vila Mara. O conjunto foi desenvolvido a partir da política municipal que viabilizou habitação coletiva em vazios urbanos, resgatando o projeto urbano e de arquitetura (VIGLIECCA, 2014, p.103). Nesse período, buscou-se priorizar os terrenos menores, em relação às grandes glebas do período BNH, e a sua maior inserção na malha urbana.

Figura 97 - Publicação da época da construção do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara, São Paulo.



VILA MARA E RIO DAS PEDRAS

Três quarteirões quadrados, de 100 metros de lado, restavam vazios na Vila Mara, em meio a um loteamento aberto em São Miguel Paulista, na Zona Leste. Agora, com a ação de HABI, dois deles se transformaram num conjunto habitacional de 596 moradias. As fundações estão em execução, por empreiteira; o conjunto será edificado por promoção de associações comunitárias de construção, com recursos da prefeitura, numa das cinco experiências pioneiras de construção de prédios de quatro pavimentos por mutirão e autogestão (Programa FUNAPS Comunitário). No terceiro quarteirão serão implantados equipamento comunitários (área de recreio, campo de futebol, escola e creche).

Elevação rua São Gonçalo Rio das Pedras: proposta inicial para construção por empreiteira.

Elevação rua São Gonçalo Rio das Pedras: solução definitiva para construção por mutirão.

Elevação av. Valle: solução definitiva.

Fonte: Mariana Puglisi, 2017

A partir do envolvimento entre o movimento social e o poder público, foi encomendado o projeto do conjunto pela COHAB-SP ao escritório do Héctor Vigliecca, com o ainda sócio Bruno Padovano, e acompanhamento da Assessoria Técnica a Movimentos Populares – TETO. A partir de uma publicação da época, é possível afirmar que o conjunto foi considerado um exemplo da política de habitação popular e uma das experiências pioneiras de construção de prédios por regime de mutirão e autogestão. Apenas a primeira etapa da infraestrutura não teve participação popular, devido ao alto grau técnico demandado. A execução perseverou por cinco anos, com algumas interrupções por causa da suspensão recursos da prefeitura (SERAPIÃO, 2013, p.94).

5.2.3 Sobre a pré-existência

O Jardim Helena está localizado na planície aluvial do Rio Tietê, caracterizada por uma topografia plana e pela presença de diversos cursos d'água que desembocam no rio. Infelizmente, muitas dessas lagoas foram aterradas e poluídas devido à ocupação ilegal na área ribeirinha.

A melhoria no transporte terrestre na primeira metade da década de 1930 contribuiu para a conexão do bairro com o restante da cidade. Tais condições, aliadas aos preços mais baixos das terras na região aluvial, atraíram a instalação da Companhia Nitroquímica Brasileira em 1935, que teve um impacto significativo no modo de vida do bairro e acelerou o processo de ocupação da área, atraindo muitas pessoas em busca de oportunidades na indústria. Novos loteamentos foram desenvolvidos ao redor da empresa, incluindo iniciativas próprias da indústria. Posteriormente, em 1956, a fábrica da Papelok, especializada em papel e celulose, foi estabelecida na região e contribuiu

ainda mais para a ocupação da área aluvial. A instalação de empresas ao longo das margens do Rio Tietê, combinada com a ocupação de áreas irregulares devido ao déficit habitacional, resultou em um aumento substancial da população na região (NAVAZINAS, 2017, p.122).

A área onde se encontra o atual conjunto representava uma clareira no meio de uma região ocupada de maneira extensiva por unidades unifamiliares em lotes individuais. Situado mais distante do centro, e, portanto, com menos "contexto" urbano, o local caracterizava-se ainda pelas poucas indicações espaciais da unidade legível da cidade.

Figura 98 - Situação da área antes da intervenção.

Fonte: VIGLIECCA, 2014, p.104

> Essa lógica das periferias, que reproduz o parcelamento e a fragmentação, mas não a diversidade e a qualidade urbana, que deveria ser implementada por uma ação pública, coloca o tema das estruturas complementares como necessária a uma intervenção nova e esse foi o estímulo ao projeto da Vila Mara. (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p.103)

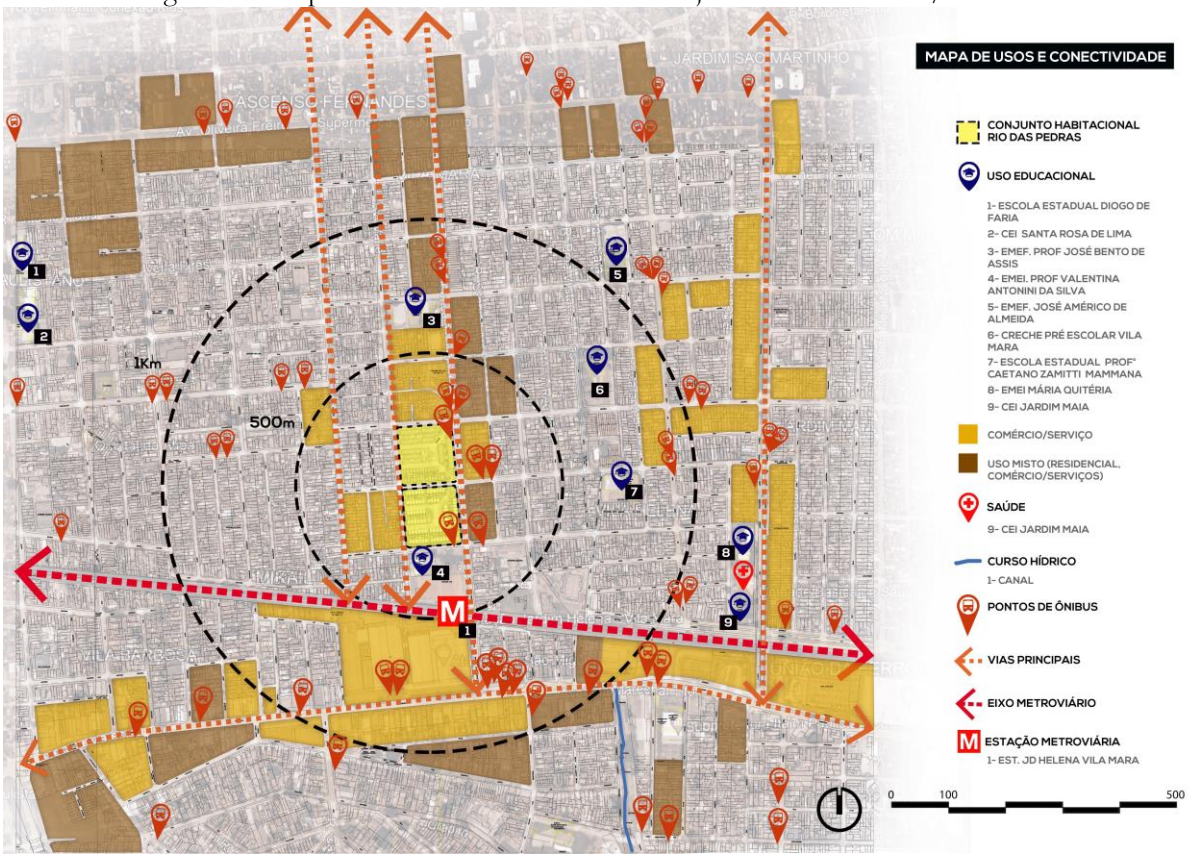
O desafio indicava então a busca por uma arquitetura mais heterogênea e de alguma forma mais próxima às tipologias urbanas vernáculas. Esse interregno "ideológico" – em relação à ortodoxia da tradição local – permitiu que novos paradigmas arquitetônicos e urbanísticos pudessem ser apropriados e construídos, em consonância com o fortalecimento dos movimentos populares do período (RECAMÁN, 2014).

5.2.4 Escala vizinhança

A região apresenta uma mistura de áreas residenciais, comerciais e industriais. Nas proximidades do conjunto habitacional, é possível encontrar uma variedade de comércios locais, como pequenos mercados, padarias, farmácias e lojas de conveniência. Esses estabelecimentos desempenham um

papel importante na vida diária dos moradores, fornecendo os produtos e serviços essenciais para a comunidade.

Figura 99 - Mapa de usos e conectividade do conjunto Rio das Pedras/Vila Mara.



Fonte: produção da autora

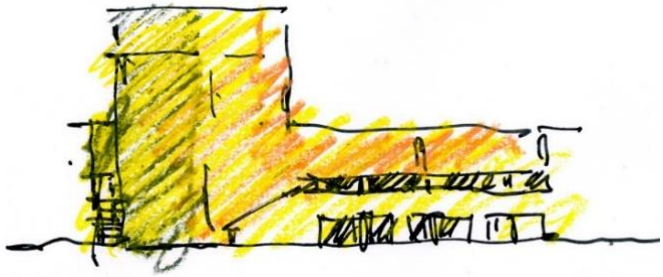
A partir do desenvolvimento do mapa de usos e conectividades foi possível identificar que nas quadras do entorno são encontrados usos predominantes de comércio e serviço, além de uso misto. Destaca-se também a oferta de equipamentos educacionais; na quadra adjacente ao Vila Mara está localizado o EMEI – Prof. Valentina Antonini da Silva. O equipamento de saúde mais próximo é a unidade básica de saúde Jardim Maia, a cerca de 700m de distância dos conjuntos.

5.2.5 Escala conjunto

No livro *Terceiro Território habitação coletiva e cidade*, o arquiteto expõe a sua proposta por meio dos croquis, como uma forma de sintetizar o pensamento que eles desenvolveram na época, particularmente em relação à leitura do lugar e a proposta estrutural espacial. A conformação do projeto é então explicada tomando como partido o "vazio do espaço público", os quais envolvem

calçadas e pátio entre os edifícios, "a linha aérea", com as circulações em altura e dos "térreos de penetração no pátio" (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 103).

Figura 100 - Croqui do projeto – importante ferramenta projetual de Héctor Vigliecca.



Fonte: VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p.105

O projeto para o conjunto Rio das Pedras/Vila Mara tem 592 unidades habitacionais divididas em dois condomínios. Cada quadra do conjunto possui 12 blocos de edifícios de 4 pavimentos incluindo o térreo. As unidades projetadas para o conjunto têm três tipologias que variam de 45,7 a 76,6m², as maiores localizadas no térreo com quintal. Nessa área pode-se haver o aumento de área das unidades. O programa das unidades habitacionais é o "padrão": dois quartos, sala, cozinha, lavanderia e banheiro. A densidade do entorno é de 122,8 hab/ha e do conjunto, de 1.152,4 hab/ha.

No projeto, a área ocupada do térreo equivalente a 19.160,3m² se distribui entre 29,9% (5.732,1m²) de área livre, 13,1% (2.511,2m²) de quintais e 10.917m² de construção proposta. Em relação à área construída (39.048,4m²), 3% (1.172,8m²) equivale às áreas comerciais, 10,4m² (4.065,6m²) equivale às áreas de circulação, 0,5% (219,6m²) equivale às áreas condominiais e 86% (33.590,4m²) equivale às áreas residenciais.

5.2.6 Sobre a implantação e o programa

Neste projeto, o bloco é resgatado como um elemento estruturador fundamental do tecido urbano, o que propicia maior integração com o entorno e dá sentido de permanência e continuidade aos espaços da cidade. Dessa forma, o partido utilizado se contrapõe à fragmentação patronizada pelo lote fazendo com que os espaços coletivos e públicos sejam valorizados (VIGLIECCA, 2014, p.103).

As lâminas de quatro pavimentos são dispostas em dois renques de unidades geminadas voltados ora para a via, ora para o interior da quadra, gerando áreas para quintais no térreo. No primeiro e

no terceiro pavimentos estão os apartamentos com média de 50 metros quadrados. No segundo piso, ficam as unidades menores e, por fim, sobre as áreas comerciais nas esquinas, ficam unidades dúplex (SERAPIÃO, 2013, p. 64).

Figura 101 - Detalhe caixa d'água.
Figura 102 - Portal de acesso com marcação das esquinas e entrada em altura pelas torres.

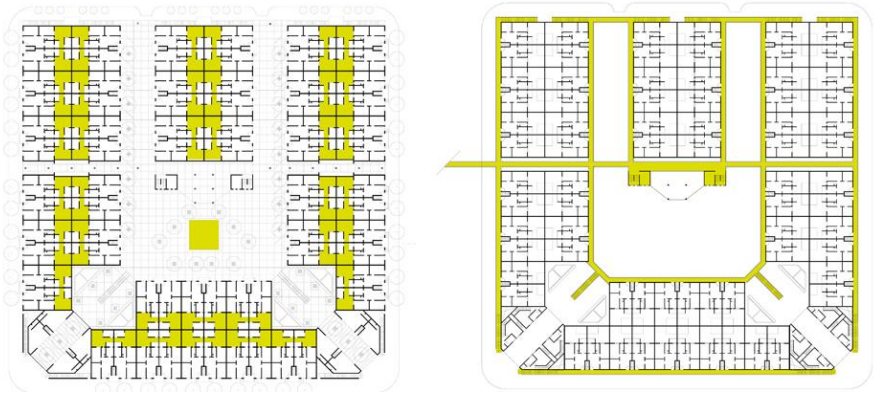
Fonte: Viglieca e Associados

A demarcação indicadora da relação com os espaços externos preexistentes é fundamental na organização geral do conjunto, e se dá através das esquinas e das fachadas perimetrais as quais emulam o entorno imediato – portas lado a lado e acessos compartilhados-unifica as duas estratégias até agora discutidas: a morfologia da "quadra" – obtida pela massa de construções habitacionais – associadas às diferentes "ruas", seu complemento intrínseco.

5.2.7 Sobre os acessos, eixos de circulação e integração

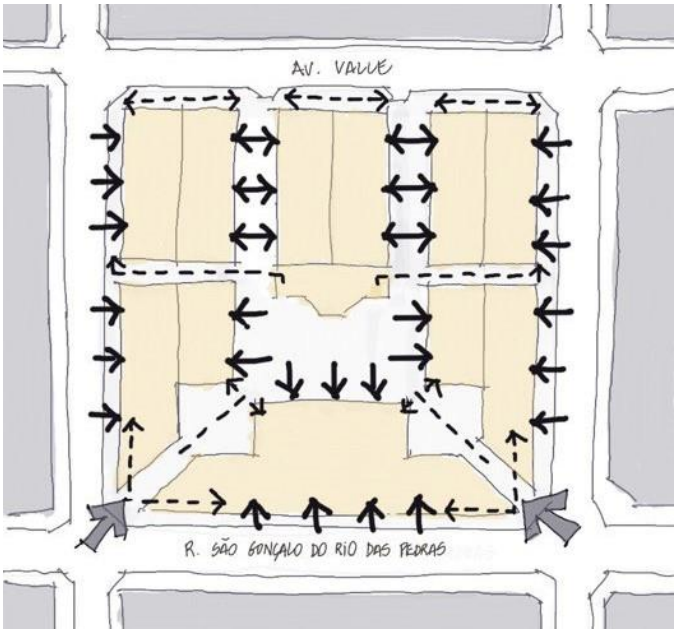
As circulações horizontais que articulam os edifícios se dão em altura, de maneira a possibilitar um novo percurso, com visadas e perspectivas diferentes, as quais são proporcionadas pelo uso do interior da quadra. A diversidade de circulações, composta por escadas internas e externas, passarelas e corredores, intensifica o uso dos espaços coletivos (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014). Este é um dos elementos percebidos que vem, como visto no capítulo 2, da influência das teorias expostas nos debates do Team X, evidenciadas nas relações entre os espaços urbanos e as conexões em altura.

Figura 103 - Plantas baixas com marcação das circulações e acessos.



Fonte: Viglieca e Associados

Figura – Esquema dos acessos ao interior do conjunto para as unidades habitacionais



Fonte: Viglieca e Associados [adaptado pela autora]

As ruas lindeiras às quadras em questão são conformadas por unidades habitacionais porta/janela. Cada porta cria um vínculo direto com a rua e acaba por desencadear uma dinâmica de acessos, movimentação e apropriação por parte dos usuários, conforme registrado na visita. Essas unidades unifamiliares e o fragmento do lote – que caracterizam a ocupação e a forma urbana de toda a área – foram substituídos, no projeto, pelo bloco perimetral à quadra.

A circulação interna e os acessos às unidades dos pavimentos superiores são o destaque do conjunto. Essa circulação ocorre por meio de escadas externas, passarelas e corredores abertos distribuídos por todo o empreendimento. Os acessos estão dispersos pelo conjunto, criando diferentes alternativas de percursos entre as unidades habitacionais e a saída para a rua. Isso

intensifica os espaços comuns, especialmente no térreo, onde também existem acessos às unidades dos pavimentos superiores. O acesso às unidades superiores é feito por 14 escadas externas localizadas nas extremidades dos blocos. Corredores longos no segundo andar atendem aos apartamentos desse piso e do terceiro andar. Nos blocos localizados nas extremidades da quadra, os apartamentos do térreo e os corredores do segundo pavimento possuem contato visual direto com as ruas. O eixo de circulação para o acesso as unidades é concentrada em dois pavimentos, no térreo e no 2º andar. Há unidades nestes dois pavimentos e deles partem escadas comuns que servem outras duas unidades nos pavimentos superiores (1º e 3º andares). A preocupação em relação aos acessos como continuidade das ruas é uma clara repercussão dos projetos do casal Smithson e James Stirling.

Figura 104 - Blocos conformando pátio interno.
Figura 105 - Circulação horizontal.

Fonte: Viglieca e Associados

Os edifícios das duas quadras mantêm a demarcação feita pelas ruas ao serem construídos alinhados com os lotes. O projeto original previa três pontos de acesso ao conjunto: os pedestres entrariam pelas duas entradas "portais" posicionadas nas esquinas da rua São Gonçalo do Rio das Pedras, enquanto os veículos entrariam pela avenida do Valle, paralela à rua São Gonçalo do Rio das Pedras. No entanto, uma das entradas para pedestres não está aberta.

No pátio interno, uma diferença de nível sutil separa a circulação de carros e as vagas de estacionamento de uma área central de estar e lazer, onde as crianças e jovens praticam esportes e brincadeiras. O centro comunitário delimita um dos lados desse pátio.

5.2.8 Sobre legibilidade e restruturação urbana

A ocupação perimetral dos blocos sugere, pelo alinhamento à via e pela solução das circulações verticais, a reedição, diferenciada, da sequência de acessos encontrada nas ruas vizinhas e dada pela relação entre as habitações e o espaço público. No projeto, a marcação "porta-janela" das áreas lindeiras foi reforçada pela quantidade de acessos às unidades habitacionais. No entanto, é importante ressaltar que essa proximidade é alcançada apenas por meio das estruturas espaciais propostas, uma vez que as densidades obtidas pelo projeto, de 1.000 hab/ha, diferem significativamente das encontradas nas imediações (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014).

Ao esboçarmos uma leitura da paisagem urbana de acordo com Cullen, verificamos que os ângulos do projeto e as proporções dos elementos geram visadas que causam surpresa, curiosidade e interesse para completar o percurso. Além disso, é possível fazer alusão ao que defendia Aldo Rossi, pela utilização de sólidos geométricos bem definidos, a preocupação de diálogo entre a forma urbana e a tipologia do conjunto edificado e a marcação das esquinas. Dessa forma, faz-se possível o entendimento da utilização de um elemento tipológico ocupando toda a quadra e a conformação subsequente de cheios e vazios, ao quais conversam com o restante do bairro existente, ao intercalar objetos edificados e elementos de circulação e pátios como uma continuidade da rua.

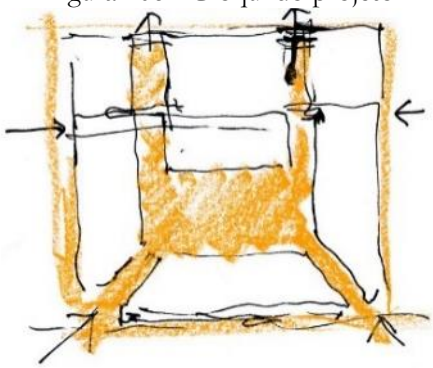
A demarcação indicadora da relação com os espaços externos preexistentes é fundamental na organização geral do conjunto, e se dá através das esquinas e das fachadas perimetrais as quais emulam o entorno imediato – portas lado a lado e acessos compartilhados-unifica as duas estratégias até agora discutidas: a morfologia da "quadra" – obtida pela massa de construções habitacionais – associadas às diferentes "ruas", seu complemento intrínseco. A partir das esquinas, se adentra o interior da quadra, e se chega ao equipamento público - centro comunitário proposto (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p.104).

5.2.9 Sobre os vazios consistentes

A dinâmica dos acessos ao mesmo tempo que diminui o fluxo em pontos de estrangulamento, torna o percurso uma promenade espacial e organiza diferentes escalas da vizinhança. Dessa forma, ordena as escalas de proximidade por meio da arquitetura que mimetiza a dinâmica das "ruas" de bairro. Segundo Recamán, essa extensão está claramente indicada no projeto, onde não existem "vazios" contemplativos – fundamentais ao esquema da arquitetura brasileira. Todos os espaços coletivos são definidos segundo funcionalidades e legibilidades reconhecíveis: corredores,

passarelas, escadas, ruas internas, praças e acessos. E esse esquema "rua" interna ao conjunto tem indicada e construída uma continuidade ao sistema externo, das ruas públicas, cuja potencialidade permanece bloqueada por dificuldades que o projeto pretende mitigar (RECAMÁN, 2014, p. 20).

Figura 106 - Croqui do projeto.



Fonte: VIGLIECCA, 2014, p. 107

Ao resgatar a ideia dos croquis como uma síntese do momento em que a leitura do lugar se encontra com a proposição do projeto, a estrutura espacial do conjunto é caracterizada pelo vazio. Esse vazio é representado nos desenhos-síntese, destacando o espaço público (calçadas e pátio entre os edifícios), as circulações elevadas e os térreos que se abrem para o pátio, revelando a essência da proposta estrutural do projeto.

5.2.10 Sobre a inserção e coligação das novas edificações

O material utilizado remete às habitações tradicionais do Brasil e ajudam a estabelecer uma relação entre os conjuntos e o bairro. Locadas de maneira simétrica, as "torres" transformam os conjuntos em referenciais urbanos. Aqui pode-se perceber a relação com o que Kevin Lynch defendia sobre os caminhos que geram a imagem de uma cidade para o observador: as esquinas têm atenção dobrada do transeunte e é por isso que devem ser alocados elementos referenciais de importância para o entorno, já que a cidade nunca é experimentada individualmente.

Figura 107 - Passarela entre blocos

Fonte: Viglieca e Associados

Concomitantemente, o direcionamento das unidades para o pátio central gera uma apropriação do espaço e incentiva relações entre os moradores e visitantes. Como resultado, o ritmo da fachada torna-se marcante externa e internamente, com um jogo entre as pequenas aberturas (janelas) e o rasgo da circulação externa.

Viglieca privilegia a continuidade entre os novos edifícios e a cidade, configurando os volumes de acordo com o desenho das quadras existentes. O projeto proporciona o prosseguimento do fluir da cidade, evitando uma fragmentação drástica do espaço urbano. A valorização das áreas livres é dada pela atribuição de usos e através de tratamentos paisagísticos, com a intenção de privilegiar a escala local e induzir a sensação de identidade e de pertencer ao lugar.

> O bloco, neste projeto, é resgatado como um elemento estruturador fundamental do tecido urbano, o que propicia maior integração com o entorno e dá sentido de permanência e continuidade aos espaços da cidade. Assumindo um partido que se contrapõe à fragmentação preconizada pelo lote, os espaços coletivos e públicos são valorizados (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 104).

Esse projeto traz à tona o que é possível ser feito por meio de construção e arquitetura quando preocupadas com inserção e diálogo com a cidade, buscando uma maior interação entre o privado, a unidade, e o comunitário; entre o conjunto e o entorno. Interação, neste caso, significa a preocupação do projeto em ativar os cruzamentos, encontros, entre espaços de práticas distintas.

5.2.11 Sobre apropriação social e situação atual

Na apropriação, cada uma das quadras habitacionais foi cercada, inviabilizando o uso público no pátio interior. Todavia, o arquiteto sugere que o cercamento tenha sido mais "ofensivo na relação com as ruas lindeiras, onde se podia estabelecer uma relação de vizinhança que na substituição do

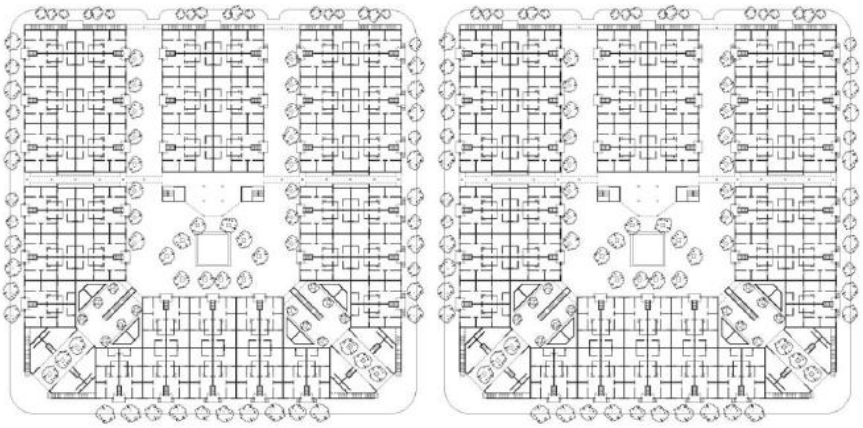
uso público pelo coletivo, já que este continua possível e se efetivou" (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p.104).

Como o conceito do projeto de Viglieca e Padovano estava relacionado à questão da cidade e da habitação, do público e do privado, os blocos foram os delimitadores do conjunto, não havendo grades ou cercas demarcando o espaço. Como abordado anteriormente, os acessos as unidades eram feitos pelo espaço coletivo, sendo privado apenas o interior do apartamento.

A configuração atual do conjunto desvirtuou-se da proposta inaugural. Os moradores cercaram toda a quadra com grades, separando o interior do conjunto do entorno e restringiram o acesso a apenas uma portaria, sendo mais ofensivo na relação com as ruas lindeiras, onde se podia estabelecer uma relação de vizinhança. A concepção semipública deu lugar a um condomínio restrito aos seus moradores. A divisão continua internamente, com a maioria das escadas fechadas com grades que limitam, inclusive, a circulação dos moradores nas passarelas destinadas à ligação dos blocos.

No primeiro conjunto, Vila Mara, da esquina se avista a portaria e a proteção dos blocos por grades, onde se encontra a entrada de veículos e pedestres controlada por uma guarita próxima às torres de caixa d'água. As grades também estão presentes nas circulações horizontais e nas passarelas que servem aos corredores do terceiro pavimento. Neste conjunto, infere-se ainda a predominância da presença de automóveis nas áreas livres em detrimento a itens de paisagismo ou lazer.

Figura 108 - Conformação original do projeto. A esquerda o Vila Mara e a direita o Rio das Pedras.



Fonte: PUGLISI, 2017

Figura 109 - Esquema da situação após intervenções. A esquerda, Vila Mara e a direita, Rio das Pedras.

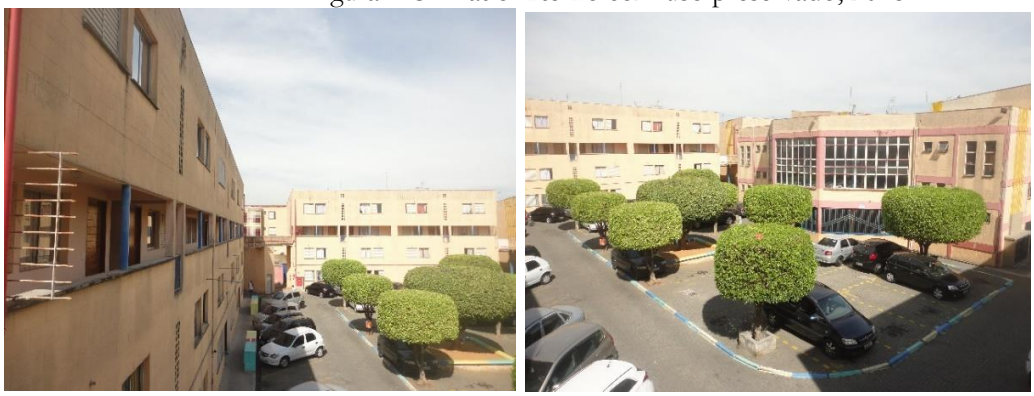
Fonte: PUGLISI, 2017

No Rio das Pedras, a praça interna com uma área verde foi mantida, embora de uso coletivo dos moradores e não público. Já as salas destinadas ao comércio no projeto de arquitetura não estão sendo usadas com esta finalidade, algumas se encontram fechadas e outras são ocupadas como bicicletário ou outras atividades do condomínio (PUGLISI, 2017, p. 42).

Figura 110 - Conjunto Habitacional Vila Mara, 2018.
Figura 111 - Adaptação para vagas de carro, 2018.

Fonte: Fotos da autora.

Figura 112 - Conjunto Habitacional Rio das Pedras, 2018.
Figura 113 - Pátio interno com uso preservado, 2018.



Fonte: Fotos da autora.

Puglisi ressalta que o projeto não contemplava a possibilidade de os moradores terem automóvel e que a questão da segurança se tornou mais sensível nos anos seguintes. Tendo em vista que o conjunto contendo cerca de 592 unidades, se forem consideradas quatro pessoas por apartamento é possível chegar a um total de 2.368 moradores, o que levou a necessidades dos moradores de controlar minimamente o fluxo interno (PUGLISI, 2017, p.43). Por outro lado, o conjunto está bem conservado e é possível observar uma relação de vizinhança entre seus moradores: as áreas comuns servem para encontros e até jogos de futebol. A parte de comércio e serviço presente nos acessos são de moradores do conjunto e servem aos próprios condôminos, uma vez que existe uma segregação espacial do público e privado.

5.3 Casarão do Carmo

Ficha Técnica:
Nome: Casarão do Carmo
Localização: Rua do Carmo, Centro, São Paulo -SP.
Situação: Construído
Contratante: COHAB-SP
Programa: Morar no Centro
Projeto arquitetônico: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ruben Otero, Ronald Fielder, Lilian Hun, Ana Carolina Penna, Mario Rodríguez, Fausto Chiro, Indiana Marteli, Maíra Carrilho, Yuri Vital dos Santos
Período de intervenção: 2003-2018
Área de intervenção: 542m²
Área construída: 1.183,85m²
Número de unidades habitacionais: 25 unidades, 2 tipologias, 31 a 39m²
Densidade do entorno: 112,5 hab/ha
Densidade do projeto: 922 hab/ha

O projeto do Casarão do Carmo destaca-se pelo desafio de projetar um conjunto de habitação coletiva em uma área do centro de São Paulo com a presença no entorno imediato de dois equipamentos históricos. Iniciado em 1991, o projeto se estendeu até 2003, mas a obra somente foi entregue em 2018. Apesar do programa enxuto, importantes lições de metodologia e desenho a respeito da integração entre habitação e cidade podem ser extraídos da análise do conjunto.

5.3.1 Sobre a pré-existência e contexto do projeto

Ao considerar-se a preexistência, a área de intervenção é constituída por um lote longitudinal com forte carga histórica. Faz parte do terreno, a Igreja da Boa Morte, datada de 1810, acompanhada pela antiga casa paroquial – a qual funcionava na ocasião do projeto, como "um dos piores cortiços da cidade" - ambos fazem parte do conjunto arquitetônico tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico de São Paulo em 1974 (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p.50).

Sede do bispado e residência dos bispos, o Casarão do Carmo originalmente foi construído no final do século XIX segundo projeto do arquiteto George Krug. Inaugurada em 1810, a igreja estava localizada no caminho que vem do litoral e anunciava a chegada dos ilustres a São Paulo. Em seu interior, há uma imagem em madeira do Bom Jesus, datada do século XVI.

Após perder a função de residência bispal, o local virou um cortiço que, abandonado pelo proprietário, ficou à mercê da degradação, de incêndios e invasões. De 2000 a 2004, na gestão de Marta Suplicy na prefeitura, a COHAB-SP (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo) conduziu a elaboração de projetos e obras em cortiços da cidade, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos moradores. Em meados dos anos 2000 moravam ali 21 famílias que foram retiradas do local e foram encaminhadas ao Programa Bolsa Aluguel em 2004. A proposta era de que essas famílias alugassem um imóvel até a conclusão da construção, quando, então, voltariam ao local.

O projeto consistia na transformação do Casarão do Carmo em um centro social e de lazer para os moradores. Visando reforçar a relação direta entre a residência e a cidade, estabelecendo um compromisso com as áreas públicas e uma realidade urbana específica.

Figura 114 - Vista aérea situação preexistente.
Figura 115 - Ocupação irregular existente no local.

Fonte: Viglieca e Associados.

O conjunto está localizado entre as Ruas do Carmo e a Rua Tabatingüera, na região central da cidade de São Paulo, próxima à Catedral da Sé.

Figura 116 - Mapa de localização do conjunto Casarão do Carmo

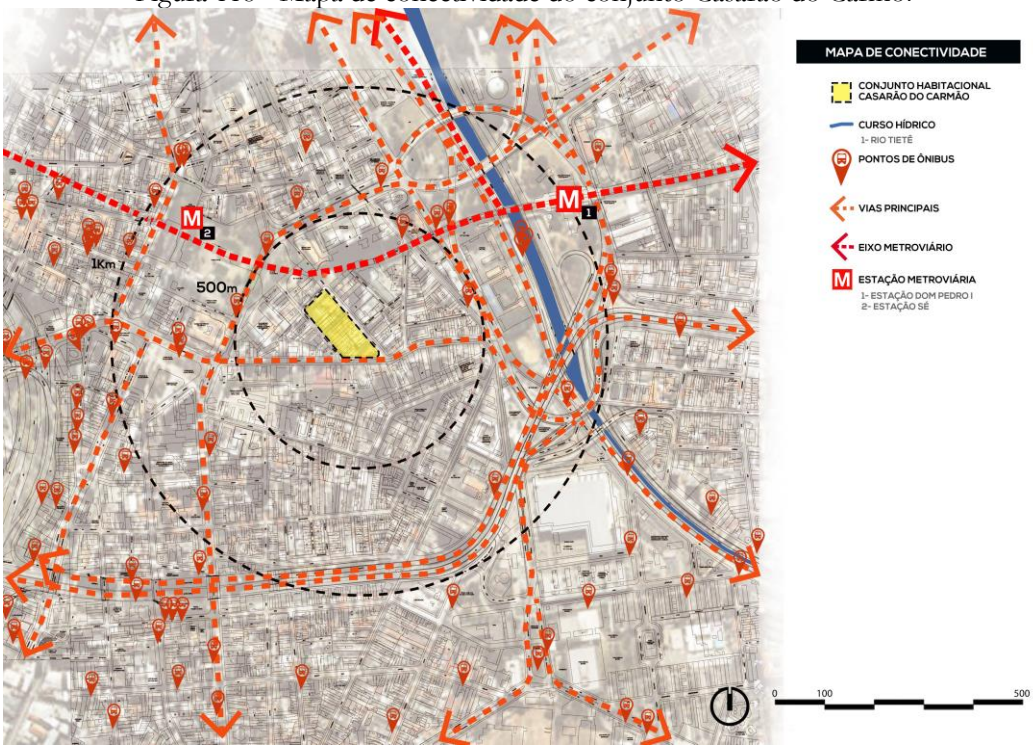
Fonte: produção da autora

Figura 117 - Mapa de localização com indicação dos nomes das ruas adjacentes.

Fonte: PUGLISI, 2017

A partir do mapa de conectividade pode-se identificar que o entorno do conjunto é marcado por muitas vias principais, possivelmente relacionado à localização no centro de São Paulo. Próximo aos limites dos raios demarcados há duas estações metroviárias, Dom Pedro I e Estação Sé, as quais auxiliam nas opções para deslocamento. Em relação aos pontos de ônibus, os mais próximos estão localizados próximos ao raio de 500m.

Figura 118 - Mapa de conectividade do conjunto Casarão do Carmo.

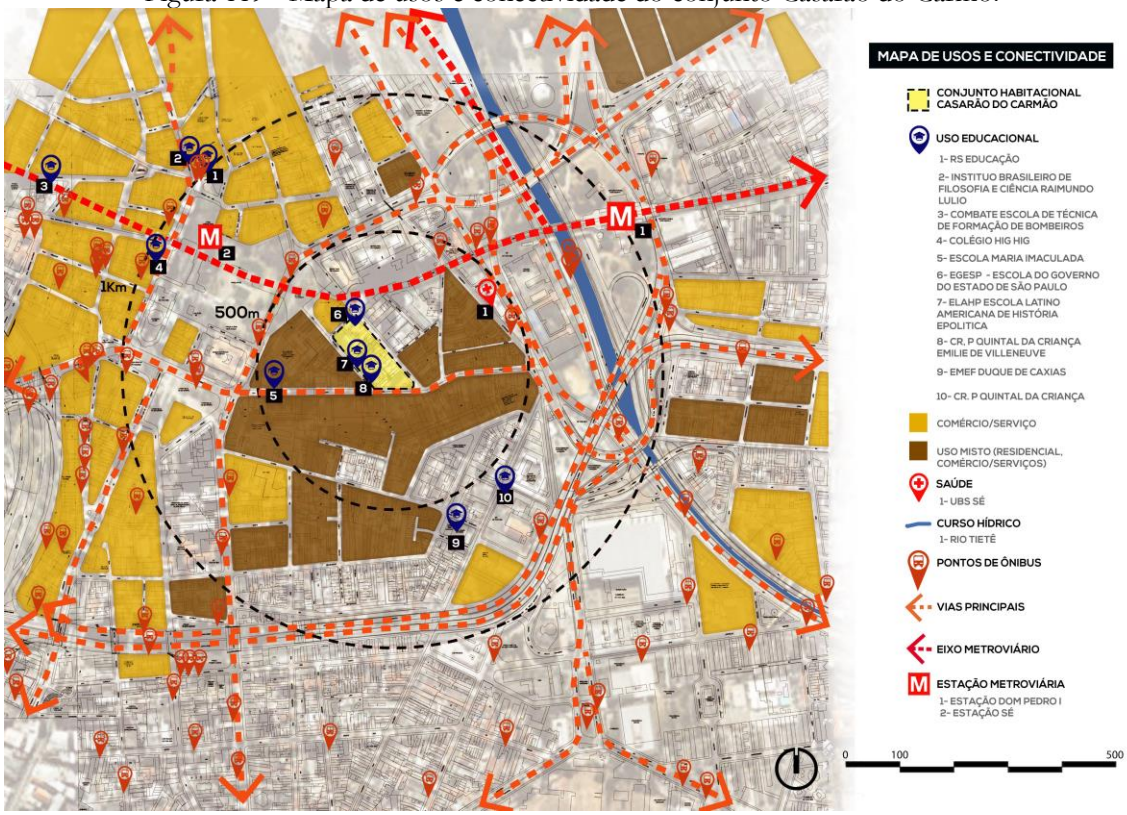


Fonte: produção da autora

5.3.2 Escala da vizinhança

A partir do desenvolvimento do mapa de usos e conectividades, foi possível identificar a predominância de uso misto residencial com comércio e serviço. Destaca-se também a oferta de equipamentos educacionais. O equipamento de saúde mais próximo é a unidade básica de saúde da Sé, a cerca apenas de 300m de distância do conjunto.

Figura 119 - Mapa de usos e conectividade do conjunto Casarão do Carmo.



Fonte: produção da autora

5.3.3 Escala do conjunto

No livro *Terceiro Território*, o projeto é classificado como uma intervenção crítica, uma vez que corresponde a uma área central com uma demanda de cortiço, em pequena parcela que confronta uma igreja e uma casa paroquial, ambas do século XIX, tombadas, mas em total estado de deterioração.

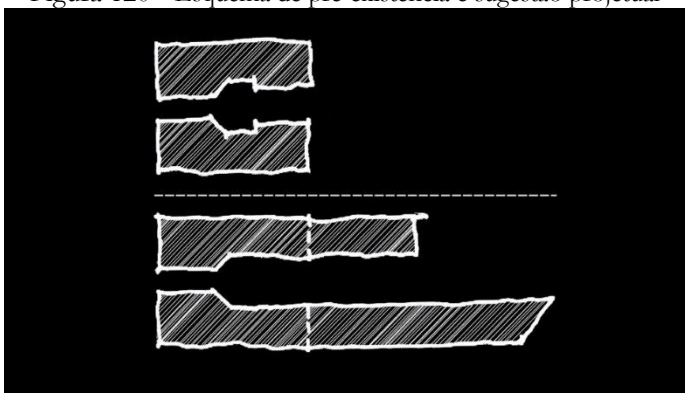
Na proposta final do projeto, a área ocupada do térreo equivalente a 542,40m² se distribui entre 31,4% (170,2m²) de área livre, 17,9% (97,1m²) de construção mantida e 50,7% (275,1m²) de construção proposta. Em relação à área construída (1.183,85²), 21,6% (255,55m²) equivale às áreas

de circulação, 15,4% (182,3m²) equivale às área condominial e 63% (746m²) equivale às áreas residenciais. A densidade da vizinhança é de 112,5hab/ha e a do conjunto é de 922hab/ha (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 51).

5.3.4 Sobre a implantação e o programa

O projeto arquitetônico é conformado basicamente pela implantação de dois edifícios residenciais com capacidade para abrigar 25 unidades habitacionais, associados a uma proposta de manutenção da casa paroquial da Igreja do Carmo. A implantação dos edifícios se dá de forma paralela e encostada nos limites laterais do lote. Tal configuração foi justificada pela continuidade das linhas existentes, de maneira a seguir o mesmo gabarito dos edifícios contíguos: cinco andares, no caso do edifício mais alto, e três andares, no caso do edifício encostado na igreja (ARAUJO, 2012, p. 23).

Figura 120 - Esquema de pré-existência e sugestão projetual



Fonte: Viglecca e Associados

5.3.5 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração

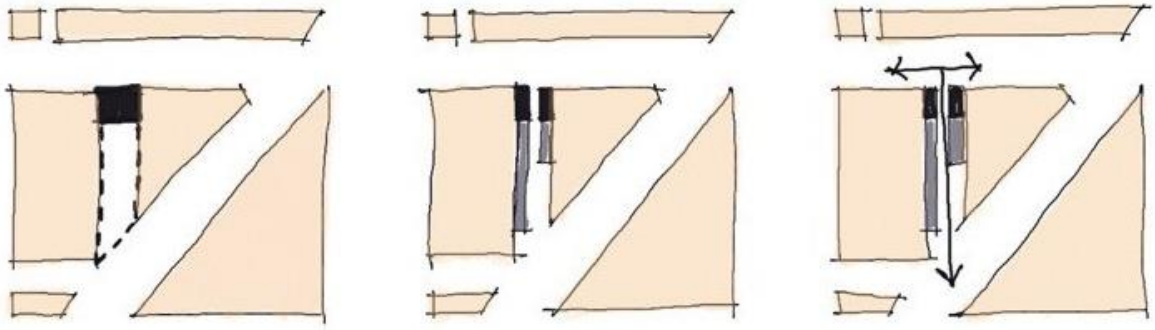
A entrada do conjunto pela Rua Tabatinguera apresenta grandes diferenças em relação à entrada da Rua do Carmo. Nesse acesso, de caráter mais aberto, o arquiteto evita o edifício entre medianeiras. Essa característica, contudo, não representa um abandono de uma estratégia de implantação mais contextual. Da Rua Tabatingüera, de acordo com o projeto, seria possível ver o edifício mais longo mimetizando-se em sua volumetria, o edifício pré-existente, localizado ao lado (ARAUJO, 2012, p. 23). As duas lâminas habitacionais são estruturadas por caixas de escada, para cada escada voltam-se duas unidades e todas se abrem ao espaço público.

5.3.6 Sobre legibilidade e restauração urbana

Propor habitação na área central significa pensar em possibilidades de apropriação, reconhecimento, uso e atribuição de sentido em diferentes escalas: da quadra, da rua, das grandes infraestruturas e equipamentos, mas também do lugar, das pequenas distâncias, dos serviços do cotidiano, da vida diária (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014).

Desse modo, tem-se aqui a proposta de retomar a área central com o propósito de se viabilizar territórios habitacionais, o que implica segundo Sóla-Morales (2006), em trabalhar inserções, reconhecer preexistências significativas, sistemas urbanos consolidados, buscar densidades adequadas e, além disso, entender o amplo sistema e interconexões que envolvem o morar no centro de uma das maiores metrópoles nacionais.

Figura 121 - Esquema de situação existente, ocupação e circulação proposta.



Fonte: Viglieca e Associados [adaptado pela autora]

O equipamento histórico existente – a antiga casa paroquial -, passou a marcar o início da conexão entre ruas – do Carmo e Silveira Martins/Tabatinguera – e a abrigar possíveis programas sugeridos pelos moradores. O que era um acesso ao edifício e um corredor central compõe, agora, uma nova estrutura que, por sua vez, potencializa uma dimensão urbana antes não presente na área deteriorada: pela casa do bispo chega-se na rua central, de pedestres, que articula os dois lados da quadra, atribuindo-se visibilidade e dimensão pública ao que estava escondido e deteriorado. Já a Igreja da Boa Morte, volta a aparecer como um ponto focal.

5.3.7 Sobre os vazios consistentes

Uma rua foi introduzida no interior da quadra, como elemento estruturador de maior significado, viabilizando a transposição ao espaço público, valorizando a casa episcopal como equipamento

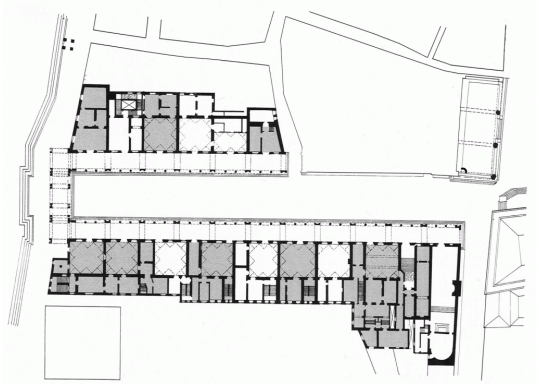
público e a igreja da Boa Morte. Ambas, casa e igreja, passam a ser protagonistas: a primeira como complemento programático do habitar, a segunda porque ganha visibilidade urbana. O interior da quadra torna-se visível e, aquilo que era tratado como parcela, lote, abre-se como espaço público, articulador (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 51).

A circulação interna de pedestres foi concebida como um espaço não apenas coletivo, mas também público, de acesso irrestrito tanto aos moradores quanto aos pedestres que passam na região, ligando duas ruas e criando, além de uma passagem, também uma área de estar urbana, de uso dos moradores e da população em geral.

Esta solução faz clara referência ao projeto da Galeria Uffizi de Giorgio Vasari na Itália, mencionado pelo próprio Viglieca em uma palestra na UFPE em 2018. Vasari obteve uma obra com dimensão totalmente urbana, ao desenvolver o edifício pelas laterais dos prédios existentes e assim conformando ao centro um grande passeio, de acesso livre ao público.

Nós usamos essa sabedoria [Galeria Uffizi] num conjunto para o centro de São Paulo [Casarão do Carmo]. É um projeto que não tem volume. O único volume que você reconhece são duas fachadas. Você não consegue entendê-lo de fora nem de dentro. Ele cria um portal que de um lado dá para o rio e do outro lado, conecta com uma praça da cidade. Isso é um exercício urbano absolutamente extraordinário[69].

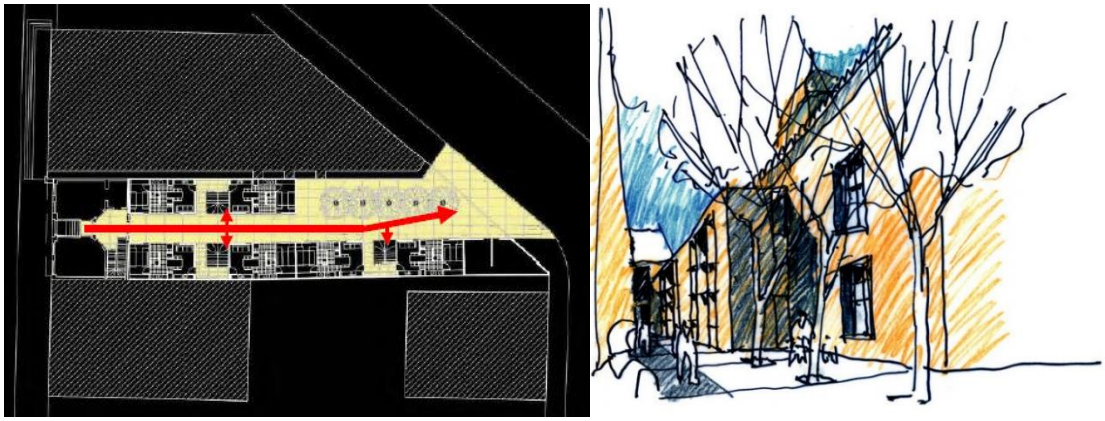
Figura 122 - Planta baixa Uffizi Gallery.
Figura 123 - Perspectiva da rua interna, Uffizi Gallery.



Fonte: Disponível em: Disponível em: https://www.italy-museum.com/br/florenca/visita-guiada-galeria-uffizi.

[69] Viglieca em palestra realizada na UFPE em 04/10/2018.

Figura 124 - Planta baixa com marcação dos acessos.
Figura 125 - Perspectiva da rua interna, Casarão do Carmo.



Fonte: Viglieca e Associados.

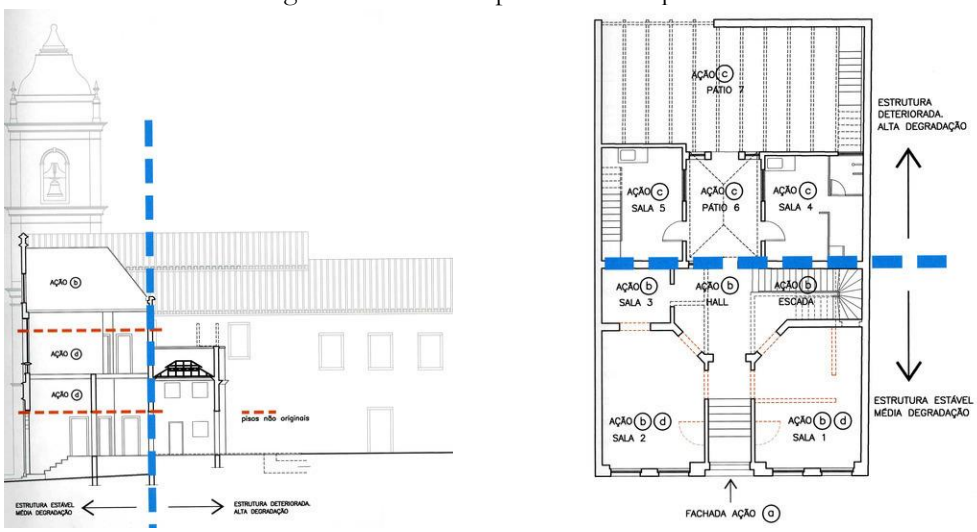
O partido do projeto é o exercício de interpretação, resgate e valorização muito mais de elementos "externos", presentes na lógica urbana e nas características específicas daquele trecho de cidade, do que nos intrínsecos a própria lógica do projeto (tipologia, forma, programa). É o resultado, portanto, de um ajuste entre gabaritos, divisas, articulações e espaço público da rua, aquele que é reconhecido e vivenciado pela população (VIGLIECCA, 2014, p.53).

5.3.8 Sobre a inserção e coligação de novas edificações

O contexto foi então apresentado ao escritório de Héctor Viglieca, o qual encarou o desafio de valorizar preexistências e inserir estruturas atuais na área da cidade de São Paulo, como uma "justaposição caótica que apresenta – lado a lado – edificações precárias, históricas e degradadas" (VIGLIECCA, 2014, p.50). Pode-se inferir esta preocupação através dos estudos desenvolvidos pela equipe, como a maquete (onde inserem os equipamentos históricos e na qual é possível estabelecer relações de altura e leituras do lugar) e desenhos esquemáticos a despeito da preservação dos objetos históricos.

A fachada principal, entretanto, consiste na reabilitação de um edifício pré-existente, fazendo com que a nova edificação se encontra "escondida" atrás do antigo o qual tem seu uso revertido para, além da entrada principal do conjunto, funcionar como um espaço para reuniões, festas e outros eventos. As lâminas habitacionais que são estruturadas por caixas de escadas, se abrem para a rua criada. Permite-se dessa forma, uma proposta de "ato de cidadania" ou "gentileza urbana" sem inserção de muros ou gradis, possibilitando a manutenção e a gestão da vida coletiva em consonância com a valorização das preexistências.

Figura 126 - Estudo preliminar, corte em edifício existente.
Figura 127 - Estudo preliminar em planta.

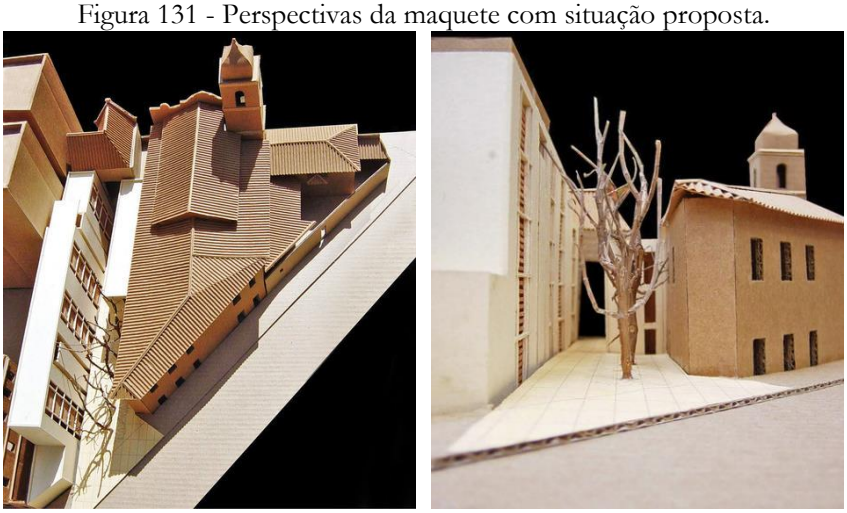


Fonte: Viglieca e Associados.

Figura 128 - Desenvolvimento da solução projetual através de croquis.
Figura 129 - Desenvolvimento da solução projetual através de croquis

Fonte: Viglieca e Associados

Figura 130 - Perspectivas da maquete com situação proposta.
Figura 131 - Perspectivas da maquete com situação proposta.

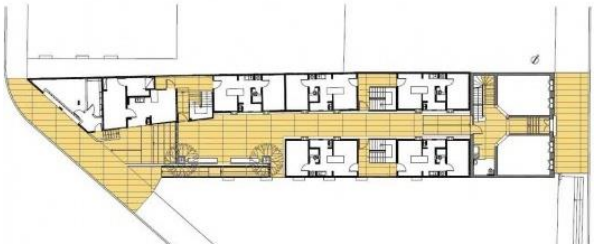
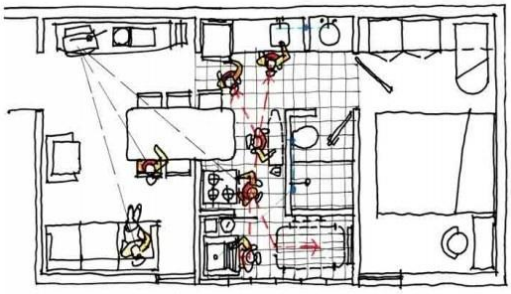


Fonte: Viglieca e Associados

Figura 132 - Perspectivas da maquete com situação proposta.
Figura 133 - Perspectivas da maquete com situação proposta.

Fonte: Viglieca e Associados

Figura 134 - Planta baixa do térreo.
Figura 135 - Planta baixa unidade habitacional.

Fonte: Viglieca e Associados.

As plantas das unidades, são praticamente idênticas e pensadas de modo que, em um espaço mínimo, pudessem abrigar as famílias de maneira qualificada. Essa área mínima, seria compensada pela área de uso coletivo, no interior do quarteirão, que funcionaria como área suplementar ao apartamento.

Na planta baixa, a mesa foi colocada como ponto central da casa, onde as atividades do cotidiano podem acontecer, literalmente ao seu redor, sem barreiras visuais. As áreas molhadas da unidade (banheiro, cozinha e área de serviço) ocupam posição não usual - no centro da composição - fazendo a intermediação entre área social, de um lado, e área intima, do outro. A cozinha, aberta para a sala de estar, confere ao apartamento a possibilidade de integração de espaços e comunicações. O arquiteto ainda levou em consideração o debate que envolve as unidades mínimas, tendo uma atenção especial para o contexto de inserção no centro:

> Considerando a maneira de se fazer habitação social no Brasil [...] em que as questões numéricas, de área e localização correspondem a – respectivamente – produção em massa e apartamentos pequenos compondo grandes conjuntos

> implantados em glebas periféricas, no caso de habitação em área central, o tema da unidade mínima deveria ser visto sob outra perspectiva (VIGLIECCA, 2014, p.53)

Todas as janelas dos apartamentos dos dois edifícios são voltadas para o interior do quarteirão, dada a impossibilidade de se realizar aberturas em suas partes posteriores, que, como já mencionado, estão encostadas nos limites laterais do terreno. As aberturas de iluminação e ventilação dos apartamentos também são pouco usuais: a maior janela da unidade é a da cozinha/área de serviço, enquanto as janelas da sala e do dormitório apresentam configuração mais estreita.

5.3.9 Sobre a apropriação social e situação atual

Após 13 anos de obras e paralisações, os trabalhos foram retomados em maio de 2017 e concluídos em dezembro do mesmo ano e no começo de 2018, os primeiros moradores receberam as chaves.

Figura 136 - situação atual do conjunto, junho 2023.
Figura 137 - situação atual do conjunto, junho 2023.

Fonte: Fotos da autora

Tomando como base as imagens obtidas por meio do Google Maps no ano da entrega (2018) e posterior visita (2023), foi possível identificar algumas características da situação atual do edifício, pós ocupação. A alteração realizada que logo ganha destaque foi fechamento da área que seria destinada ao passeio público - um dos conceitos chave da proposta - através de um muro com gradis, cerca elétrica e portão de controle de acesso.

Faz-se notório que, dada as evidências, o conjunto já fora construído abandonando-se a ideia central original do arquiteto para o projeto da "rua criada". Por conseguinte, pode-se supor que uma das motivações para a construção do muro, tenha sido a preocupação com a segurança e integridade dos moradores, bem como a preservação dos imóveis históricos restaurados.

5.4 Residencial Vila dos Idosos

Ficha Técnica:
Nome: Vila dos Idosos
Localização: Av. Carlos de Campos, Pari, São Paulo – SP
Situação: construído
Contratante: COHAB-SP
Programa: Morar no Centro
Projeto arquitetônico: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Ruben Otero, Ronald Fielder, Lilian Hun, Ana Carolina Penna, Mario Rodríguez, Indiana Marteli, Maíra Carrilho, Fábio de Bem
Colaboradores: Telecki Arquitetura de Projetos (estrutura e fundações)
Data do projeto: 2003
Período de execução: 2003-2007
Área de intervenção: 7.270m²
Área construída: 8.290m²
Número de unidades habitacionais: 145 unidades/ 2 tipologias/ 30 a 42m²
Densidade do entorno: 59,6 hab/ha
Densidade do projeto: 400 hab/ha

O Residencial Vila dos Idosos destaca-se não apenas pela sua concepção arquitetônica e urbanística, mas também pela peculiaridade do programa de necessidades da obra, que pode ser vista como uma experiência pioneira em território brasileiro (BEDOLINI, 2014, p.6). O empreendimento recebeu o Selo Mérito da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação em 2017, sendo reconhecido como modelo para demais cidades brasileiras[70].

5.4.1 Sobre a pré-existência e contexto do projeto

O conjunto habitacional Vila dos Idosos foi desenvolvido a partir de uma ação conjunta de dois órgãos, cada um dos quais incumbido de competências específicas. A companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), órgão encarregado das demandas de habitação social na cidade de São Paulo, foi a operadora do programa e responsável pela construção do conjunto e a SEHAB, responsável da gestão do Programa de Locação Social. (BEDOLINI, 2014, p.6).

O Programa de Locação Social instituído a partir da Lei Estadual 10.365 de 2 de setembro de 1999, teve como objetivo suprir a demanda de moradia para setores da população que não possuíam condições de participar de outros programas de aquisição ou arrendamento como: pessoas sós e famílias cuja renda não ultrapasse três salários-mínimos e que pertencessem prioritariamente aos seguintes grupos: idosos acima de 60 anos, pessoas em situação de rua, pessoas portadoras de direitos especiais e moradores de áreas em risco ou insalubres (SALCEDO, MAGAGNIN e PEREIRA, 2012)

As premissas para a realização da Vila dos Idosos foram traçadas pela iniciativa popular. Desde 1999, o Grupo de Articulação para Moradia de Idosos na Capital (GARMIC) vinha desenvolvendo ações voltadas ao reconhecimento do direito à moradia dos idosos de baixa renda. Sob insistência do grupo, a SEHAB convidou em 2003 o escritório Viglieca & Associados para elaborar o projeto, com programa integralmente destinado à residência de pessoas idosas (BEDOLINI, 2014, p. 3).

O terreno nas imediações da região central de São Paulo, de aproximadamente 2.270m² no bairro de Pari, era ocupado anteriormente por uma cooperativa de catadores com vizinhança imediata constituída por residências unifamiliares de classe média, mas que perdeu população nos últimos

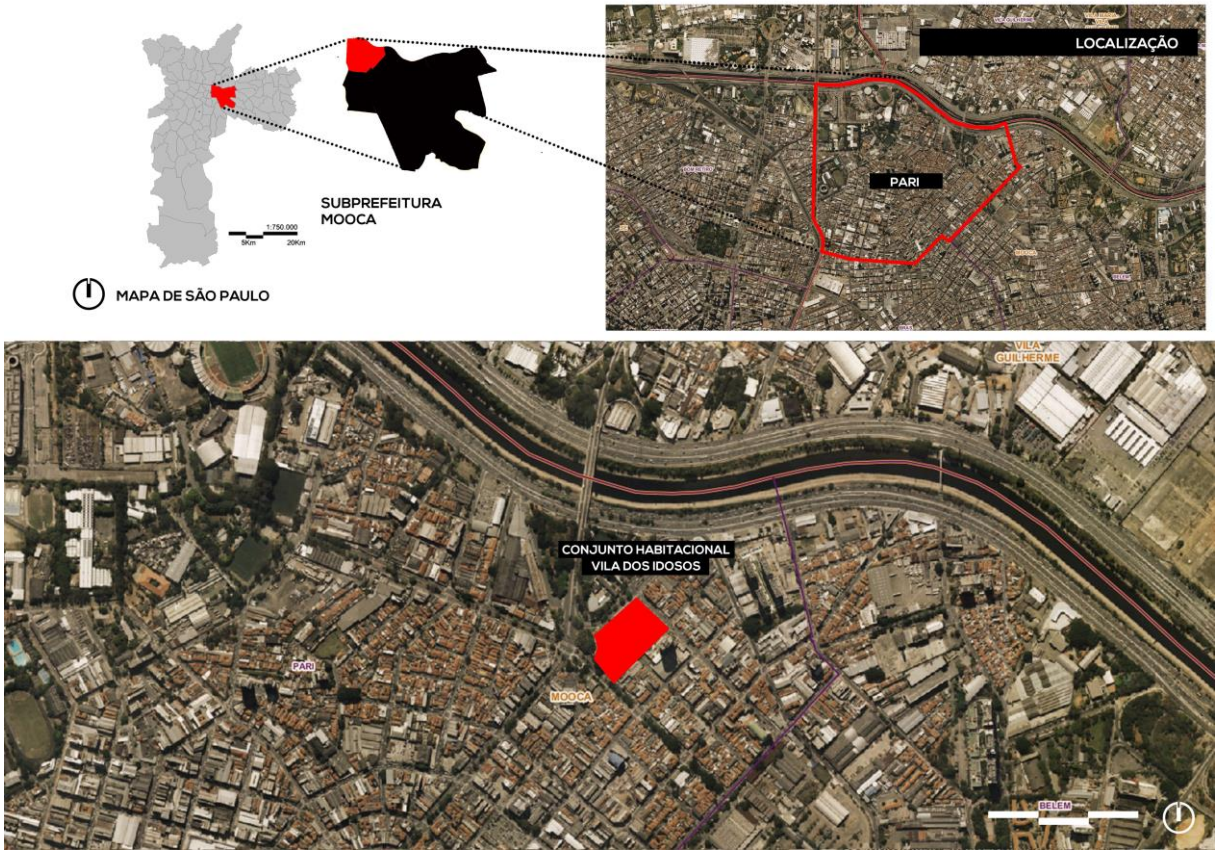
[70] http://cohab.sp.gov.br/Noticia.aspx?Id=3608

anos, passando a concentrar imóveis ociosos. Esses fatores contribuíram para enfraquecer a dinâmica do bairro e degradá-lo em alguns aspectos.

O Conjunto Habitacional Armando Amadeu, popularmente conhecido como Vila dos Idosos, fica localizado na Praça Ili Ottani do Bairro Pari, onde o principal acesso ao edifício dá-se através da Av. Carlos de Campos. O conjunto é vizinho da Biblioteca Pública Adelpha Figueiredo, perto do centro da cidade, com acessibilidade a diversas linhas do transporte público.

O terreno escolhido beneficia-se de uma posição estratégica. O Pari dispõe de uma boa rede de transporte público que vence rapidamente os cerca de 5km até a Praça da Sé e proporciona uma boa ligação entre o local e o restante da cidade.

Figura 138 - Mapa de localização do conjunto Residencial Vila dos Idosos.

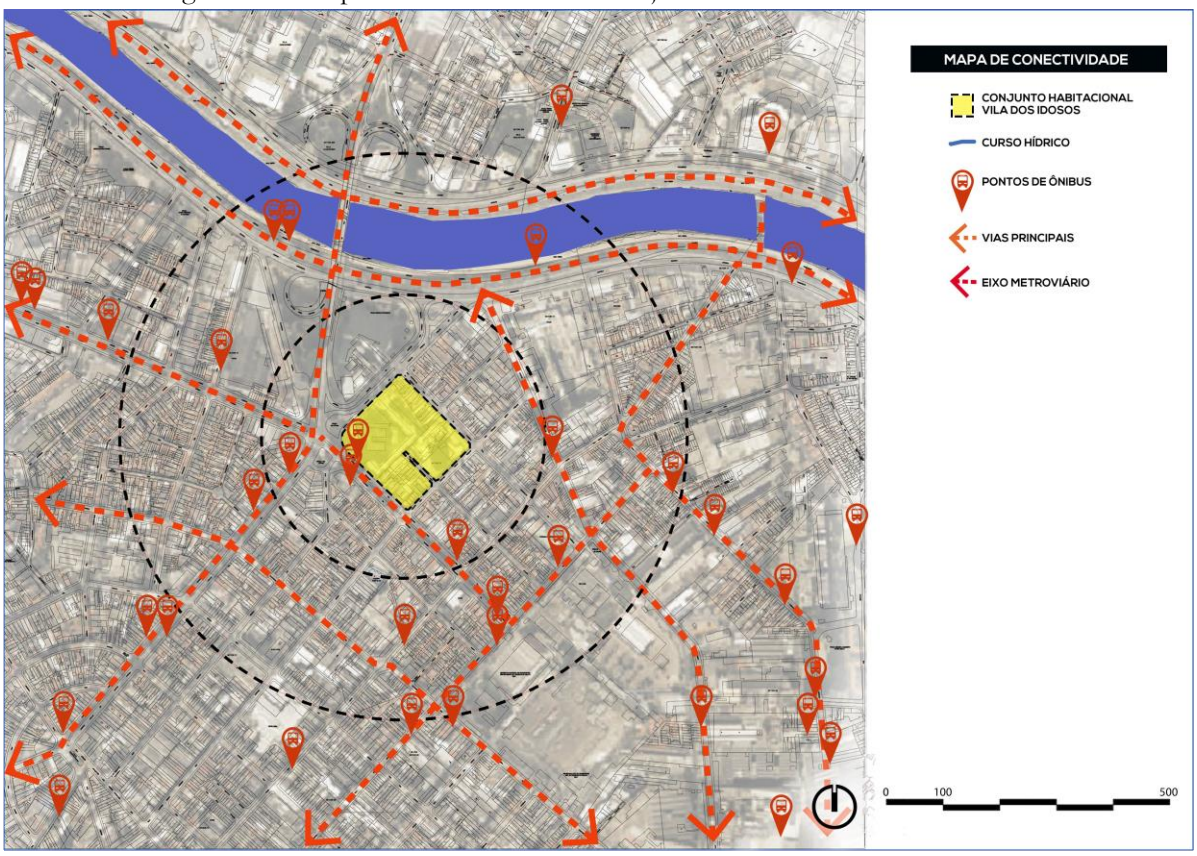


Fonte: produção da autora

Figura 139 - Localização do conjunto com indicação das ruas adjacentes.

Fonte: PUGLISI, 2017 [adaptado pela autora]

Figura 140 - Mapa de conectividade do conjunto Residencial Vila dos Idosos.

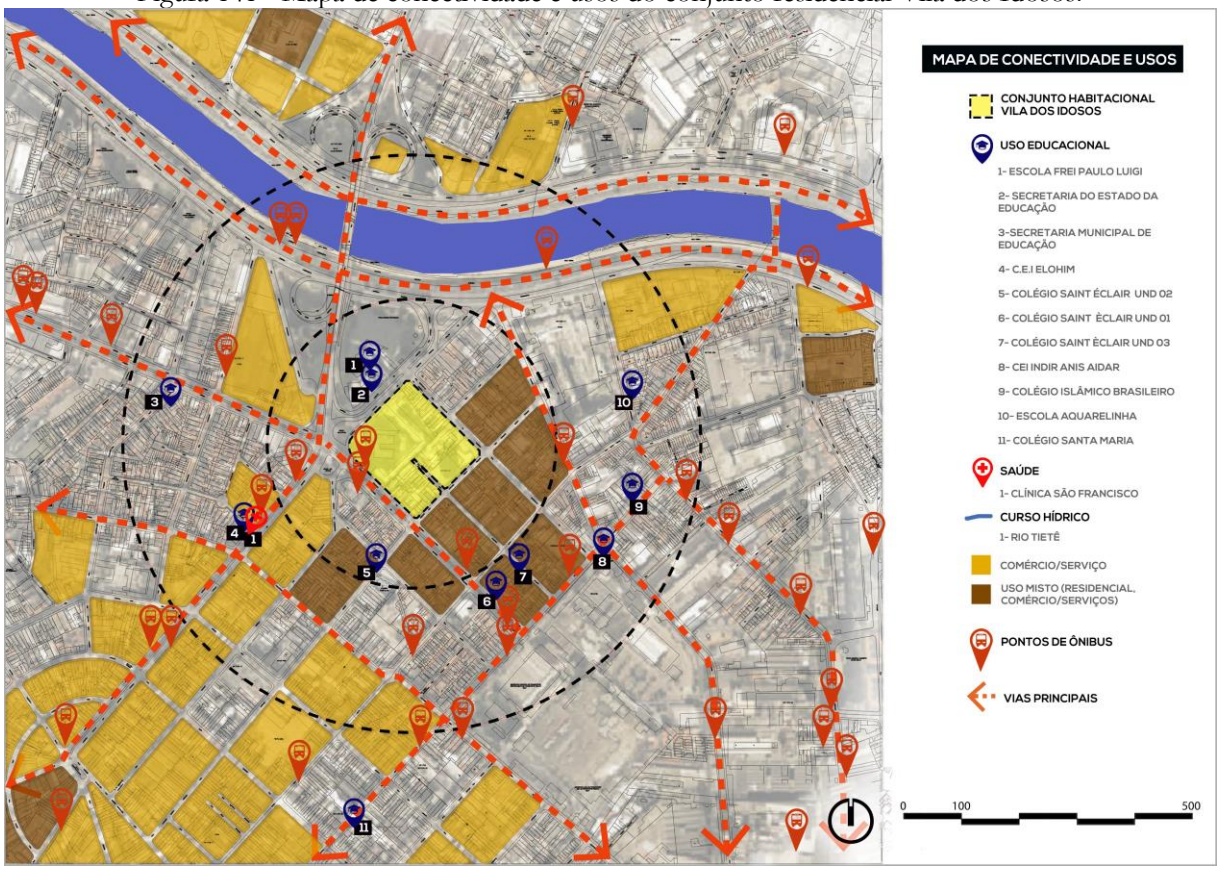


Fonte: produção da autora

5.4.2 Escala vizinhança

O bairro apresenta-se com infraestrutura consolidada, oferta considerável de estabelecimentos de comércio, serviços e instituições, e de fácil acesso ao transporte público, com estação de metrô "Armênia" a menos de 2km. Ao redor do empreendimento há uma presença significativa de atividades comerciais e de serviços, facilitando o dia a dia dos moradores, muitos com mobilidade reduzida e desprovidos de veículos (BEDOLINI, 2014, p. 3).

Figura 141 - Mapa de conectividade e usos do conjunto residencial Vila dos Idosos.



Fonte: produção da autora

5.4.3 Escala conjunto

O conjunto configura-se como um volume em lâmina formado por quatro segmentos contíguos e ortogonais entre si, os quais buscam o melhor aproveitamento do espaço disponível, respeitando as irregularidades do lote e aproveitando as condições mais eficientes de insolação para os apartamentos (BEDOLINI, 2014, p.7).

5.4.4 Sobre a implantação e o programa

A implantação do conjunto representa a atenção do arquiteto aos elementos existentes, extraindo deles linhas de força e os ressignificando em seu desenho. Sendo assim, o projeto configura-se como um bloco horizontal inserido nos limites do terreno que serpenteia a biblioteca existente, conformando um pátio interno com área verde, de forma a valorizar o equipamento e desafogar a cabeça de quadra como um espaço público, estimulando o seu uso e permitindo a continuidade do tecido urbano. As extremidades do edifício foram estruturadas de forma que se voltam paralelas as ruas locais, com recuo para vagas de estacionamento para visitantes ao longo da Avenida Carlos de Campos e da Avenida Pedroso da Silveira (BEDOLINI, 2014, p.8).

Abriga-se no volume 145 apartamentos, sendo 88 quitinetes (de 31,30m²) e 57 apartamentos com um dormitório (de 44,12m²). Ademais, têm-se: três salões de festas, lavanderia comum, consultórios médicos, três elevadores, biblioteca, horta comunitária, campo de bocha (inacabado), amplo espaço verde e um espelho d'água no centro do gramado. Organizado em quatro pavimentos, com duas caixas de circulações verticais com escadas e elevadores, possui 25% das unidades já adaptadas a portadores de deficiências físicas, e as outras facilmente adaptáveis, caso fosse necessário.

Figura 142 - Implantação com indicação dos usos e esquema da abertura para espaço público.

Implantação
1. Salão comunitário / 2. Hall/estar / 3. Módulos de serviço / 4. Espelho d'água / 5. Biblioteca
6. Horta comunitária / 7. Quadra de bocha

Fonte: Viglieca e Associados

5.4.5 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração

Tendo em vista o público-alvo do conjunto, o projeto pautou-se em proporcionar melhor qualidade de vida aos idosos moradores. Com isso, as unidades habitacionais são conformadas por espaços funcionais e confortáveis, e adaptados às necessidades físicas dos residentes, o que implica em portas mais largas, áreas com fácil acesso, ventilação natural cruzada – todas as unidades têm janelas paralela voltadas para a face externa e para a circulação -, adequação dos pisos e altura das janelas e mobiliários, evidenciado a preocupação com a acessibilidade.

Figura 143 - corredores de acesso as unidades habitacionais com vista para pátio interno.

Fonte: Viglieca e Associados.

A circulação vertical se dá através de três elevadores localizados nos pontos de interseção entre os diversos segmentos e por cinco blocos de escadas, situados nas extremidades dos pontos medianos dos segmentos principais. Segundo o arquiteto, os passeios horizontais foram concebidos para articular o edifício com vistas para o pátio, não pretendendo "fazer apenas corredores de circulação, mas ruas de convívio" (MELENDEZ, VIGLIECCA, *et al.*, 2008).

5.4.6 Sobre a legibilidade e restauração urbana

O esforço de Viglieca para promover relações de vizinhança entre os hóspedes do conjunto e o bairro circunstante remete, sem dúvida, às experiências europeias conduzidas nas décadas passadas.

Alguns lares para idosos realizados na Holanda, como o *De Drie Hoven* (1964-74) e o *De Overloop* (1980-84), bem como o orfanato *Burgerweeshuis* de Aldo Van Eyck do Team X, apresentam elementos peculiares que muito se relacionam a concepção da Vila dos Idosos (BEDOLINI, 2014, p.8).

Segundo Bedolini, no caso das obras holandesas, a relação entre o interior dos apartamentos e o espaço imediatamente externo é buscada com insistência: a soleira não era utilizada como meio de separação entre "dentro e fora", mas como elemento de extensão da casa, de projeção e ampliação do espaço íntimo, tornando-se uma peça de transição capaz de acomodar e interligar dois mundos contíguos (HERTZBERGER 1999, p.32, BEDOLINI, 2014, p.9).

Na Vila dos Idosos, em correspondência das portas de entrada das unidades, as fachadas são marcadas por recuos: este simples gesto sugere um convite, uma intenção de acolher quem vem de fora, e ao mesmo tempo induz os moradores a se apropriar, e consequentemente a cuidar, de espaços situados além das soleiras de suas casas (BEDOLINI, 2014, p.9). Concomitantemente, percebe-se no projeto a ideia de promover a maior quantidade de contatos de vizinhança dentro do conjunto, e entre ele e a cidade.

Outra estratégia utilizada foi a de abrir o edifício de forma a abraçar a biblioteca existente, destinando esses espaços para atividades comuns que possibilitassem agregação e fortalecimento do sentimento de apropriação. A forma de inserção do conjunto favorece o uso integrado de espaços internos e externos, como uma maneira de acrescer a sensação de identificação entre as pessoas e o lugar, e fazer com que os moradores se sintam diretamente responsáveis pelos espaços coletivos (BEDOLINI, 2014, p.9).

5.4.7 Sobre os vazios consistentes

Com a finalidade de estimular a vivência comunitária, a área externa foi pensada de forma a atender às necessidades de interação entre os moradores. Os acessos às áreas comuns de convivência são realizados em nível e permitem o uso da horta comunitária, quadra de bocha e da praça central com bancos e espelho d'água. Também conformada pelo desenho, a praça central foi pensada para constituir um polo catalisador da vida do bairro, promovendo uma dinâmica e interação entre os moradores do conjunto e os demais da localidade.

Figura 144 - Vazio consiste no Vila dos Idosos como área de convívio.

Fonte: Viglieca e Associados.

5.4.8 Sobre a inserção e coligação das novas edificações

O bloco é composto de um andar térreo mais três pavimentos, integrados por corredores de distribuição externos que remarcam a configuração linear das fachadas e que servem para compatibilizar tanto a boa orientação e a insolação das unidades como também proporcionar melhores condições de acessibilidade aos moradores, inclusive aos de mobilidade reduzida.

Figura 145 - Vista dos blocos e pátio interno.
Figura 146 - Vista da circulação horizontal.

Fonte: Viglieca e Associados.

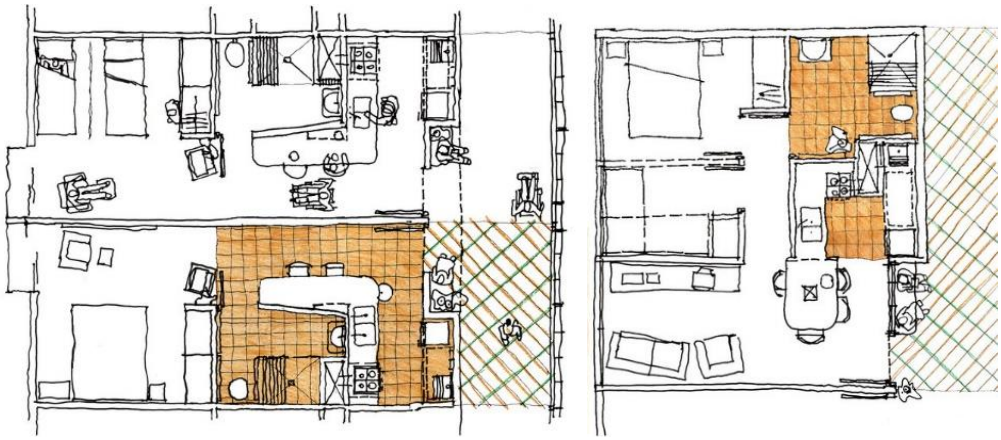
Figura 147 - Pátio interno com equipamentos para exercício físico.

Fonte: Viglieca e Associados.

Figura 148 - Moradores nos corredores dos pavimentos.
Figura 149 - Moradores no pátio.

Fonte: Viglieca e Associados.

Figura 150 - Croqui das unidades habitacionais.
Figura 151 - Croquis das unidades habitacionais.



Fonte: Viglieca e Associados.

Figura 152 - Planta baixa das unidades de habitação.

Fonte: Viglieca e Associados.

De uma perspectiva externa, o conjunto pode ser sintetizado apenas pelas superfícies de alvenaria branca intercaladas pelas faixas escuras das janelas, onde na face principal, voltadas para a rua, foram inseridos módulos de serviço. Na parte interna, orientada para o pátio central, o ritmo da edificação é determinado pela modulação das colunas circulares. No topo, a laje de cobertura transpõe ligeiramente o perímetro do retângulo e forma uma pequena aba. A horizontalidade do bloco é reforçada também nas fachadas opostas: os intervalos entre os caixilhos, de tipo comum, receberam pintura no tom do cinza grafite, criando faixas que evocam as janelas em fita *corbusianas*.

Para a execução da obra, visando facilitar as operações de manutenção, foram escolhidos materiais econômicos e duráveis, e optou-se para uma simplificação dos acabamentos. O edifício foi executado em alvenaria estrutural, com coberta em telhas trapezoidais de aço galvanizado apoiadas na laje através de perfis metálicos e uma estrutura auxiliar de tijolos (BEDOLINI, 2014, p.8).

Os espaços coletivos foram pensados de maneira estratégica e com diferentes conformações, em forma de circulações horizontais, bancos frente às portas dos apartamentos, salas de estar e salas de TV localizadas nos quatro andares do prédio; salões comuns localizados nas Avenidas Carlos de Campos e Pedroso da Silveira, os quais promovem diferentes tipos de contatos com o bairro e uma horta comunitária que atende também as estratégias alternativas de sobrevivência dos moradores.

5.4.9 Sobre a apropriação social e situação atual

Por ser voltado apenas para um público de terceira idade, o Vila dos Idosos ganhou visibilidade, despertando a atenção de estudantes e pesquisadores. A temática, considerada como um exemplo para outros órgãos governamentais e Prefeituras Brasil afora, já foi pauta de discussão em congressos nacionais e internacionais[71].

Segundo levantamento de Bedolini, em 2014, no conjunto moravam cerca de 200 pessoas, em 145 unidades habitacionais, 25% adaptadas para portadores de necessidades especiais, distribuídas entre 90 quitinetes (30 m²) e 55 apartamentos de um quarto (43 m²) (BEDOLINI, 2014, p. 10). No entanto, uma das principais alterações ocorridas foi a alocação de uma cerca metálica ao longo do terreno e a construção de uma portaria junto ao acesso principal, localizado na Av. Carlos de Campos, como medida de segurança e integridade. Na visita realizada em julho de 2018[72], foi possível constatar essas alterações. Tal iniciativa, por sua vez, vai de encontro a proposta inicial de integrar o edifício a cidade através da relação estabelecida no desenho entre o conjunto e a área da biblioteca.

Figura 153 -Vila dos Idosos, 2017.
Figura 154 - Moradora no espelho d'água, 2017.

Disponível em: http://www.jornal3idade.com.br/?p=6937. Acesso em 31/10/2018.

[71] De acordo com CANTERO, GHOUBAR, 2010. A este respeito, ver também: TALARICO, 2010.
[72] A visita foi realizada apenas na área externa do conjunto, pois para poder adentrar ao edifício, se faz necessário estar acompanhado de assistentes sociais.

Figura 155 - Registros da visita ao conjunto em julho de 2018.
Figura 156 - registros da visita ao conjunto em julho de 2018.

Fonte: fotos da autora

Pode-se afirmar, assim, que o Vila dos Idosos é um exemplo do entendimento de uma problemática local – a falta de moradia para moradores idosos de uma determinada região -, esmiuçada em termos de aprofundamento das necessidades expostas e a solução através do objeto arquitetônico – urbanístico inserido através de desenho urbano.

5.5 Parque Novo Santo Amaro V

Ficha Técnica:
Nome: Residencial Parque Novo Santo Amaro V
Localização: Parque Novo Santo Amaro, São Paulo – SP
Situação: Construído
Contratante: SEHAB-HABI-SP; Consórcio Mananciais
Programa: Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê – Programa Mananciais
Projeto arquitetônico: Héctor Vigliecca, Luciene Quel, Caroline Bertoldi, Neli Shimizu, Bianca Riotti, Thaísa Fróes, Pedro Ichimaru, Kelly Bozzato. Aline Ollertz, Sérgio Faraulo
Colaboradores: Consórcio JNS e Hagaplan (gerenciamento); MC Engenharia (infraestrutura); Berfac (consultoria de solos e fundações); Camilo Engenharia (estrutura de concreto); Projeto Alpha e Prometal Engenharia (estrutura metálica); Procion Engenharia (instalações elétricas e hidrossanitárias)
Período de execução: 2009-2012
Área de intervenção: 21.900m²
Área construída: 14.674,3m²
Número de unidades habitacionais: 201 unidades/ 11 tipologias/ 52,5 a 76,5m²
Densidade do entorno: 79 hab/ha
Densidade do projeto: 405,8 hab/ha

O projeto propõe o desafio de inserir uma megaestrutura de moradia no bojo da cidade de São Paulo, "instaurando urbanidade" em uma área crítica no distrito de Jardim Ângela, em contraponto a solução periférica. Nesse conjunto, a utilização de "estruturas habitacionais urbanas" e de experiências de referências como "embriões contaminadores" de urbanidade para o enfrentamento da área de difícil urbanização, auxilia o entendimento da ideia de "terceiro território", em que se somam preexistências e o "novo". Esse projeto tornou-se uma das grandes referências do trabalho de Vigliecca, ganhando notoriedade e reconhecimento através de vários prêmios e exposições[73].

5.5.1 Contexto do projeto

Conforme visto no capítulo 2, muitos dos pensamentos pós-modernistas traziam à tona o respeito à pré-existência e a importância do estudo morfológico como etapa anterior ao desenvolvimento do projeto. No caso do PNSA, por tratar-se de uma área crítica e carente de urbanidade, essa lógica se apresenta de uma forma muito particular e desafiadora, pois como extrair do "não urbano" alguma linha de força ou referência de linguagem para o "novo"? Este item, portanto, traz um panorama do contexto político, histórico e social como carga fundamental e antecessora ao mergulho no projeto propriamente dito. Tecendo um raciocínio projetual, busca-se apresentar o ambiente inicial e condicionante de quando o projeto foi formado.

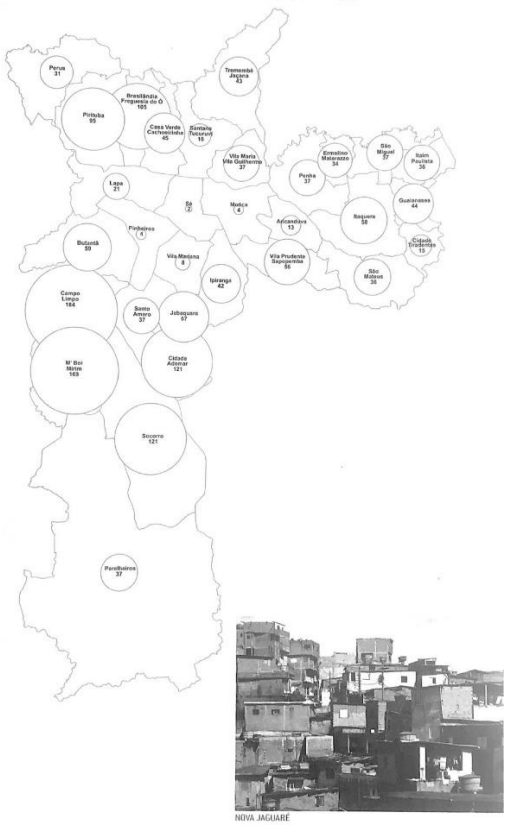
5.5.2 Sobre a proteção, recuperação e valorização dos mananciais

A partir de meados dos anos 1970, em São Paulo, a solução encontrada para enfrentar o problema da habitação, além de gerar graves problemas urbanos e ambientais, tornou-se, em larga escala, inviável. Em consequência, as favelas que em 1973 abrigavam apenas 1% da população paulistana, passaram a crescer diante da falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda. Concomitantemente, agravaram-se a lotação dos cortiços e a ocupação de áreas de risco e de zonas de proteção ambiental, como os mananciais. A ocupação dessas áreas como alternativa à moradia pela população mais pobre acarretou diversos problemas como enchentes, deslizamento de encostas, falta de saneamento básico e lançamento de esgoto nas represas, comprometendo a

[73] O projeto foi contemplado entre os 36 projetos mais impressionantes das Américas pelo Mies Crown Hall Americas Prize, em 2014. Em 2012, recém construído, o projeto foi condecorado com o 3° prêmio na XVIII Bienal Panamerica de Quito. Ainda em obra, o Instituto de Arquitetos do Brasil o premiou com uma Menção Honrosa na categoria Habitação de Interesse Social. Em 2018, integrou a exposição Muros de Ar - Os limites dos objetos para a Bienal de Veneza.

qualidade da água e o abastecimento no município. Essa é a realidade de muitas outras cidades brasileiras.

Figura 157 - Distribuição das favelas em São Paulo.



Fonte: A cidade informal no século XXI (2010).

A partir da Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais[74] foram indicadas as Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) como áreas de intervenção que coincidem com os perímetros das Bacias Hidrográficas. As diretrizes da nova lei e suas respectivas normas específicas regulamentaram as ocupações nas represas Guarapiranga e Billings[75] e estabeleceram a permissão de construção de unidades habitacionais na área de mananciais, principalmente ao tratar sobre a recuperação das ocupações irregulares.

Na década de 1990, grande parte das favelas e loteamentos irregulares ganhou cada vez mais pessoas, abrigando aqueles que não tiveram acesso ao financiamento da moradia durante o regime militar com o Banco Nacional da Habitação (BNH). Nesse contexto, a maior parte das ocupações desordenadas das áreas de mananciais da cidade de São Paulo resultou das alternativas encontradas

[74] Lei nº 9866/1997
[75] Lei nº 12.233/2006 e Lei nº 13.579/2009

pela população para resolver o problema da moradia por conta própria. A região do Guarapiranga acabou sendo ocupada, irregularmente, por milhares de unidades de lotes mínimos caracterizadas pela precariedade construtiva e ausência de infraestrutura básica. Essa situação acarretou graves problemas com relação à qualidade da água da represa, pois carentes de infraestrutura, "milhares de fontes poluidoras difusas jogavam o esgoto doméstico em canais de drenagem, redes clandestinas, a céu aberto, que chegavam aos córregos contribuintes da represa, concentrando altos níveis de poluição em suas águas" (FRANÇA, 2009, p. 150).

No período de gestão do prefeito Gilberto Kassab, sob a direção da Superintendência de Habitação (HABI) da arquiteta Elisabete França, alguns assentamentos informais sofreram intervenções para reurbanização focada na provisão habitacional, ao incentivar projetos arquitetônicos de qualidade. Segundo a arquiteta, a proposta da gestão foi garantir boa arquitetura às classes sociais menos favorecidas. Essa forma de intervir em áreas precárias, que se deslocou da reurbanização com o olhar apenas na infraestrutura urbana para o da reurbanização com o foco na construção de edificações novas e de maior qualidade arquitetônica (FRANÇA, 2009).

Com o início do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Guarapiranga, em 1991, duas estratégias principais foram definidas: a primeira tinha como meta desenvolver a capacitação técnica, financeira e institucional para a gestão da bacia, integrando o governo estadual, os governos municipais e a sociedade civil, a qual resultou em um novo estatuto jurídico para a área de mananciais; a segunda tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores dos assentamentos de baixa renda através da melhoria e expansão da infraestrutura de saneamento básico, da qualificação das áreas urbanas insalubres e mais densamente ocupadas e da criação de novos espaços públicos para o desenvolvimento de atividades de caráter coletivo (FRANÇA, 2009, p. 178 e 179).

Para Elisabete França (2009, p. 193), o Programa Guarapiranga foi responsável pela implantação de um conjunto de práticas inovadoras na esfera pública, entre elas, a Unidade de Gestão do Programa, a integração de ações entre órgãos públicos de diferentes níveis e a preparação dos fundamentos para a nova legislação ambiental. Dentre as práticas inovadoras, a arquiteta destaca especialmente o programa de urbanização de favelas desenvolvido no âmbito do subprograma de recuperação urbana, coordenado pela Prefeitura de São Paulo.

Após as primeiras intervenções com projetos centrados na implantação de redes de infraestrutura básica, a urbanização de favelas evoluiu para ações bem mais complexas. Os projetos e obras passaram a ter como objetivo maior a integração dos assentamentos precários e informais, à cidade reconhecida como formal, adotando-se, a partir daí, o conceito de "qualificação urbana", ou seja, a transformação de áreas de "urbanização sem cidade" em novos bairros dotados de serviços e que permitiam aos moradores, o seu "pertencimento" à cidade. Ao final da primeira fase do Programa Guarapiranga (2000), as ações que visavam a urbanização de favelas foram reconhecidas como uma das práticas de melhor resultado no âmbito dos programas financiados pelo Banco Mundial (FRANÇA, 2009, 193 e 194).

O "aprendizado" adquirido durante a primeira fase do Programa Guarapiranga garantiu a permanência da atuação da Prefeitura de São Paulo nas áreas de mananciais. Muitos projetos consistiram em urbanizar as ocupações existentes, recuperando as margens da represa ou dos rios que nela desaguam, como foram os casos do Cantinho do Céu (mencionado no capítulo 1), do Jardim Iporanga e do Parque Novo Santo Amaro V.

O projeto para o PNSA foi desenvolvido, portanto, a partir das diretrizes de trazer a preexistência, mostrando a localização, caracterização das formas de ocupação, equipamentos urbanos, características topográficas, condições de habitabilidade e infraestrutura urbana.

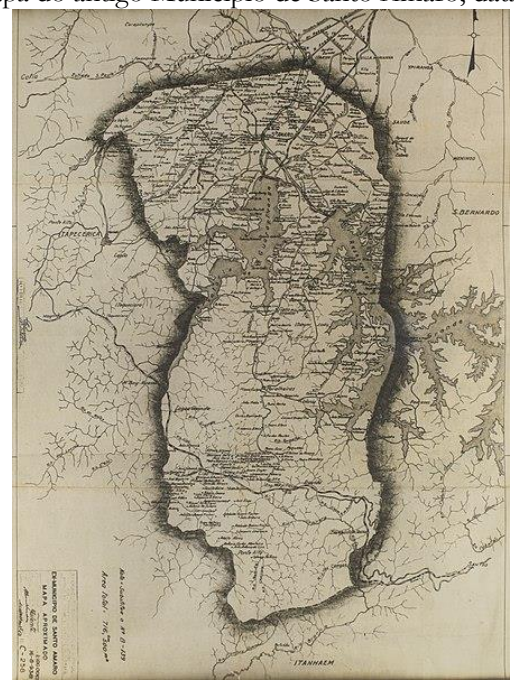
5.5.3 Sobre a pré-existência

O PNSA fica localizado em uma área do loteamento irregular de mesmo nome, no distrito do Jardim Ângela, na subprefeitura de M'Boi Mirim, zona sul paulistana. O terreno é de topografia bastante acidentada com uma nascente de córrego que deságua na represa de Guarapiranga, um dos principais reservatórios de abastecimento de água da região metropolitana (Memorial Parque das Cerejeiras, 2020). O nome M'Boi Mirim na língua indígena significa "cobra pequena", expressão usada para designar o rio que corre na região (rio Embu-mirim, antes chamado de M'Boi Mirim), ou seja, o "rio das cobras pequenas"[76].

[76] A história do M'Boi Mirim está diretamente ligada ao desenvolvimento da região de Santo Amaro. Área em que viviam índios guaianases, começou a ser ocupada por volta de 1607, quando próximo da área onde hoje se encontra o Centro Empresarial, no Jardim São Luís, foi instalado o Engenho de Nossa Senhora da Assunção de Ibirapuera, considerada a primeira extração de minério de ferro da América do Sul. A atividade mineradora durou cerca de 20 anos (Memorial Parque das Cerejeiras, 2020).

Em 1829, iniciou-se novo processo de ocupação no local, com a chegada de 129 imigrantes alemães, trazidos por D. Pedro I para a colonização dessas terras. Três anos mais tarde, a região de Santo Amaro, que incluía a antiga Aldeia do M'Boi Mirim, foi elevada à categoria de Município. Pouco tempo depois a região era a principal produtora de batata, marmelada, farinha de mandioca, milho, carne, madeira e insumos de construção civil (Memorial Parque das Cerejeiras, 2020).

Figura 158 - Mapa do antigo Município de Santo Amaro, data não informada.



Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP

Já no início do século XX, com a implantação da represa do Rio Guarapiranga e alguns afluentes do Rio Pinheiros, um novo público, formado principalmente por alemães e italianos, foi atraído ao local a fim de realizarem atividades de lazer, como caça, pesca e esportes náuticos. Com isso, a área atualmente formada pelo Distrito do Jardim Ângela ficou conhecida na época como Riviera Paulista. Em 1934, com a inauguração do Aeroporto de Congonhas, o Município de Santo Amaro foi extinto, sendo sua área anexada ao Município de São Paulo (Memorial Parque das Cerejeiras, 2020).

Na década de 1950, a região do M'boi Mirim passou por um intenso processo de ocupação, iniciando-se o loteamento dos sítios e chácaras, formando diversas vilas ocupadas pelos operários das indústrias em franco crescimento na região de Santo Amaro. Essa ocupação progrediu lentamente até a década de 60. A partir do fim da década de 60, com o crescimento do movimento migratório e o aumento da população de São Paulo, o M'Boi Mirim passa por um processo de

expansão desordenada, inclusive das áreas de mananciais e de proteção ambiental (Memorial Parque das Cerejeiras, 2020).

A área se caracteriza como fundo de vale, com curso de água central e topografia acidentada com grandes declividades. O desenvolvimento do conjunto foi fundamental para resguardar as famílias em situação de risco iminente, principalmente ligadas a acidentes por deslizamento de terra, devido à situação de relevo acentuado.

Figura 159 - Destaque da favela Parque Novo Santo Amaro V.

Fonte: A cidade informal no século XXI (2010)

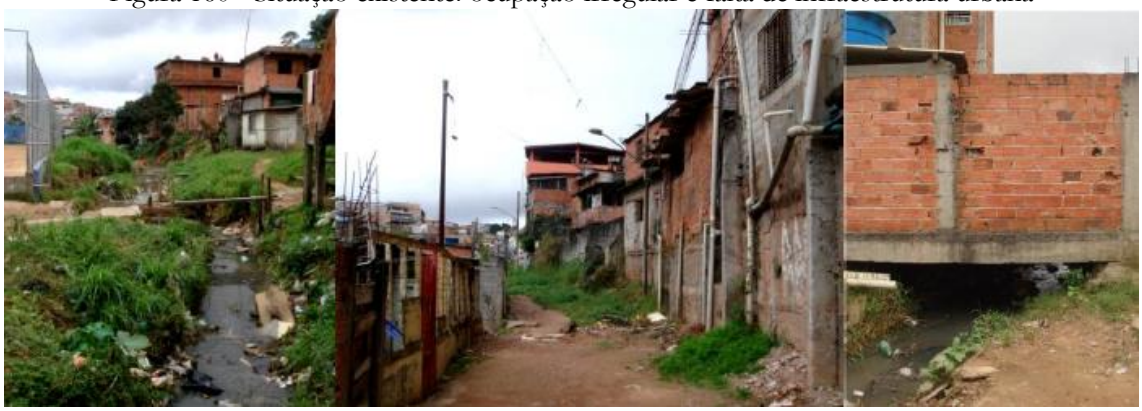
Dado esse panorama inicial da intervenção, o projeto encomendado pela PMSP deveria atender a uma demanda para a recuperação e o tratamento do córrego existente, administrando os impactos ambientais ao agir sobre um território delimitado como área de preservação ambiental, além de prover unidades habitacionais.

O córrego existente recebia os deságues das casas que ocupavam todo o seu trajeto, além da drenagem das águas pluviais do entorno, com alto grau de impermeabilização. Com o adensamento da ocupação do vale, a vegetação nativa foi extinguida.

As edificações existentes eram caracterizadas por mais de um pavimento, com implantação típica em confronto com as ruas, ocupando as encostas em desnível e com elevação posterior ao fundo

do vale. Algumas das construções que possuíam relação com a rua, minimamente aparentavam cuidado construtivo e incluíam atividades de comércio e serviço, ao passo que as de frentes posteriores apresentavam condições mais precárias do ponto de vista construtivo. Já em relação às cotas, conforme aproxima-se das cotas mais baixas, mais provisórias são as construções e piores as condições sanitárias, devido à aproximação com o córrego, o qual funciona como um esgoto a céu aberto (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014, p. 222).

Figura 160 - Situação existente: ocupação irregular e falta de infraestrutura urbana



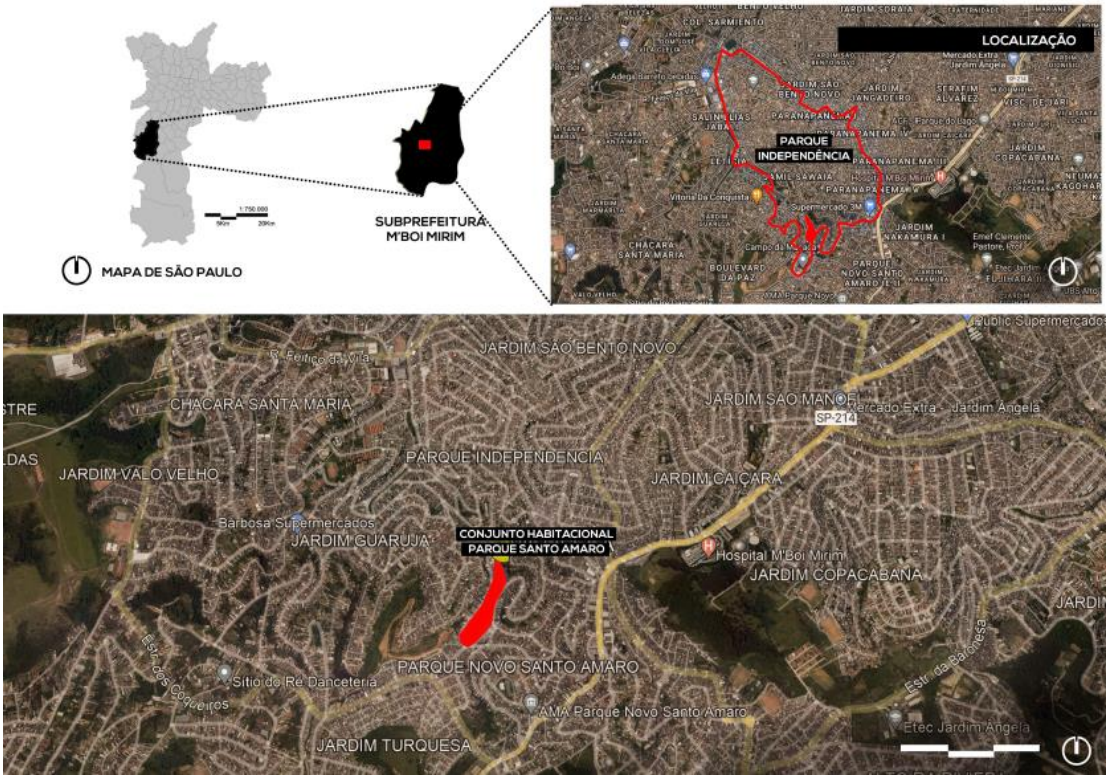
Fonte: http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/parque-novo-santo-amaro-v

Outro fator importante foi o levantamento dos equipamentos catalisadores, onde se destacaram a escola estadual e o campo de futebol, os quais conformavam uma das centralidades urbanas existentes. Ambos estavam situados em uma das cotas mais altas do terreno, e evidenciavam uma das principais problemáticas locais, o desafio do trajeto, pois, para se alcançar os níveis mais altos, era necessário enfrentar dificuldades topográficas significativas (VIGLIECCA, 2014, p. 223).

O acesso ao conjunto por meio de transporte público se dá, principalmente, pelo corredor de ônibus que percorre a Estrada do M´Boi Mirim, a qual representa um importante eixo de conexão da zona sul da cidade e está apenas a 600 metros de distância do conjunto. A estação de metrô mais próxima fica a 155,5km (estação Capão Redondo da linha 05 - lilás) e aproximadamente 15km do centro da cidade, partindo da Praça da Sé.

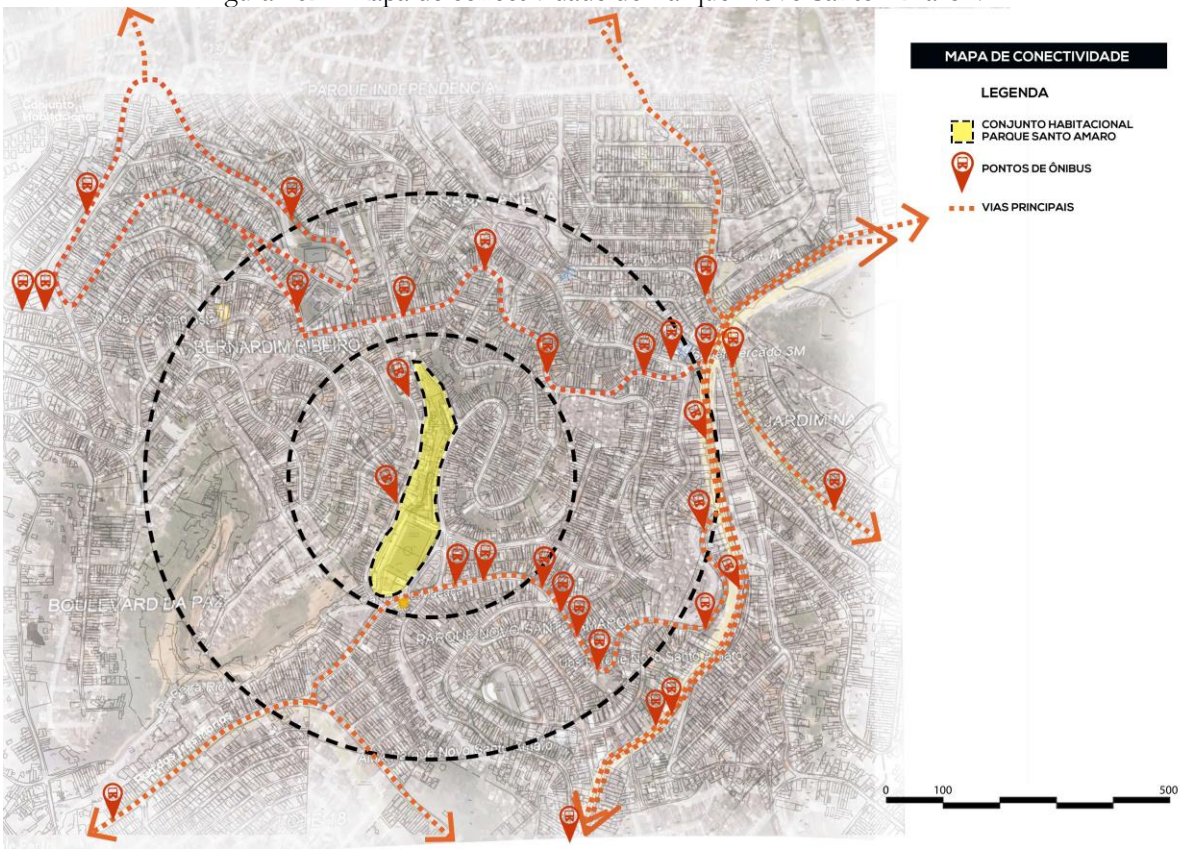
Para facilitar o entendimento, foi produzido um mapa de vias e transporte público. A identificação das principais vias baseou-se nas conexões existentes e, também na oferta de transporte público. Nele é possível identificar as vias principais e os pontos de parada dentro de um raio de 500m e 1000m.

Figura 161 - Mapa de localização do conjunto Parque Novo Santo Amaro V.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 162 - Mapa de conectividade do Parque Novo Santo Amaro V.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 163 - Localização das ruas adjacentes ao conjunto.

Fonte: Archdaily, adaptado pela autora.

Conforme explica Rolnik (2014), quanto maior for a variedade de lugares diferentes que podem ser acessados pelas linhas de transporte disponíveis, melhor a qualidade da inserção urbana do empreendimento, mesmo que ele não esteja próximo às centralidades urbanas. Dessa forma, conforme é possível analisar no mapa, o conjunto se insere dentro de um contexto pré-existente com ofertas significativas de distribuição de acessos e transporte público.

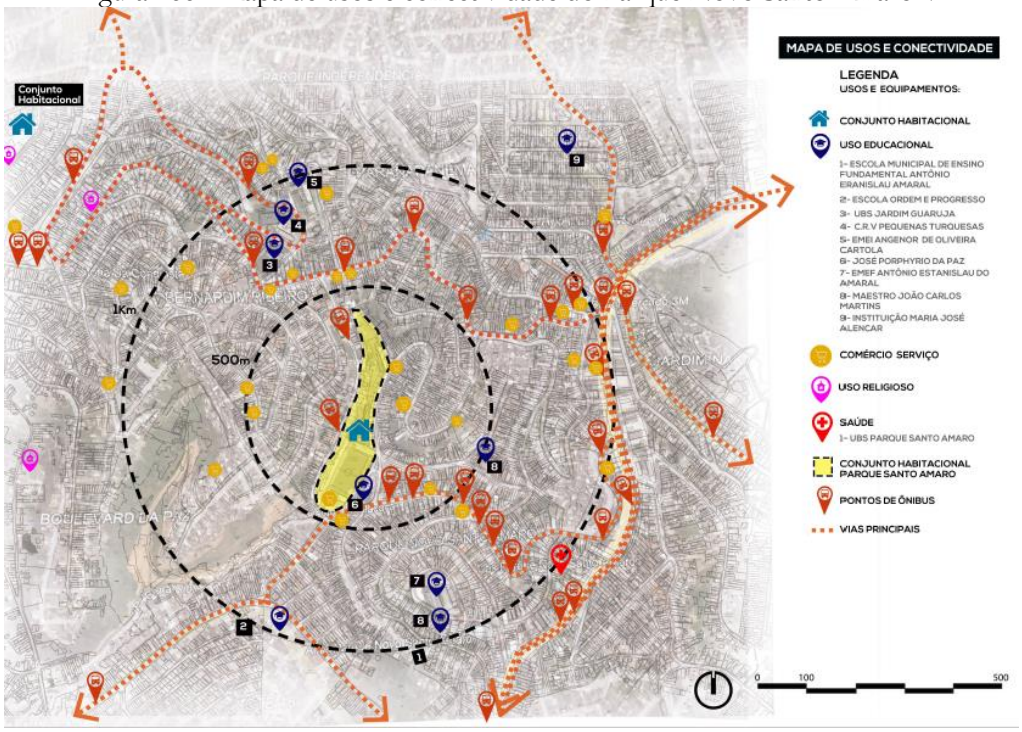
Figura 164 - Paradas de ônibus na rua Francisca Queirós.
Figura 165 - Paradas de ônibus na rua Francisca Queirós.

Fonte: Google Maps - Street View, 2023.

5.5.4 Escala vizinhança

Em relação aos equipamentos, foi possível identificar escolas públicas nas proximidades, uma delas considera pelo arquiteto como um dos equipamentos "catalisadores" da área, a escola José Porphyrio da Paz. Fora do raio de 1000 metros, também foi localizado um Centro de Educação Unificado, o CEU Feitiço (ao norte da Rua Luar do Sertão).

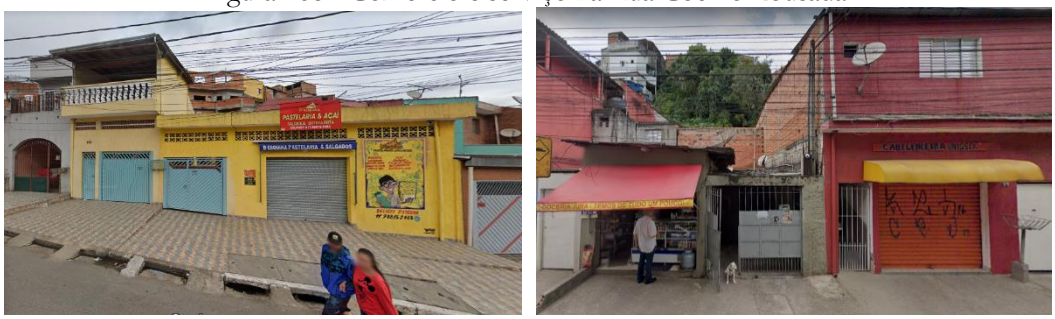
Figura 166 - Mapa de usos e conectividade do Parque Novo Santo Amaro V.



Fonte: elaborado pela autora.

Na avenida M'Boi Mirim encontra-se o Hospital Cidade Tiradentes, o único equipamento de saúde identificado nas proximidades além da UBS Luar do Sertão, ambos localizados no limite do raio de 1.000 metros. Quanto à oferta de comércio, foram encontradas lojas de pequeno porte, mas não foi possível identificar grandes centros comerciais ou supermercados. Também não foi possível identificar equipamentos culturais e espaços de lazer para a população. O levantamento para essa análise foi realizado através do Google Maps, o qual permitiu identificar a localização do Residencial Parque Novo Santo Amaro V com relação ao Parque Estadual Guarapiranga. Possibilitou também verificar a caraterística das ocupações dessa região, marcada por ruas tortuosas e pequenos lotes, como já foi citado anteriormente.

Figura 167 - Comércio e serviço na Rua José Alves da Silva.
Figura 168 - Comércio e serviço na Rua Coelho Lousada.



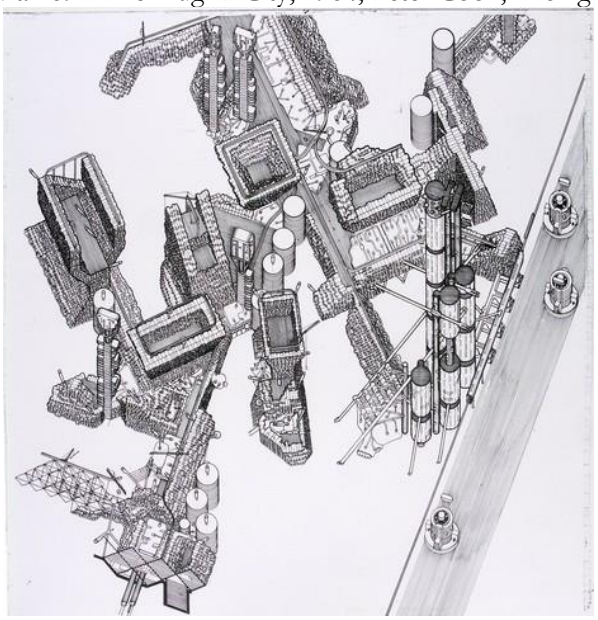
Fonte: Google Maps - Street View, 2023.

5.5.5 Escala conjunto

Levando-se em consideração os fatores da preexistência, os condicionantes legais e físicos, caracterização da área e diagnósticos, Viglieca partiu da premissa de inserir edifícios habitacionais em uma área urbana crítica. O projeto arquitetônico sugerido é conformado por uma lâmina habitacional que serpenteia a área nas extremidades laterais da gleba. Os dois maiores blocos residenciais, com gabaritos que variam de três a sete pavimentos, possuem 200 unidades de um piso ou dúplex, com áreas de 50 e 64 metros quadrados. Um terceiro bloco também residencial, de menor dimensão, implanta-se transversalmente ao eixo maior do terreno (SERAPIÃO, 2013, p. 128).

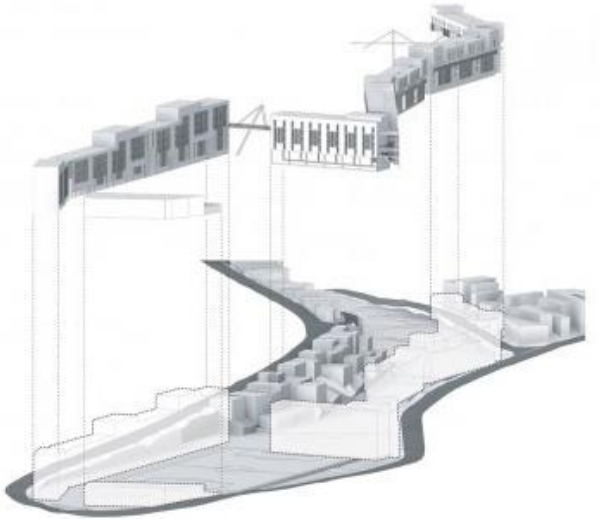
Os blocos foram implantados de forma a servirem como faixas de proteção ambiental e de suporte às atividades comerciais e de serviço, funcionando como uma "estrutura-embrião, que poderia ser entendida como gênese/matriz da ocupação de um território especial" (VIGLIECCA, 2014). É possível fazer uma comparação desse elemento proposto, com as megaestruturas dos movimentos *Archigram* e Metabolistas Japoneses vistos no capítulo 03.

Figura 169 - The Plug-in City, 1964, Peter Cook, Archigram.



Fonte: Archdaily. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-166703/the-plug-in-city-1964-slash-peter-cook-archigram/52cb1f48e8e44e3a3c000009-the-plug-in-city-1964-slash-peter-cook-archigram-imagem.

Figura 170 - vista axonométrica do conjunto PNSA.



Fonte: Vigliecca e Associados.

O arquiteto dá pistas de como buscou trazer referências da preexistência - grande mancha espraiada de habitação e ruas - para o projeto ao criar condições reais de habitabilidade e recuperação ambiental, por meio de espaços públicos. Segundo Vigliecca, a conformação do partido levou em conta aquilo que já apresentava uma interação clara entre a ocupação informal e os elementos de uma reconhecida urbanidade "e introduziu-se escalas, arquiteturas e espaços públicos que buscaram enfrentar a ausência de cidade e o território ambientalmente frágil" (VIGLIECCA, 2014, p. 224).

Buscou-se, assim, desenvolver um edifício que pudesse funcionar como uma grande "estrutura urbana" - que incluísse no seu programa, em sua espacialidade, itens que contribuíssem para a dinâmica da rua, que oferecessem equipamentos públicos, conformasse a paisagem e permitisse diferentes unidades habitacionais para mais de um tipo de arranjo familiar -, fugindo de uma tipologia convencional (VIGLIECCA, 2014, p. 226).

A construção faz o contorno da quadra reservando seu interior para um parque linear - um espaço público - guiado pela presença do córrego. A quadra de futebol pré-existente foi incorporada ao projeto mantendo seu protagonismo na escolha do partido da implantação e contribuindo para a conformação do parque. As ruas internas são propostas diretamente conectadas às ruas existentes.

Para o conjunto Parque Novo Amaro V, a estratégia de se utilizar a área da ocupação como o elemento estruturador da paisagem e da malha urbana é novamente incorporado no partido do projeto. Apesar de uma configuração amorfa, ou pelos menos, de geometria menos rigorosa,

devido às condições topográficas, os limites, frente às ruas, são reafirmados com a inserção da nova edificação lindeira, sem recuos.

Sobre uma base topográfica mais complexa, a fita habitacional é decomposta, fragmentada e se acomoda à situação natural do lote, mantendo o gabarito uniformemente baixo, evitando contrastes na paisagem já reconhecida pelos moradores. Parece indicar uma evolução das soluções utilizadas por Cerdá em Barcelona e experienciadas por Viglieca no Rio das Pedras/Vila Mara (1991). Aqui essa estratégia parece estar mais atenta às relações que concebe com as referências naturais, topográficas e hidrográficas.

Figura 171 - Croqui do projeto com representação de conceitos-chave de uso, morfologia e conexões.

Fonte: Viglieca e Associados.

Ademais, as diferenças de altura nos próprios blocos parecem se camuflar em relação às edificações do entorno e o ritmo das aberturas e alinhamentos, trazem à tona elementos do pensamento tipológico italiano, como visto a partir de Aldo Rossi.

5.5.6 Sobre a implantação e o programa

A implantação dos edifícios foi uma estratégia utilizada para, de certa forma, definir os limites da área de intervenção. Assim como em outros projetos, Viglieca utiliza os próprios edifícios, implantando-os diretamente em contato com a rua. Em alguns casos, são utilizados os fechamentos com elementos vazados, em outros as aberturas encontram-se mais elevadas e um pouco recuadas. Nesse projeto também há momentos em que as garagens se encontram no térreo em contato com a rua.

Figura 172 - Indicação dos conjuntos e centro comunitário.

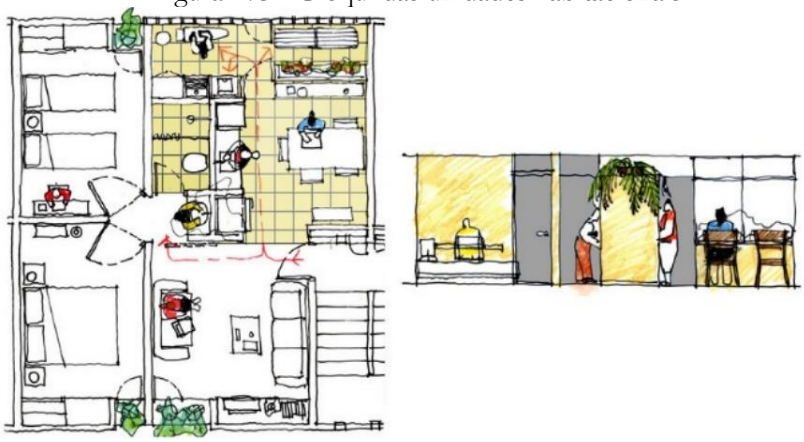
Fonte: Renata Coradin, 2014 (com intervenções da autora).

Os edifícios habitacionais estão divididos em três conjuntos: Conjunto 1 (blocos 1, 2, 3 e 4); Conjunto 2 (blocos 5, 6 e 7); e Conjunto 3 (bloco 8). Ao todo, esses edifícios somam 200 unidades habitacionais. O campo de futebol é um espaço que funciona sob a gestão de uma associação local.. As áreas de uso comum são: três salões de festa; duas áreas de lazer com churrasqueira; duas áreas de lazer infantil; equipamentos de exercícios para idosos e pista de skate. Além dessas áreas de uso comum, o conjunto também conta com um Centro Comunitário e dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)[77].

As tipologias habitacionais variam entre onze plantas distintas, dentre elas a solução do duplex no último pavimento, com o programa básico de sala, cozinha, área de serviço, dois quartos e um banheiro, com exceção de uma tipologia que ganhou um quarto a mais. O arranjo dessas diversas tipologias foi necessário para compor um prédio complexo que abarcasse as diferentes soluções para cada trecho do terreno. Além disso, tal conformação vem de uma preocupação em relação à manutenção das dinâmicas sociais existentes e a consideração de núcleos familiares distintos, sendo uma estratégia, inclusive, de melhor aceitação e apropriação do novo edifício para as famílias relocadas.

[77] Os espaços identificados como mistos foram concebidos para serem utilizados como comércios e, segundo a arquiteta Neli Shimizu, foram propostos para aproveitar a vocação comercial existente na esquina da Rua Zâmbia com a Rua Coelho Lousada. Porém, após a inauguração do conjunto, o uso comercial não foi aprovado pela Secretaria de Habitação, que não dispõe de instrumentos para fazer a gestão desses espaços que acabaram sendo utilizados para abrigar os Centros de Assistência Social (CRAS).

Figura 173 - Croqui das unidades habitacionais.



Fonte: Viglieca e Associados.

Com exceção do campo de futebol, todas as outras áreas livres seriam de uso público podendo ser acessadas e utilizadas por qualquer morador do bairro. Esse uso público dos espaços é reforçado pelos percursos propostos que, propositadamente, atravessam o conjunto incentivando que as pessoas circulem através dos caminhos, vielas e passarelas criados. A proposta de áreas livres públicas foi uma estratégia importante para a inserção urbana e qualificação do entorno, pois proporcionou espaços públicos de qualidade com a intenção de atender aos moradores do bairro e não apenas aos moradores do novo conjunto habitacional.

Os desníveis do terreno são bastante acentuados e o projeto foi implantado nas cotas mais baixas. Contudo, utilizando-se da altura dos edifícios, o arquiteto encontrou maneiras de vencer esses desníveis e estabelecer conexões através de acessos em diferentes pavimentos. A implantação de passarelas e escadas também foi uma estratégia para adaptar a implantação ao terreno e a conexão com a preexistência[78].

Devido à grande declividade do terreno, também foi necessário realizar grandes contenções e, em alguns momentos, há um gradil alto sobre o muro de contenção que funciona como proteção, mas

[78] No memorial, constava, ainda, que a localização dos equipamentos nas extremidades dos eixos foi proposital, para que funcionassem como pontos de atração, estimulando as pessoas a circularem. O conceito de colocar os equipamentos nas extremidades para estimular a circulação é válido, porém no caso da área de lazer localizada ao norte da intervenção, podemos identificar, como deficiência, a falta de "olhos" sobre esse espaço, ou seja, não há edifícios novos por perto e são poucos os domicílios existentes ao redor. Porém, é importante esclarecer que, no projeto inicial, estavam sendo propostas uma quadra poliesportiva coberta e uma pista de bocha nesse espaço, entretanto, devido a situação fundiária (trata-se de uma área particular) a prefeitura decidiu implantar apenas a área de lazer. Além dos equipamentos, há também espaços de lazer para crianças nas duas extremidades do conjunto.

também define o limite da intervenção. Além das passagens para pedestres, a intervenção também considerou uma rua existente reconstruindo-a e incorporando-a ao projeto.

Figura 174 - Vista da passarela que comunica as ruas Coelho Lousada e Francisca Queirós.

Fonte: Viglieca e Associados.

O acesso a esse bloco se dá através da passarela que comunica as duas ruas e pelas escadas existentes nas extremidades. A escada próxima a Rua Coelho Lousada também atua na ligação com o bloco 4. Na outra extremidade, o acesso à passarela se dá diretamente no nível da Rua Francisca Queirós. Além disso, há também uma escada que conecta o nível dessa rua ao térreo da intervenção.

5.5.7 Sobre os acessos e eixos de circulação e integração

Os conjuntos possuem vários acessos distribuídos ao longo dos blocos. Em vez de uma única entrada para o conjunto, existem acessos independentes em cada bloco. No Conjunto 1, os apartamentos nos dois primeiros andares são alcançados por escadas que atendem a duas unidades por andar e estão localizadas no interior da intervenção. A partir do terceiro pavimento, as unidades se tornam duplex e são acessadas por passarelas na terceira planta, que estão conectadas e articuladas por torres de escadas metálicas em formato triangular. No Conjunto 2, há acessos às unidades nos primeiros pavimentos pelo interior da intervenção e, a partir da Rua Francisca Queirós, para os andares superiores.

O acesso ao bloco 8 é feito por meio de duas torres de escada, uma localizada na Rua Coelho Lousada e outra na Rua Francisca Queirós, que estão conectadas por uma passarela que percorre todo o edifício. No segundo e terceiro pavimento do bloco 8, existem duas passarelas sobrepostas que proporcionam acesso a todas as unidades desse edifício.

Na escala da intervenção, podemos observar a presença de duas passarelas que conectam as ruas Francisca Queirós e Coelho Lousada. Essas passarelas refletem o conceito de circulação e permeabilidade incorporado ao projeto, resgatando um dos parâmetros para o desenho urbano defendidos por Bentley. As duas passarelas transversais estão interligadas por meio da circulação existente ao longo dos blocos 2, 3 e 4 e foram originalmente planejadas para serem acessíveis ao público. No entanto, devido a questões de privacidade, os residentes optaram por fechar a circulação entre os blocos com portões.

O acesso aos primeiros e segundos pavimentos é feito por escadas que estão voltadas para o interior da intervenção. No primeiro pavimento, podemos observar que há uma circulação externa que leva a essas escadas. Essa disposição ocorre devido à inclinação do terreno. A partir do terceiro pavimento, as unidades são acessadas por uma passarela que percorre e conecta todos os blocos do Conjunto 1. Essa passarela é alcançada por meio das escadas metálicas de formato triangular localizadas entre os blocos, que funcionam como elementos de ligação. A passarela pode ser visualizada ao longo do bloco 1, junto com a escada metálica entre os blocos 1 e 2[79].

Os edifícios possuem portas de acesso voltadas para o hall criado para ser utilizado como espaço de transição. As portas também são um elemento que merece atenção, pois há, na lateral, uma abertura vertical vedada com vidro translucido que aumenta a iluminação no interior da unidade e permite que os moradores vejam, ainda que de forma distorcida, as pessoas que passam pela passarela ou que batem na porta de suas casas. Vale ainda ressaltar o canteiro que funciona como filtro de privacidade e espaço exterior próprio protegendo um pouco as janelas das unidades do térreo[80].

[79] Nessas imagens, podemos notar também que os espaços no térreo, com portão de alumínio, são os que foram projetados para serem comerciais e hoje abrigam um dos CRAS que serão instalados na intervenção. Pode-se observar ainda as garagens abertas para a Rua Coelho Lousada.

[80] Para uma análise mais aprofundada das unidades habitacionais do PNSA, conferir pesquisa de Renata Coradin (2014).

Figura 175 - Canteiros atuando como filtro de privacidade no térreo.
Figura 176 - Portas com vidros laterais e horta marcando o espaço de transição no hall.

Fonte: Renata Coradin, 2014.

Em alguns momentos, se formam halls de acesso às unidades que foram classificados como espaços de transição, pois permitem que os moradores se apropriem desses espaços, que funcionam como um filtro de privacidade para a porta de entrada das unidades. Os espaços de transição são enriquecidos com uma horta, que é cuidada pelos moradores, o que aumenta ainda mais a apropriação sobre esses espaços.

Em uma palestra na UFPE em 2018, Viglieca declarou que os projetos de Alison e Peter Smithson são importantes referências para seus trabalhos. De acordo com os conceitos dos Smithson, a cidade ideal deveria combinar atividades diferentes dentro das mesmas áreas; as "modernas" habitações deveriam ser ligadas entre si por ruas elevadas, separando a circulação de pedestres do tráfego de veículos; de acordo com os princípios defendidos pelos arquitetos, os projetos deveriam incentivar, nos moradores, um sentimento de "pertencimento" e "vizinhança".

Figura 177 - Corredor do Conjunto Robin Hood Gardens dos Smithsons (1972) em paralelo ao do Parque Novo Santo Amaro V (2012).

Fonte: PUGLISI, 2017.

As passarelas inseridas nos edifícios do Santo Amaro V podem ser relacionadas às ruas elevadas do projeto Robin Hood Gardens (1962 – 1972), de Alison e Peter Smithson, por exemplo. Segundo Josep Maria Montaner, Robin Hood Garden está configurado por dois blocos de forma irregular, orientados ao espaço livre interno.

5.5.8 Sobre legibilidade, restruturação urbana e integração do corpo hidrográfico

Um dos conceitos elaborados por Lynch (1996), conforme mencionado no segundo capítulo, é o de *legibilidad*e, o qual refere-se à "facilidade com que cada uma das partes da cidade pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente". Outro conceito importante é a ideia contida no termo imageabilidade, que, facilmente, pode ser entendida como a capacidade de um elemento físico da cidade transmitir uma imagem referência para o observador.

Cullen (1983) apresenta os elementos que o guiaram para leitura da paisagem urbana e, a partir de um exercício observatório, possibilita análises sequenciais e dinâmicas, seguindo preceitos estéticos que provocam emoções no convívio da cidade. A visão serial faz aparecer um observador mais atento às relações e articulações entre os edifícios e os vazios, os ritmos, as aberturas e a leitura da paisagem.

A apreensão da paisagem, relacionada as obras de Lynch e Cullen, está diretamente vinculada à conexão do homem com o seu ambiente e os diversos níveis de interpretação e envolvimento com as transformações que incidem ao longo do tempo. A Escola Italiana de morfologia fomenta a leitura da paisagem pré-existente, que concede o despertar de um futuro, a partir do entendimento da tipologia urbana. Esse enfoque conduz os novos edifícios à compreensão e à adaptação aos tipos existente e anteriores, conforme visto em Aldo Rossi.

Por meio de uma atenta leitura tipológica da paisagem e de sua história, Héctor Viglieca procura agregar e consolidar uma gestão do território em busca da transformação, potencializando as virtudes e a ambiência existente. A importância dessa forma de compreensão do espaço urbano sustenta a tese de soluções não individualizadas que considerem as particularidades de cada contexto.

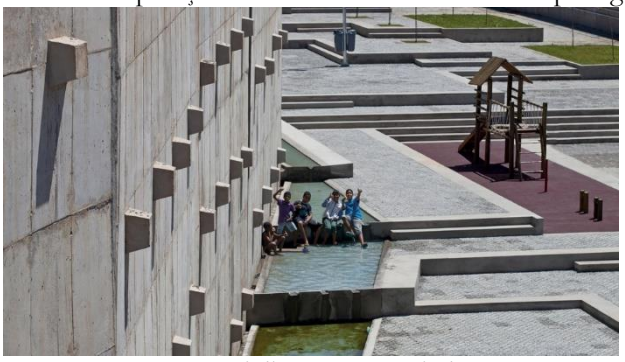
Figura 178 - Resultado da implantação do conjunto. As diferenças de altura nos blocos fazem o bloco se inserir na paisagem existente de modo mais discreto.

Fonte: Viglieca e Associados

Desse modo, mesmo se tratando da implantação de um conjunto em uma parcela da cidade caracterizada como área informal, é possível considerar que o projeto do PNSA estabelece um diálogo volumétrico com o entorno. A legibilidade é traduzida aqui a partir de uma integração estética, ao utilizar as diferenças de altura dos edifícios como uma releitura das casas sobrepostas existentes ao redor. Apesar de ser um grande empreendimento, a forma de tratar a volumetria remete a ideia de fragmento presente na pré-existência, sem, no entanto, permanecer ou pactuar com a não urbanidade existente.

O projeto introduz, mais uma vez, uma releitura da solução de ocupar o perímetro do terreno com os blocos e no interior, oferecendo em seu "interior" um espaço coletivo e público, ao mesmo tempo em que preserva e restaura a presença do córrego. Além disso, o projeto se integra à malha urbana, conectando-se às estruturas existentes. Viglieca opta por recompor esse eixo verde central ao longo do curso d'água, buscando a condição natural e destacando a presença da água por meio da recuperação da nascente, valorizando-a como um elemento paisagístico.

Figura 179 - Recuperação da nascente como elemento paisagístico.



Fonte: Viglieca e Associados

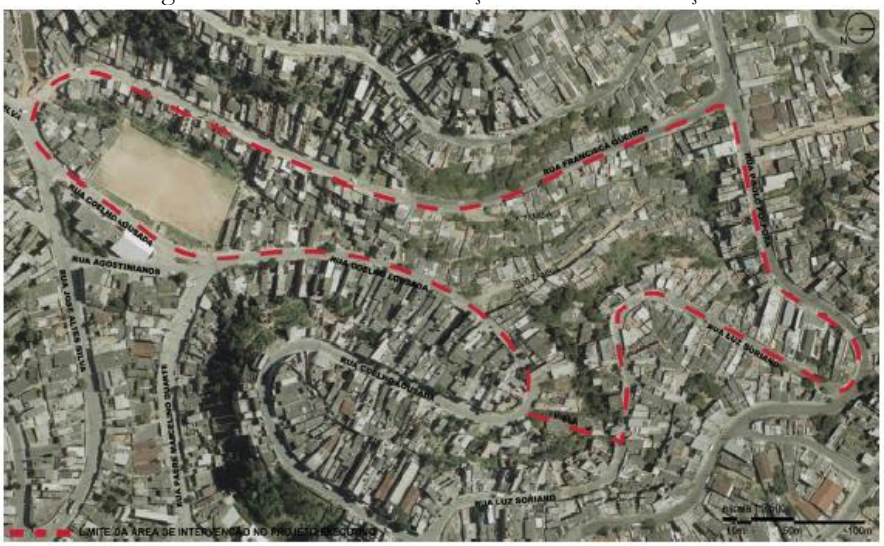
5.5.9 Sobre as remoções

Um dos grandes desafios em trabalhar com projetos de habitação em áreas já construídas é saber gerir as mínimas áreas disponíveis, bem como selecionar aquelas que deverão ser removidas e quais serão mantidas. No trabalho de Viglieca, não é apenas a condição precária ou não que vai determinar uma remoção, mas o seu significado dentro do território que está sendo tratado; se a sua localização é uma esquina, um meio de quadra um terreno, uma extremidade; é um critério do qual ele se vale. Após essa identificação, foram selecionados os imóveis a serem removidos para gerar os vazios necessários para o novo projeto. Essas remoções não se baseiam apenas nas áreas de risco, mas estão associadas a uma certa verticalização e aos vazios consistentes (VIGLIECCA, 2017).

O projeto do Conjunto Habitacional Parque Novo Santo Amaro V fez parte da diretriz da PMSP de remover e prover habitação, primeiramente para aqueles que se encontravam ocupando áreas de risco em situação muito precária e onde problemas ambientais colocavam a vida das pessoas em perigo. Assim era o cenário da área em que foi implantado o PNSA, uma favela que ocupava terreno público, assentada acima do córrego no fundo de vale, o qual recebia esgoto *in natura* e tinha as encostas ocupadas de maneira desordenada que constituíam parte do problema a ser sanado.

A permissão de construção de unidades habitacionais na própria área de mananciais, seguindo os parâmetros do programa, permitiu neste empreendimento realocar os moradores na mesma área em que foram retirados da situação de risco, sem precisar afastá-los do lugar original de sua moradia. As famílias voltaram a morar no mesmo local, mas em condições dignas de habitabilidade.

Figura 180 - Área de intervenção antes das remoções.



Fonte: Renata Coradin, 2014

Na figura anterior, é possível observar o limite da área de intervenção anteriormente às remoções. Também é possível observar a trama do entorno, com ruas tortuosas e lotes bem pequenos. No lado esquerdo do limite, próximo à Rua Agostinianos, vemos o campo de futebol pré-existente que foi mantido e requalificado no projeto final. O número de remoções iniciais foram 88, mas ao longo da construção foram adicionadas 56, ao todo 144 residências foram removidas. Na figura abaixo, é possível observar a definição dos domicílios que foram removidos e quais foram consolidados.

Figura 181 - Planta de Remoções indicando os domicílios mantidos e removidos para a realização da intervenção.

Fonte: Renata Coradin, 2014

O estudo da ocupação do terreno foi realizado sobre toda a área de intervenção e 40,04% representam as áreas construídas. Desse percentual, 32,38% representam os domicílios existentes mantidos e apenas 6,45% referem-se às novas edificações de unidades habitacionais.

Figura 182 - Em construção 2002 e 2011.

Fonte: MINGHINI, 2017

Figura 183 - Em construção 2012 e 2014.

Fonte: MINGHINI, 2017

5.5.10 Sobre os vazios consistentes

Nessa estratégia, observa-se a importância da relação entre cheios e vazios na construção do território. Não se trata de áreas residuais, obsoletas e esquecidas, na verdade, são partidos decisivos de projeto. A necessidade de explorar extensões abertas, externas, é um instrumento efetivo da espacialidade.

Como se trata de ações propositivas do arquiteto sobre o território urbano, por vezes consolidado, a noção do ajuste e da equalização entre os espaços edificados são enriquecidos com o vínculo dos espaços abertos. A articulação edificação/rua/entorno deve ser um único elemento e o imbricamento entre esses componentes exigem os espaços transitórios. Tal artifício projetual sugere o domínio de uma atmosfera teórica, explicada por Mônica Junqueira quando comenta o conjunto do Sodre:

> Se todos têm em comum um forte lastro no humanismo, e cada um com uma proposta diferente, coube a Vigliecca processá-las numa interpretação muito particular, que aproveita de todos um pouco, ao mesmo tempo que cria com muita independência a sua própria versão, e que a eles não fica restrito, mantendo-se sempre aberto e atento ao debate arquitetônico (JUNQUEIRA, 2012, p.12).

Figura 184 - Vista do parque linear com desníveis e pista de skate.

Fonte: Vigliecca e Associados

Gehl (2010) explora a importância da "dimensão socializante" da arquitetura e do urbanismo e a responsabilidade profissional em priorizar nos projetos a vida social nas cidades. Os vazios explorados e introduzidos em muitos conjuntos habitacionais desenvolvidos por Vigliecca almejam atingir tal propósito promovendo áreas de encontro. O espaço comum, coletivo, no conjunto PNSA, configura-se como intermediário ou de transição, entre a área privativa, interna às unidades habitacionais e a área pública, de domínio aberto.

Gomes (2002, p. 129-168) define o espaço público como o local onde exercemos nossa cidadania. Segundo o autor, são espaços que propiciam a possibilidade de convivência com outros cidadãos, sem que haja uma uniformidade de interesses. Gomes destaca também que o espaço é "base e condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade". Em suma, o espaço público deve ser entendido como ambiente de domínio coletivo, o lugar de atuação do poder público. No entanto, o espaço público deve ser entendido também como um local perceptivo de intervenção, de atuação e apropriação. Espaços residuais, resquícios urbanos em que não existe essa percepção, se deterioram, se esvaziam e não compõem cidades.

O vazio no Parque Santo Amaro V é o parque linear longitudinal, demanda inicial desencadeadora do raciocínio projetual. A presença e a sobrevida do córrego é a exigência fundamental do Programa Mananciais. O vazio consistente que é também, vale lembrar, uma estratégia comum a outros arquitetos emblemáticos que trabalham a habitação social, como José Jauregui, Gilson Paranhos e Marcos Boldarini, possibilita o efeito de sociabilização, ao inserir um sentido no espaço anteriormente perdido de praça pública ou outro uso comunitário.

Por conseguinte, a opção de esvaziar a linha central do terreno, o vale, desafogando o córrego e sua nascente, conforma o vazio interior da quadra. As edificações que se abrem para as ruas se viram também para a face interna.

Viglecca, mais uma vez, consegue desenvolver um ajuste preciso entre a massa edificada e as áreas livres, equacionando, assim, as moradias a serem providas e proporcionando espaços públicos. O campo de futebol coroa o trajeto da cota mais alta a cota mais baixa do terreno conformando um espaço aglutinador que, com a Escola Municipal, configura o grande vazio, onde a vida acontece[81].

5.5.11 Sobre a inserção e coligação das novas edificações

A rua corporifica o princípio de ordem arquitetônica, na qual a esfera pública da vida civil é representada, sendo um elemento fundamental para a construção do espaço público. condicionando o desenho da cidade e da malha urbana, estando intrinsecamente conectadas. A estratégia de integração do projeto com a malha viária busca potencializar o sentido de

[81] Mais à frente na análise será possível identificar as alterações realizadas no projeto original quando do pós-ocupação, processo denominado por Viglecca como uma "denúncia".

pertencimento, promovendo espaços de encontro e de circulação, fisicamente conectados. Portanto, é um traço formador, uma estratégia clara de desenho urbano.

Figura 185 - Vista aérea dos blocos e campo de futebol.
Figura 186 - Vista a partir do campo de futebol com detalhe para passagem no bloco com escadarias.

Fonte: Viglieca e Associados.

.

Em áreas de ocupação informal, as moradias geralmente ocupam espaços em que pesam a condição topográfica e hidrográfica dificultando a integração com a malha urbana. Com tais considerações, Viglieca assume a difícil tarefa de integração com o traçado existente, costurando a gleba como participante da malha, suprimindo possíveis barreiras e construindo novas conexões. Enquanto uma estratégia de projeto, a construção das conexões deve carregar valores de legibilidade urbana e o senso de continuidade com a hierarquia viária de contexto da cidade.

As alternativas de percursos, a redução das distâncias, as novas conexões estabelecidas, fortalecem a dimensão pública da rua, carregando os valores de cidadania para dentro do novo conjunto. Esse artifício foi um dos grandes partidos do PNSA, mas também foi utilizado nos outros conjuntos estudados como Vila dos Idosos e Casarão do Carmo. Novos edifícios serão solidários com o entorno, constituindo assim agrupamentos (ao contrário de isolamentos), que sempre contribuam a definir a interface de qualidade entre os espaços públicos e privados (VIGLIECCA, 2017).

O local de entrada e saída dos edifícios é definido por Jan Gehl (2013) como espaços de transição. É o limite erguido entre o que é público e o que é privado, dividindo claramente estes dois espaços e, ao mesmo tempo, sendo o ponto de troca entre estes dois universos. São os espaços de transição que conectam a edificação com a cidade. No caso das edificações residenciais, a zona de transição é a zona de intercâmbio entre a casa e a rua, sendo este o espaço externo mais ativo dessas áreas.

De acordo com Gehl (2013), os espaços de transição em áreas residenciais oferecem proteção ao seu morador. Os terraços ou recuos ajardinados, típicas zonas de transição das residências,

proporcionam um amplo campo de visão ao morador sobre o que acontece nas ruas e o deixa em situação de controle para dominar situações atípicas, sem a preocupação de perigos desagradáveis virem de trás. Além de, claro, permitir uma interação social com a vida urbana, sendo as zonas de transição espaços importantes de contribuição com a vitalidade do lugar.

Com base em Jane Jacobs, quanto mais entradas e saídas de pessoas ao longo da rede de circulação pública de pedestre, mais animados e seguros são estes espaços. Por outro lado, se há muros ou cercas dividindo e menos aberturas aos pedestres no limite entre o público e o privado, mais monótono e inseguro será.

As conexões que articulam o terreno e as suas imediações são fortes e determinantes para reconfigurar o trânsito de pedestre e as continuidades, principalmente quando a topografia se torna uma barreira. Facilitar as transposições, unindo as cotas transversais ao terreno, mais uma vez, reitera o modelo habitacional como peça ordenadora da paisagem urbana.

É nesse sentido que a passarela assume protagonismo no projeto. Viglieca estava atento aos nós e às rupturas das vias, estendendo esses caminhos para dentro do projeto e conjugando as circulações verticais e horizontais através das edificações com o desenho da passarela. Multiplicam-se os pontos de contato com a cidade e as distâncias são encurtadas.

Foi com essa "solidariedade ao existente" que o projeto se implantou em meio a uma trama com caráter de cidade informal, onde as ruas são estreitas e as casas se sobrepõem dentro de pequenos lotes, buscando levar ao entorno uma intervenção de qualidade que beneficiasse a todos os moradores, tanto os das novas unidades, quanto aos que tiveram suas moradias mantidas e consolidadas.

Um exemplo do cuidado com a inserção e coligação das novas edificações com a vizinha pode ser visto nas áreas de serviço. Essas áreas têm vedação com elementos vazados. Externamente, os elementos vazados revestem boa parte do volume. Porém, a partir do interior, os elementos vazados estão apenas na parte superior e blocos de vedação fazem o fechamento da parte inferior[82]. Esses volumes dão ritmo aos cheios e vazios dessa fachada com vista para o campo de futebol.

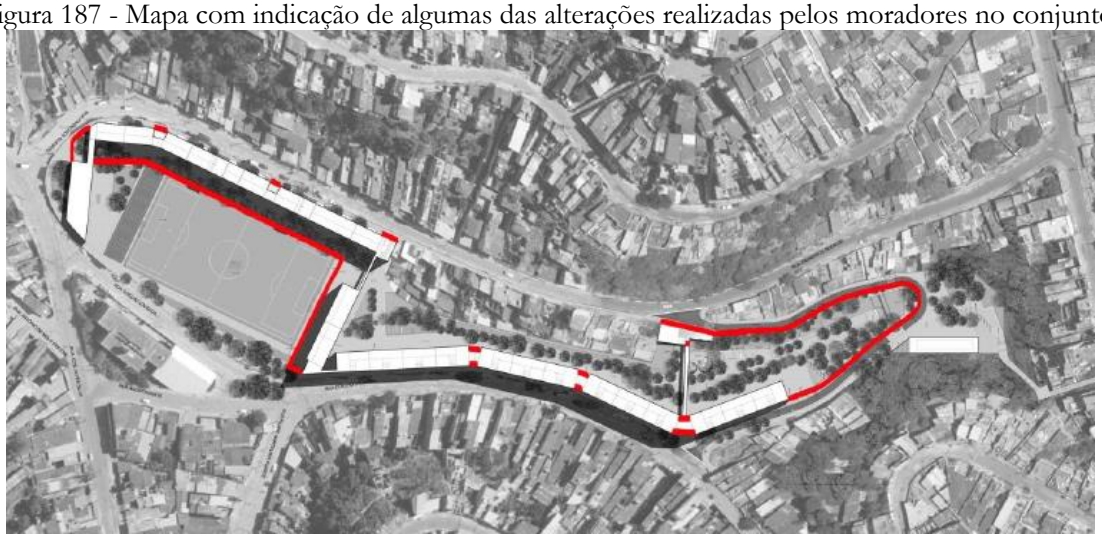
[82] Um dos motivos que justifica essa dupla vedação é a fragilidade dos blocos de elementos vazados que não garantiam a segurança como guarda-corpos. O mesmo ocorre nas passarelas que externamente estão revestidas pelos elementos vazados e os blocos de vedação fazem o revestimento interno.

5.5.12 Sobre a apropriação social e situação atual

Apesar de não se tratar do foco e aprofundamento desta pesquisa, a análise da pós-ocupação no caso PNSA é de muita relevância[83]. Vale relembrar que o projeto propôs destinar simultaneamente um equipamento público e habitação social no mesmo terreno. Sendo assim, muitas das alterações realizadas, podem ter surgido, do ponto de vista da regularização fundiária, pela pouca clareza na relação de propriedade.

Na planta com destaques em vermelho, estão indicadas as principais alterações feitas por meio de grades e portões para controlar o acesso ao interior do terreno (o parque no fundo do vale). Do conjunto de intervenções que compunham o parque linear, o único equipamento público que não sofreu modificações foi a quadra de futebol, a qual permanece aberta para o uso público com dois acessos independentes, um do lado de fora e outro dentro do conjunto habitacional.

Figura 187 - Mapa com indicação de algumas das alterações realizadas pelos moradores no conjunto.



Fonte: PUGLISI, 2017.

[83] Para um melhor entendimento do pós-ocupação, tomar como referência a pesquisa de Mariana Puglisi sobre o PNSA. A autora realizou visitas no local para averiguar as mudanças ocorridas e conversar com moradores. As imagens das mudanças citadas no trabalho foram levantadas a partir de sua pesquisa. Outra referência importante é o vídeo produzido pelo *The Architectural Review*, disponível no link: https://www.architectural-review.com/buildings/parque-novo-santo-amaro-v-in-sao-paulo-by-vigliecca-associados.

Figura 188 - Indicação do fechamento dos acessos.

Fonte: PUGLISI, 2017

As circulações horizontais, pensadas como ruas, carregavam a esperança de serem transformadas em dispositivos de vitalidade do conjunto. Estas passagens que permitiriam a circulação desde a rua, passando pela porta dos apartamentos nas circulações internas, eram utilizadas irregularmente por motoqueiros.

Diante dessa situação, além do bloqueio das passagens de nível, foi feito o fechamento de todos os acessos que possibilitavam a transposição do vale pelo parque, assim como o seu uso. Toda a área pública foi "apropriada" pelos moradores, convertendo a concepção e privatizando o espaço em nome do controle e da segurança. O que servia inicialmente como elemento de passagem e interação, tornou-se um obstáculo.

Outro aspecto levantado foi a falta de vagas de carros para abarcar a necessidade dos moradores. De acordo com Puglisi (2017), no projeto inicial foram previstas 29 vagas de estacionamento para o uso do carro, no entanto, o número de carros é maior do que o número de vagas ofertados. Os moradores optaram, então, por adaptar o espaço que antes servia ao parque linear para abrigar as vagas, algumas delas com cobertura (PUGLISI, 2017, p. 60).

Figura 189 - Alterações realizadas pelos moradores para abrigo dos automóveis.

Fonte: PUGLISI, 2017.

Diante da carência de infraestrutura básica - áreas verdes, parques e equipamentos de lazer se tornam raros em meio às necessidades primordiais da moradia. Nesse cenário de escassas atividades culturais e contemplativas é que se deu o uso intenso do parque linear residencial pela vizinhança. O projeto do Parque Novo Santo Amaro V lida com a falta de urbanidade do território onde está inserido, apresentando-se como única alternativa de lazer das redondezas e isto levou a um conflito entre os moradores, os quais resolveram fechar o conjunto[84].

Todas essas características evidenciadas pela pesquisa contribuem para a reflexão sobre os litígios dos espaços projetados como públicos na habitação e do porquê de seu fechamento, impedindo que sejam espaços doados para a cidade. A superposição e entrelaçamento de múltiplas imprecisões, somada aos agenciamentos práticos da vida cotidiana dos locais de inserção dos conjuntos nos dão pistas dos processos que motivam as ações de controle desses espaços por parte dos moradores (PUGLISI, 2017, p. 66). Por isso, o projeto é chamado por Viglieca, como "projeto denúncia", ao identificar e revelar as ausências e necessidades da comunidade local. Provocação do arquiteto a frente do seu tempo. O arquiteto parece ter uma sugestão:

> Se somente um complexo como o Parque Novo Santo Amaro V é executado e o Estado deixa ao deus-dará, o esforço se torna inválido. Até mesmo porque promove um certo conflito entre vizinhos, visto que, ao se criar uma situação privilegiada numa região como aquela, ela se torna alvo de disputa. Por isso nós entendemos que esse tipo de ação tem que ser feita em vários lugares. Vemos o

[84] Os moradores do entorno não compreendem que esses espaços também foram concebidos para eles e, ao invés de utilizarem e ajudarem na manutenção, acabam degradando essas áreas livres e de lazer. Por outro lado, os moradores do conjunto, ao perceberem que os espaços são públicos, não se responsabilizam pela manutenção, o que amenta o estado de degradação.

Parque Novo Santo Amaro como um "projeto denúncia" ao deixar aberta a ferida dos problemas sociais e urbanos[85].

Figura 190 - Passarela com grades, 2016.
Figura 191 - Vista do parque linear, 2016.

Figura (esquerda): Fonte: PUGLISI, 2017.

Por conseguinte, infere-se que o arquiteto defende uma ação de transformação conjunta que envolva arquitetura, urbanismo, infraestrutura e aspectos sociais. O envolvimento de assistentes sociais no processo de apropriação dos conjuntos, seria uma forma de ajudar as pessoas a entenderem as possíveis vantagens proporcionadas pelo projeto, as quais são produto de um diálogo com a comunidade e a Prefeitura. Nessa lógica, Viglieca entende que o desafio do projeto de habitação de interesse popular é mais do que o fazer arquitetura, é um esforço conjunto multidisciplinar e participativo (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014).

Como a vida em condomínio era algo desconhecido para a maioria dos novos moradores, a PMSP forneceu aos moradores uma cartilha de convivência, intitulada como *Manual do Morador - Vivendo em Condomínio*, na qual explica os direitos e deveres, normas e instruções gerais sobre a vida em condomínio e a utilização dos espaços coletivos. Na parte em que mencionava o cuidado com as áreas comuns estavam incluídas áreas verdes em torno dos blocos, assim como equipamentos instalados nesses locais[86].

[85] Héctor Viglieca para Studio-X.

[86] Essa característica de destinar simultaneamente um equipamento público e habitação social no mesmo terreno do ponto de vista da regularização fundiária, estabeleceu de maneira pouco clara a relação de propriedade. Esse entrave da regularização fundiária é bastante comum nos empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS), nos quais a concessão de terrenos públicos para atendimento da demanda habitacional, transforma a propriedade da terra pública em privada, o que pode levar muitos anos para ser oficializado.

De acordo com Puglisi, as instruções presentes na cartilha revelaram a falta de clareza em relação a propriedade e uso do parque linear, pois as áreas verdes citadas correspondem ao espaço público do projeto e não aos espaços coletivos do condomínio, transferindo a responsabilidade dessas áreas de cuidados da gestão pública do município para os residentes. Ademais, a falta de preservação e manutenção do parque por parte da PMSP, se transformou em conflito a ser gerido e resolvido pelos habitantes do conjunto.

O fato de ter sido um catalisador de encontros da região trouxe alguns incômodos motivadores do fechamento do parque por parte dos moradores. Nesse sentido, a tática do fechamento do perímetro da quadra com grades e portões, e cobertura da pista de skate com terra, trouxe a sensação de segurança e controle dos espaços abertos do parque que permeavam o conjunto habitacional, elementos que tornam vigilantes as condutas cotidianas vistas como ameaças por parte dos moradores. Entre as dinâmicas socioespaciais presentes na vida cotidiana deste empreendimento, o tráfico de drogas aparece como um dos definidores das formas reais de ocupação do espaço.

Todas as adaptações feitas no Conjunto Habitacional Parque Novo Santo Amaro V fazem parte de dispositivos de controle encontrados pelos moradores para gerir tamanha área livre e sem mediações do estado.

***

O conjunto traz à tona a discussão da escala, ao se configurar como blocos que se desdobram tangenciando de maneiras diferentes as estruturas urbanas preexistentes no local. A teoria defendida no Terceiro Território é a de ao se considerar que a maior porcentagem do tecido das cidades corresponde a habitação, pensá-la como uma potente estrutura na conformação de lugares de precária urbanidade parece um recurso desejável (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014). Sobre isso Rubano afirma:

> Parece-me que a grande contribuição do trabalho de Viglieca e sua equipe tem sido trazer à tona aspectos da já citada dimensão da vida pública, da experiencia do viver junto, para o pensamento projetual, que sempre é – ainda que parcialmente – prospectivo. Os elementos públicos da cidade, apesar do caos urbano, são legíveis e, por isso, legitimados pela apropriação (RUBANO, 2013, p. 71).

A proposta excede apenas a implantação adequada de blocos, funcionando como uma articulação urbana de cotas, uma possibilidade de se ancorar, pelo térreo, na cidade, alocando espaços voltados para comércio e serviço. Insere-se também como uma construção de paisagem urbana, respeitando e valorizando os recursos hídricos existentes – ainda que recuperada artificialmente – como suporte de um espaço público, de caráter metropolitano (RUBANO, 2013). Reside aí o principal mérito do projeto: as muitas possibilidades criadas por um programa de habitação, quando este é pensado como mecanismo de reestruturação urbana a oferecer novas maneiras de morar, de se locomover, de estar no espaço público, de ser cidadão.

Elementos estruturais como as ruas elevadas, a articulação das cotas para transposição dos pedestres e o pensamento do edifício como uma parte da estrutura urbana, são reinterpretados na obra de Viglieca.

O arquiteto respeita a especificidade do lugar, não nega as rupturas e trabalha propondo suturas, integrando os elementos novos àqueles que já existem, evitando cuidadosamente as substituições generalizadas e incentivando assim a criação de uma identidade. Viglieca integra ao projeto o elemento natural do córrego, concebido como ponto focal do parque e cercado pelos volumes residenciais, dessa forma, o desenho conduz os moradores a atravessarem o espaço público para adentrar às residências.

> Isso foi proposital, caso contrário as pessoas entrariam pela rua e o parque se tornaria uma área de fundos. Queríamos que o parque fosse uma questão pública, que fosse bem cuidado por ser a entrada das residências e, desse modo, ganharia vida, não se tornaria apenas uma caverna que ninguém toma conta. Entretanto, hoje, está praticamente abandonado pois a prefeitura não cuida, tampouco os vizinhos o fazem porque não tem condições[87].

A relação do conjunto com o entorno é evidenciada através do funcionamento do edifício como infraestrutura de articulação urbana, respondendo a proposta inicial – uma associação clara às megaestruturas comentadas no terceiro capítulo. A solução encontrada pelo escritório, proporciona conexões entre diferentes partes do bairro, ao abrirem caminhos antes inviáveis no íngreme terreno, permitindo que moradores dos arredores atravessem e usufruam urbanisticamente do Parque Novo Santo Amaro. Os corredores dos edifícios residenciais operam como ruas elevadas, se prolongando para além dos limites dos prédios, interconectando-se por meio de escadas e

[87] Héctor Viglieca para *StudioX Housing Journal Web*. Disponível em: https://xdocz.com.br/doc/studiox-housing-journal-web-jozmg4vwk0nz.

passarelas, e, assim, articulando os diferentes níveis e ruas que delimitam o terreno. Faz-se possível, então, notar o protagonismo do pedestre no projeto, como na estratégia para a criação de espaços públicos de convívio e estímulo da noção de vizinhança.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da trajetória dos últimos grandes programas federais para habitação social no país - o BNH e o *Minha Casa Minha Vida*-, possibilitou identificar a valorização, em resposta a problemática habitacional, da quantidade em detrimento da qualidade dos projetos e a tendência a padronização. Como visto no primeiro capítulo, duras foram as críticas levantadas a alguns dos projetos desenvolvidos pelo governo, as quais em resumo, apontavam para falta de relação com os centros urbanos, a falta de infraestrutura, pouca oferta de comércio e serviços, ínfima ou inexistente presença de espaços públicos, repetição de tipologias sem considerar o preexistente e elaboração de unidades habitacionais para um único núcleo familiar.

Em contrapartida, investimentos em âmbito estadual e municipal fomentaram a produção de projetos que seguiam outras estratégias para o enfrentamento desta questão, com porte de arquitetos como Héctor Vigliecca. Esse processo resultou em conjuntos habitacionais notórios, que se ampararam nos critérios da política habitacional, na associação entre projeto urbano e de arquitetura com as demandas dos movimentos sociais, na articulação dos conjuntos com as pré-existências e formas de vida, e na conformação de tipologias e morfologias reconhecidas pelo projeto.

As obras de arquitetura social de Vigliecca apontavam, já anos 1990, para uma reflexão sobre a cidade que ia além das questões do ecletismo arquitetônico. O escritório se beneficiou de um clima político que dava nova voz aos movimentos populares e às questões habitacionais, depois da extinção do BNH e seus grandes conjuntos, proporcionando exercícios projetuais e novas soluções com o entendimento da complexidade das cidades.

Esta atividade foi fruto de sua formação que se deu em um ambiente intelectual diverso, influenciado pelo debate europeu dos anos 1960 e 1970, o qual buscou reavaliar a relação entre arquitetura e cidade, depois da crise das estratégias de planejamento moderno do pós-guerra. Vigliecca teve contato com novas teorias que criticavam o urbanismo moderno, nas quais a relação com as formas urbanas existentes passa a ser o fundamento da esperada reinvenção da disciplina arquitetônica, no esgotamento ideológico de sua pretensa autonomia abstrata e funcional cada vez mais restrita ao jogo formal do edifício.

Em São Paulo, a rápida urbanização reordenou a cidade para um novo pano de fundo, em vista a atender as demandas sociais. Ao longo do tempo, o espaço urbano esteve cada vez mais associado a desordem, a habitação e a industrialização. Sendo assim, essa cidade formada por diversas camadas históricas desordenadas, foi o palco desafiador dos projetos de Vigliecca.

O interesse do arquiteto uruguaio pela produção de arquitetura social proporciona o entendimento do desafio de projetar para o coletivo e todas as nuances que o envolvem. Vigliecca entende a arquitetura como objeto articulador e transformador do espaço e denomina esse elemento de "terceiro território". Sendo assim, articula uma metodologia projetual, com o plano de sair de um estado original para um estado pretendido em projeto, como a condição de "ilhas de crescimento" ou "cunhas de infiltração", como visto sobretudo no conjunto do PNSA.

> Decidi chamar terceiro território porque na verdade eu colocava sempre o exemplo da passagem da cidade medieval para o renascimento. O que o renascimento fez? Ele não fez uma cidade própria [...] na verdade, o renascimento trabalhou em cima da cidade medieval através de intervenções pontuais. Digamos, eles fizeram uma infiltração. [...] Então, esta superposição de duas épocas diferentes, transforma a cidade em um terceiro território. É uma maneira de incorporar a preexistência através de um projeto novo que não precisava fazer toda a cidade nova. Você precisa inserir alguns elementos que transformam a cidade como todo[88].

O projeto de habitação social, para o arquiteto, não deve ser pensado como um conjunto isolado da cidade mas em inseri-lo em uma malha urbana existente, num processo de restituição da urbanidade. Vale salientar, no entanto, que o arquiteto tem a preocupação de não se opor ao existente ao mesmo tempo em que nega integrar-se às más condições identificadas. Isso implica em inserir esses novos empreendimentos na trama ativa da cidade de maneira que o indivíduo que se estabelece nesta área, se insira na rede estrutural urbana. Essa é uma estratégia sugerida pelos manuais de desenho urbano ingleses recentes que a defendem como modo de integrar um novo projeto urbano no sistema existente, considerando-o como essencial para conseguir bons resultados em termos espaciais, econômicos e sociais.

Vigliecca revela a importância do reestabelecimento de uma relação com a cidade por meio da articulação de espaços intersticiais vazios e inserção de edifícios como pontos de inflexão urbana, que poderão receber habitações, comércios, serviços públicos, conformando centralidades, com configurações resultantes da geografia e das suturas da malha viária formal do entorno. O arquiteto

[88] Entrevista com Héctor Vigliecca. Entrevistadora: Giselle Cantalice. São Paulo, 23/07/2018.

provoca o estabelecimento de vazios consistentes nas propostas, o qual é ponto comum a todos os conjuntos analisados. Esses vazios quando inseridos na malha urbana, podem provocar a autotransformação, recriando uma nova urbanidade.

Viglieca explica que a sua metodologia envolve a obtenção de diretrizes de arquitetura as quais são definidas a partir de uma hipótese de cidade. Dessa forma, para uma determinada área, não se baseia na imposição de um modelo pré-estabelecido, mas na geração de modelo próprio gerado sobre a observação e cultura que o próprio local ensina (VIGLIECCA, RUBANO e RECAMÁN, 2014). O arquiteto então, utiliza-se dos vastos diagnósticos que lhes são entregues, nega a transferência literal, questionando-os, interpretando a realidade e produzindo assim, uma hipótese de cidade ideal.

> Projeto não a consequência de índices, nem apenas a observação das legislações, tampouco o "espelho de um diagnóstico; a proposta é muitas vezes até oposta em relação aos resultados esperados, porque ela tenta dar um salto interpretativo que não parte de um dado, parte de um questionamento dos dados[89].

O trabalho de Viglieca vem, nesse sentido, confrontar a forma de lida no desenvolvimento de projetos de habitação social buscando, dentro dos limites impostos, a melhor solução para cada local, considerando suas particularidades a partir de um estudo aprofundado e diretrizes bem definidas.

Ainda nesse mesmo contexto, outro desdobramento de sua contribuição pode ser percebido nas resoluções dadas as unidades habitacionais de cada conjunto, trabalhando diferentes soluções para cada local, como foi visto nos objetos de estudo apresentados no capítulo anterior. Tal preocupação, ratifica o pensamento de Viglieca na transformação da cidade em consonância com as dinâmicas sociais existentes.

Outra contribuição identificada nas obras de Viglieca é a sua preocupação em relação espaços públicos, como solução para as demandas encontradas no local. É possível identificar este cuidado em cada um dos casos estudados, apesar de após a ocupação, as relações entre o social e o urbano não se darem – naturalmente - como imaginado pelo projetista. Dá-se, portanto, como um exercício, a fim de entender as práticas e dinâmicas de apropriação de cada lugar.

[89] Viglieca em palestra realizada na UFPE em 04/10/2018.

É válido ressaltar ainda que a problemática vinculada à inserção de espaços públicos no âmbito da habitação de interesse social se fez presente em períodos anteriores, como no caso dos conjuntos do BNH, onde uma das soluções encontradas na época, era a utilização de pilotis. Em contrapartida, quando analisados os conjuntos produzidos por Viglieca, a maior parte deles utilizava-se da solução de térreo ocupado e as interações para marcação do espaço público eram realizadas através de outras soluções, como passarelas, acessos bem definidos, criação de ruas e conformação de pátios internos. Desse modo, faz-se possível perceber a presença da preocupação do arquiteto na produção e viabilização do uso dos espaços públicos como fomentadores do habitat. Tal preocupação, todavia, não pressupõe uma efetiva conclusão, mas estimula o raciocínio para melhor projetar habitações coletivas em função, acima de tudo, da cidade e seus usuários.

Tendo em vista todos os pontos analisados, entende-se, portanto, que a grande colaboração de Héctor Viglieca e sua equipe é o entendimento de que habitação social não é um problema construtivo nem um problema exclusivamente quantitativo, a questão é, por conseguinte, como se constrói a cidade, "pois entendemos o âmbito urbano como principal fator que determina a qualidade do habitar" (VIGLIECCA, 2014, p. 41). A habitação, dessa forma, deve sempre estar diretamente ligada à estrutura da cidade como um todo legível e indissolúvel – seja ele urbano ou suburbano.

Após a análise dos conjuntos foi possível identificar, também, cinco princípios projetuais percebidos no processo de pensamento e projeto de Viglieca para habitação coletiva (como uma releitura dos cinco mantras apresentados pelo arquiteto): **Princípio 1) reinterpretar o programa**; **Princípio 2) ler o lugar** (topografia, atributos naturais e a pré-existência); **Princípio 3) Remover** para criar condições urbanas representativas; **Princípio 4) Construir vazios** de transição e sociabilização; **Princípio 5) Realizar suturas** urbanas e edilícias com eixos de integração.

O primeiro princípio, **REINTERPRETAR O PROGRAMA** tradicional de habitação, remete a leitura e interpretação das demandas previstas pela política habitacional, bem como as demandas do lugar e da população usuária. Em todos os conjuntos esse princípio se faz muito evidente. Em Rio das Pedras/Vila Mara, as demandas de moradia são ampliadas para além da unidade habitacional e se voltam como centro para a área comum; os corredores, escadarias, passarelas se voltam para o centro, como uma continuidade do passeio na cidade. No Casarão do Carmo, essa extensão abraça os equipamentos históricos, no intuito de "devolvê-los" à cidade. A Vila dos idosos pelo seu caráter de público-alvo bem definido e associação do conjunto a biblioteca. Finalmente o

PNSA supera a solução pragmática ao elaborar um projeto que insere demais áreas voltadas para o uso comum e que possibilitem melhores condições de habitabilidade.

O segundo princípio, **LER O LUGAR**, diz respeito ao cuidado em considerar as condições existentes na elaboração do projeto. Nos casos estudados, as pré-existências se mostraram de formas diversas: ocupações irregulares, equipamentos históricos, geografia do terreno, declividades, córrego. A riqueza desse princípio se revela na interpretação de quais dessas realidades anteriores serão mantidas ou ressignificadas como força e associados ao novo edifício como forma de garantir permanências.

O terceiro princípio, **REMOVER**, tem relação com uma ação primordialmente necessária e evidente, dada a necessidade de implantar um elemento de grande porte em uma área já edificada, como o caso do PNSA. O que se destaca aqui, no entanto, é o exercício metodológico de Viglieca para a seleção das edificações que serão removidas, levando em conta na seleção não apenas aquelas em situação de risco mas uma tomada de decisão consciente para criar condições urbanas representativas.

O quarto princípio, **CONSTRUIR VAZIOS**, traz à tona a ideia de transição e sociabilização pois está relacionado ao desenvolvimento de áreas potenciais para usos comunitários (praças, parques). Mais uma vez, em cada um dos casos estudados foram bem estabelecidos – ao menos em projeto - os vazios consistentes. O Rio das Pedras/Vila Mara na alocação dos blocos no perímetro da quadra, deixando meio livre para uso comunitário; A rua criada no Casarão do Carmo; Na Vila dos Idosos, as áreas de uso comum emoldurando a biblioteca e no caso do PNSA, o vazio intencional é claro no parque linear, o qual pensou-se como forma de englobar as áreas comuns do conjunto e como um catalisador também para os moradores da vizinhança.

O quinto princípio, **REALIZAR SUTURAS** urbanas e edilícias com eixos de integração, se faz presente em muito dos trabalhos de habitação desenvolvidos por Viglieca. Nessa estratégia, o arquiteto insere a implantação trazendo a permeabilidade através de acessos (passarelas, escadas) distribuídos em todo o perímetro do terreno. Com as estratégias de cunhas de infiltração, sugere que o conjunto "se abra para fora", de modo a contribuir paulatinamente para o entorno imediato.

Esses cinco princípios podem ser sintetizados em um só entendimento: a habitação como hipótese de cidade. A alternativa de inserção do conjunto em áreas da cidade já consolidadas, em detrimento

ao modelo periférico, impõe a difícil tarefa de atuar em áreas carentes de infraestrutura (carentes de urbanidade). A forma de intervenção de Héctor Vigliecca frente ao território já construído, utilizando-se de conceitos do desenho urbano, traz uma tensão entre a gentileza urbana e as transformações pós ocupação, colocando-o em posição de visionário. Lida-se, assim, com a difícil tarefa de apresentar soluções tendo em vista a realidade precária e carente de transformações. O arquiteto entende esse conflito como uma denúncia de uma problemática muito maior, na qual ele costura pequenas parcelas de contribuição.

As alternativas de percursos, a redução das distâncias, as novas conexões estabelecidas, fortalecem a dimensão pública da rua, carregando os valores de cidadania para dentro do novo conjunto. Esse artifício foi um dos grandes partidos do PNSA mas também foi utilizado nos outros conjuntos estudados como Vila dos Idosos e Casarão do Carmo. Novos edifícios serão solidários com o entorno, constituindo assim agrupamentos (ao contrário de isolamentos), que sempre contribuam a definir a interface de qualidade entre os espaços públicos e privados (VIGLIECCA, 2017).

REFERÊNCIAS

AGENCY, HOMES & COMMUNITIES. **Urban Design Lessons - Housing Layout an Neighbourhood Quality**. Londres: [s.n.], 2014.

ALMEIDA, C. C. O. D. **Habitação Social: origens e produção.** São Carlos: [s.n.], 2007.

ARANTES, P. F.; FIX, Mariana. **"Minha Casa Minha Vida: o pacote habitacional de Lula. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação.** Correio da cidadania, 30 de julho 2009. Disponível em: https://www.correiocidadania.com.br/especiais/66-pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula.

ARAUJO, C. F. L. D. **Edifícios de habitação em áreas urbanas consolidadas:** Rue des Suisses, e Casarão do Carmo. [S.l.]: [s.n.], 2012.

AYMONINO, C. **La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930**. Barcelona: [s.n.], 1973.

AYMONINO, C. **O significado das cidades**. [S.l.]: Presença, 1984.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. Habitação social nas metrópoles brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século.** Porto Alegre: ANTAC, 2007.

BALTERS, S. **AD Architecture Classics: Amsterdam Orphanage/Aldo Van Eyck.** [S.l.]: [s.n.], 2011.

BARBOSA, A. A.; PATERMAN, R.; GOYENA, A. **O mestre da habitação social. Etrevista com o arquiteto e urbanista Jorge Mario Jáuregui.** Vitruvius, São Paulo, Outubro 2015.

BARONE, A. C. C. **Team 10 - arquitetura como crítica**. São Paulo: [s.n.], 2002.

BEDOLINI, A. C. B. **A Vila dos Idosos de Héctor Vigliecca: Uma reflexão sobre o "fazer arquitetura"**. [S.l.]: [s.n.]. 2014.

BENETTI, P. C.; PECLY, M. L.; ANDREOLI, M. C. **Qualidade da habitação de interesse social em três escalas - Análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2017.

BENTLEY, I. et al. **Responsive Environments: a manual for designers.** [S.l.]: Routledge, 1985.

BONDUKI, N. **As práticas bem sucedidas em habitação no meio ambientes e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil: Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

BONDUKI, N. G. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida.** Teoria e Debate, v. 22, São Paulo, maio/junho 2009. 8-14.

BRANDÃO, J. D. S. **The role of Urban Design in Strategic Planning:** the case of Rio de Janeiro. [S.l.]: [s.n.], 2004.

BRANDÃO, Z. **Habitação Social como Urbanismo: proposta pedagógica para um Mestrado Profissional em Desenho Urbano.** Arquitextos, São Paulo, 2016.

BRUNA, P. **Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

CAMARGO, M. J. D. **Hipóteses do real**. 1ª. ed. São Paulo: La mar en coche, 2012.

CORADIN, R. F. **Habital Social: a produção contemporânea na cidade de São Paulo.** São Paulo: [s.n.], 2014.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. [S.l.]: [s.n.], 1961.

CYMBALISTA, R.; MOREIRA, T. **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira.** Instituto Pólis, 2006. 31-48.

DEL RIO, V. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DEL RIO, V.; SIEMBIEDA, W. **Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

ECHEVERRIA, L. **Demetre Anastassakis: pensamentos sobre Arquitetura e Urbanismo e Habitação Social no Brasil**. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo , 2019.

ELLIN, N. **Postmodern Urbanism**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1999.

ENVIRONMENT, C. F. A. &. T. B. **By Design - Urban design in the planning system: towards better practice**. Londres: [s.n.], 2000.

FRACALOSSI, I. **Clássicos da arquitetura**. Archdaily, 2011.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANÇA, E. **Favelas em São Paulo (1980-2008). Das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização. A experiência do Programa Guarapiranga**. São Paulo: [s.n.], 2009.

FURSE, J.; SMITHSON, A.; WOODS, C. **Team 10 at Royaumont 1962**. Architectural Design, Novembro, 1975.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, P. C. D. C. **A condição urbana - ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOSLING, D.; MAITLAND, B. **Concepts of Urban Design**. [S.l.]: St. Martin's Press, 1984.

GUTIERREZ, R. **Arquetectura y urbanismo en Iberoamerica**. Madri: [s.n.], 1992.

HERNÁNDEZ-GIL, J. M. **Permanencias en la arquitectura de James Stirling**. [S.l.]: [s.n.], 2015.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. [S.l.]: [s.n.], 1961.

JOEDICKE, J. **Candilis-Josic-Woods: uma década de arquitectura y urbanismo.** [S.l.]: [s.n.], 1968.

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel/Editora da universidade de São Paulo, 1900.

LAMAS, J. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 5ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbeinkian, 2010.

LEITÃO, G.; DELECAVE, J. **Urbis: O programa Morar Carioca e a urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro.** Sapiens Research, Rio de Janeiros, 13 jun. 2011. 75-80.

LIMA, V. M. F. D. **Desenho urbano: uma análise de experiências brasileiras. Estudos de casos nas áreas centrais de Curitiba, do Rio de Janeiro e do Recife.** Recife: [s.n.], 2008.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. [S.l.]: [s.n.], 1960.

MARICATO, E. **O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada.** Carta Maior, 27 Maio 2009. Disponivel em: <http://www.cartamaior.com.br>.

MELENDEZ, A. et al. **Residencial Vila dos Idosos**, São Paulo. **Projeto**, n. 335, 2008. 56-61.

MEMORIAL Parque das Cerejeiras, 5 Dezembro 2020. Disponivel em: <https://cerejeiras.com.br/blog/historia-mboi-mirim/>.

MINGHINI, V. M. **A dimensão urbana nos projetos habitacionais de Héctor Vigliecca**. São Paulo: [s.n.], 2019.

MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno: arquitetura da segunda metade do século XX.** Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTANER, J. M. **Arquitetura e crítica**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. **A cidade informal no século 21**. 2ª. ed. São Paulo: [s.n.], 2010.

NAVAZINAS, V. **Arquitetura possível: os espaços comuns na habitação de interesse social em São Paulo.** São Paulo: [s.n.], 2017.

PUGLISI, M. D. C. **Habitação e cidade: espaços coletivos na habitação de interesse social. Análise das obras do arquiteto hector vigliecca em são paulo 1989 a 2016**. São Paulo: [s.n.], 2017.

RECAMÁN, L. **Arquitetura em tempos difíceis**. In: VIGLIECCA, H. **O terceiro território**. [S.l.]: [s.n.], 2014.

ROCHA, B. M. **Movimento Metabolista**. Territórios, Minas Gerais, 2005.

ROLNIK, R. E. A. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana para os empreendimentos faixa 1 programa do MCMV**. São Paulo: LAB/CIDADE. FAU/USP, 2014.

ROLNIK, R. E. A. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cardenos Metrópole**, São Paulo, 17, maio 2015. 127-154.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUILLARD, D. **Archigram**. Paris: Archigram. In Dethier Jean (org.) La Ville: art et architecture en Europe, 1870-1993, 1994.

RUBANO, L. M. **Habitação Social: temas da produção contemporânea.** Arquitextos, Abril 2008. Disponivel em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/153>.

RUBANO, L. M. **Quando a metrópole eclipsou a arquitetura**. Monolito, São Paulo, n. 13, setembro 2013.

SALCEDO, R. F. B.; MAGAGNIN, R. C.; PEREIRA, T. C. **Qualidade dos espaços construídos em habitações de interesse social para idosos. Estudo de caso: Vila dos Idosos, Ambiência do centro histórico de São Paulo.** V Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2012, Brasília, 2012. 1-12.

SANVITTO, M. L. A. **Habitação coletiva econômica na arquitetura moderna brasileira entre 1964 e 1986**. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SERAPIÃO, F. **O maratonista**. Monolito, São Paulo, n. 16, p. 13-22, agosto/setembro 2013.

SERAPIÃO, F.; RUBANO, L. M. **Monolito**, n. 16, Setembro 2013.

SILVA, M. S. K. D. **Redescobrindo a arquitetura do Archigram**. Vitruvius, Maio 2004. ISSN ISSN: 048.05.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática S.A., v. 26, 1992.

SMITHSON, A.; SMITHSON, P. **The charged void: urbanism.** [S.l.]: [s.n.], 2005.

THE AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS. **Livability 101: what makes a community Livable? Washington: [s.n.], 2005.**

UNWIN, R. **Town Planning in practice - an introduction to the art of designing cities and suburbs**. Londres: [s.n.], 1909.

VIGLIECCA, H. **A ilusão da ordem**. In: VIGLIECCA, H. O terceiro terrirótio, habitação coletiva e cidade. [S.l.]: [s.n.], 2014.

VIGLIECCA, H. **Cinco mantras do desenho urbano por Héctor Viglieccа**, 9 Maio 2017. Disponivel em: <https://www.archdaily.com.br/br/870625/cinco-mantras-do-desenho-urbano-por-hector-viglieccа>. Acesso em: 7 Março 2022.

VIGLIECCA, H.; QUEL, L. **Urbanidade no complexo de favelas**. IAB, Rio de Janeiro, 2011.

VIGLIECCA, H.; RUBANO, L. M.; RECAMÁN, L. **O terceiro território. Habitação coletiva e cidade**. São Paulo : La mar en coche, 2014.

VILLA, S. B. et al. **A habitação social redesenhando a cidade - O caso da cidade de Uberlândia-Minas Gerais. Arqtextos**, 16 Maio 2016.

DEPOIMENTOS:

Arquiteto Héctor Vigliecca e Neli Shimizu
Entrevista individual realizada ao arquiteto e gestora em seu escritório.
São Paulo, 23/07/2018.

Arquiteto Héctor Vigliecca
Entrevista coletiva realizada na Universidade Federal de Pernambuco.
Recife, 04/10/2018.

ANEXO A - Entrevista realizada pela autora com arquiteto o Héctor Vigliecca e Neli Schimutzi (associada), no dia 23 de julho de 2018 em seu escritório (São Paulo) e complementada em palestra dada na UFPE (Recife) em 04/10/2018.

1.1 Conhecemos pouco sobre a escola em que você se formou, a UDELAR, exceto por alguns arquitetos do Rio Grande do Sul que foram lá estudar com Maurício Cravotto. Por eles soubemos que a escola da UDELAR tinha a dimensão do urbanismo muito atrelada à arquitetura, ao passo que no contexto do Brasil, essas dimensões foram tratadas quase como dicotomias. Essa proximidade com a cidade influenciou sua forma de projetar? Como se deu, então, esse processo de formação no Uruguai?

HV: Isso é verdade que eu me formei lá. Tínhamos uma formação com respeito a cidade, mas não era uma formação assim em comparação com hoje, muito superficial porque o Uruguai não tinha trabalhos de escala urbano. Então tudo que você fazia na cidade era muito superficial muito teórica nada que podemos dizer que você fica formado em urbanismo. Na verdade, eu aprendi a trabalhar com essas escalas quando vim trabalhar aqui no Brasil. Eu aprendi aqui através dos trabalhos que fizemos e concurso. Então na verdade existe aí uma não uma formação inicial da UDELAR mas uma formação que eu fiz aqui sem escola, em cima de trabalhos profissionais. Fizemos aqui trabalhos muito grandes e importante, como fizemos aqui em São Paulo o projeto da Luz, o projeto do Arco do Futuro, fizemos o Moca Carioca, estamos falando assim em áreas com 1600 hectares. São áreas urbanas imensas. Fizemos o projeto lá em Salvador muito grande para toda capital e não sei se me esqueço de algum outro, mas esses são os principais. Depois fizemos os parques esportivos para as Olimpíadas, um trabalho muito importante em quase dois anos e esses outros trabalhos nós fizemos aqui em São Paulo com um escritor alemão que trouxe muita experiencia para nós. Enfim isso é o que posso dizer em relação a formação.

1.2 Todos nós arquitetos sofremos influências de arquitetos que nos precederam, particularmente no âmbito internacional. Parece-nos que nos anos 1960 e 1970, nossas escolas brasileiras

estavam mais voltadas para o âmbito nacional, A UDELAR estava mais aberta, atenta às críticas internacionais a arquitetura e ao urbanismo moderno, como o Team X, Archigram, Jane Jacobs etc. Você notou isto quando chegou no Brasil? Como estas posturas críticas transformaram/interferiram na sua prática projetual?

HV: Quando eu cheguei no Brasil, percebi que o país deu um salto e deixou um espaço em branco. Eu chegava aqui com informações sobre o que acontecia na Europa principalmente e aqui em São Paulo as pessoas não tinham nem conhecimento dessas coisas nem se praticava na arquitetura, agora isso mudou radicalmente. Hoje em dia, primeiro porque o sistema de informação tem sido muito interessante na publicação de livros, depois da internet, as bibliotecas se equiparam mais. Então realmente esse panorama acontecia quando eu cheguei aqui que foi em 1972. Quando cheguei aqui, eu fiquei até assustado, me lembro que eu falava dos irmãos Crier e aqui ninguém sabia quem eles eram. Lá nós vivíamos muito antenados com o que acontecia na Europa e vivíamos muito antenados também com o que acontecia em Buenos Aires. Em Buenos Aires aconteceu um processo interessantíssimo realmente na produção entre os anos das décadas de 60 e 70. A produção era absolutamente extraordinária. Porque na verdade era uma leitura do que acontecia na Europa. Coisa que por exemplo hoje a Argentina esqueceu esse período. Nós líamos a Europa através da arquitetura produzida na Argentina. Tanto que nessa época tinham escritórios que eu particularmente consideraria extraordinário e esses escritórios influenciaram na minha vida profissional de maneira muito importante, Solsona, Días. Alguns deles já morreram, por exemplo Díaz já morreu. Mas eram escritórios naquela época, jovens, e de um potencial de trabalho. A Argentina tinha uma capacidade econômica de construir essas coisas. Bom, eu poderia te lembrar uma meia dúzia de pessoas. Só vou te contar uma coisa curiosa, acabei de voltar de Buenos Aires, dei duas palestras lá e eu falava dos arquitetos argentinos daquela época e os próprios argentinos perderam da memória, eles não têm uma ideia muito clara do que eles produziram naquela época.

1.3 Quando chegastes ao Brasil em 1975, já tinhas uma obra relevante em termos de habitação social como o Bulevar Artigas. Como foi sua impressão em relação ao contexto brasileiro de reprodução maciça do BNH?

HV: Bom, quando eu cheguei no Brasil eu fiquei muito interessado para fazer habitação principalmente habitação para baixa renda e tudo isso. Nós tínhamos uma boa experiência, eu trabalhei no Centro Cooperativista Uruguaio que foi referência naquele momento. Mas eu não conseguia acessar a esse mercado. Só na época da Erundina, em que estava como secretário o Nabil e ele tinha muito conhecimento do que nós havíamos feito no Uruguai. Aí através dele... eles abriram algumas licitações e alguns concursos que nós ganhamos então aí começamos a dar os primeiros passos aqui no Brasil em relação a habitação de interesse social. Enfim.

Giselle: Porque é justamente nessa época que a gente vê que apesar do BNH ter sido um dos maiores programas que tivemos de habitação no país, o qual foi bem-sucedido em termos de números, em determinado momento ele se perdeu 'nessa' de valorizar mais a quantidade em detrimento da qualidade, recaindo em projetos repetitivos.

HV: Os exemplos que a gente viu na época e ainda hoje, são cada vez piores. Quando chegamos hoje depois de todo esse processo, chegamos ao *Minha Casa Minha Vida* que é realmente o desastre mor. Ainda bem que estamos de acordo com isso.

1.4 Muitos dos seus projetos foram feitos utilizando a estratégia de 'infill', de se costurar ao traçado existente. Você pode comentar um pouco mais sobre isso? Como você articula com a pré-existência? E se as circunstâncias não forem ideais, como você tenta compensar essas dificuldades?

HV: Bom, olha, tem preexistências que tem valores e tem preexistências que não tem valores. Não é porque é preexistente que tem um valor que você precise respeitar. Ou seja, nós tentamos extrair das preexistências, do que está oculto de repente e tentamos tirar as vezes de assuntos complicados e situações esdrúxulas, não? Tentamos tirar os assuntos que podem nos dar alguma nova leitura. Então a preexistência é importante quando você consegue extrair dela elementos que te dão caminhos, caminhos diferentes. Então não é questão apenas de costurar, é costurar e extrair na preexistência valores que de repente você não vê nesse momento porque eles não ficaram muito claros nos processos da cidade. As vezes eles estão no interior realmente, a situação existente. Mas ele sempre faz um esforço de extrair da preexistência realmente os elementos de valor. Por exemplo, as vezes a gente tem que tirar tudo o que está construído e ver como é a topografia e ver como a partir da topografia a gente pode estabelecer hierarquias na maneira de projetar essa área urbana. Falei agora de demolirmos tudo, nós não demolimos tudo, teoricamente a gente elimina o existente para permitir o que está por baixo. Mas nós nunca promovemos a demolição das coisas. Nós entendemos que as situações urbanas hoje são desfrutadas de anos e anos de sobreposições e coisas, né? E a gente tem que extrair delas uma leitura positiva.

1.5 Em países como o Brasil, onde boa parte da população de menor renda vive em assentamentos informais, o que é importante considerar desta realidade nos projetos de habitação social?

HV: É mais ou menos aquilo que a gente estava conversando. Em assentamentos informais que a gente deveria eliminá-los porque estão em lugares onde tem nascentes. Então temos que ter cuidado com essas coisas. Agora, a gente respeita essas locações que acontecem espontaneamente e tentamos ler nessas locações, alguns valores. Como a gente transforma essas chamadas favelas? Nós chamamos isso de infiltração, quando inserimos urbanidade. Para atuar nesses lugares, nós usamos esse critério de infiltração, a gente infiltra urbanidade. Então, por exemplo, em lugares específicos e que tem potencial a gente infiltra

uma situação de urbanidade. Então essas infiltrações têm a possibilidade de contaminar todo resto. Nós fizemos esta experiencia muito grande em Paraisópolis e fizemos no Rio de Janeiro. Lamentavelmente todas essas experiencias ficaram em projetos. No rio de janeiro, no momento de fazer grandes transformações urbanas nas favelas, mas depois quando decidiram que tinham que fazer, não fizeram nada, absolutamente nada. Fizemos um concurso nacional, o qual ganhamos, mas não fizeram nada. E aqui nós fizemos um projeto grande Morro dos Macacos, em uma área muito grande e trabalhos em Paraisópolis e fizemos propostas ainda hoje defendentes. São propostas de uma grande digamos originalidade, enquanto como você atua nesses lugares, mas que não foram realizados. Então eu não posso dizer essas são as propostas. Ou seja, a própria prefeitura do Rio de Janeira e São Paulo aplaudiram o trabalham e eu apresentei isso centenas de vezes e o resultado foi não fazer nada. Aqui houve uma mudança administrativa e eles jogaram no lixo o projeto de Paraisópolis. Lá não existe o projeto.

1.6 O que tudo isso tem a ver com o título do seu livro, o 'terceiro território'?

HV: Eu imaginei usar "terceiro território", inspirado num paisagista francês que não me lembro agora que chamava a terceira paisagem. Li isto há muito tempo e achei muito interessante. Decidi chamar terceiro território porque na verdade eu colocava sempre o exemplo da passagem da cidade medieval para o renascimento. O que o renascimento fez? Ele não fez uma cidade própria, apesar de que existem algumas cidades 'renascimentales' como Palmas e algumas cidades aqui na América também. Na verdade, o renascimento trabalhou em cima da cidade medieval, ou seja, você tem a finesse, aí fizeram o palácio, a catedral, intervenções pontuais. Digamos, eles fizeram uma infiltração. Coisa que você vai ver hoje e diz: "que maravilha!". Então superposição de duas épocas diferentes ele transforma a cidade em um terceiro território. Então você era uma maneira de incorporar a preexistência através de um projeto novo que não precisava fazer toda a cidade nova. Você precisa inserir alguns elementos que transformam a cidade como todo. Mas isso é uma imagem bastante didática.

1.7 Como conciliar os interesses do capital imobiliário, em áreas valorizadas, e a habitação social, que geralmente precisa ser subsidiada? A habitação social precisa mesmo de subsídios?

HV: Bom, habitação social também pode ser construída a partir de iniciativa privada. Sempre existem regras e financiamentos que se adequem a esse tipo de financiamento. Agora, eu acredito que a grande ação sobre habitação social tem que ser do estado, porque essa é a única maneira de você mudar um paradigma. Digamos, de você reanalisar o que significa habitar. Esse raciocínio só pode ser feito a nível do estado que se propõe a fazer uma transformação. Isso não vai acontecer nunca a partir de uma iniciativa privada. Isso não quer dizer que a iniciativa privada não pode entrar em planos que o governo estabelece. Então eu acredito que a iniciativa pública é fundamental. Se fala habitação social e cidade. A iniciativa pública tem imensa responsabilidade. O que tem que ser feito, como tem que ser feito e por que tem que ser feito.

Enfim, isso é uma coisa que a gente sempre fala que o *Minha Casa Minha Vida* é uma operação extraordinária do ponto de vista histórico. O brasil já chegou a 3 milhões de habitações e só fez porcaria. O Brasil perdeu o trem da história infelizmente porque quando alguém tem diz, vamos construir 3 milhões de habitações, você diz que grande oportunidade de repensar a questão tecnológica, para repensar a questão histórica, para repensar a questão do que significa urbanidade, para repensar tudo! Esse é o momento de repensar as coisas e a obrigação do governo seria de promover essa transformação. Então, essa porta grande que poderíamos ter na frente ficou em zero, não aconteceu nada, não houve mudança no ponto de vista tecnológico, não houve mudança do ponto de vista do conceito do que é cidade do que é habitar, não houve mudança de nada, nem mudança conceitual nem mudança construtiva urbano e tecnologicamente. Quando esse número é um número suficiente para fazer uma grande proposta de mudança para o Brasil. Era a grande oportunidade que o Brasil perdeu, já perdeu! Por que onde estão essas 3 milhões de casas? Primeiro os arquitetos e urbanistas ficaram fora do processo. Isso foi trem das construtoras. Então, veja, isso é uma coisa muito triste. Nós entramos para fazer *Minha Casa Minha Vida*, quando fizemos nesse esquema de financiamento, tudo isso através da prefeitura. Nós ganhamos uma licitação e tivemos uma boa acolhida na prefeitura. Fizemos um projeto muito grande que ainda não pagaram tudo e hoje eu já não sei se vão construir e hoje estão paradas. Nosso futuro agora é de vocês. Porque o meu já acabou.

1.8 Tendo em vista o caso do Parque Novo Santo Amaro V, que virtudes e problemas emergem quando os edifícios são construídos em uma área de urbanização precária? O caso de gerar urbanidade em zonas de "não-cidade"?

HV: Bom, não era uma área de favela, era uma área urbanizada, não 100% urbanizada, mas que tinha entraves de infraestrutura. Essa urbanização feita por empresas que loteavam áreas aprovadas pela prefeitura. Então era uma área com locais com boas casas, um bairro. Mas nós tínhamos um problema grande em um local que não tem área de lazer, cultura, que não tem nada. Você constrói em um ponto pequeno, constrói um espaço de lazer, um parque, uma nascente, por exemplo. Você transforma aquela área, em uma área disputada. Quando se inaugurou aquela, ela foi literalmente invadida pelo bairro inteiro. Então isso foi um tiro que saiu pela culatra, mas nós achamos que isso de qualquer maneira, é um projeto denuncia, que denuncia aos outros habitantes da área como poderiam ter sido melhor as coisas, como é bom ter uma área com verde, com nascente, com parque, como ter conexões mais fáceis através dos vales. Isso mostra como em um pequeno lugar você pode conseguir isso melhor. Você transforma na verdade em um grande problema. Agora dizemos que isso já não é problema nosso. Em princípio nós tínhamos até propostas desenhadas em que essa introdução de urbanidade acontecia em vários lugares. Eram aqueles lugares que poderiam contaminar a área. Então se você faz em vários lugares que tenham um parque, área de lazer, não existiriam a invasão/ocupação daquelas pessoas que estão no entorno daqueles lugares. O pessoal começou a fazer festas a noite, os vizinhos não gostaram e estão fechando a áreas, transformando

em condomínio privado o que é justamente para não ser feito. Pela nosso influencia agora acabou. Os donos do pedaço são os que estão morando naquele lugar.

1.9 Tendo em vista a trajetória de projetos de habitação popular produzidas pelo escritório, foi possível identificar diferentes modalidades de políticas de incentivo. Por exemplo, no caso do Rio das Pedras-Vila Mara, o qual se destacou pelo sistema de mutirão e autogestão; o Vila dos Idosos, onde o interesse e iniciativa parte da comunidade, o caso do Parque Novo Santo Amaro, que nasce em parceria com a prefeitura e ainda pode-se acrescentar as novas demandas do MCMV. Falem-nos a respeito de como essas diferentes modalidades e suas respectivas diretrizes desafiam a prática projetual e suas soluções.

HV: Que desafios? Para nós os projetos sempre são desafios. Mas independente se esse projeto é feito por mutirão ou tudo isso, nós temos que levar isso em consideração. Quando fizemos mutirão nós trabalhamos com lote bem dimensionado, mas isso não tem mudado muito a maneira de projetar dependendo de como ou de que tipo de modos da população se reúne para fazer as casas. A gente pensa no projeto e pensa na cidade, enfim.

NS: A gente faz o projeto, faz a arquitetura e o urbano e depois a gente adapta conforme as diretrizes. Ela não vai influenciar muito, depois a gente adapta.

HV: Em relação aos projetos que a gente fez, quando se trata de habitação você cuida do projeto para fazê-lo pré-fabricado, para fazer o bloco, com alguns sistemas. Bom, agora estamos fazendo prédios em altura, não? Porque agora se aceita colocar elevadores. Agora em trabalhos com mutirão, fazer prédios com elevadores é muito mais complexo. Mas aí depende.

NS: É, tudo depende. Mas isso da hipótese que a gente está projetando depois a gente adapta conforme for necessário. Mas não que ela vá moldar o projeto.

1.10 Quando vocês vão realizar os projetos, como é o diálogo com a comunidade?

HV: Lógico, isso é obrigatório por lei! Fazemos assembleias, mostramos o projeto para comunidade. A gente não lê as necessidades que a gente levanta de maneira literal, a gente interpreta as coisas, e dá uma visão dessa interpretação da cidade. Não lemos dessa maneira: "ah, falta uma escola". Nós analisamos se realmente precisa de uma escola, entendeu? Ou seja, a gente tem que duvidar dessas leituras dos levantamentos iniciais. Tem empresas que vivem disso, fazendo diagnósticos imensos que não param nunca. Nosso processo é diferente, formulado em hipóteses. Então você já sabe o que quer, por isso fazemos um diagnóstico bem pequeno. Você já tem a hipótese do que quer fazer. Tem empresas que enriquecem com isso e o interessante é que o poder público paga muito bem para esses diagnósticos, mas para o projeto querem pagar o mínimo possível. Essa é a nossa realidade.

1.11 Em um de seus vídeos no youtube, intitulado "habitação social - diferentes configurações através de elementos componíveis", é possível identificar um estudo preliminar com protótipos para o projeto do Morro S4 (Renova SP). Como se dá esse processo projetual? Você parte de algum pensamento de tectônica e baixo custo para uma adaptabilidade a cidade, aos diferentes desenhos e anseios?

Ah, vocês viram aquele filminho? Bom, em certa medida isso foi uma exigência da prefeitura. Eles queriam algum 'modelinho' que serviria para tudo, para não ter que pagar hidráulica, para cada projeto ser alguma coisa diferente. Então a gente começou a pensar em elementos componíveis que poderiam se adaptar a diferentes formas de lotes e topografias. Isso é resultado de um raciocínio, de como fazendo duas ou três unidades...

NS: Na verdade é só uma unidade que ela se compõe em lugares diferentes.

HV: Mas isso foi uma iniciativa nossa para atender o que a prefeitura estava pedindo.

NS: É que o nosso era o que tinha os maiores terrenos e mais áreas, se não me engano, 23 terrenos.

HV: Esse, por exemplo, nem chegamos a construir. Ainda me lembro que eu estava de férias, não estava aqui no Brasil, e recebo uma ligação da prefeitura a dois dias antes do Natal. Dizendo assim, olha é para parar o projeto. Olha que bonito presente de Natal você me deu! Para parar o projeto até nova ordem, e paramos. Nós já estávamos no projeto executivo desse trabalho.

NS: A gente pega os terrenos e usa tudo componível dependendo do formato.

HV: Nós agora vamos investir em concursos fora do Brasil.

1.12 É possível perceber o interesse do escritório por concursos, sabemos que vocês já concorreram a 77, ganharam 41 prêmios e 9 primeiros lugares. Por que essa paixão por concursos? O que eles oferecem ao arquiteto?

HV: Não... não é paixão, é necessidade. É necessidade de ter trabalhos. Eu não sou brasileiro. Então quando cheguei ao Brasil, a única possiblidade de acessar a um trabalho grande era o concurso e, também, perceba que o concurso para o escritório, nós aprendemos a trabalhar juntos, a fazer coisas em equipe, isso foi muito positivo e continua sendo um espaço de reflexão. Agora isso continua sendo um espaço de reflexão.